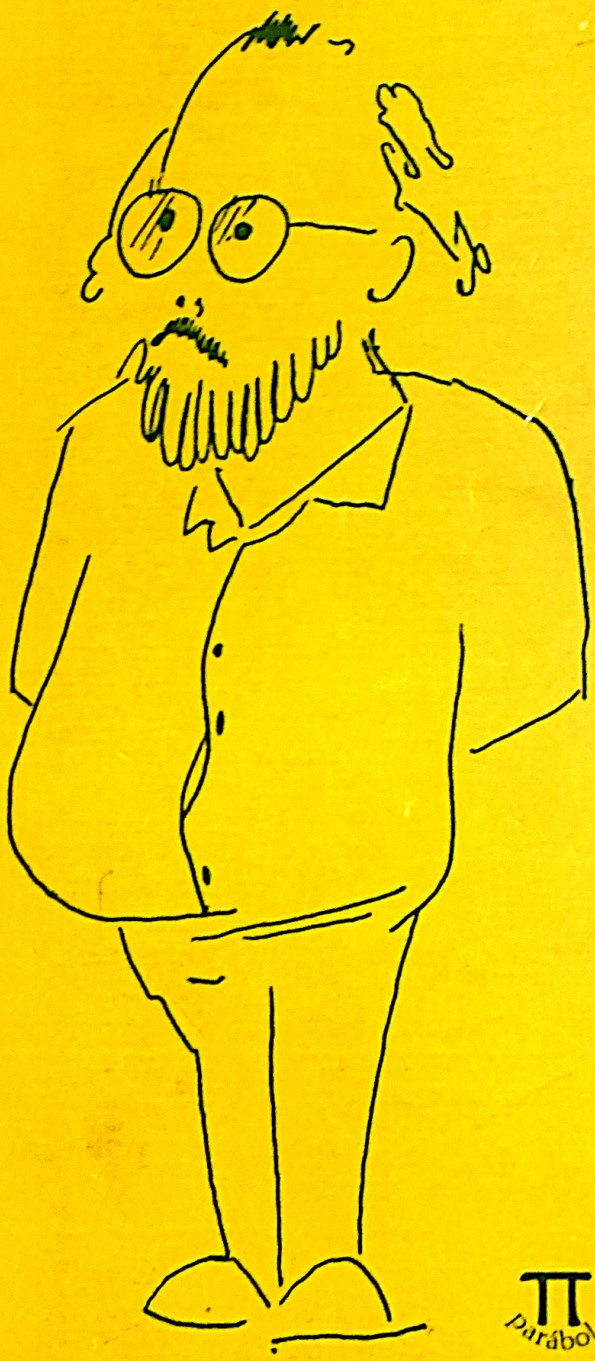
JOSÉ BORGES NETO

ENSAIOS DE FILOSOFIA DA LINGÜÍSTICA



Parábola

Scanned with CamScanner

Este livro reúne oito textos que se abrigam todos sob a rubrica filosofia da lingüística:

O CAPÍTULO 1 é uma discussão, em forma de diálogo, entre um professor e seus alunos sobre as razões da existência de teorias lingüísticas alternativas.

O CAPÍTULO 2, escrito em parceria com Marcelo DASCAL, discute detalhadamente a questão do "objeto da lingüística".

O CAPÍTULO 3 discute a proposta de "complementaridade" entre as diversas "lingüísticas" feita por Carlos Franchi.

O CAPÍTULO 4 arrisca uma busca de razões para a escolha entre formalismo ou funcionalismo nos estudos lingüísticos nas relações que podemos supor entre as várias ciências.

O CAPÍTULO 5, versão revista do primeiro capítulo da tese de doutorado do autor, é uma reflexão sobre o conceito de "estruturalismo" na lingüística.

O CAPÍTULO 6, escrito em parceria com Sírio POSSENTI, aborda o debate sobre a abstração das formas fonológicas e retoma a argumentação usada pelos contendores (exemplificados por Larry Hyman e Robert Harms).

O CAPÍTULO 7 é um "critical review" que Marcelo DASCAL,

Scanned with CamScanner

José Borges Neto

ENSAIOS DE FILOSOFIA DA LINGÜÍSTICA

UNIVERSIDADE FEDERAL
Biblioteca
Comunitária
S. CARLOS

10206365

π parábola

Scanned with CamScanner

Data 17 / 12 / 2008
Proc. 3523/2008-00
Emp. 902908
Liv. CATM
R$ 1500 (5 ex)
N F 38682/39447
Solic. CECH/Virginia

Clas. B 401
Cutt. B 732e
e. 3
Tombo 206365

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

B733e
Borges Neto, José
Ensaios de filosofia da lingüística / José Borges Neto - São Paulo: Parábola Editorial, 2004
(Lingua[gem]; v. 10)

Inclui bibliografia
ISBN 85-88456-31-x

1. Lingüística - Filosofia - I. Título. II. Série.

04-2767

CDD 401
CDU 81'1

Parábola Editorial
Rua Clemente Pereira, 327 - Ipiranga
04216-060 São Paulo, SP
Fones: [11] 6914-4932 | 6914-2797
Fax: [11] 6215-2636
home page: www.parabolaeditorial.com.br
e-mail: parabola@parabolaeditorial.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico, ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão por escrito da Parábola Editorial Ltda.

ISBN: 85-88456-31-x

© Parábola Editorial, São Paulo, SP, novembro de 2004.

Scanned with CamScanner

Sumário

APRESENTAÇÃO.. 7

I. QUESTÕES GERAIS

Capítulo 1: DIÁLOGO SOBRE AS RAZÕES DA DIVERSIDADE TEÓRICA NA LINGÜÍSTICA 17

Capítulo 2: DE QUE TRATA A LINGÜÍSTICA, AFINAL? 31
1. Objetivo e Objeto 31
2. Objeto observacional e objeto teórico 34
3. O problema ontológico 39
4. História da lingüística: as opções "nocional" e "filológica" 44
5. História da lingüística: a opção "histórica" 50
6. Homogeneização, autonomia e cientificidade 51
7. As opções de Chomsky 55
8. A opção "interdisciplinar" 59
9. As "filiações" da lingüística 60
10.Conclusões 61

Capítulo 3: O PLURALISMO TEÓRICO NA LINGÜÍSTICA 67
Introdução 67
1. O pluralismo teórico na lingüística: por que existe? 68
2. O relativismo como conseqüência do pluralismo 71
3. Nem relativismo, nem objetivismo: a busca de uma terceira via 77
4. Uma ética para a lingüística 81

Capítulo 4: FORMALISMO versus FUNCIONALISMO NOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS 83

Capítulo 5: REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE O ESTRUTURALISMO EM LINGÜÍSTICA 95
1. O estruturalismo em lingüística 98
1.1. *O estruturalismo europeu* 101
1.2. *O estruturalismo americano.* 104

Scanned with CamScanner

1.3. *Estruturalismo europeu x estruturalismo americano* 108
2. Um estruturalismo unificado?. 110
2.1. *O estruturalismo fragmentado* 110
2.2. *O estruturalismo unificado* 112

II. PROPOSTAS PARTICULARES

Capítulo 6: LINGÜÍSTICA E HISTÓRIA DA CIÊNCIA: O CASO DO NUPE 119
Introdução 119
1. A questão da abstração em fonologia 120
1.1. *A solução estruturalista* 120
1.2. *A gramática gerativa transformacional* 121
2. O Nupe 125
3. Justificativas para a análise abstrata 128
3.1. *Justificativas internas.* 129
3.2. *Justificativa externa: o empréstimo* 132
4. A estrutura da argumentação de Hyman 133
5. A metodologia de Lakatos 141
6. O debate Hyman-Harms 145
6.1. *Estrutura de morfema* 145
6.2. *Regra de tom* 147
6.3. *Fala cuidadosa* 148
6.4. *Variação livre* 149
6.5. *Empréstimo* 152
7. Conclusão 154

Capítulo 7: UM NOVO MODELO DO VELHO MOLDE 155

Capítulo 8: A INCOMENSURABILIDADE E A "COMPATIBILIZAÇÃO" DE TEORIAS 195
1. Introdução 195
2. A incomensurabilidade 197
3. A sociolingüística paramétrica 199
3.1. *Teorias complementares* 200
3.2. *Teorias incomensuráveis* 203
3.3. *A sociolingüística paramétrica, finalmente* 208
4. Conclusão 214

REFERÊNCIAS 217

ÍNDICE DE NOMES 223

Scanned with CamScanner

Apresentação

> "À luz do dia todos os enredos têm muito menos importância, Deus, o mais ilustre dos exemplos, criou o mundo porque era noite quando se lembrou disso, sentiu naquele supremo instante que não podia aguentar mais as trevas, fosse ele dia e Deus teria deixado ficar tudo como estava".
>
> *José Saramago*

Certamente, não são as mesmas questões que vivem perturbando cada um de nós. E é bom que seja assim. Seria muito chato se todos os lingüistas tivessem as mesmas preocupações, estudassem os mesmos fenômenos e utilizassem as mesmas abordagens.

Como lingüistas, estamos sempre buscando novidades nos fenômenos ou nos modos de abordar os fenômenos. Boa parte da graça em nos engajarmos num empreendimento complexo — e muitas vezes desanimador — como o estudo da linguagem está na possibilidade de descobrirmos fatos novos, de reanalisarmos fatos velhos, de virarmos de ponta cabeça análises bem estabelecidas, de estabelecermos novas relações entre fatos etc. Cada lingüista, individualmente, vive essas experiências em seu trabalho. Cada lingüista já deve ter-se defrontado com situações em que é preciso ignorar o que já foi dito e ousar, abrir caminhos, redizer em outras bases o que já foi dito ou até mesmo ficar sem ter o que dizer.

Essas múltiplas possibilidades de abordagem do fenômeno lingüístico, essas várias perguntas distintas que se podem fazer (e que se fazem) à realidade, esses diferentes recortes que se podem fazer na massa dos dados brutos tornam nossa ciência dinâmica e rica.

Esse pluralismo, já foi dito, seria indício de falta de maturidade científica. Podemos, no entanto, pensar que a diversidade teórica é, na verdade, indício

Scanned with CamScanner

de vitalidade da área de estudos. Acredito, acompanhando a posição de Imre Lakatos[1], que a existência de uma teoria única num determinado campo configura não um estágio de maturidade da área de estudos (como se pode concluir da leitura de Thomas Kuhn[2]), mas uma situação de "monopólio" que, como todos os monopólios, deve ser combatida. Acredito que é tarefa do cientista em geral (e do lingüista, em particular) procurar ver "com novos olhos" os fatos, porque é destas novas visadas que a ampliação do conhecimento acaba por surgir.

Isso tudo faz com que a própria atividade do lingüista, enquanto cientista, passe a ser um domínio possível — e extremamente interessante e instigante — para novos estudos. Ao invés de estudar a linguagem, é possível estudar com proveito os estudos da linguagem (e/ou os estudiosos da linguagem).

Uma dessas abordagens "metalingüísticas" — em particular, a abordagem das teorias lingüísticas, tomadas como objeto de estudos —, é o que se conhece pela denominação ampla de *filosofia da lingüística* (às vezes, por epistemologia da lingüística)[3].

A filosofia da lingüística, então, é uma área da investigação filosófica que tem por objeto a ciência da linguagem e suas teorias, cabendo-lhe investigar as formas de obtenção de conhecimento fundamentado sobre a linguagem humana que os lingüistas, no "mundo real", utilizam.

Nesse sentido, a filosofia da lingüística é um "ramo" da filosofia da ciência, e caminha paralelamente à filosofia da física, à filosofia das ciências da vida, à filosofia da matemática e a outras formas particulares de investigação filosófica dos resultados da atividade científica.

É tarefa dessa área de estudos investigar a natureza das teorias lingüísticas, as relações que se podem (e que não se podem) fazer entre elas, a nature-

---

1 LAKATOS, I. 1970. O Falseamento e a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica. In LAKATOS & MUSGRAVE (eds.) 1970: 109-243.

2 KUHN, T. 1962. *The structure of scientific revolutions* (tradução para o português: *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975).

3 Paralelamente à filosofia da lingüística, podemos ter a sociologia, a psicologia e a história da lingüística, como áreas de estudos "metalingüísticas". Infelizmente, pouca coisa se faz no Brasil sobre esses assuntos.

Scanned with CamScanner

za dos conceitos e das representações utilizadas, dos "componentes" propostos, dos "recortes" efetuados etc. Dessa forma, a filosofia da lingüística não se confunde nem com a filosofia da linguagem — que tem a linguagem humana e não as teorias sobre ela como objeto — nem com a chamada "filosofia lingüística", que é aquele tipo de investigação que busca nos resultados das teorias lingüísticas soluções para os problemas filosóficos[4].

A filosofia da lingüística não é uma disciplina descritiva nem uma disciplina normativa: é, antes de tudo, uma disciplina *crítica*.

Não é tarefa própria da filosofia da lingüística a descrição das teorias, embora ela não possa prescindir de descrições detalhadas, seja de teorias contemporâneas, seja de teorias presentes na história da lingüística. Tampouco é tarefa própria da filosofia da lingüística o estabelecimento de "regras" ou "normas" de comportamento a serem seguidas pelos cientistas. A rigor, a filosofia da lingüística não diz que o cientista deve agir deste ou daquele modo, embora possa (e deva) dizer de uma teoria se ela está "certa" ou "errada", se as escolhas do cientista foram "racionais" e aumentaram o conjunto dos conhecimentos sobre a linguagem humana, ou foram "não-racionais", e conduziram a teoria a uma situação de impasse.

Em outras palavras, embora não seja nem descritiva nem normativa, a filosofia da lingüística necessita de "boas descrições" das teorias lingüísticas e, em conseqüência, está intimamente ligada à história da lingüística. Porque busca reconhecer as virtudes e os defeitos das teorias, a filosofia da lingüística acaba por estabelecer "normas" para a obtenção de conhecimento seguro sobre o objeto de estudos. Não como um "policial do conceito", que diz o que pode e o que não pode ser feito, mas como um crítico, que, *a posteriori*, mostra que o fato de ter o cientista tomado este ou aquele caminho certamente o levou à obtenção de avanços científicos ou meramente a dizer bobagens.

Este livro reúne oito textos que, embora tratando de assuntos distintos (ou parcialmente distintos), abrigam-se todos na rubrica *filosofia da lingüística*.

No Capítulo 1, o leitor vai encontrar um pequeno texto que apresenta, na forma de um diálogo entre um professor e seus alunos, uma discussão sobre

4 Que tem em Vendler 1967 o seu representante mais conhecido.

Scanned with CamScanner

as razões da existência de teorias lingüísticas alternativas. O texto assume propositalmente uma posição "pluralista" e argumenta na direção da inevitabilidade, e mesmo da necessidade, da existência de muitas teorias concorrentes. Este texto teve origem numa palestra que fiz aos alunos de Letras da UFPR em 1985. A forma de diálogo foi sugerida pelo livro *A Lógica do descobrimento matemático: provas e refutações*, de Imre Lakatos (organizado por John Worrall e Elie Zahar)[5], que eu estava lendo na época e, parece-me, ficou razoavelmente adequada ao tipo de leitor pretendido (alunos de graduação).

No Capítulo 2, num texto de maior fôlego, escrito em parceria com Marcelo Dascal[6], encontra-se uma discussão detalhada da questão do "objeto da lingüística". Dascal e eu buscamos fazer um levantamento, inclusive histórico, das várias alternativas de objeto que as teorias da linguagem recortam para si. Sem tomar partido (sem sermos 'normativos', em outras palavras), apresentamos um amplo panorama das alternativas de objeto existentes e procuramos dar um mínimo de organização ao quadro encontrado. De certa forma, a questão básica deste texto retoma e aprofunda o que já foi visto no Capítulo 1. Originalmente, este texto serviu de "texto-base" para as discussões do GT Epistemologia da Lingüística, realizado em agosto de1990 durante o IX Congresso Internacional da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina (ALFAL) e coordenado pelo Prof. Dascal e por mim.

O Capítulo 3 é um texto de conferência (e resolvi manter as marcas de sua natureza 'oral') que discute a proposta de "complementaridade" entre as diversas "lingüísticas" feita por Carlos Franchi. A proposta de Franchi propiciou uma retomada de questões que já haviam sido tratadas nos textos anteriores (Capítulos 1 e 2) e uma discussão sobre a oposição "objetivismo" *versus* "relativismo" que sempre acompanha as propostas pluralistas. Este texto também situa algumas das questões tratadas não mais no campo da epistemologia, mas no campo da ética. Foi lido na Conferência de Abertura do XLIII Seminário do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo (GEL), Ribeirão Preto, SP, em 1995.

---

5 LAKATOS, I. *A lógica do descobrimento matemático: provas e refutações* (organizado por John Worral e Elie Zahar). Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

6 Professor do Departamento de Filosofia da Universidade de Tel-Aviv, Israel.

Scanned with CamScanner

O Capítulo 4, também contendo um texto de natureza oral, arrisca uma busca de razões para a escolha entre a abordagem formalista ou a abordagem funcionalista nos estudos lingüísticos nas relações que podemos supor entre as várias ciências. Apelando para as soluções que a genética e a antropologia poderiam dar para o conflito formalismo *versus* funcionalismo, propõe-se uma solução "externa" para o dilema na lingüística. Este texto foi apresentado em mesa-redonda durante o I Encontro do Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul (CelSul), Florianópolis, SC, 1995.

O Capítulo 5 é uma versão revista do Capítulo 1 de minha tese de doutorado, intitulada *A gramática gerativa transformacional: um ensaio de filosofia da lingüística*, defendida na Unicamp em 1991, sob a orientação de Rodolfo Ilari. Trata-se de uma reflexão, geral e bastante superficial (reconheço!), sobre o conceito de "estruturalismo" na lingüística. Na tese, esta reflexão preparava a discussão sobre a "revolução chomskiana", mas ela me pareceu suficientemente autônoma e interessante para fazer parte desta coletânea.

No Capítulo 6, escrito em parceria com Sírio Possenti, faz-se uma análise de caso. O debate ocorrido no final dos anos 1970 sobre a questão da abstração das formas fonológicas é retomado, e a argumentação usada pelos contendores (exemplificados por Larry Hyman e Robert Harms) é analisada detalhadamente. Usa-se, neste texto, a metodologia dos programas de investigação científica, de Imre Lakatos, como guia para a análise e usa-se a análise feita como "lugar de teste" da metodologia. Foi originalmente publicado, em 1984, nos *Cadernos de Estudos Lingüísticos* da Unicamp.

O Capítulo 7 é um "critical review" que Marcelo Dascal, Edson Françozo e eu escrevemos sobre a proposta de uma teoria do desempenho (a "Abstract Performance Grammar") formulada pelo psicólogo Charles Osgood, um dos "fundadores" da psicolingüística. A proposta de Osgood é criticada detalhadamente em seus pontos principais e algumas perspectivas sobre o tratamento do desempenho são adiantadas. Este "review" da teoria de Osgood teve duas versões: uma versão em inglês, redigida basicamente por Edson Françozo, foi publicada em 1985 no *Journal of Pragmatics*; a versão em português, redigida por mim a partir da versão em inglês, foi publicada também em 1985 nos *Cadernos de Estudos Lingüísticos* da Unicamp.

Scanned with CamScanner

Finalmente, no capítulo 8, encontra-se uma discussão sobre a proposta de uma "sociolingüística paramétrica" — "teoria" que pretende "compatibilizar" a sociolingüística (em particular a teoria da variação de extração laboviana) e a sintaxe gerativa (teoria de princípios e parâmetros) — feita, entre outros, por Fernando Tarallo. As relações entre a sociolingüística e a sintaxe chomskiana são analisadas à luz do conceito de "incomensurabilidade", proposto por Thomas Kuhn e Paul Feyerabend. Este texto foi publicado em 1989 na *Revista Letras* da UFPR.

Os textos que compõem este livro não são inéditos. O acesso a eles, no entanto, nem sempre é muito fácil. Facilitar esse acesso, então, é o objetivo principal desta obra. A importância dessa facilitação não está no fato de que eu julgue que o leitor vá encontrar aqui respostas definitivas para os problemas da ciência da linguagem, ou que os textos aqui reunidos sejam peças brilhantes de investigação filosófica. Longe disso. A importância de termos mais gente tomando contato com esse tipo de investigação está justamente na necessidade que uma ciência tem de que suas teorias sejam sempre submetidas à mais severa crítica. Se a crítica deve ser feita do ponto de vista da adequação empírica das propostas teóricas, deve também ser feita do ponto de vista da escolha dos conceitos, do recorte dos fenômenos, das estratégias argumentativas utilizadas etc. Além disso, até onde eu sei, este é o primeiro livro dedicado ao assunto publicado em português.

A organização dos textos seguiu o seguinte critério: na primeira parte (Capítulos 1 a 5) ficaram os textos que abordam questões gerais; na segunda parte (Capítulos 6 a 8) ficaram os textos que analisam propostas particulares ("estudos de caso"). No interior de cada uma das duas partes, os textos estão dispostos em ordem cronológica, tendo como critério a data da publicação original.

As referências originais dos oito textos são as seguintes:

CAPÍTULO 1.

BORGES NETO, J. "Diálogo sobre as razões da diversidade teórica na lingüística". *Fragmenta*, Curitiba, n. 2, 1985: 1-13.

CAPÍTULO 2.

DASCAL, M.; BORGES NETO, J. "De que trata a lingüística, afinal?" *Histoire, Épistémologie, Langage*, Paris, vol. 13, n.1, 1991: 13-50 (publicado também nas *Atas do IX*

Scanned with CamScanner

Congresso Internacional da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina - ALFAL, vol II, Campinas, IEL-UNICAMP, 1993: 435-464).

CAPÍTULO 3.

BORGES NETO, J. "O pluralismo teórico na lingüística". *Estudos Lingüísticos* XXV (Anais de Seminários do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo - GEL), Taubaté, UNITAU/CNPq/GEL, 1996: 4-17.

CAPÍTULO 4.

BORGES NETO, J. "Formalismo versus Funcionalismo nos estudos lingüísticos". *Anais do I Encontro do Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul - CelSul*, vol. 1, Florianópolis, CelSul, 1997: 15-24.

CAPÍTULO 5.

BORGES NETO, J. *A gramática gerativa transformacional: um ensaio de filosofia da lingüística*. Tese de doutorado, IEL/UNICAMP, 1991 (Capítulo 1: 20-47).

CAPÍTULO 6.

BORGES NETO, J.; POSSENTI, S. "Lingüística e história da ciência: o caso do Nupe." *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 7, 1984: 7-38.

CAPÍTULO 7.

DASCAL, M.; BORGES NETO, J.; FRANÇOZO, E. "Um novo modelo do velho molde: estudo crítico das recentes propostas psicolingüísticas de C. E. Osgood." *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 8, 1985: 151-185 (uma versão em inglês, com o título "Modelling the Psycholinguistic Mold", foi publicada em *Journal of Pragmatics*, North Holland, vol 9, n. 4, 1985: 345-376)

CAPÍTULO 8.

BORGES NETO, J. "A incomensurabilidade e a 'compatibilização' de teorias". *Revista Letras*, Curitiba, n. 38, 1989: 43-66.

Queria a agradecer a Sírio Possenti, Marcelo Dascal e Edson Françozo, bem como às revistas *Histoire, Épistémologie, Langage* (SHESL/PUV St-Denis), *Cadernos de Estudos Lingüísticos* (Universidade Estadual de Campinas), *Revista Letras* (Universidade Federal do Paraná) e *Fragmenta* (Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPR) pelas gentis autorizações para a re-publicação dos textos.

Gostaria de agradecer também ao Instituto de Lingüística Teórica e Computacional (ILTEC), instituição portuguesa que me acolheu no período

Scanned with CamScanner

em que estive organizando a maior parte deste livro (1999) e ao CNPq, entidade do governo brasileiro voltada ao desenvolvimento científico e tecnológico, que, por meio da concessão de uma bolsa de estudos, permitiu que eu pudesse me dedicar a essa tarefa. A finalização do livro só pôde acontecer em 2002, novamente com o apoio do CNPq, sob a forma de uma bolsa de pesquisa.

Curitiba, novembro de 2004.
J. B. N.

Scanned with CamScanner

I

Questões Gerais

Scanned with CamScanner

capítulo 1
Diálogo sobre as razões da diversidade teórica na lingüística

(*O diálogo se dá numa sala de aula imaginária. O professor apresentou um amplo panorama da lingüística no século XX, listando uma infinidade de teorias lingüísticas concorrentes e um sem-número de teóricos. Diante da perplexidade dos alunos, o Professor resolve discorrer sobre as razões da diversidade teórica na lingüística.*)[1]

Aluno ALFA: Na última aula, Professor, vimos um panorama da lingüística que me deixou completamente confuso, com a impressão de que a lingüística é um caos. Por que ela é assim?

PROFESSOR: Para responder esta pergunta é preciso que pensemos um pouco sobre algumas das características do nosso objeto de estudos: *a linguagem*. A linguagem humana é um fenômeno (se pudermos dizer que ela é um fenômeno) extremamente complexo. Ela está presente a todo instante e se liga a tudo o que o homem faz. Pode-se dizer, por exemplo, que a linguagem é o suporte do pensamento (a questão clássica é: "pode-se pensar sem lingua-

1 Este trabalho surgiu de uma palestra feita para os alunos de Letras da UFPR em maio de 1985. Agradeço aos alunos que questionaram algumas das posições lá defendidas. Agradeço também aos professores Carlos Alberto Faraco, José Luiz Mercer e Ana Lúcia Müller pelos comentários que fizeram a uma primeira versão deste trabalho. A responsabilidade pelas afirmações do texto, no entanto, é apenas minha.

Scanned with CamScanner

gem?"); a linguagem é instrumento de comunicação e de ação sobre os outros; a linguagem é matéria de arte; a linguagem é usada como marca de posição social...

DELTA: Nem precisa ir adiante, Professor. Acho que todo mundo está convencido da importância da linguagem em nossas vidas e entende a sua ligação estreita com nossas atividades.

PROFESSOR: Então vamos adiante. Do fato de a linguagem se ligar visceralmente ao "humano" decorre que seu estudo nem sempre pode ser isolado de outros aspectos do "humano". Por exemplo, nem sempre é possível estabelecer os limites entre a lingüística, que estuda as línguas naturais, e a psicologia, que estuda os falantes. Pode-se dissociar a língua daquele que a fala? Não é fácil responder a esta pergunta. Nem sempre é possível, também, distinguir, em determinadas circunstâncias, o que é o objeto da lingüística e o que é objeto da sociologia ou da antropologia.

GAMA: Eu não estou entendendo bem esse ponto. O senhor pode dar um exemplo?

PROFESSOR: Claro. É sabido que as línguas variam no tempo e no espaço. E 'espaço' aí pode significar tanto o espaço *físico* (geográfico) como o espaço *social* (hierarquia de estratos sociais). Em outras palavras, as línguas vão se modificando com o passar do tempo e adquirem formas próprias, determinadas culturalmente, em lugares diferentes e em estratos sociais diferentes. O português falado hoje não é igual ao português falado no século XIII; o português falado hoje no Brasil não é igual ao português falado hoje em Portugal; o português falado hoje no Brasil pela população de baixa escolaridade (os "bóias-frias", por exemplo), não é igual ao português falado hoje no Brasil pelas pessoas de escolaridade mais alta (médicos, por exemplo). Podemos ver as línguas, então, como uma sucessão temporal de "estágios" (sincronias) e cada "estágio" como um conjunto de variações regionais (dialetos) e variações sociais (dialetos sociais ou socioletos). É fácil perceber, então, que a língua de um povo não se distingue, em princípio, da história desse povo; nem se distingue da organização social desse povo a cada momento da história. Está claro?

Scanned with CamScanner

ALFA: Creio que sim. O que o senhor quer dizer é que a língua de um povo não é um objeto que se realize a-historicamente, nem é um objeto alheio às diferenças socioculturais existentes no meio social.

BETA: Como ele fala difícil!

PROFESSOR: Você entendeu o ponto, Alfa. A língua não "paira" sobre a sociedade, mas está presente nela e com ela se confunde.

BETA: É por isso, então, que o senhor diz que às vezes fica difícil separar o objeto da lingüística do objeto da sociologia ou da antropologia?

PROFESSOR: Exatamente. Mas tomemos outro caso. As análises acústicas das emissões de fala revelam que a fala é um *contínuo*. Em outras palavras, do ponto de vista do sinal acústico — da fala como um fenômeno físico — não há entidades como segmentos ou sílabas, ou mesmo palavras. Não obstante, os falantes são capazes de *perceber* segmentos, sílabas e palavras nas emissões de fala. Isto claramente revela que os falantes são capazes de perceber coisas que *não estão* no sinal físico, mas que pertencem propriamente ao processo perceptivo do falante/ouvinte. Pode-se concluir daí que não é possível ver a língua isoladamente da psicologia do falante. Em suma, assim como não se pode separar a linguagem do meio social em que ela é usada, não se pode separar a linguagem dos processos psicológicos que, de certa forma, "organizam" para os falantes essa linguagem. Noções lingüísticas como *língua*, *dialeto* etc. são claramente noções sociológicas, enquanto *fonema*, *sílaba* etc. são noções francamente psicológicas.

BETA: Parece, então, que para entender a linguagem é preciso conhecer história, sociologia, psicologia e sabe lá o que mais.

PROFESSOR: Você ficou com essa impressão? Ótimo. Era justamente a impressão que eu queria passar para vocês. Notem que a questão que se coloca neste ponto — e é basicamente a questão de Beta — é a da possibilidade de se apreender a linguagem em suas múltiplas relações com o homem e com as instituições humanas. O conjunto de relações, imbricações e superposições que a língua mantém é tão grande que o homem, diante dela, se sente como que diante de uma floresta, repleta de árvores, arbustos, cipós

Scanned with CamScanner

e parasitas entrelaçados, que formam uma barreira impenetrável e na qual não se vislumbram clareiras ou picadas.

ALFA: Entendo. Dado o grande número de relações que a linguagem mantém, não temos condições de decidir por onde é que vamos começar a sua abordagem a fim de conhecê-la.

PROFESSOR: A realidade não diz como é que quer ser abordada e toda abordagem que se puder propor vai sempre parecer parcial e arbitrária.

DELTA: E como é que se faz, então?

PROFESSOR: Em primeiro lugar, é preciso *abstrair*. É preciso escolher alguns aspectos do objeto, que vão ser considerados importantes, e ignorar o resto. Qualquer tentativa de estudar a linguagem vai realizar abstrações, vai isolar certas propriedades e certas relações consideradas *pertinentes*. Quanto ao que sobra, vai-se dizer que são aspectos que serão estudados posteriormente ("quando os estudos lingüísticos estiverem mais desenvolvidos") ou que são aspectos "marginais", que não devem ser estudados na lingüística, mas estudados por alguma outra disciplina científica.

GAMA: Um exemplo, Professor. Eu gosto de exemplos.

PROFESSOR: Pense na distinção *competência/desempenho* feita por Chomsky. Para ele, um falante de uma língua possui, "guardado" em algum lugar de seu cérebro, um conhecimento lingüístico que lhe permite usar a língua, produzindo e interpretando expressões. Esse conhecimento é a *competência lingüística* do falante. O *desempenho lingüístico* é o uso efetivo que o falante faz da língua. Ou seja, a competência é um conhecimento que o falante possui e o desempenho é o uso que o falante faz desse conhecimento. Pensem um pouco na aritmética. Acredito que todos vocês sabem fazer contas de somar.

BETA: Se não forem muitos os números a serem somados. (RISOS)

PROFESSOR: O conhecimento que vocês têm em relação à soma é a competência "somativa". Notem que mesmo agora quando vocês *não estão* somando nada (não estão usando efetivamente esse "saber fazer" — não estão "desempenhando"), o conhecimento sobre como fazer somas está, de

Scanned with CamScanner

alguma forma, arquivado no cérebro de cada um de vocês. Pois bem. Feita essa distinção, Chomsky vai afirmar que só a competência, e não o desempenho, se constitui em objeto da lingüística. Em outras palavras, Chomsky faz uma abstração, isolando um dos aspectos do fenômeno global *linguagem* (a competência), voltando sua atenção apenas a ele, com descaso quase completo do outro aspecto. Apenas os fenômenos tidos como pertencentes à competência vão ser estudados pela teoria lingüística de Chomsky, os outros fenômenos (do desempenho) serão simplesmente ignorados.

ALFA: Mas, Professor, deste modo a teoria de Chomsky não vai conseguir abordar integralmente a linguagem.

PROFESSOR: Nem esse é o objetivo de uma teoria lingüística. Uma teoria que pretenda dar conta de *todos* os aspectos que podem ser observados em seu objeto não é uma teoria do objeto, mas uma *reprodução*. O escritor argentino Jorge Luis Borges tem um pequeno conto que expõe muito bem esse ponto. Deixa eu ler para vocês.

DEL RIGOR DE LA CIENCIA...

En aquel Imperio, el Arte de la Cartografía logró tal Perfección que el mapa de uma sola Provincia ocupaba toda una Ciudad, y el mapa del Imperio, toda una Provincia. Con el tiempo, esos Mapas Desmesurados no satisfacieron y los Colegios de Cartógrafos levantaron un Mapa del Imperio que tenía el tamaño del Imperio y coincidía puntualmente con él. Menos Adictas al Estudio de la Cartografía, las Generaciones Siguientes entendieron que ese dilatado Mapa era Inútil y no sin Impiedad lo entregaron a las Inclemencias del Sol y de los Inviernos. En los desiertos del Oeste perduran despedazadas Ruinas del Mapa, habitadas por Animales y por Mendigos; en todo el País no hay otra relíquia de las Disciplinas Geográficas, (Suárez Miranda: VIAJES DE VARONES PRUDENTES, LIBRO CUARTO, CAP. XLV, LÉRIDA, 1658).[2]

BETA: Puxa! Que conto legal! Acho que ficou bem claro, para mim pelo menos, que as teorias necessariamente operam abstrações sobre seu objeto. Como o mapa do Borges, uma teoria que esgote o objeto será inútil.

2 BORGES, J. L. 1974: 847 (O conto é parte do texto "Museo" do livro *El hacedor*, de 1960).

Scanned with CamScanner

PROFESSOR: Podemos levar adiante ainda essa imagem do mapa. Vocês lembram que eu falei que a linguagem é uma floresta impenetrável? Para que alguém percorra uma floresta sem se perder, o que é necessário é um *mapa*. No caso da linguagem, o mapa se chama *teoria lingüística*. Como um mapa, uma teoria lingüística estabelece regiões, áreas, caminhos, limites etc. no fenômeno complexo. Em outras palavras, a teoria atribui uma certa organização ao fenômeno, de modo que possamos nos deslocar por ele.

ALFA: Eu quero colocar um problema. Eu entendo que a necessidade da abstração leve na direção da diversidade teórica: teorias diferentes operam abstrações diferentes. O que eu não entendo é como justificar a diversidade a partir da imagem do mapa.

PROFESSOR: Há duas coisas a serem ditas. Primeiro, você já concluiu o que eu queria concluir: uma das razões da diversidade teórica é a possibilidade de se realizarem inúmeras abstrações sobre um mesmo objeto. Segundo, a tua questão surge de uma provável incompreensão da natureza do mapa. Você está pensando no mapa como uma representação determinada pelo objeto. Você está entendendo o mapa como uma espécie de "fotografia" da realidade. E isso é falso. É claro que um mapa não pode mostrar um rio onde não existe rio, mas ele pode mostrar *só* os rios, e não as montanhas; ou só as montanhas e não os rios. Um mapa político, por exemplo, vai mostrar linhas divisórias onde não existem linhas divisórias na realidade física. Lembrem-se da história do Brasil. Havia um tal de Meridiano de Tordesilhas, que era uma *linha imaginária*. Ora, o que significa dizer que era uma linha *imaginária*, senão dizer que era uma linha que *não existia* no objeto, uma linha que existia apenas na *representação* do objeto (no mapa)[2]. Se o mapa representasse fielmente o objeto, o problema da demarcação das terras indígenas no Brasil deveria estar resolvido, não? Pois o mesmo ocorre com as teorias lingüísticas. Elas também estabelecem "limites imaginários". De certo modo, a organização que a teoria atribui ao objeto (o "mapa" do objeto) não está necessariamente no próprio objeto, mas está em nossa visão do objeto. Ou seja, o objeto não determina inteiramente a teoria, pois ela é uma *construção humana*. Uma teoria lingüística é um modo particular de ver a realidade da linguagem humana.

Scanned with CamScanner

DELTA: Embananou.

PROFESSOR: Desembananemos, então. Vamos voltar à distinção *competência/desempenho*. A primeira observação a fazer é que esta distinção *não existe* no objeto. É uma distinção que Chomsky vê no objeto. Competência e desempenho não são partes do objeto, mas parte da visão (representação) que Chomsky tem do objeto. Nenhuma estranheza, então, no fato de nem todos os lingüistas concordarem com essa distinção: simplesmente eles não conseguem ver o objeto desse mesmo modo.

GAMA: As abstrações, então, são sempre operadas sobre um objeto já representado de um modo ou de outro.

ALFA: E fica claro o porquê da diversidade lingüística: as teorias resultam de visões particulares do objeto de estudos. Deveremos ter tantas teorias quantas forem as visões particulares, ou representações, do objeto.

PROFESSOR: É isso mesmo. Esta constatação nos leva a uma conclusão: o número de teorias possíveis é, em princípio, infinito.

BETA: Mas assim a gente cai no relativismo total. As teorias são visões particulares e não há como avaliar, criticar ou contestar essas visões. No entanto, parece que a ciência não funciona assim. Há verdades científicas estabelecidas: a teoria heliocêntrica, que diz que é a Terra que gira em torno do Sol, é uma delas.

PROFESSOR: Eu vou te responder falando um pouco sobre outra característica das teorias científicas: o rompimento com o "senso comum". Qualquer pessoa pode ver — "está na cara" — que a Terra é imóvel e que é o Sol que se move pelo céu. Imaginem agora o que representou para o homem recém-saído da Idade Média a afirmação de que é a Terra que se move em torno do Sol. Uma "verdade" estabelecida, aceita pelo senso comum, estava sendo contestada e o mundo, diante disso, nunca mais poderia ser o mesmo. Ocorre, porém, que essas novas "verdades" — revolucionárias — também assumem o caráter de "verdades estabelecidas", e são aceitas pelo senso comum, até que surja outra visão do mundo que rompa com esse novo senso comum.

DELTA: Ah! Agora eu estou entendendo o que um dos ganhadores do prêmio Nobel de medicina, Niels Jerne, quis dizer na entrevista que deu à

Scanned with CamScanner

revista *Veja*. Eu tenho um exemplar da revista, aqui. Olhem só o que ele afirma:

> *Para se fazer uma descoberta, é preciso desconfiar das idéias que estão em voga — e desconfiar não pelo simples prazer de desconfiar, mas seriamente. Existem muitas idéias completamente falsas que estão estabelecidas há muito tempo, e ninguém se dá conta disso. Penso que esta é a parte mais difícil: pensar de uma maneira diferente daquela a que estamos habituados. Em toda a minha vida, acho que consegui fazer isso muito poucas vezes. Depois, é preciso substituir esta idéia falsa por outra, melhor. Uma idéia nova só aparece quando deixamos de acreditar na antiga*[3].

PROFESSOR: Vocês estão vendo só? Quem afirma isso é um ganhador do prêmio Nobel, com seus trabalhos sobre imunologia. Este é um bom argumento de autoridade para o que estou dizendo. Mais importante, porém, é que vocês entendam qual é o mecanismo em questão. Tomemos a teoria da relatividade geral de Einstein como exemplo. Newton havia explicado o universo (havia explicado o porquê da Terra girar em torno do Sol, por exemplo) por meio de sua teoria da gravitação, que considerava a gravidade como uma *força* presente nos corpos com massa. Nós não saímos voando e caímos no espaço porque há uma força que nos puxa para o centro da Terra. O Sol possui uma força que "prende" a Terra (e os outros planetas) junto de si. A Terra não cai no Sol porque a velocidade com que orbita em torno do Sol cria outra força (força centrífuga) que, até certo ponto, anula a força da gravidade. Não é preciso dizer que a teoria da gravitação universal de Newton foi extremamente revolucionária em sua época. Ocorre, porém, que com o passar do tempo essa teoria foi incorporada pelo senso comum. Ou seja, a noção de gravidade deixou de ser revolucionária e passou a ser uma noção "corriqueira". A teoria da gravitação passou a ser uma "verdade". O que faz Einstein? Nega que o espaço e o tempo sejam absolutos. Ele nega, por exemplo, que uma vara com exatamente um metro de comprimento tenha esse comprimento em qualquer lugar e independentemente de estar se movendo ou não. Ele nega que dois relógios que andam juntos, sem adiantar nem atrasar, continuem andando juntos quando um deles é levado, em alta velocidade, para longe do outro. É demais para o senso comum, não? Vejam

3 *Veja*, nº 873, de 29 de maio de 1985: 6.

Scanned with CamScanner

agora o que ele faz com a noção de gravidade. Einstein deixa de considerar a gravidade como uma força e passa a considerá-la como uma *curvatura no espaço/tempo*. A Terra é atraída pelo Sol porque este, com sua massa, causa uma curva no espaço-tempo, de modo que a Terra, ao se mover nesse espaço curvado, é desviada em direção ao centro do Sol. Em resumo, Einstein apresenta uma nova "verdade" revolucionária, que vem substituir outra "verdade", já antiga, que foi também revolucionária em seu tempo.

GAMA: E na lingüística, há algo semelhante?

PROFESSOR: Há. O que ocorre é que a história da lingüística é muito pouco estudada e, em conseqüência, muito pouco conhecida. Mas pensem na noção de *fonema*. Quando surgiu, na virada do século XIX para o século XX, a noção de fonema, como uma representação abstrata de uma classe de sons, ligada à noção de língua como sistema, era extremamente revolucionária e deu um direcionamento novo e fecundo ao estudo da base material — fônica — da linguagem. Podemos refazer rapidamente essa passagem. Ninguém contesta que o aparecimento da escrita alfabética deveu-se a uma rudimentar e inconsciente análise da fala em termos, digamos, fonêmicos. Não se pode entender a escrita alfabética senão como uma representação da cadeia da fala já segmentada em elementos atômicos (as letras são "figuras" dos sons)[4]. É interessante ressaltar que por muito tempo — até o século XIX, podemos dizer — os estudos fonéticos se resumiram a explicações sobre a pronúncia das letras. É no século XIX que vão se desenvolver os estudos propriamente fonéticos. Os avanços obtidos nos estudos de acústica e de fisiologia permitem perceber uma imensa variação na "pronúncia das letras".

> *Na segunda metade do século, tornou-se evidente que, num estudo fonético mais acurado, qualquer sistema gráfico, por mais ampliado que fosse, omitiria grande número de diferenças fônicas observáveis. Também ficou claro que uma transcrição rigorosa que se aproximasse do objetivo inatingível de "um som, um símbolo", seria irremediavelmente complicada do ponto de vista prático*[5].

Tal estado de coisas implicou, num primeiro momento, numa espécie de separação radical entre o estudo dos sons da fala, de um lado, e o estudo da

4 Fernão de Oliveira, em sua *Gramática da linguagem portuguesa* (1536), no início do capítulo VI, afirma: "letra é figura da voz".
5 Robins 1967: 165.

Scanned with CamScanner

linguagem como meio de comunicação, de outro. É como Jakobson corretamente destaca:

> *A decepcionante concepção de uma multiplicidade caótica trouxe num movimento antitético o princípio da unidade e da ordem*[6].

Na busca dessa unidade e dessa ordem, devem merecer destaque o lingüista inglês Henry Sweet e o lingüista polonês Baudouin de Courtnay. É Sweet quem primeiro vai distinguir diferenças sonoras que servem para estabelecer oposições significativas (e que têm *funcionalidade* na língua, em conseqüência) de diferenças sonoras que não são funcionais (na realidade, ele falava em *sons funcionais* e *sons não-funcionais*). Mas é Baudouin de Courtnay quem vai forjar o termo *fonema* para nomear os sons funcionais. É com Saussure, no entanto, já no início do século XX, que a noção de fonema vai poder ser tratada sistematicamente numa teoria geral da linguagem. Os lingüistas do Círculo de Praga (especialmente Troubetzkoy) assumem a distinção saussuriana entre *língua* ("langue") e *fala* ("parole") e nela situam a noção de fonema: os sons da fala pertencem à "parole" e os fonemas pertencem à "langue".

GAMA: Que interessante! A noção de fonema vai permitir que se incorpore simultaneamente a diversidade observada nos estudos fonéticos com uma certa ordem, uma certa sistematização, que é necessária para se entender a linguagem como veículo de comunicação.

PROFESSOR: É isso mesmo. Passa-se a entender a linguagem como a união de dois níveis distintos — língua e fala — e coloca-se a multiplicidade, a diversidade, a desordem num dos níveis (a fala), enquanto o outro nível (a língua) garante a ordem, a unidade, a sistematização. Dá para perceber, então, o papel revolucionário dessa noção na época. Seu aparecimento resolveu uma situação de impasse e permitiu que o que se chama hoje de *fonologia* se desenvolvesse. Mas parece que lingüista tem "bicho-carpinteiro" e não consegue parar quieto. Nos anos 1950, surge Chomsky com uma nova teoria lingüística, e a noção de fonema perde o seu significado. Chomsky afirma — e argumenta de modo bastante convincente — que a lingüística (a fonologia, para ser mais

6 Jakobson 1972: 16.

Scanned with CamScanner

exato) não precisa dessa noção. Em outras palavras, a noção de fonema não é uma das noções presentes na teoria chomskiana, e é preciso ter em mente que é a posição chomskiana que se apresenta agora como revolucionária.

BETA: Mas como é que se pode prescindir da noção de fonema? Ela me parece tão óbvia, tão intuitiva.

PROFESSOR: É esse justamente o ponto. Como na física, "verdades" já incorporadas pelo senso comum são substituídas por novas "verdades". Você acha a noção de fonema óbvia e intuitiva porque ela já faz parte do senso comum. Mas perceba que se ela fosse tão óbvia e intuitiva como você diz, não precisaríamos esperar até o século XIX para que surgisse. A noção de fonema surgiu num momento em que se precisava muito dela. Foi extremamente útil, na medida em que permitiu que os fenômenos lingüísticos fossem vistos com "novos olhos". Mas, como toda teoria, um dia foi substituída por outra. E é aí que entra Chomsky. Ele assinala que as diferenças fonéticas nem sempre podem ser tratadas a partir da "funcionalidade": algumas diferenças podem ser funcionais em um contexto e não-funcionais em outros. Por exemplo, a diferença entre /s/ e /z/ é relevante para a distinção entre /'kaza/ "casa" e /'kasa/ "caça", e é funcional, portanto. Mas esta mesma distinção não é relevante (e não-funcional, portanto) no final de palavras como "penas" em contextos como os seguintes: (i) /'pe.nas."pre.tas/ "penas pretas" tem um /s/ como marca de plural, enquanto /'pe.na.za.ma."rE.las/ "penas amarelas" tem /z/ como marca de plural. O que fazer? Considerar /s/ e /z/ dois "sons funcionais" ou não? Considerá-los representantes de dois fonemas distintos ou não? As teorias lingüísticas que querem salvar a noção de fonema entram aí com uma parafernália conceitual, falando em "neutralização", "arquifonema" etc. Chomsky toma outro caminho: não admite na descrição lingüística a existência de um nível de representação fonêmica independente. Como ele vai se ocupar principalmente de *processos* fonológicos, não há em sua teoria um lugar para o fonema como unidade lingüística independente.

DELTA: Então os fonemas não existem na realidade. Eles só existem no plano teórico.

PROFESSOR: Eles existem no quadro de uma teoria e não existem no quadro da outra. Ou seja, eles não são entidades do mundo, mas apenas

Scanned with CamScanner

entidades teóricas. Desse modo, só são "reais", só são "verdade", enquanto a teoria que os postula for considerada verdadeira.

GAMA: Acho que para mim ficou claro. Os fonemas são entidades tão "reais" quanto a força gravitacional. Existem fenômenos a serem explicados e os fonemas "existirão" enquanto forem a explicação aceita.

PROFESSOR: Certo. Você entendeu o ponto central do meu argumento. Eu ainda queria acrescentar uma coisa: as teorias científicas ficam velhas e morrem.

ALFA: Como é?

PROFESSOR: Uma teoria fica velha quando perde sua característica revolucionária e é adotada pelo senso comum. Ela fica velha quando se torna "verdade estabelecida". Na hora em que as pessoas começam a ver uma teoria qualquer como a teoria que afirma a "verdade", está na hora de aparecerem teorias alternativas que ponham em xeque essa "verdade". Se não for possível dizer mais nada de revolucionário sobre determinada área do conhecimento, essa área perdeu todo o interesse científico: está morta para a ciência.

ALFA: Então a diversidade teórica é *necessária* para que uma disciplina se mantenha viva?

PROFESSOR: Sim. A diversidade teórica é necessária porque, como vimos, as teorias são sempre parciais...

DELTA: Por causa da abstração sempre presente.

PROFESSOR: ... e sendo parciais, quanto mais teorias tivermos, mais saberemos sobre o nosso objeto, a linguagem.

GAMA: Deixa eu ver se entendi. Digamos que as teorias são fotografias de um objeto — uma casa, por exemplo. Cada teoria (fotografia) só consegue captar um aspecto do objeto: registra a casa por fora ou registra a casa por dentro; registra a frente da casa, mas não os fundos; enquadra as janelas de um dos lados, mas não as janelas e a porta que ficam do outro lado etc. Para que tenhamos um conhecimento completo do objeto, é preciso que nos sejam apresentadas várias fotografias — quanto mais, melhor.

Scanned with CamScanner

PROFESSOR: Certo. Só que a imagem que você usou é perigosa. Para ficar mais próximo do que acontece na lingüística, imagine que o indivíduo que busca conhecer a casa por meio das fotos não tem jeito de saber se todas as fotos são de uma mesma casa. Lembrem-se de que vimos antes que as abstrações também *constroem* o objeto. Assim, a rigor, as várias teorias não são necessariamente teorias de um mesmo objeto, embora tenham todas a linguagem como seu objeto. Resumindo, então, o que vimos, podemos dizer que a diversidade teórica existe porque existem modos diversos de ver a realidade (no nosso caso, a linguagem). Além disso, a diversidade é necessária para a saúde científica de uma área de conhecimentos[7].

BETA: E a questão do relativismo, que o senhor não respondeu? Como é que nós podemos avaliar uma teoria? Como é que nós podemos contestar ou criticar uma teoria?

PROFESSOR: Essa é a questão crucial de toda a filosofia da ciência. De qualquer forma, sempre é possível apontar alguns aspectos da atividade do cientista que podem afastar esse "fantasma" do relativismo (embora sempre se possa perguntar: e por que não o relativismo?). Um desses aspectos, por exemplo, é a relação entre a teoria e a realidade. Vejam. É muito difícil alguém afirmar que não existe uma realidade para além da realidade construída das teorias. Desse modo, essa realidade, digamos, empírica, coloca freios ("traz para o chão") no delírio teórico. Voltemos à analogia do mapa. Como vimos, o mapa é sempre construído — ele é uma *representação* do real e não uma *reprodução*. Mas, enquanto representação, ele tem compromissos com o real que representa. O mapa pode não mostrar as montanhas ou os rios, mas no momento em que o fizer, deve mostrar montanhas onde houver montanhas e rios onde houver rios. As teorias são visões particulares do real, e até certo ponto são visões que constroem esse real, mas esse "poder criador" tem limites: o objeto não determina a teoria, mas lhe impõe limites. Em algum momento, o construto teórico tem que se sobrepor ao objeto real e é aí, neste momento, considerando-se o que fica de fora, as relações que são ou que não são estabelecidas etc., que é possível avaliar, criticar e contestar uma teoria. Mas esta é uma questão muito complexa e o melhor é deixá-la para uma próxima aula. Por hoje, é só.

---

7 Para a defesa de uma posição semelhante ver Feyerabend 1979: 247-258.

Scanned with CamScanner

capítulo 2

De que trata a lingüística, afinal?[1]

1. Objetivo e objeto

Seria de se esperar que pesquisadores e estudiosos de uma disciplina soubessem exatamente do que trata essa disciplina, isto é, qual é seu "objeto de estudo".

Se passássemos um questionário com essa pergunta a um grupo de lingüistas, talvez obtivéssemos uma resposta dominante: "Ora, a lingüística é o estudo científico da linguagem humana". Certamente tal "definição" se encontra em vários tratados de lingüística e nesses textos, com essa resposta sumária, considera-se encerrado o debate sobre a natureza do objeto da investigação lingüística.

Se porventura ainda se deixar espaço para uma "epistemologia" da lingüística, esta se concentrará sobretudo na discussão de questões "metodológicas", ou seja, na elucidação do adjetivo "científico" na definição acima: qual o método (ou quais os métodos) que garantiriam a "cientificidade" da lingüística, que a qualificariam para merecer integralmente o título honorífico de ciência. Vejamos algumas das razões para duvidar da validade dessa postura:

a) Em primeiro lugar, ela adota implicitamente uma posição relativamente ao *objetivo* da lingüística. *Grosso modo*, essa posição consiste em supor

1 Escrito em colaboração com o Prof. Marcelo Dascal, da Universidade de Tel Aviv, Israel.

Scanned with CamScanner

que o objetivo da lingüística é *fazer ciência* a respeito da linguagem. Obviamente, para fazer sentido, tal caracterização tem que se opor a outras, como *fazer filosofia, fazer mágica, criar efeitos estéticos, fazer jornalismo* etc. — todas tendo um mesmo objeto: *a linguagem*. Deixemos de lado a questão — difícil — de como se distinguem entre si esses vários fazeres aplicáveis a um mesmo objeto. Perguntemo-nos, porém, se o "objeto", ao qual se aplicam os diferentes modos de fazer, permanece efetivamente o *mesmo*. Em outras palavras, a *linguagem*, tal como manipulada ou enfocada pela filosofia, pela magia, pela atividade estética (literatura, por exemplo), pelo jornalismo e pela lingüística é invariante, auto-idêntica, independentemente do enfoque?

A resposta é, certamente, *não*! Ou seja, a escolha de um *objetivo* relativamente à abordagem de um *objeto* determina, na verdade, uma visão, um modo de *construir* esse objeto. Ao escolher o objetivo *fazer ciência*, a lingüística propõe de fato um modo de construir ou conceber seu *objeto*, a linguagem.

b) Ao se erigir em *a ciência da linguagem*, a lingüística, além disso, se autocaracteriza como aquela dentre as ciências que poderiam abordar a linguagem (p. ex., a antropologia, a psicologia, a sociologia, a acústica, a neurofisiologia etc.) que dispõe de um ponto de vista privilegiado sobre esse objeto, ponto de vista que captaria sua *essência* (na medida em que uma ciência pode captar a essência de uma coisa). As demais disciplinas científicas, abordando a linguagem, abordá-la-iam, então, de pontos de vista *parciais* e *periféricos*. O fato de "aceitarem" nomes compostos ("psicolingüística", "antropologia lingüística", "neurolingüística" etc.) atesta isso. Só a lingüística *proper* captaria (cientificamente) o objeto *linguagem* em sua totalidade e naquilo que tem de essencial. A lingüística constituiria assim o *núcleo* das ciências da linguagem, sendo as demais abordagens periféricas ou subsidiárias. Evidentemente, essa diferenciação do estudo (científico) da linguagem em um núcleo e uma periferia contém, implicitamente, uma definição do *objeto* de estudo. Por que deixar tal definição implícita e, portanto, fora de debate?

c) É sabido, à luz da historiografia da ciência, que tanto a concepção do "fazer ciência" em geral, como a concepção do objeto e dos métodos de cada ciência particular estão em constante evolução histórica. Quer se conceba tal evolução como linear e cumulativa, quer como uma sucessão de *revoluções*

Scanned with CamScanner

científicas (como proposto por Thomas Kuhn), é claro que não se pode tomar por fixo o conceito de ciência, tampouco a caracterização do objeto de cada ciência. Por conseguinte, também as oposições *ciência vs. não-ciência* e *núcleo vs. periferia* em cada área variam historicamente.

Todos os argumentos acima nos levam à conclusão de que, queiramos ou não, a questão do objeto da lingüística não pode ser deixada de lado por quem quer que deseje tomar consciência das opções subjacentes à prática da investigação lingüística.

Um tipo de resposta possível ao nosso questionário poderia ser a seguinte: "Não sabemos qual o objeto da 'lingüística' *as such*; mas cada um de nós sabe perfeitamente qual o objeto de sua especialização dentro da lingüística". Seria absurdo supor que quem se ocupa de morfologia, fonologia, sintaxe, semântica, lexicografia, discurso, texto etc. não saiba de que objeto se ocupa. Logo, *tant pis* se não dispomos de uma caracterização genérica do objeto da lingüística. Para todos os fins práticos e teóricos, basta dispor de caracterizações apropriadas para cada uma das áreas de investigação em lingüística.

Evidentemente, tal resposta, em sua aparente modéstia, implica — ela também — uma opção quanto ao objeto da lingüística: *a opção de fragmentação*. Não haveria um objeto, mas sim um "feixe" de fenômenos relacionados entre si, passíveis de ser estudados de pontos de vista diferentes e independentes uns dos outros. Tal opção já não permitiria falar de "núcleo" e "periferia", tornaria sem sentido a busca saussuriana da *homogeneidade* do objeto da lingüística, e satisfaria os que se sentem vagamente atraídos pelo "dadaísmo epistemológico" (ver Feyerabend 1975).

Mas nem por isso deixa de ser uma opção dentre outras possíveis. Os que a adotam tendem a distinguir, entre as subdisciplinas em que se fragmenta a lingüística, aquelas que são mais "nobres" (seja por seu estado mais "avançado" de desenvolvimento e formalização, seja pela "centralidade" de seu objeto frente aos demais componentes da linguagem) e aquelas que são "marginais" ou "secundárias". Temos aqui, de novo, núcleo vs. periferia, só que agora no interior da própria lingüística.

Na verdade, a questão *qual é o objeto da lingüística?*, longe de ser uma questão ingênua ou simplesmente descritiva, é a questão *normativa* básica da

Scanned with CamScanner

lingüística. Este "deve", por sua vez, aplica-se não apenas aos meios para atingir fins predeterminados, mas também aos próprios fins ou objetivos (p. ex., *deve* a lingüística ser científica?).

A cada momento histórico da evolução da lingüística corresponde uma resposta (implícita ou explícita) a essa questão normativa. Seria pretensioso de nossa parte procurar defender aqui a *nossa* opção normativa. O que faremos é discutir as propostas alternativas de objeto existentes tanto no curso da história da lingüística como em nossos dias.

2. Objeto observacional e objeto teórico

O mundo das *aparências* (o mundo das coisas tais como se apresentam) é um mundo de diversidade: pouco ou nada há de comum na multiplicidade de coisas individuais, que parecem diferir radicalmente umas das outras. As ciências, assim como outras espécies de saber, fazem *reduções parciais* da diversidade, isto é, recortam o campo da diversidade observacional de maneiras que lhes parecem apropriadas para o tipo de entidades e de explicações que lhes são preferenciais. Tomemos as teorias da luz como exemplo. A teoria corpuscular da luz, que assume *corpúsculos* como entidades básicas, vai privilegiar aqueles aspectos dos fenômenos luminosos que se prestam à explicação corpuscular, a saber, a *propagação da luz*. Mesmo dentro do campo restrito da propagação, a teoria corpuscular tem dificuldade para explicar fenômenos como a *interferência* e prefere, portanto, concentrar-se em outros fenômenos, como a *reflexão* e a *refração*. Além disso, ela deixa de lado quase que inteiramente tudo o que diz respeito à cor. A teoria ondulatória da luz, por outro lado, assumindo que as entidades básicas são *ondas* e não corpúsculos, não encontra dificuldades em explicar fenômenos como a interferência, que se tornam o foco de sua atenção, e oferece uma explicação razoável (em termos de freqüências de ondas) da cor e fenômenos que lhe são relacionados, como a *difração*.

Podemos perguntar agora qual o *objeto* das teorias da luz e encontrar *duas* respostas. No *nível observacional*, o objeto é o conjunto dos fenômenos luminosos e é igual para ambas as teorias. No *nível teórico* (descritivo ou

Scanned with CamScanner

explicativo), os objetos são distintos. Para a teoria corpuscular impõe-se uma subdivisão da teoria da luz em duas subteorias: a da propagação e a da cor. Isto porque na teoria da propagação as explicações em termos de corpúsculos são relativamente simples e imediatas, enquanto na teoria da cor tornam-se extremamente tortuosas e problemáticas. Já a teoria ondulatória permite unificar essas duas subteorias por meio de um mecanismo explicativo único. Para fazê-lo, porém, é forçada a deixar de lado certos aspectos dos fenômenos luminosos que a teoria corpuscular conseguia explicar facilmente, particularmente os fatos relativos à existência do *quanta* de luz, ou seja, feixes energéticos mínimos que se comportam como se fossem partículas luminosas. Essa divergência no nível teórico só será superada pelo "truque" de De Broglie, em 1924, de postular "entidades híbridas" subjacentes à luz — entidades que se comportam ora como corpúsculos (fótons) ora como ondas. O que De Broglie faz é substituir os objetos teóricos das alternativas corpuscular e ondulatória por um terceiro objeto teórico *corpuscular-ondulatório* para obter, assim, uma teoria unificada da luz.

Toda teoria delimita uma certa "região" da realidade como seu objeto de estudos. Uma teoria da luz trata de fenômenos luminosos e não de *sons* ou de *movimentos dos corpos*; uma teoria química trata das combinações e das reações entre as substâncias químicas, mas não trata das sensações gustativas que essas substâncias despertam nas pessoas, nem trata de estabelecer a natureza dos locais geológicos onde as substâncias podem ser encontradas. As disciplinas científicas, enfim, fazem uma espécie de "loteamento" da realidade, cabendo a cada uma delas um dos "lotes". Mas este "loteamento" não é sempre bem definido, de forma que há áreas em disputa, porções da realidade que são reclamadas por mais de uma disciplina científica. As substâncias simples, como o hidrogênio e o carbono, pertencem a uma "região" da realidade que tanto pode ser considerada objeto da química como da biologia, da geologia ou mesmo da física. O *objeto observacional* de uma teoria é, em princípio, a "região" que a teoria privilegia como foco de sua atenção e é constituído por um conjunto de fenômenos observáveis.

Um erro comum é supor que as divisões da ciência correspondem a divisões naturais da realidade. Isto é equivalente a supor que, pelo fato de

Scanned with CamScanner

alguém ter direitos adquiridos sobre certo território, as fronteiras desse território correspondem a alguma divisão natural. As delimitações dos objetos observacionais não são neutras, ou seja, não é a própria realidade que diz como quer ser seccionada. O "loteamento" do observacional é resultado de um trabalho humano sobre a realidade e, em conseqüência, já é um primeiro momento de teorização.

A *extensão* desse objeto observacional pode ser assunto de debates, e a lingüística tem bons exemplos disso. Vemos, por exemplo, lingüistas discutindo se a lingüística deve se ater às *sentenças* de uma língua ou se deve trabalhar com *textos*. É a extensão do objeto observacional que está em jogo nesse caso.

Aos olhos de seu fundador, a gramática gerativa constitui uma revolução na lingüística, não só por oferecer uma teoria radicalmente nova dos fenômenos lingüísticos mas, na verdade, por delimitar um objeto observacional distinto do de outras teorias. É isso que leva Chomsky a afirmar:

> *Generative grammar is sometimes referred to as a theory, advocated by this or that person. In fact, it is not a theory any more than chemistry is a theory. Generative grammar is a topic, which one may or may not choose to study* (1986: 4).

Chomsky parece ser vítima do erro acima mencionado, pois sugere a existência de um domínio ("tópico") naturalmente delimitado, correspondente à gramática gerativa, qualquer que seja a teoria que venha a descrevê-lo.

Delimitado o objeto observacional, a teoria vai identificar *entidades básicas*, a partir das quais vai atribuir propriedades aos fenômenos pertencentes ao campo e vai estabelecer relações entre eles, transformando o objeto observacional em *objeto teórico*.

Os cientistas em geral agem como aquele bêbado da piada, que procurava a chave do carro embaixo do poste de iluminação porque ali estava mais claro, embora a tivesse perdido em outro lugar. O *objeto teórico* é construído a partir da escolha das entidades básicas, do objetivo geral do estudo ("fazer ciência", por exemplo) e do nível de adequação pretendido; e é com essas "luzes" que o cientista vai olhar a diversidade do observacional, só vendo ali o que as "luzes" lhe permitem ver. Se a "chave" estiver ali, muito bem; se não estiver, paciência.

Scanned with CamScanner

Teorias diferentes podem construir objetos teóricos distintos sobre um objeto observacional que é supostamente o mesmo, bastando para isso reconhecer entidades básicas, predicados e relações diferentes no objeto observacional. Vejamos isso num exemplo.

(1) *O indivíduo A dirige-se ao indivíduo B e pronuncia as seguintes palavras: "João não viu o menino que trouxe o pacote".*

Consideremos que o que está no exemplo (1) é uma descrição de um fenômeno pertencente ao objeto observacional da lingüística. Agora vejamos o que algumas teorias "selecionam" deste fenômeno e que propriedades atribuem a ele.

A gramática gerativa ignora o contexto concreto em que o enunciado (o conjunto das palavras) ocorreu e concentra-se apenas nele. Entende o enunciado como uma *estrutura superficial* à qual se associam, por meio de um conjunto de regras, estruturas mais abstratas (estrutura-P, estrutura-S e forma lógica) que *categorizam* as partes da estrutura superficial e estabelecem relações entre elas. A estrutura superficial é entendida como *epifenomenal*, ou seja, como uma manifestação sem importância teórica de um aspecto mais importante — mais central — da linguagem: a gramática inscrita na mente dos falantes. Na verdade, a gramática gerativa só vai se ocupar do conjunto de regras e de princípios (com destaque para os universais) que permitem que os falantes *gerem* sentenças de sua língua, entre as quais a sentença enunciada no episódio descrito em (1).

O filósofo John Austin, por outro lado, encararia (1) sob um ponto de vista completamente diferente. Para ele, A realiza um *ato de fala assertivo* com o qual pretende que B tome conhecimento do conteúdo proposicional do enunciado. Para Austin, o ato de fala do indivíduo A envolve três atos superpostos: um *ato locutório*, que consistiria na emissão do enunciado em questão; um *ato ilocutório*, que corresponderia ao tipo de ação que A pratica com a emissão do enunciado ("asserção", no caso); e um *ato perlocutório*, que seria o efeito que A pretende obter em B com a emissão do enunciado (inclusão no conjunto de crenças de B de um certo conteúdo proposicional).

Oswald Ducrot, com sua *semântica argumentativa*, veria no enunciado de A uma *negação polêmica*, em que A contesta a afirmação de que João teria

Scanned with CamScanner

visto o menino que trouxe o pacote. Para Ducrot, o enunciado negativo contido em (1), essencialmente "polifônico", colocaria em cena um enunciador E_1 (que poderia ser B ou outro falante qualquer), que sustentaria que João viu o menino que trouxe o pacote, e outro enunciador E_2 (que poderia ser o próprio locutor A) que se oporia ao primeiro enunciador. Assim, o enunciado em (1) estaria sendo usado para *argumentar* contra as conclusões que se poderia tirar do enunciado positivo atribuído ao primeiro enunciador.

O que vemos nesses exemplos é que, embora o objeto observacional seja, em princípio, o mesmo para todas as teorias, os objetos teóricos são extremamente distintos. Enquanto uma teoria se concentra no enunciado enquanto tal e procura identificar a estrutura a ele subjacente e, mais ainda, as regras segundo as quais se constitui essa estrutura, as outras duas visam mais ao enunciado enquanto atividade comunicativa, procurando caracterizá-lo em termos de sua *função* comunicativa. Austin considera possível caracterizar tal função com base numa análise do enunciado isolado, enquanto Ducrot sugere a necessidade de situá-lo sempre num contexto dialógico ("argumentativo" ou "polifônico") real ou virtual.

Se ignorarmos momentaneamente as eventuais diferenças de *extensão* dos objetos observacionais, e considerarmos que todas as teorias lingüísticas delimitam o mesmo objeto observacional, encontraremos as razões da diversidade teórica nas divergências metodológicas e ontológicas que certamente ocorrerão quando da passagem do objeto observacional para o objeto teórico.

A definição do objeto teórico "cria" uma realidade particular da teoria. Em outras palavras, a teoria cria um mundo todo seu, que não se confunde com o mundo tal como o observamos. Esse mundo teórico é povoado não só pelos fatos observáveis (fenômenos) como também pelas *entidades teóricas*. A fonologia estruturalista, por exemplo, delimita para si um objeto teórico em que convivem *sons* e *fonemas*. Os sons são observáveis, isto é, são "coisas" que existem no tempo e no espaço e que podem ser percebidas pelos sentidos, podem ser gravadas etc. Os fonemas, por outro lado, são entidades teóricas e, como tal, não têm realidade física, não podem ser percebidas pelos sentidos, não podem ser gravadas etc.

A presença de entidades teóricas nas teorias coloca para a epistemologia o problema da definição da *natureza* dessas entidades. São elas tão "reais"

Scanned with CamScanner

quanto os observáveis? ou são apenas conceitos úteis para a descrição/explicação dos observáveis sem apresentarem, no entanto, nenhuma "realidade"?

As respostas a estas perguntas constituem o que tradicionalmente se chama de *problema ontológico*.

3. O PROBLEMA ONTOLÓGICO

Na filosofia medieval, encontramos três soluções para o problema ontológico: a solução *nominalista*, a solução *conceptualista* e a solução *realista* (ou *platônica*). Estas três soluções aparecem como respostas concorrentes para a chamada *questão dos universais*. Trata-se de saber a que corresponde na realidade o significado de nomes comuns como "homem", "cadeira" etc. O que se discutia era se esses nomes, de fato, nomeavam algo "real", ou seja, se "existia" o universal "homem" (note-se que o termo "universal" não tem aqui exatamente o mesmo sentido que tem no trabalho de Chomsky, por exemplo). Os nominalistas sustentavam que só existiam "os homens" (os indivíduos particulares) e que o termo "homem", embora designasse o conjunto dos homens, não correspondia a nada no mundo: era apenas um *nome* (daí a designação "nominalismo").

Os conceptualistas, por outro lado, admitiam a existência desses universais *na mente* das pessoas. Para um conceptualista, além das "cadeiras" particulares, existe uma *idéia* de cadeira. A existência desses "conceitos universais", no entanto, é meramente mental, ou seja, eles não existem no mundo, apenas existem na mente das pessoas.

A resposta platônica considera que só os universais têm existência. Uma cadeira particular só tem existência na medida em que "participa" de um universal. Para os platônicos, os universais existem independentemente de qualquer manifestação física particular, bem como de qualquer mente que os perceba, e nada existe a não ser como manifestação de um universal.

Modernamente, o debate ressurge com respeito à natureza do referente dos *termos teóricos* presentes nas teorias científicas. As soluções, no entanto, continuam basicamente as mesmas, com uma certa complicação que assi-

Scanned with CamScanner

nalaremos mais adiante. Vejamos como essas respostas se apresentam nas teorias lingüísticas.

Bloomfield adota a postura nominalista com relação aos termos teóricos da lingüística.

> *Non-linguists ... constantly forget that a speaker is making noise, and credit him, instead, with the possession of impalpable "ideas". It remains for linguists to show, in detail, that the speaker has no "ideas", and that the noise is sufficient — for that speaker's words act with a trigger-efect upon the nervous systems of his speech-fellows* (1936, in Katz [org.], p. 23).

Bloomfield considera que a linguagem se resume ao conjunto de ruídos produzidos pelo falante e que os termos "conceito", "idéia" etc. são apenas sinônimos de "expressão lingüística" (*speech-form*). Assim, o objeto teórico da lingüística bloomfieldiana é povoado apenas por fenômenos observáveis: os sons da fala. Os termos teóricos, como *fonema*, apenas abreviam conjuntos de comportamentos idênticos que conjuntos de sons apresentam: o que tem existência são os sons, e apenas eles.

A solução conceptualista pode ser percebida no trabalho de Sapir (1933). Para Sapir, a realidade objetiva das diferenças fonéticas é sempre re-interpretada pela "intuição fonológica" do falante. O fonema não pode ser entendido como "o produto das propriedades físicas dos sons", mas deve ser entendido como uma espécie de "forma", psicologicamente real, por meio da qual os falantes percebem a "realidade objetiva" dos sons. Para Sapir, os fonemas são entidades que possuem realidade, mas apenas uma realidade psicológica.

A oposição entre Bloomfield e Sapir pode ser melhor compreendida em termos do grande debate sobre a natureza da psicologia, característico da primeira metade do século XX. Bloomfield se insere na tradição behaviorista que, no afã de transformar a psicologia numa ciência respeitável, baniu completamente de seu vocabulário teórico todo e qualquer termo referente ao mental (idéia, conceito, intenção, desejo etc.). Para o behaviorismo, toda explicação psicológica deve ser feita em termos de generalizações a respeito das relações estímulos/respostas — ambos observáveis — em um organismo. Sapir, por outro lado, é um mentalista declarado e não se vê obrigado, como Bloomfield, a excluir o apelo a entidades mentais do vocabulário teórico da lingüística.

Scanned with CamScanner

Embora útil, a classificação medieval das soluções ao problema ontológico requer uma certa elaboração para poder ser aplicada hoje em dia. Em primeiro lugar, é preciso observar que nenhuma teorização pode abrir mão de generalizações. Estas, por sua vez, sempre implicam na identificação de relações entre os dados, ou seja, o conjunto de dados torna-se necessariamente "estruturado" por um conjunto de relações. Até mesmo um nominalista declarado, como Bloomfield, em seu "A set of postulates for the science of language" (1926), descreve na verdade um conjunto de estruturas relacionais. A questão é saber, então, que tipo de "realidade" atribuir a essas estruturas.

É esta a questão que se coloca para Zellig Harris, classificado por Katz como um nominalista.

> *Some questions has been raised as to the reality of this structure. Does it really exist, or is it just a mathematical creation of the investigator?* (1954, in Katz [org.] p. 30).

A segunda opção, que entende a estrutura como apenas uma "criação matemática do investigador", corresponde a uma forma peculiar do nominalismo, conhecida sob o nome de *instrumentalismo*. Segundo essa visão, as estruturas, sejam elas matemáticas ou, de modo geral, teóricas, nada mais são do que formas convenientes, ou instrumentos úteis, para a organização dos dados. Não podem pretender a nenhuma realidade pelo simples fato de que os mesmos dados poderiam ser organizados, de forma não menos conveniente, por meio de outras teorias ou estruturas matemáticas. Harris rejeita essa opção instrumentalista, o que de certo modo o afasta de um nominalismo forte.

Ao responder à sua própria pergunta, Harris distingue a questão de saber se a estrutura realmente existe na linguagem e a questão de saber se ela existe realmente nos falantes. A primeira ele responde com um enfático "Sim!". Diz ele:

> *Does the structure really exist in the language? The answer is yes, as much as any scientific structure really obtains in the data which it describes: the scientific structure states a network of relations, and this relations really hold in the data investigated* (1954, in Katz [org.] p. 30).

A segunda questão ele deixa em aberto para futura investigação empírica. Sugere, porém, uma resposta positiva, na medida em que diz haver evidên-

Scanned with CamScanner

cias de que algumas dessas estruturas são percebidas como tais pelos falantes e são capazes de determinar seu comportamento lingüístico[2].

Harris, então, não é nominalista no sentido estrito, na medida em que defende a realidade das estruturas distribucionais. Mas ele está bem próximo do nominalismo na medida em que admite como reais apenas estruturas relativamente "rasteiras", isto é, bem próximas dos dados. Mais precisamente, para Harris, uma estrutura distribucional é uma estrutura de 1ª ordem, inteiramente definível como um conjunto de dados.

O problema, então, não é apenas saber se se atribui ou não realidade às estruturas, mas sim a que "distância" dos dados é permitido postular estruturas reais. Hjelmslev, Saussure, Chomsky, e mesmo Sapir, distanciam-se do nominalismo exatamente na medida em que admitem, por um lado, a realidade de estruturas de 2ª, 3ª ou mais ordens e, por outro, a realidade de estruturas não definíveis em termos de conjuntos de dados, sejam elas de que ordem forem (o que é o caso das regras ou das capacidades inatas postuladas por Chomsky).

A segunda elaboração necessária da classificação medieval diz respeito à possibilidade de um realismo, digamos assim, diferenciado. O realismo platônico, como vimos, privilegiava como real o mundo das idéias platônicas e negava a realidade a todo o resto. Entretanto, é possível conceber um realismo que, além das idéias platônicas, reconheça também a realidade de objetos físicos concretos e mesmo de objetos psicológicos. Tal teoria foi recentemente proposta pelo filósofo Karl Popper.

Segundo ele, nós vivemos em *três mundos* distintos e inter-relacionados, todos eles reais. O primeiro mundo é o mundo dos objetos físicos (mesas, cadeiras, campos de forças, movimentos etc.); o segundo, é o mundo dos processos mentais (intenções, emoções, desejos, crenças etc.); e o terceiro é o mundo das entidades e relações teóricas (teorias, conceitos, argumentos etc.). Para Popper, ao contrário de Platão, os objetos do terceiro mundo são

2 Note-se que essa passagem de Harris pode ser vista como uma inspiração para o que viria a tornar-se o problema paradigmático da primeira fase da psicolingüística pós-chomskiana: a psicolingüística dos "cliques".

Scanned with CamScanner

criados pela atividade psicológica humana, mas, uma vez criados, passam a ter uma existência objetiva independente e, portanto, irredutível à atividade que os criou.

À luz dessas elucidações, podemos compreender por que a caracterização de Chomsky como um conceptualista, feita por Katz, é altamente discutível.

Parece possível que alguém entenda que a referência constante de Chomsky à mente humana e que a caracterização da linguagem como um "órgão mental" implique numa posição ontológica conceptualista. Mas isso revelará incompreensão tanto do que é o conceptualismo quanto do que é a gramática gerativa. O conceptualismo vai admitir a existência de "particulares" — que no nosso caso seriam, por exemplo, as sentenças-ocorrências — e de "conceitos mentais", *sem existência fora da mente*, que "organizam", que servem de *pattern*, para usar um termo de Sapir, para os particulares. Ora, a gramática gerativa se pretende *real*: "Ela é uma das coisas reais no mundo", nas palavras de Chomsky. Logo, ela não é apenas um "pattern" que permite o agrupamento dos particulares, como são os "sound patterns" de Sapir. A posição ontológica de Chomsky nos parece claramente *realista* e não conceptualista como quer Katz.

Além de Chomsky, a solução realista pode ser encontrada de forma nítida em Saussure, Hjelmslev e, atualmente, no "platonismo" de Katz[3]. Hjelmslev, por exemplo, referindo-se a Saussure, com quem concorda integralmente neste ponto, afirma:

> *The real units of language are not sounds, or written characters, or meanings: the real units of language are the relata which these sounds, characters and meanings represent* (1947, in Katz [org.] p. 163).

Para Hjelmslev, o que importa na linguagem — o que é e deve ser o objeto da lingüística — não são as manifestações físicas concretas (os "ruídos" de Bloomfield), nem as "idéias" que eventualmente os falantes possuam e que servem para organizar esses ruídos, mas o *sistema* abstrato, o conjunto dos "relata" que estão por trás das manifestações lingüísticas concretas. O

3 Ver Katz 1981.

Scanned with CamScanner

"sistema" de Hjelmslev, assim como a *langue* de Saussure, são *reais*, embora não sejam redutíveis a objetos físicos ou a objetos mentais.

Outro exemplo de solução realista na lingüística pode ser encontrado no trabalho do lingüista soviético S. K. Shaumian, que afirma:

> *A gramática objetiva possui um status ontológico peculiar: por um lado, ela existe apenas na consciência humana; por outro, o homem se vê obrigado a tratá-la como um objeto que existe independentemente dele. As gramáticas objetivas pertencem àquele mundo peculiar que pode ser chamado de mundo dos sistemas semióticos, ou mundo semiótico. A peculiaridade desse mundo consiste em que, geneticamente, ele é produto da consciência humana, mas, ontologicamente, é independente dela* (Shaumian 1974: 130; citado *apud* Godói 1987).

Parece claro que esse "mundo semiótico" onde as gramáticas têm realidade não é nem o mundo dos objetos estritamente físicos nem o mundo dos objetos psicológicos, mas um terceiro mundo — o mundo dos objetos abstratos ou teóricos.

Toda teoria lingüística, então, na construção de seu objeto teórico, presume uma resposta ao problema ontológico, e será em função dessa resposta que as questões metodológicas fundamentais serão abordadas.

Voltaremos mais tarde às questões metodológicas. Façamos agora uma incursão na história da lingüística para vermos quais as opções dominantes de objeto.

4. História da lingüística: as opções "nocional" e "filológica"

A história da lingüística ocidental[4] anterior ao século XIX apresenta um grande número de propostas de tratamento dos fatos lingüísticos. Listemos rapidamente as principais propostas: (i) em Platão, em Aristóteles e nos es-

4 Usaremos o termo *lingüística* para designar, de forma geral, os estudos que tiveram por objeto a linguagem humana, independentemente do termo ter sido usado ou não em cada época e independentemente de seguidores desta ou daquela corrente não considerarem *lingüística* tais estudos. Esse uso anacrônico do termo é bastante generalizado (ver: ex., Robins 1967).

Scanned with CamScanner

tóicos podem-se encontrar os rudimentos de uma teoria das *partes do discurso*, construída com motivações lógico-filosóficas, teoria que, noutro contexto, vai ser desenvolvida pelos lógicos medievais; (ii) com o objetivo de registrar formas lingüísticas de um passado monumental com vistas à adequada apreciação da literatura ática, os gramáticos alexandrinos (Dionísio de Trácia e Apolônio Díscolo, em particular) propõem uma gramática do grego de caráter normativo-prescritivo — Prisciano (500 d.C.) faz o mesmo para a língua latina; (iii) as *gramáticas gerais* dos séculos XVII e XVIII propuseram-se enunciar os princípios que definem a organização fundamental da linguagem humana, definindo a *linguagem* de que as línguas naturais são realizações particulares; (iv) para explicar a diversidade e a desigualdade entre as línguas (muitas línguas e em estados diferentes de desenvolvimento), os filósofos-lingüistas do século XVIII se põem a especular sobre a origem e os processos evolutivos das línguas.

Podemos proceder, então, tentativamente, a uma classificação das opções que encontramos no estudo da linguagem anterior ao século XIX. Nossa classificação encontra duas opções fundamentais, que chamaremos *nocional* e *filológica*.

A opção *nocional* ocupa-se da linguagem a partir das relações *som/sentido*. Possui fundamentação lógico-filosófica e concebe a linguagem como *representação* (do mundo ou do pensamento). Concentra sua atenção na função representativa universal da linguagem e nos elementos que a tornam possível. Em conseqüência, ignora todo e qualquer tipo de variação lingüística, seja no tempo, seja no espaço.

Os principais representantes da perspectiva nocional são: Platão, Aristóteles e os estóicos (na Grécia Clássica); Varrão (em Roma); os modistas (na Idade Média); os gramáticos de Port-Royal e demais lingüistas "cartesianos" (Cordemoy, Du Marsais etc.) nos séculos XVII e XVIII.

A opção *filológica* já não ignora a variação lingüística, mas a concebe em função de uma perspectiva *normativo-prescritiva*, à luz da qual toda variação é desvio. Pretende *preservar* formas de língua tidas por "clássicas" e, para isso, dedica-se à descrição detalhada dessas formas. Como o acesso a essas línguas

Scanned with CamScanner

"clássicas" se dá basicamente por intermédio do texto escrito, não é de se admirar que a opção filológica (e daí a sua denominação) privilegie as formas escritas em detrimento da fala. O caráter normativo-prescritivo da opção filológica enseja o surgimento dos estudos do *correto/incorreto*.

Incluímos entre os representantes da opção filológica os gramáticos alexandrinos, Prisciano (século V), Aelfric (século X), os vernaculistas do século XVI (Antonio de Nebrija, João de Barros, Petrus Ramus, Trissino etc.). Alguns gramáticos normativos contemporâneos (Celso Cunha e Lindley Cintra, na língua portuguesa; Grevisse, na língua francesa; Rafael Seco, na língua espanhola; os autores da *Duden-Grammatik*, no alemão etc.) inscrevem-se também nessa tradição.

É preciso ficar claro, no entanto, que essas duas opções não são, num certo sentido, mutuamente exclusivas. Não se pode negar que os trabalhos que adotam a perspectiva nocional também envolvam aspectos normativos, nem se pode negar que os trabalhos normativo-prescritivos contenham, simultaneamente, a descrição de um grande número de fatos lingüísticos. Em outras palavras, há uma série de "intersecções" entre as duas opções.

Classificações "exclusivas", que delimitassem as opções de modo a não existirem esses *overlappings*, deveriam ser construídas a partir de "traços" necessários e suficientes. Por exemplo, para definir *homem* (= "ser humano") poderíamos usar os "traços" *animal* e *racional*, de forma que a definição seria: *o homem é um animal racional*. Tanto o traço *animal* quanto o traço *racional* são *necessários*, isto é, qualquer indivíduo precisa apresentar o traço *animal* e o traço *racional* para ser incluído no conjunto dos *homens*; os dois traços, em conjunto, são *suficientes* na medida em que todos os indivíduos que os apresentarem serão considerados *homens*. Boa parte dos conceitos fundamentais da vida diária não podem ser dados dessa forma. Basta pensarmos em conceitos como *fruta* para percebermos isso: quais são os "traços" que delimitam o conjunto das "frutas" no dia-a-dia das pessoas? Um deles poderia ser *fazer parte da salada de frutas*, o que nos permitiria considerar que o morango é fruta, enquanto o tomate não o é. Mas o "traço" *fazer parte da salada de frutas* não é, obviamente, um traço necessário — há uma série de frutas que nunca aparecem nas saladas de fruta, como a jaca, por exemplo,

Scanned with CamScanner

— nem é suficiente, na medida em que não basta fazer parte da salada de frutas para ser uma fruta (pensem no creme de leite).

De modo geral, os conceitos científicos procuram escapar a essa fluidez característica dos conceitos da vida cotidiana por meio de tentativas de definição em termos de traços necessários e suficientes. Por essa razão, os botânicos não fazem uso do conceito de *fruta*, mas sim dos conceitos de *fruto*, *infrutescência* etc. O tomate é um *fruto*; o morango e o abacaxi são *infrutescências*.

Note-se, porém, que esse procedimento não pode ser aplicado à descrição semântica dos termos da linguagem corrente, pois isso significaria assumir-se uma atitude estipulativo-normativa e não uma atitude descritiva. Essa atitude é possível e cabível quando existe um propósito bem caracterizado e delimitado, como é o caso da terminologia botânica, em que o critério básico é a consideração das funções reprodutivas, ou ainda no caso de termos como *município*, *distrito*, *estado* etc., que definem áreas geográficas em termos de sua organização jurídico-administrativa. Tais termos, porém, não correspondem de forma precisa e nem podem substituir termos vagos, porém necessários, da linguagem corrente, como *cidade*, *vila*, *lugarejo*, *metrópole* etc. A dona de casa que vai à feira não se importa nem um pouco se o morango é *fruto* ou não.

A atitude estipulativo-normativa tampouco pode ser aplicada a conceitos nos quais a fluidez — o caráter aberto ou vago — é um traço constitutivo. Tais "conceitos abertos" são muitas vezes necessários para captar uma realidade complexa que não se presta facilmente a uma classificação exclusiva.

As caracterizações que demos das duas opções devem ser entendidas como esses "conceitos abertos" e isso lhes confere algumas características especiais. Primeiro, os "traços" que usamos nas caracterizações não são necessários (é possível que nem todas as teorias que adotam a opção os apresentem) nem são suficientes (é possível que alguma teoria apresente um, ou alguns, dos "traços" sem que, no entanto, possa ser caracterizada como "pertencente" à opção). Segundo, dentre os "traços" utilizados nas caracterizações, há alguns que são mais "salientes" (mais centrais, mais importantes) e

Scanned with CamScanner

que são privilegiados como critérios de classificação. Na opção nocional, por exemplo, o "traço" *atribui à linguagem a função de representação* é muito mais importante, mais "central", do que o "traço" *ocupa-se da linguagem a partir das relações som/sentido*. Essa "centralidade" de alguns "traços" faz com que os usemos preferencialmente para fazer referência à opção e implica que nos outros "traços" — os não-centrais — haja maior variação de presença/ausência sem que se saia da opção.

Ambas as opções apresentam uma característica comum, que é a subordinação dos estudos da linguagem a outro saber qualquer: seja a lógica, a filosofia ou a epistemologia, no caso das teorias nocionais, seja a crítica literária, a retórica ou a preservação de formas "clássicas" de linguagem, nas teorias da opção filológica.

Como já dizia Saussure, "c'est le point de vue qui crée l'objet"[5]. Esses vários "pontos de vista", esses vários objetivos e/ou motivações deverão criar, então, *objetos* distintos para a investigação lingüística.

Vejamos isso num exemplo. Um gramático que adote o ponto de vista filológico — Prisciano, por exemplo, — e um gramático que adote o ponto de vista nocional — um modista medieval como Tomás de Erfurt, por exemplo —, embora tratem, ambos, da língua latina, *concebem diferentemente* seu objeto. Prisciano só descreve o latim na sua modalidade culta, literária; importa-lhe *preservar* o latim clássico em sua pureza. Os seus exemplos são todos retirados dos principais literatos da Roma clássica (Ovídio, Horácio, Cícero etc.). A fala popular não lhe desperta o menor interesse, e a variação lingüística, mesmo quando percebida, é entendida como *desvio*.

Tomás de Erfurt, por outro lado, não parece estar nem um pouco interessado no "bom latim", no latim literário ou clássico. Como seu objetivo é o estabelecimento das relações lógicas que se dão entre as partes das expressões e entre as expressões e o pensamento, tanto faz que seus exemplos sejam tirados de obras literárias ou da fala popular (Erfurt trabalha em várias passagens de sua gramática com exemplos claramente inventados por ele mesmo, como *Socrates albus currit bene* ["o pálido Sócrates corre bem"]).

---

5 1916: 23 (na tradução brasileira: 15).

Scanned with CamScanner

Os *problemas* de Erfurt não são os *problemas* de Prisciano, ou seja, as questões colocadas para a investigação lingüística são claramente distintas. Um dos problemas de Prisciano, por exemplo, seria descrever e justificar, usando a autoridade dos escritores clássicos, uma regência pouco usual ou uma exceção "estilística" determinada por razões de métrica ou de rima. Por outro lado, Erfurt não está interessado nem em *descrever* o latim nem em fazer *prescrições*, mas está interessado na explicitação das razões lógicas que fazem com que o latim tenha a forma descrita por Prisciano (sempre é bom lembrar que os modistas, entre os quais se encontra Erfurt, usaram como ponto de partida para seus trabalhos a descrição do latim feita por Prisciano). Em conseqüência, seus problemas são de outra ordem.

A questão do "modo de significação" de uma partícula qualquer — uma preposição ou uma conjunção — que não tem um "significado" evidente é um problema para Erfurt, embora não o seja para Prisciano. Basta Prisciano classificar as "partes do discurso" com base em critérios morfossintáticos ou semânticos para ter esse "problema" resolvido. Erfurt, por outro lado, tem que ir além: tem que estabelecer as relações entre as propriedades das coisas tal como elas são (*modi essendi*), os modos como as coisas são apreendidas pela inteligência (*modi intelligendi*) e os modos como são expressas pela linguagem (*modi significandi*). Não há problema maior na determinação dos *modi essendi* de substantivos e adjetivos (objeto e propriedade, respectivamente); para as conjunções, no entanto, isso levanta sérias dificuldades.

As relações entre a lingüística e as outras áreas do conhecimento também são distintas: enquanto Prisciano estabelece uma relação bastante íntima da lingüística com os estudos literários, com as regras da retórica e com as normas do "bem falar", Tomás de Erfurt supõe uma relação íntima entre a lingüística, a lógica e a epistemologia.

Enfim, como os objetivos de Prisciano e de Erfurt são distintos; como seus problemas são distintos; como os instrumentais utilizados na investigação também são distintos (Prisciano serve-se da *poética*, por exemplo, enquanto Erfurt serve-se da *lógica*), seus *objetos teóricos* não podem deixar de ser distintos.

Scanned with CamScanner

5. História da lingüística: a opção "histórica"

No século XIX, os estudos lingüísticos sofrem uma modificação em seu caráter, em função da alteração de seus objetivos. Ao invés de se estudar a linguagem para *fazer filosofia* ou para *fazer crítica literária*, como nos séculos anteriores, passa-se a estudar a linguagem pensando-se em *fazer ciência*. Em oposição a toda a lingüística precedente, os lingüistas desse período — os *comparativistas* — pretendem que a sua lingüística seja "científica", nos moldes da noção de cientificidade que se impôs no início do século XIX. Esse novo objetivo vai determinar não só uma *metodologia* como também um novo *objeto* para a lingüística. A proposição de "fazer ciência" força os comparativistas a se afastarem da *praxis* dos lingüistas precedentes e a desenvolverem novas formas de abordar os fatos lingüísticos, bem como os força a definir *um novo objeto para a lingüística*, um objeto em que seja possível encontrar regularidades que possam ser enunciadas sob a forma de *leis* (o que antes se buscava eram *normas* ou *regras*). A comparação entre as línguas e a história de seus desenvolvimentos é esse novo objeto.

A descoberta do sânscrito (antiga língua da Índia, preservada por razões religiosas) foi o *lance de sorte* que permitiu que Franz Bopp criasse uma nova forma de encarar os fatos lingüísticos. Tudo levava a crer, no início do século XIX, que a comparação entre as línguas fosse um bom lugar para se encontrar regularidades. Os paradigmas de declinação do grego e do latim, quando comparados com o paradigma do sânscrito, exibiam regularidades notáveis e permitiam a obtenção de hipóteses razoavelmente bem fundadas sobre o processo evolutivo que separou as três línguas. Como as primeiras regularidades tivessem sido observadas nos sistemas morfológicos e fonológicos das línguas comparadas (línguas com flexão de caso e com sistemas fonológicos já descritos de forma razoável), foi, obviamente, sobre a morfologia e a fonologia das línguas que os comparativistas — como o bêbado da piada — debruçaram-se. A história das línguas, obtida a partir do método comparativo, passou a ser central, na medida em que permitia um estudo *científico* dos fatos lingüísticos, ou seja, permitia a obtenção de leis gerais que descrevem regularidades.

Ao contrário do que ocorreu no século XVIII, quando surgiram inúmeras hipóteses sobre a origem e o desenvolvimento das línguas, os comparativis-

Scanned with CamScanner

tas limitaram-se a *descrever* os fatos e não tentaram *explicá-los*. Eles se recusaram a levantar hipóteses, seja sobre a *direção* das mudanças lingüísticas, seja sobre suas *razões*. A lingüística do século XIX privilegiou a "adequação descritiva", para usar os termos de Chomsky. Todos os aspectos da linguagem para os quais não se dispunham de leis descritivas razoáveis, formuladas em termos histórico-comparativos, foram relegados a um segundo plano.

A lingüística histórico-comparativa do século XIX força-nos a reconhecer uma terceira opção, ao lado das opções nocional e filológica. Chamemo-la *histórica*.

A opção histórica, como seu nome indica, concentra sua atenção no caráter histórico dos fenômenos lingüísticos. Nessa perspectiva, a questão da variação lingüística, no tempo e no espaço, passa a ser o objeto de estudos. Isso significa, entre outras coisas, que se abandona a idéia de que a tarefa da lingüística é identificar uma *essência* da língua (seja ela localizada na sua função representativa, como pretende a perspectiva nocional, seja numa forma pura e privilegiada de expressão, como pretende a perspectiva filológica), mas se reconhece que as línguas, como todo fenômeno humano e social, *mudam* historicamente e que, portanto, a tarefa de quem quer que seja no estudo *objetivo* ("científico") da linguagem é *descrever mudanças e descobrir as leis subjacentes a elas*. Essa opção é típica do século XIX e seus principais representantes são comparativistas — como Bopp, Schleicher, Grimm e Schlegel — e neogramáticos — como Osthoff, Brügmann, Delbrück e Hermann Paul.

6. Homogeneização, autonomia e cientificidade

Chegamos de novo ao século XX e podemos começar a pensar nas opções de objeto que encontramos hoje em concorrência. Como não podia deixar de ser, começamos com Saussure.

O que mais chama a atenção no trabalho de Saussure, se o olharmos do ponto de vista das questões que desenvolvemos neste texto, é a insistência quanto à delimitação de *um objeto homogêneo* para a lingüística. Em suas próprias palavras:

Scanned with CamScanner

La linguistique a pour unique et véritable objet la langue envisagée en elle-même et pour elle-même (1916: 317).

Assim, para Saussure, só é *lingüística* o estudo que tomar por objeto a *langue*; tudo o mais fica fora do domínio dessa ciência. Certamente, Saussure entende que há mais coisas no fenômeno linguagem além da *langue*, mas essas outras coisas são periféricas e dependem da *langue* para sua abordagem. A *langue* é a parte *essencial* da linguagem. Usando novamente as palavras de Saussure:

Il faut se placer de prime abord sur le terrain de la langue et la prendre pour norme de toutes les autres manifestations du langage (1916: 25).

Saussure pretende tornar a lingüística, verdadeiramente, uma *ciência*. Para isso, é preciso homogeneiza de qualquer forma o objeto, uma vez que não é possível, no seu entender, descobrir as regularidades necessárias para o estudo científico da linguagem se a lingüística não voltar sua atenção para um objeto homogêneo. Apenas a homogeneização do objeto permitirá descobrir nele a sua verdadeira ordem, uma ordem que ultrapasse a mera descrição e que permita chegar ao nível da explicação. A noção de *langue* tem, no quadro da teoria saussuriana, o papel de tornar homogêneo o objeto e permitir à teoria lingüística aceder à explicatividade.

A intenção de tornar a lingüística "científica" leva Saussure a priorizar o *formal*, uma vez que é nele que se encontram as maiores possibilidades de obtenção de regularidades e de leis. Esse privilegiamento do formal esclarece, entre outras coisas, a *sintatização* da semântica na teoria de Saussure. Trabalhar com os níveis fonológico e morfológico numa perspectiva formalizante é relativamente simples, e isto explica o privilegiamento desses níveis de descrição no estruturalismo de base saussuriana (Troubetzkoy, Martinet etc., e mesmo Bloomfield). Trabalhar com os *significados*, no entanto, é um pouco mais difícil: eles são avessos, de início, ao tratamento formal. A saída saussuriana para esse problema está em fazer semântica não do *significado* diretamente, mas do *valor*. Embora Saussure considere os signos como entidades de duas faces, indissociáveis, *significante/significado*, na hora de tratar dos significados lança mão de outra noção — o *valor* — ou seja, a "posição" de um signo no interior de um conjunto de signos. Essa posição é inteira-

Scanned with CamScanner

mente determinada pelas relações desse signo com os demais. Assim, ao tratar semanticamente um signo como "cadeira", Saussure não vai se preocupar em saber qual é o seu significado (a "idéia" que lhe corresponde), mas vai investigar as relações que esse signo mantém com outros signos, como "sofá", "poltrona", "mesa" etc. O conjunto dessas relações vai determinar o *valor* de "cadeira" no sistema. Em termos concretos, essa posição saussuriana vai redundar na chamada *semântica componencial*, onde os "significados" de palavras são reduzidos a conjuntos de "traços" que opõem os elementos do sistema entre si, só que, ao contrário daqueles que posteriormente desenvolveram a teoria dos "campos semânticos", Saussure é levado, por sua visão rigorosa de *sistema*, a considerar como único conjunto válido para a determinação do valor de qualquer signo a totalidade do sistema, ou seja, a *langue*.

Note-se que a noção de *valor* exerce um papel semelhante ao da noção de *langue*: ela homogeneiza o objeto. Enquanto antes só uma das faces do signo era facilmente formalizável, com a noção de valor torna-se possível a formalização da outra. Isso possibilita um tratamento homogêneo do signo em sua integridade. Sem a noção de *valor*, o objeto seria heterogêneo (uma de suas faces — o significante — admitiria o tratamento formal, enquanto a outra — o significado — dada a sua natureza "mental" em Saussure, não seria formalizável) e a aplicação dos mesmos mecanismos descritivos e explicativos não seria possível.

Saussure atribui à *langue* outra característica significativa: a autonomia. Ele entende a *langue* como um sistema de signos que, enquanto tal, independe dos falantes e do meio social. À luz dessa característica de autonomia, compreende-se que os estudos sociolingüísticos, psicolingüísticos e mesmo históricos sejam periféricos no quadro da teoria de Saussure.

A autonomia é a "chave" para entendermos o papel "revolucionário" do pensamento de Saussure. Não é possível enquadrar facilmente Saussure numa das três opções que vimos acima porque, com ele, a lingüística "cria" ponto de vista próprio, "interno", não subordinado ao de outras áreas do conhecimento. Com Saussure, o estudo da linguagem passa a ser um objetivo em si mesmo e não mais um estudo ancilar da lógica, ou da crítica literária. Sua divergência com a opção histórica é de outra ordem, no entanto. Saussure vai

Scanned with CamScanner

perceber que não há possibilidade de se fazer um estudo histórico sério se o lingüista ocupar-se de meras "porções" da língua. A língua é um sistema e, na verdade, é o próprio sistema que muda e que tem história. Assim, o estudo autônomo do sistema (lingüística *sincrônica*) é condição lógica para o estudo de sua história (lingüística *diacrônica*).

Afirmar que a lingüística tem ponto de vista próprio, no entanto, não significa nem estabelecer qual é esse ponto de vista nem estabelecer qual a natureza própria dos fatos lingüísticos e das entidades usadas na explicação desses fatos. Assim, a autonomia, ao mesmo tempo em que *unifica* os estudos lingüísticos, retirando-os da "sombra" de outros saberes, abre perspectivas para a multiplicação de abordagens teóricas distintas desse novo objeto.

Isso se vê claramente nas diferentes interpretações do estruturalismo feitas pelas várias "escolas estruturalistas", herdeiras do pensamento de Saussure.

Essas escolas assumem opções metodológicas, e até mesmo ontológicas, distintas. Numa coisa, porém, todas estão de acordo: só é possível tornar a lingüística uma *ciência* postulando-se *estruturas* sistemáticas subjacentes ao comportamento lingüístico e atendo-se ao estudo delas. O objeto do estruturalismo, então, são *estruturas*, mas nem sempre estruturas da mesma natureza ou obtidas da mesma forma. Pensemos um pouco sobre isso.

Um estruturalista como Zellig Harris, por exemplo, parte da análise das ocorrências de fala ("utterances") e, por um processo de generalização, chega à estrutura. Os termos referentes à estrutura são *distribucionais*, no sentido em que abreviam determinadas distribuições (conjuntos de contextos lingüísticos) em que as ocorrências de fala podem aparecer. Dizer, por exemplo, que os fones [s] e [z] realizam um mesmo *fonema* /s/, em espanhol, é o mesmo que dizer que [s] e [z] apresentam *distribuições complementares* e podem ser trocados um pelo outro sem que a estrutura se altere. Deste modo, a noção de fonema não designa nenhuma entidade abstrata ou mental, designa apenas uma distribuição de um conjunto de "fones" ou uma operação que as ocorrências concretas (os fones) podem sofrer. A natureza da noção de estrutura no estruturalismo de Harris ou de Bloomfield é certamente distinta da noção de estrutura no estruturalismo de um conceptualista

Scanned with CamScanner

como Sapir, por exemplo, para quem o *fonema* é uma entidade mental, como vimos.

Já em outras versões do estruturalismo, como a glossemática de Hjelmslev e, em boa parte, o funcionalismo de Martinet, insiste-se no caráter puramente abstrato dos chamados *traços distintivos*, que definem os fonemas em termos de suas oposições relativas dentro de um mesmo sistema fonêmico. Segundo Hjelmslev, por exemplo, a escola de Praga pecaria por confundir "forma" e "substância" ao atribuir aos traços distintivos uma realidade acústica ou articulatória[6].

7. As opções de Chomsky

Noam Chomsky, como Saussure, insiste na homogeneidade do objeto da lingüística. Como Saussure, ele vai também buscar essa homogeneidade na noção de *estrutura*. Diferentemente de Saussure, no entanto, para quem a estrutura é um *sistema*, Chomsky vai entender a estrutura como *um conjunto de regras*. Deste modo, Chomsky dá um caráter *dinâmico* à sua noção de estrutura, em oposição ao caráter estático, sistêmico, da estrutura saussuriana. Em função disso, Chomsky não precisa, como Saussure, considerar a estrutura como um sistema fechado e pode chegar à noção de *criatividade lingüística*, retomando a *energeia* de Humboldt.

Chomsky leva muito mais a sério do que Saussure a idéia de que as estruturas estão presentes na cabeça dos falantes, isto é, o caráter psicológico do conhecimento lingüístico. Em função dessa "psicologização" do conhecimento lingüístico, da *competência lingüística*, uma série de questões, que não precisavam preocupar Saussure, preocupam Chomsky. A *aquisição da linguagem* é uma delas.

A solução chomskiana para a questão da aquisição da linguagem retoma o *racionalismo clássico* (cartesiano) e pode ser entendida como a conjugação de duas doutrinas diferentes sobre os mecanismos mentais responsáveis pela linguagem: o antiempirismo e o inatismo.

---

6 Ver Hjelmslev 1947, in Katz (ed.) p. 167.

Scanned with CamScanner

A tese fundamental do antiempirismo chomskiano é que o processo de aquisição, seja ele qual for, não pode se restringir aos mecanismos de aprendizagem que os empiristas atribuem à mente humana: *associação* e *generalização por abstração*. Segundo Chomsky, tais mecanismos são demasiado pobres para dar conta do fato de que uma criança aprende um sistema imensamente complexo de regras com base numa amostra de fala pequena e muitas vezes deficiente. Para ele, tal aprendizagem consiste num processo de formação e testagem de hipóteses, semelhante ao processo de geração e avaliação de teorias científicas. Além disso, Chomsky acredita que é necessário supor também que as crianças possuem, como parte de sua herança genética, uma "teoria lingüística" que especifique a forma da gramática de uma língua humana possível, que permita à criança superar a "má qualidade" dos dados lingüísticos aos quais ela é exposta no processo de aprendizagem, e que permita à criança selecionar, dentre as gramáticas possíveis, aquela que mais seja adequada aos dados disponíveis.

O conjunto das escolhas metodológicas de Chomsky (inatismo, caráter psicológico da competência, entendida como um conjunto de regras etc.) interfere fortemente na determinação do *objeto teórico* de sua gramática gerativa. Todo o esforço de investigação fica restrito a um aspecto extremamente limitado do objeto observacional, embora, na perspectiva de Chomsky, seja o que há de mais "central", de mais "essencial", no fenômeno lingüístico. Talvez seja interessante refazer a trajetória de Chomsky para deixar claro esse ponto.

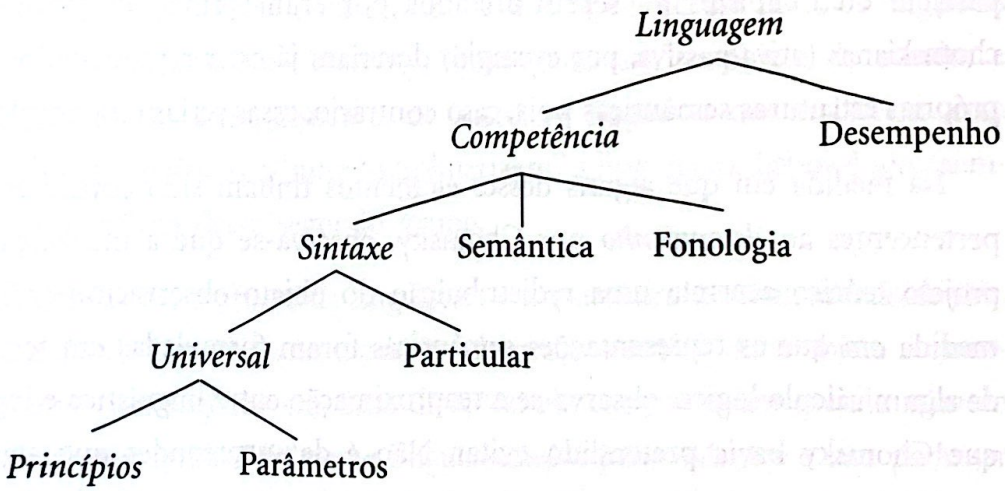
Chomsky escolhe a *competência* como objeto da lingüística, excluindo do domínio da disciplina, conseqüentemente, todos os fatos do *desempenho*. Aqui, ele age do mesmo modo que Saussure, e a distinção *competência/desempenho* tem o mesmo papel homogeneizante que a distinção saussuriana *langue/parole*. Mas Chomsky não se ocupa da competência de forma homogênea: no interior dela, a *sintaxe* é considerada nuclear, enquanto a semântica e a fonologia são periféricas. Na sintaxe, entretanto, a atenção do lingüista fica voltada particularmente para os *universais*, deixando-se de lado — cada vez mais à medida em que a teoria se desenvolve — tudo o que diga respeito às características particulares de uma ou de outra língua.

Também entre os universais há "núcleo" e "periferia": os *princípios* são mais centrais do que os *parâmetros*. Os princípios são as propriedades uni-

Scanned with CamScanner

versais, inatas, que regulam a forma das gramáticas humanas possíveis, e os parâmetros são os vários modos de manifestação de um princípio nas línguas naturais. Assim, associado a cada princípio, há um conjunto de parâmetros que estabelecem a margem de variação do princípio nas línguas particulares. É fácil ver que o princípio tem precedência lógica sobre o parâmetro: não é possível estabelecer os limites da variação de um princípio sem que o tenhamos isolado anteriormente.

Esse trajeto de Chomsky na delimitação de seu objeto teórico pode ser visualizado no seguinte esquema (os componentes "centrais" aparecem italicizados e os "periféricos" não):



É fácil ver, no esquema, como a extensão do objeto vai progressivamente se reduzindo à medida em que vão sendo postuladas capacidades cada vez mais profundas, e cada vez mais abstratas, no conhecimento lingüístico presente na mente dos falantes. A pretensão da teoria, porém, é que com isso a capacidade explicativa da teoria *aumenta* e, ao mesmo tempo, a exigência de adequação descritiva é satisfeita.

Essa trajetória chomskiana despertou uma série de dissidências no interior da própria gramática gerativa. A principal delas, denominada *semântica gerativa*, questionou fundamentalmente a "centralidade e autonomia da sintaxe". Acreditavam os defensores da semântica gerativa (Lakoff, McCawley, Ross, Perlmutter etc.) que o componente central da gramática era a *semântica* e que à sintaxe cabia apenas o papel de relacionar as representações

Scanned with CamScanner

semânticas às estruturas superficiais (num certo sentido, isso sugere um retorno à opção nocional vista acima).

A estratégia dos semanticistas gerativos consistiu em enriquecer e tornar mais profundas as estruturas profundas chomskianas, suprimir o nível sintático intermediário da chamada estrutura de base e tornar as transformações diretamente aplicáveis às estruturas semânticas, gerando, a partir delas, as estruturas superficiais. Tal estratégia acarretou a necessidade de representar por uma mesma estrutura semântica sentenças contendo, p. ex., itens lexicais distintos mas semanticamente equivalentes (*kill* e *cause to die*, por exemplo). Por outro lado, elementos do significado como *tópicos*, *foco*, *pressuposições* etc., capazes de serem afetados por transformações sintáticas chomskianas (ativa/passiva, por exemplo) deveriam já estar representados nas próprias estruturas semânticas pois, caso contrário, essas seriam incompletas.

Na medida em que alguns desses elementos tinham sido considerados pertencentes ao *desempenho* por Chomsky, observa-se que a mudança de projeto teórico acarreta uma redistribuição do objeto observacional. E na medida em que as representações semânticas foram formuladas em termos de algum cálculo lógico, observa-se a reaproximação entre lingüística e lógica que Chomsky havia pretendido evitar. Não é de surpreender que alguns partidários da semântica gerativa, depois de rejeitar a autonomia da sintaxe e reaproximar a lingüística da lógica, tenham prosseguido nessa linha, passando a rejeitar a própria autonomia da lingüística, como se pode ver na chamada *gramática cognitiva* de Lakoff.

Chomsky e seus seguidores reagiram fortemente às propostas da semântica gerativa, engendrando uma polêmica — semântica gerativa *vs.* semântica interpretativa — que durou alguns anos. Vários argumentos contra a semântica gerativa foram levantados no interior da polêmica, como, por exemplo: (i) a semântica gerativa não seria mais do que uma "variante notacional" da semântica interpretativa (= gramática gerativa chomskiana), isto é, as duas seriam equivalentes em todos os sentidos, menos na questão da ordenação dos componentes da gramática, sendo a semântica interpretativa mais simples e elegante[7];

7 Ver Chomsky 1972.

Scanned with CamScanner

(ii) a postulação pela semântica gerativa de estruturas semânticas profundas de natureza extremamente abstrata ligava-se a uma preocupação excessiva com o nível observacional em detrimento dos níveis descritivo e explicativo[8]. Não obstante esses e outros argumentos metodológicos, o que parece guiar a reação de Chomsky contra a semântica gerativa é a percepção de que ela compromete a *autonomia* da lingüística, "interdisciplinarizando-a".

8. A OPÇÃO "INTERDISCIPLINAR"

Uma olhada rápida no conjunto das teorias atualmente em concorrência nos permite identificar uma dicotomia que opõe, de um lado, os lingüistas que, como Saussure e Chomsky, "homogeneizam" o objeto de estudos e "autonomizam" a lingüística e, de outro, os lingüistas que trabalham com objetos heterogêneos e "interdisciplinarizam" a lingüística. Labov é um exemplo de lingüista desse segundo grupo.

Para Labov, o objeto da lingüística é *a gramática da comunidade de fala*, o sistema de comunicação usado nas interações sociais. Esse objeto é essencialmente heterogêneo em duas direções: ele comporta um grande número de variantes, estilos, dialetos e línguas usadas pelos falantes e não pode ser arbitrariamente retirado do nicho social em que é usado.

Segundo Labov, a homogeneização do objeto obtida pela introdução de noções "abstraizantes", como a *langue* de Saussure ou a *competência do falante/ouvinte ideal* de Chomsky, "idealiza" de tal modo os dados da diversidade observacional que impede simplesmente a construção de um objeto teórico que se mantenha observacionalmente adequado. A questão fundamental que Labov coloca é "como pode a linguagem 'variar' *sem* interferir na comunicação entre os membros de uma comunidade de fala?" e para responder à questão, ele tem que postular um "sistema lingüístico" para essa comunidade que seja lingüisticamente heterogêneo, ou seja, um "sistema" em que convivam registros, dialetos, estilos etc. Na verdade, trata-se de uma "federação" de sistemas mais do que um sistema. Para explicar o funcionamento de seu

8 Ver Dougherty, 1973, in Dascal (org.), vol. IV: 188 e 224.

Scanned with CamScanner

sistema heterogêneo, Labov tem que ligar visceralmente a variação lingüística às necessidades sociais de comunicação, integrando o lingüístico ao social.

Encontramos também outras propostas teóricas que introduzem o social no lingüístico, embora não tão completamente como a proposta de Labov nem com a postulação de um objeto heterogêneo para a lingüística. O funcionalismo de Halliday é um exemplo disso[9], o cognitivismo *à la* Lakoff, outro.

9. As "filiações" da lingüística

Correspondendo às várias possibilidades de escolha do objeto teórico que distinguimos até o momento na lingüística contemporânea, encontramos, significativamente, três tendências de "filiação" da lingüística a outras disciplinas:

a) uma tendência "sistêmica", que busca ver na linguagem um "sistema" autônomo, sem relações com os falantes ou com o meio social;
b) uma tendência "psicologizante", que destaca as relações da linguagem com os falantes; e
c) uma tendência "sociologizante", que privilegia as relações entre a linguagem e o seu nicho social.

Saussure, Hjelmslev, Bloomfield, entre outros, representam a tendência "sistêmica". Para eles, a linguagem é um objeto autônomo cujas relações com outras áreas do saber são, do ponto de vista da lingüística, periféricas. A "filiação" que poderíamos apontar para as teorias pertencentes a esta tendência é a *teoria dos sistemas*. Esta filiação, no entanto, é meramente *metodológica*, não entrando em contradição, nesse caso, com a insistência na autonomia da lingüística.

A segunda tendência tem em Chomsky seu principal representante. Para ele, a lingüística é parte da *psicologia*. O objeto das teorias pertencentes a esta tendência é um objeto psicológico, presente na mente dos falantes/ouvintes. A filiação da lingüística à psicologia não é mais meramente metodológica, como no caso anterior, mas *ontológica*.

9 Ver Halliday 1973.

Scanned with CamScanner

Cumpre notar, porém, que como os defensores da tendência sistêmica, Chomsky mantém obstinadamente a tese da autonomia da lingüística. Para tanto, ele é obrigado a defender a especificidade da capacidade lingüística, enquanto "órgão mental", distinta das demais capacidades mentais. Isto significa, por um lado, defender o inatismo e a modularidade da mente (isto é, a tese segundo a qual cada capacidade mental é um módulo mais ou menos independente, regido por princípios que lhe são próprios) e, por outro lado, rejeitar qualquer tentativa de aproximação entre o estudo da linguagem humana e o dos sistemas de comunicação dos outros animais. Para Saussure, pelo contrário, que trabalha numa perspectiva sistêmica, mas não inatista, tal aproximação não só é possível como também necessária, no quadro de uma semiologia, definida como a ciência geral dos sistemas de comunicação, quaisquer que sejam eles.

As teorias que seguem a tendência "sociologizante" ocupam-se ou do uso que os falantes fazem das expressões lingüísticas, "filiando-se" à *filosofia da ação*, ou das determinações sociais presentes na escolha das formas lingüísticas utilizadas, "filiando-se" à *sociologia*. Como no caso de Chomsky, essas "filiações" assumem um caráter ontológico, determinando a natureza do objeto.

Os principais proponentes de "teorias do uso" são filósofos como Austin e Searle, embora haja também propostas de lingüistas como Ducrot, por exemplo. As "teorias da determinação social", reunidas sob o rótulo de *sociolingüística*, têm em Labov, com sua teoria da variação e da mudança lingüísticas, o seu principal representante.

Como em todas as classificações que propusemos anteriormente, nesta também estamos trabalhando com "classificações abertas", não-exclusivas. Podem haver, então, intersecções entre as três tendências, como no caso de Chomsky, já mencionado.

10. Conclusões

Chegou a hora de tentar unir as pontas que ficaram soltas em tudo o que vimos nas seções precedentes e de tentar estabelecer uma espécie de "quadro

Scanned with CamScanner

geral" da situação da lingüística contemporânea no que diz respeito à delimitação do objeto.

A tese central que procuramos defender e ilustrar neste texto é a de que não há um "objeto natural" delimitado anteriormente a qualquer opção ou trabalho teórico — "prontinho" para ser investigado. Se assim fosse, o progresso das teorias a respeito da linguagem consistiria em nada mais do que uma sucessão linear de aproximações, que nos levariam, pouco a pouco, a uma descrição e compreensão cada vez mais perfeita desse objeto. O que vimos, pelo contrário, é que cada opção teórica recorta o "mundo" dos fenômenos de forma diferente e, dessa maneira, constitui — "cria" — o seu objeto de estudos. Por isso a sucessão de teorias não é uma aproximação linear da verdade sobre um objeto previamente dado. Por outro lado, não é preciso chegar à conclusão extrema de Kuhn, de que existiria uma *incomensurabilidade* entre as teorias sucessivas, pois vimos que há, pelo menos, recobrimentos parciais entre elas.

Resumamos, então, os parâmetros principais segundo os quais as diferentes teorias delimitam e definem o objeto da lingüística.

Cada teoria delimita para si um objeto observacional, ou seja, uma "porção" da realidade que constituirá o seu objeto de estudos. Essa "porção" da realidade pode consistir quer de elementos puramente lingüísticos, num sentido estrito (fonemas, morfemas, palavras, sentenças, textos etc.), quer em elementos lingüísticos acoplados a seu contexto de produção, situação histórica, conjunto dos conhecimentos dos falantes que os empregam etc. Ela pode privilegiar a língua escrita ou a língua falada, considerar uma ampla gama de variações dialetais, de registros etc. ou selecionar um "extrato superior" da linguagem, definido quer por um *corpus* de textos canônicos, quer por uma "norma culta" ou por outro critério qualquer. A porção da realidade estudada pode ainda consistir na totalidade das línguas e de seus diferentes estágios de evolução ou restringir-se a algum subconjunto geográfica ou historicamente delimitado.

Os fatores que influenciam as decisões a respeito do objeto observacional são vários. Recordemos alguns deles. Se o objetivo da teoria é *normativo*,

Scanned with CamScanner

quase que se segue a opção de seleção de extratos privilegiados do comportamento lingüístico (textos canônicos, registro "standard", formas "gramaticalmente corretas" etc.). Se o objetivo é *descritivo* e visa à objetividade "científica", não necessariamente se segue a inclusão da totalidade dos fenômenos — uma seleção também é feita neste caso e os fatores que a determinam são as concepções vigentes do que vem a ser a metodologia científica. Como vimos, por exemplo, a exigência de homogeneização e autonomia implica numa forte idealização, e conseqüente restrição, do objeto da lingüística. Da mesma forma, a possibilidade de formalização (ela mesma dependente da disponibilidade de recursos formais) leva a preferir ora um aspecto dos fenômenos, ora outros. Por exemplo, no momento em que se tornou possível usar a teoria das funções recursivas na lingüística, a sintaxe da sentença tornou-se o objeto privilegiado e a fonologia deixou de ser a "vedete" da lingüística científica.

É importante notar que a fidelidade a esses critérios metodológicos tem efeitos delimitativos profundos. A conhecida distinção que Chomsky faz entre *problemas* e *mistérios* em lingüística é um exemplo disso[10]. Para ele, os "problemas" são questões bem definidas e passíveis de solução, enquanto os "mistérios" são questões mal definidas e passíveis apenas de especulação. Mas o que quer dizer "passíveis de solução"? Essencialmente, dadas as opções metodológicas de Chomsky, essa expressão é equivalente a *formalizáveis*. Ficam, então, excluídos do campo da lingüística todos aqueles "mistérios" que somos capazes de tratar com os métodos formais disponíveis. O exemplo mais notório disso é o que Chomsky chama de *problema de Descartes*, a saber, a explicação do *uso* concreto da linguagem. Dadas as opções metodológicas de Chomsky, a teoria do uso, ou *pragmática*, na medida em que não parece ser facilmente formalizável, não pode ser propriamente considerada uma parte da lingüística.

As opções metodológicas, então, não só delimitam o objeto como também determinam a estruturação interna das teorias. Nesse sentido, privilegiar a sintaxe, em detrimento, por exemplo, da semântica ou da pragmática, corresponde precisamente a privilegiar aquilo que é mais diretamente

10 Ver Chomsky 1975.

Scanned with CamScanner

formalizável. Analogamente, privilegiar a sentença, em oposição ao texto ou ao discurso, é resultado da mesma opção metodológica.

Aqueles que insistem em repudiar a sentença como objeto privilegiado, em favor do texto ou do discurso, podem fazê-lo de duas formas: ou aceitam os critérios metodológicos de Chomsky e procuram mostrar as estruturas formais subjacentes a textos ou discursos (tal é o caso das chamadas *gramáticas de texto*, de van Dijk, Petöfi e outros, e das *gramáticas do discurso*, como a de Longacre), ou abrir mão de tais critérios, como é o caso de certas teorias de análise do discurso que se contentam em indicar de forma vaga os comprometimentos ideológicos subjacentes a certas formas de discurso.

Em suas formas mais ambiciosas, a cientificidade não visa apenas à descrição dos fenômenos, mas também à sua *explicação*. "Explicar" consiste sempre em mostrar como um fenômeno dado deriva de leis gerais e/ou de causas que se situam num nível mais profundo, ou mais básico, do que o próprio fenômeno. É no momento em que a teoria se pretende explicativa nesse sentido que as opções ontológicas se fazem sentir, pois são essas opções que determinam aquilo que vai ser considerado mais "básico" ou "realmente existente", isto é, aquilo que pode funcionar como causa numa explicação. Aqui já não se trata, então, de determinar apenas o objeto observacional, mas o que chamamos de *objeto teórico*.

Assim, por exemplo, é o realismo mentalista ("segundo-mundista") de Chomsky que o leva a postular a existência de capacidades mentais de ordens cada vez mais altas e a erigi-las no objeto *par excellence* da lingüística. Como Chomsky, porém, em virtude de uma opção metodológica que poderíamos chamar de "sistêmica", elabora sobretudo a descrição formal de tais capacidades, a plena justificação de sua postura ontológica fica dependente da comprovação empírica da "realidade psicológica" dos conjuntos de regras por ele formalizados.

Num primeiro momento, a tarefa de testar a realidade psicológica das regras da gramática foi assumida pela psicolingüística. Vale a pena lembrar aqui os experimentos com *tempo de reação* elaborados por George Miller e seus colaboradores para testar a realidade psicológica das transformações[11] e

11 Ver Miller & McKean 1964.

Scanned with CamScanner

os experimentos com "cliques" imaginados por Thomas Bever para testar a realidade psicológica dos constituintes[12]. Já a psicolingüística chomskiana hoje não pode simplesmente contentar-se com testar a realidade psicológica dos "princípios" e "parâmetros" postulados pela teoria de *Government and Binding*.

Um realismo não-mentalista ("terceiro-mundista"), tipo Shaumian ou Hjelmslev, por outro lado, permite esquivar-se da necessidade de prova empírica da realidade psicológica de seus construtos e consegue assim, mais facilmente, manter a autonomia da lingüística e a homogeneidade de seu objeto teórico. O preço porém é, como diz Katz jubilosamente, transformar a lingüística numa espécie de "matemática" de objetos abstratos:

> *Grammars are theories of the structure of sentences, conceived of as abstract objects in the way that Platonists in the philosophy of mathematics conceive numbers* (Katz [org.] p. 173).

Uma ontologia mais parcimoniosa ("primeiro-mundista"), como a de Bloomfield, sem dúvida evitaria os embaraços de ter que postular a existência quer de entidades psicológicas indetectáveis, quer de estruturas platônicas, ainda menos detectáveis. Porém, atendo-se ao estritamente concreto e mantendo-se o mais próximas possível do observacional, teorias que esposam essa ontologia — assim argumentam seus adversários — seriam incapazes de captar as generalizações que regem os fenômenos lingüísticos e, portanto, poderiam aceder no máximo a uma adequação descritiva restrita, mas jamais à adequação explicativa.

12 Ver Fodor & Bever 1965.

Scanned with CamScanner

capítulo 3

O pluralismo teórico na lingüística[1]

Introdução

Em conferência proferida na abertura do XLII Seminário do GEL (São Paulo - FFLCH/USP, maio de 1994), o Prof. Carlos Franchi nos falou do pluralismo teórico na lingüística e de sua inevitabilidade. Falou-nos também de uma possível "complementaridade" dos diversos estudos — dessas várias "lingüísticas" coexistentes — e da conseqüente necessidade de atenção e respeito mútuo entre pesquisadores de distintas extrações teóricas. Em resumo, as teses defendidas por Carlos Franchi — e espero estar sendo fiel a seu pensamento — seriam: (i) que o pluralismo é inevitável, uma vez que o objeto de estudos da lingüística é extremamente complexo e permite "visadas" distintas, e (ii) o pluralismo não traz consigo o "relativismo", uma vez que, no fundo, o objeto de estudos é sempre o mesmo: as várias abordagens são abordagem do mesmo objeto e, por isso, complementares. É corolário dessas teses o respeito ao trabalho do outro, por mais estranhos e desinteressantes que esses trabalhos possam parecer, porque todos os trabalhos acabam por descrever e explicar "porções" de um mesmo objeto e, futuramente, poderá ser possível organizá-los num todo, como peças de um grande quebra-cabeças.

1 Este texto foi lido na Conferência de Abertura do XLIII Seminário do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo (GEL). Ribeirão Preto, SP, 1995.

Scanned with CamScanner

O objetivo deste meu trabalho é a investigação dessas teses e quero começar pela questão do *pluralismo necessário*.

1. O PLURALISMO TEÓRICO NA LINGÜÍSTICA: POR QUE EXISTE?

Nos últimos dez anos, tenho periodicamente me voltado ao assunto do pluralismo teórico na lingüística. Vou retomar aqui algumas das coisas que disse em outros lugares sem fazer referência a eles. Tenho que deixar registrado aqui, no entanto, que algumas das idéias que defenderei não são exclusivamente minhas. Não citarei ninguém para não correr o risco de acabar esquecendo alguém. Faço somente uma exceção: algumas das idéias — muitas — devo a Marcelo Dascal que, apesar de tudo, certamente não concordaria necessariamente com as conclusões a que chegarei ao final do texto.

Marcelo Dascal e eu fizemos, há alguns anos atrás, uma discussão a respeito do objeto de estudos da lingüística[2], em que buscávamos mostrar que qualquer tentativa de estabelecer "*o* objeto da lingüística" era eminentemente normativa, consistindo basicamente na seleção, até certo ponto arbitrária, de domínios privilegiados de objetos observáveis. Assim, para toda definição do objeto da lingüística apresentada, *n* outras definições possíveis seriam excluídas. Por exemplo, para quem assume que o objeto da lingüística é a competência lingüística do falante/ouvinte ideal, todos os fatos lingüísticos ligados à variação ou ao discurso ficam, de certa forma, fora do domínio da lingüística. E vice-versa. Se alguém assumir que o objeto da lingüística são os textos reais produzidos pelos falantes, a própria noção de competência lingüística pode perder todo o significado. A alternativa seria o apelo a "definições" suficientemente vagas para conter todas as possibilidades, tais como "o objeto da lingüística é a linguagem humana", ou algo semelhante, que na realidade não definem nada, ou definem tão pouco que perdem completamente o interesse. Não é difícil perceber por que isso acontece. A linguagem é um objeto de tal complexidade que todos as possibilidades de abordagem serão sempre parciais. A linguagem está presente e se liga a tudo o que o homem faz. Pode-se dizer, por exemplo, que a linguagem é o suporte do pensamento

2 Ver Dascal e Borges Neto 1991.

Scanned with CamScanner

(a questão clássica é: pode-se pensar sem linguagem?); que a linguagem é instrumento de comunicação e ação sobre os outros; que a linguagem é matéria de arte; que a linguagem é usada como índice de posição social etc. O problema que se coloca aqui é basicamente metodológico: é possível abordar a linguagem humana de todas as perspectivas, simultaneamente? Creio que não. É necessário, pois, privilegiar um enfoque, ignorando — ao menos temporariamente — todos os outros. Assim, se por alguma razão, uma abordagem sociologizante da linguagem me parece mais interessante e frutífera, fatalmente deixarei de lado abordagens logicizantes ou psicologizantes. E isso se dará em todos os casos.

Dado o grande número de relações que a linguagem mantém, não temos condições de decidir por onde é que vamos começar a abordá-la. Toda abordagem proposta vai sempre parecer parcial e arbitrária. A palavra de ordem aqui é *escolher*. E escolher implica em deixar algo de fora.

Toda tentativa de dar uma abordagem, digamos, "holística" da linguagem, isto é, toda tentativa de construir um objeto teórico que apanhe todos os aspectos possíveis do domínio — algo como uma teoria "integral" da linguagem — está fadada ao fracasso. Mesmo que se conseguisse construir uma teoria assim, creio que ela não teria grande utilidade.

Eu tenho um xará, mais ou menos famoso, que escreveu um pequeno conto que expõe muito bem o que eu estou querendo dizer. O conto é o seguinte:

> *DEL RIGOR DE LA CIENCIA*
> *... En aquel Imperio, el Arte de la Cartografía logró tal Perfección que el mapa de una sola Provincia ocupaba toda una Ciudad, y el mapa del imperio toda una Provincia. Con el tiempo, esos mapas Desmesurados no satisfacieron y los Colegios de Cartógrafos levantaron un Mapa del Imperio que tenía el tamaño del Imperio y coincidía puntualmente con él. Menos Adictas al Estudio de la Cartografía, las Generaciones Siguientes entendieron que ese dilatado Mapa era Inútil y no sin Impiedad lo entregaron a las Inclemencias del Sol y de los Inviernos.*
> *En los desiertos del Oeste perduran despedazadas Ruínas del Mapa, habitadas por Animales y por Mendigos; en todo el País no hay otra reliquia de las Disciplinas Geográficas.*
> *Suárez Miranda: VIAJES DE VARONES PRUDENTES, LIBRO CUARTO, CAP. XLV, LÉRIDA*, 1658 (Borges 1974: 847).

Scanned with CamScanner

Creio que fica bem claro que as teorias lingüísticas não podem deixar de fazer "cortes" no objeto complexo "linguagem", fazer "escolhas", deixar coisas de fora. Uma teoria que esgote o objeto, como o mapa do conto, será inútil. Como o mapa, a teoria deve destacar o que é relevante, e simplesmente ignorar o que é irrelevante. O problema todo está em que a noção de relevância não é idêntica para todos. O que é relevante para um pode ser irrelevante para outros. Deste modo, dada a complexidade da linguagem, o pluralismo teórico é o que devemos esperar. Cabe aqui a famosa frase de Nelson Rodrigues: "Toda unanimidade é burra". Se todos os lingüistas vissem a linguagem de uma mesma forma, a partir de uma mesma perspectiva, poderíamos, com alguma certeza, supor que existe algo errado ou com nossa ciência ou com nossos cientistas. Em outras palavras, ou nossa área de estudos não seria tão "rica" como se apregoa, ou nossos cientistas seriam menos inteligentes e criativos do que deveriam ser.

Dascal e eu tentamos mostrar também que a tal "linguagem humana", mesmo que pudéssemos considerá-la um único objeto complexo, não permaneceria exatamente o mesmo objeto, independentemente dos objetivos supostos pela abordagem. Citando:

> ...*a* linguagem, *tal como manipulada ou enfocada pela filosofia, pela magia, pela atividade estética (literatura, por exemplo), pelo jornalismo e pela lingüística é invariante, auto-idêntica, independentemente do enfoque?*
> *A resposta é, certamente,* não! *Ou seja, a escolha de um* objetivo *relativamente à abordagem de um* objeto *determina, na verdade, uma visão, um modo de* construir *esse objeto. Ao escolher o objetivo* fazer ciência, *a lingüística propõe de fato um modo de construir ou conceber seu* objeto, *a linguagem* (Dascal & Borges Neto 1991: 15)[3].

Obviamente, Dascal e eu estamos opondo o fazer científico da lingüística a outros fazeres, que convencionamos chamar de "não-científicos". Não me parece despropositado, no entanto, projetar as conclusões que tiramos dessa comparação à questão da comparação entre teorias lingüísticas. Se me perguntassem se a linguagem humana tal como é vista pelos gerativistas, pelos analistas do discurso, pelos semanticistas, pelos fonólogos, pelos funcionalistas

3 Neste livro p. 31.

Scanned with CamScanner

etc. é um mesmo e único objeto, invariante, minha resposta continuaria sendo não! Por detrás de cada teoria há, entre outras coisas, uma concepção de linguagem e uma concepção de fazer científico que não são necessariamente idênticas às outras concepções. Como afirma Franchi:

> *...sob a neutralidade dos modelos teóricos, sob o formalismo reduzido e enxugado, sob a regularidade dos esquemas de derivação das fórmulas sucessivas na dedução, disfarça-se apenas uma reflexão prévia, condicionada histórica e culturalmente, assistemática. Nesta busca-se caracterizar a natureza do objeto a explicar, determina-se um 'ponto de vista' privilegiando aspectos particulares da linguagem, de modo a orientar a escolha das noções de base, a fixar o domínio de investigação, a escolher os instrumentos de análise e síntese* (Franchi 1977: 9).

Em outro texto, Franchi pergunta:

> *Servem os mesmos instrumentos de pesquisa e de construção teórica tanto ao que investiga a capacidade mesma da linguagem (sua inscrição no cérebro humano), ao que a examina como atividade e processo histórico e social, ao que busca intervir em processos terapêuticos e pedagógicos em que a linguagem é objeto de construção ou reconstrução, ao que documenta e registra línguas para as quais não possui a competência do falante nativo etc.?* (Franchi 1994b).

Franchi não responde a sua própria pergunta, mas eu creio que a única resposta possível é, novamente, a negativa.

Com isso creio que deixo clara a inevitabilidade do pluralismo teórico na lingüística. Por mais desconfortável que esse pluralismo possa ser, nada há a fazer a respeito.

Podemos agora passar à segunda parte deste trabalho, em que pretendo investigar a natureza e as conseqüências dessa realidade plural para a comunidade científica. De certa forma, estou saindo da lingüística e me internando nas selvas da epistemologia. A partir de agora, o lingüista dá lugar ao aprendiz de filósofo, correndo todos os riscos que a posição de aprendiz acarreta.

2. O RELATIVISMO COMO CONSEQÜÊNCIA DO PLURALISMO

Encontram-se na epistemologia, entre outros, dois grupos de filósofos que assumem posturas distintas quanto à relação entre o conhecimento

Scanned with CamScanner

humano e a "realidade" conhecida: há os que defendem a idéia de que há uma verdade única, objetiva, que é procurada pela ciência, e há os que acham que todo conhecimento é relativo a um momento histórico, a um contexto ou um conjunto de circunstâncias. Vamos chamar os primeiros de *objetivistas* e os segundos de *relativistas*. Talvez um bom modo de entender essas posições epistemológicas seja trazê-las para o campo da lingüística.

Aliás, é importante notar que muitas das discussões epistemológicas contemporâneas são extremamente semelhantes a discussões já feitas pelos lingüistas em períodos anteriores. Vou tentar usar essas discussões lingüísticas para esclarecer os pontos epistemológicos em confronto.

De certo modo, a polêmica entre os objetivistas e relativistas assemelha-se à velha discussão clássica entre os naturalistas e convencionalistas. Já entre os velhos gregos — parece que não há como fugir do pensamento dos velhos gregos —, discutia-se se a linguagem relacionava-se com a realidade de forma "natural" ou de forma "convencional". Segundo Maria Helena de Moura Neves, em seu trabalho "A vertente grega da gramática tradicional"[4], havia uma disputa sobre a natureza do nome entre os pensadores gregos, que apresentava três posições: (i) o nome era uma imagem natural da coisa nomeada, isto é, a relação entre o nome e a coisa não era convencionada ou atribuída por alguém, era simplesmente fruto de uma vinculação dada pela ordem natural das coisas. Os homens não "inventam" nomes para os objetos; os homens "descobrem" seus nomes naturais; (ii) o nome é atribuído ao objeto segundo o arbítrio de cada um, isto é, não há nenhuma relação "natural" entre o nome e o objeto nomeado; os nomes são simplesmente "inventados"; e (iii) o nome é estabelecido por um "legislador", que conhece a natureza das coisas e por isso tem "autoridade" para nomear.

Ora, parece possível dizer que os objetivistas, no campo das ciências, assumem posição equivalente aos gregos que defendiam que o nome era a imagem natural da coisa. O que um objetivista assume é que as teorias científicas devem "revelar", "descobrir" uma verdade que existe independentemente da ação humana: a realidade existe em-si, e cabe ao cientista

4 Neves Moura 1987.

Scanned with CamScanner

descobrir sua natureza. A teoria verdadeira é uma espécie de "nome natural" da realidade.

Quem seria objetivista na lingüística contemporânea? Creio que Chomsky é um exemplar dessa postura epistemológica. A linguagem — a gramática, para ser mais preciso — existe na mente/cérebro dos falantes e cabe ao lingüista descrevê-la. O trabalho do lingüista é, de certa forma, dirigido pela realidade, que tem a última palavra sobre a adequação das propostas teóricas. Há uma "verdade" externa à atividade do cientista que é ao mesmo tempo objetivo e parâmetro da pesquisa.

Os relativistas, por seu lado, não acreditam na existência dessa "verdade" do objetivista. Para eles, a ciência é basicamente "construção humana". É o arbítrio do ser humano em ação. O cientista não "descobre" teorias; o cientista as "inventa". Se há ou não uma "verdade" imanente, é questão que não afeta o relativista, uma vez que, mesmo que exista, não temos nenhum modo de saber qual seria essa verdade. A falta de um critério confiável que nos permitisse dizer que a "verdade" está com essa ou com aquela teoria, faz com que a existência ou não de uma verdade perca o interesse. Ou seja, a rigor, o relativista não nega, necessariamente, a existência de um real para além da teoria. O que ele nega é a possibilidade de sabermos qual é esse real e, portanto, a possibilidade de sabermos se as teorias estão mais ou menos perto desse real. O que o relativista nega é a possibilidade de dizermos que uma teoria é "melhor" ou "pior" do que outra, no sentido de ser mais ou menos "verdadeira".

Novamente, a posição dos relativistas se aproxima muito da posição dos antigos convencionalistas, para quem o nome é atribuído ao objeto nomeado segundo o arbítrio de cada um. Não há uma teoria verdadeira, assim como não há um "nome natural" para as coisas.

Certamente não iremos encontrar nenhum lingüista explicitamente relativista. Todos crêem, ou aparentam crer, que suas propostas teóricas sobre a linguagem são "verdadeiras". Não consigo pensar num cientista que, embora afirme coisas sobre seu objeto, não acredite na verdade de suas afirmações. Mas há lingüistas que reconhecem a existência de modos alternati-

Scanned with CamScanner

vos de tratamento do objeto — como o próprio Carlos Franchi o fez na conferência que estamos analisando — e que consideram suas propostas como simples *hipóteses* sobre o objeto, sujeitas, portanto, à desconfirmação.

Creio que, com isso, as duas posições podem ficar suficientemente claras para que possamos voltar ao nosso assunto, que é o relativismo como conseqüência do pluralismo.

Se constatamos a inevitabilidade do pluralismo teórico na lingüística, a questão básica seguinte é, justamente, a do que fazer diante dessa pluralidade de teorias. Como avaliá-las? Existiria uma teoria melhor do que as outras? Como escolher entre elas?

Posso falar de cátedra sobre essa perplexidade que aflige o estudante de lingüística (vivi o problema e a partir dele passei a me interessar pela epistemologia): por que estudar a linguagem com a teoria A e não com a teoria B? Por que ser gerativista e não analista do discurso? Por que trabalhar com a teoria da variação e não com a gramática de Montague? Na história pessoal de cada um, essa questão se resolve das mais diversas maneiras: vou trabalhar com a teoria X porque é a única que conheço suficientemente; vou trabalhar com a teoria Y porque essa é a teoria que me permite obter financiamentos; vou trabalhar com a teoria Z porque é com essa teoria que o pessoal da universidade em que começo a lecionar trabalha; vou trabalhar com a teoria W porque essa é a teoria predileta de meu orientador; vou trabalhar com a teoria R porque é a teoria que mais me satisfaz ideologicamente... Eu poderia ficar dias falando de razões como essas para a escolha de teorias. Mas, certamente, eu não poderia apresentar uma única razão racional, objetiva, universal, que permitisse a escolha. Como afirma Feyerabend:

> *Claro está que* alguma *forma de comparação é* sempre *possível (por exemplo, uma teoria física poderá soar mais melodiosa do que outra, quando apresentada em voz alta, com o acompanhamento de um violão). Coloquemos, porém, regras específicas para o processo de comparação, tais como as regras da lógica, aplicadas à relação das classes de conteúdos, e depararemos com exceções, restrições indevidas, e seremos forçados, a cada momento, a sair do embaraço através de evasivas* (Feyerabend 1975: 358[5]).

5 A página indicada é da tradução brasileira.

Scanned with CamScanner

Dizer que não há meio de comparar racionalmente teorias distintas é equivalente a dizer que as teorias são incomensuráveis.

A noção de incomensurabilidade surge nos trabalhos de Thomas Kuhn sobre as revoluções científicas. Para Kuhn, as mudanças de paradigmas levam os cientistas a verem o mundo com novos olhos, isto é, a troca de teorias faz com que os cientistas reajam a mundos distintos. Nas palavras de Kuhn:

> *A comparação ponto a ponto de duas teorias consecutivas exige uma linguagem a que possam traduzir-se, sem perdas nem mudanças, ao menos, as conseqüências empíricas de ambas.(...)* [muitos filósofos] *continuam supondo que as teorias podem ser comparadas recorrendo-se a um vocabulário básico composto totalmente de palavras associadas à natureza, de um modo que seja não-problemático e, na medida do necessário, independente da teoria. (...) Feyerabend e eu temos argüido extensamente que não se dispõe de nenhum vocabulário desse tipo. Na mudança de uma teoria para a seguinte, as palavras mudam seus significados ou suas condições de aplicação por meios sutis. Ainda que a maioria dos signos sejam os mesmos antes e depois de uma revolução — por exemplo, força, massa, elemento, compostos, célula — o modo pelo qual alguns deles se associam à natureza mudou de alguma maneira. Dizemos, então, que as teorias consecutivas são incomensuráveis* (Kuhn, 1970: 435-436 [tradução minha]).

A tese da incomensurabilidade entre as teorias surge de uma matriz filosófica que é semelhante à da tese de Whorf-Sapir, que afirma que as línguas naturais, além de instrumentos de descrição de eventos, são também modeladoras de eventos. Com as línguas, criamos o mundo e não apenas o espelhamos. As línguas, então, determinariam o modo pelo qual seus falantes veriam o mundo e falantes de línguas distintas viveriam em mundos distintos.

Embora não se consiga mais sustentar uma tese como a de Whorf-Sapir em sua versão mais forte — as línguas determinariam de forma absoluta a visão de mundo dos falantes — certamente não se pode descartar versões mais fracas, que suporiam influências mais ou menos fortes da linguagem, embora não de forma determinística, nos modos de conceber o mundo.

Assim como a tradução entre as línguas, embora possível em graus diversos de aproximação, é problemática (lembrar: "tradutore, traditore"), a tradução entre as teorias também será problemática. O que se nega, então, com a hipótese da incomensurabilidade, é a objetividade e a racionalidade das

Scanned with CamScanner

comparações e traduções, tanto das teorias científicas (Kuhn e Feyerabend) quanto das línguas (Whorf-Sapir, nas versões fracas).

Se a tese da incomensurabilidade se sustentar, não teremos outra maneira de escolher teorias senão as baseadas em razões subjetivas.

Diante da pluralidade teórica, uma das posturas possíveis é a postura *pragmatista*, que pode ser definida como:

> [a] *concepção filosófica... que valoriza a prática mais do que a teoria e considera que devemos dar mais importância às conseqüências e efeitos da ação do que a seus princípios e pressupostos. A teoria pragmática da verdade mantém que o critério de verdade deve ser encontrado nos efeitos e conseqüências de uma idéia, em sua eficácia, em seu sucesso. A validade de uma idéia está na concretização dos resultados que se propõe obter* (Japiassu & Marcondes 1990: 199).

Ou seja, o único critério de validade possível é o critério do "utilitarismo": uma teoria é boa, "verdadeira", se conseguir realizar satisfatoriamente as tarefas a que se propõe. De certa forma, isso é o "tudo vale" de Feyerabend.

Confesso que essa posição não me é antipática. Pensem no seguinte caso. Eu acabei por me envolver num projeto de pesquisa em processamento de linguagem natural, isto é, um projeto que pretende processar a linguagem natural em meios automáticos (computacionais). Na condição de lingüista responsável pela parte propriamente lingüística do projeto, tive que fazer a escolha de uma teoria capaz de apresentar os dados lingüísticos de maneira apropriada para o processamento em computador. Eu poderia escolher uma das formas de análise do discurso? Eu poderia escolher a teoria da variação? Eu poderia escolher a gramática gerativa chomskiana? Não vou entrar em detalhes, mas a resposta me parece dever ser negativa em todos estes casos. Eu acabei por escolher a gramática de Montague, por razões que para mim são óbvias. A teoria de Montague é construída sob a forma de um grande algoritmo e dá às expressões das línguas naturais um tratamento que é razoavelmente simples de reproduzir em programas computacionais, como o PROLOG, por exemplo. A teoria de Montague, portanto, era a escolha mais adequada à tarefa proposta. Minha atitude foi eminentemente pragmática: a questão da "verdade", em nenhum momento, foi cogitada. Em outras palavras, escolher essa teoria não implicou em considerar falsas as outras teorias; nem em considerá-

Scanned with CamScanner

la verdadeira, isto é, uma representação "correta" da realidade. De certo modo, como vimos no início do texto, é o *objetivo* determinando não só o *objeto* como a abordagem adequada desse objeto (a *metodologia*).

De qualquer forma, Franchi, em sua fala, nega a incomensurabilidade e rejeita explicitamente o relativismo e o "tudo vale" feyerabendiano. A posição de Franchi baseia-se, aparentemente, no pressuposto de que o objeto de estudos — a linguagem humana — é único e as várias abordagens, sendo abordagem de um mesmo objeto, devem ser complementares.

Não posso aceitar, pelas razões que já expus no início de minha fala, que exista algo como "a linguagem humana" independentemente da perspectiva assumida, nem que as várias abordagens sejam abordagens de um mesmo objeto. Nisso estou com Saussure, que afirma que "o ponto de vista cria o objeto".

Há outra razão para discordar de Franchi, que vem de seu próprio trabalho. A posição objetivista, que parece, em alguns momentos, estar sendo assumida por Franchi, vai supor um mundo pré-definido, absoluto e neutro, a-histórico. Ora, a própria noção de sistema de referências, crucial no pensamento lingüístico de Franchi, é a negação desse mundo objetivista. Franchi não tem como escapar do relativismo, uma vez que seus sistemas de referências são construídos e, em conseqüência, não são nem naturais nem necessários. Se Franchi considera a linguagem uma atividade constitutiva, se ele afirma que a linguagem constrói sistemas de referência onde se interpreta, certamente ele não está assumindo o objetivismo epistemológico como guia de suas reflexões sobre a pluralidade das teorias lingüísticas. Teria Franchi vislumbrado uma terceira via, então, entre o relativismo negado e o objetivismo, cuja assunção é impossível? Pelo respeito e pela admiração que tenho por seu trabalho, não posso deixar de investigar a possibilidade dessa terceira via.

3. Nem relativismo, nem objetivismo: a busca de uma terceira via

Passo a caminhar por terrenos pantanosos. Espero não cair em algum sorvedouro.

Scanned with CamScanner

Em primeiro lugar, estaríamos dispostos a negar a existência de uma "realidade", um "mundo", para lá de nosso conhecimento? Não creio que alguém estivesse disposto a responder afirmativamente a essa questão. O "mundo" já existia antes do surgimento do ser humano e continuará existindo depois que formos embora.

Pois bem, essa não é a verdadeira questão. A verdadeira questão é: podemos conhecer esse mundo "objetivo"? A essa questão é que os relativistas dão uma resposta negativa. O conhecimento que temos do mundo não é neutro, asséptico, puro. Esse conhecimento é sempre mediado, e a proliferação de "conhecimentos alternativos" decorre da existência de mediações distintas.

Talvez a pergunta que pudéssemos fazer na seqüência seria: mas esse mundo objetivo não exerce nenhum papel na constituição de nossos conhecimentos? Mesmo considerando as diversas mediações possíveis, o mundo objetivo não estabeleceria limites para nossa ação constitutiva?

Creio que uma resposta positiva seria possível aqui. O mundo objetivo não nos diz como quer ser conhecido, mas nos diz como não quer (ou não pode) ser conhecido.

Pensemos numa analogia: podemos organizar os livros numa biblioteca de *n* modos distintos: por data de publicação, por autor, por título, por editora, por tamanho, por número de páginas, por cor etc. Mas, certamente, não podemos organizar os livros na biblioteca por preferência por comida chinesa ou comida japonesa, não podemos organizar os livros pelo tamanho de seus sapatos, nem pela cor de seus cabelos. De algum jeito, os livros impedem algumas formas de classificação.

Ora, o que essa analogia nos sugere é que a realidade objetiva, embora não seja suscetível de descrição isenta de mediações subjetivas, estabelece algumas restrições sobre as formas mediadas de descrição possíveis. Em outras palavras, como alternativa a um objetivismo estrito não podemos ter um relativismo absoluto, fruto de um voluntarismo irrestrito.

Pois bem. Tudo isso é ainda excessivamente vago para que possamos falar, de fato, numa terceira via. Mas a analogia já nos permite retomar o "tudo vale" de Feyerabend noutro patamar de compreensão. Certamente,

Scanned with CamScanner

quando Feyerabend diz que a única regra epistemológica válida universalmente é a regra "tudo vale", ele não está dizendo que a capacidade criadora do cientista não tem limites. Claramente há limites. Por exemplo, o historiador tem o documento como seu limite, isto é, a história pode ser reinterpretada quantas vezes queiramos, desde que os documentos sejam respeitados. O físico não pode simplesmente ignorar os dados empíricos apresentados. Ele pode reinterpretá-los de muitos modos — até de modos contraditórios —, mas não pode ignorá-los. O que acontece é que nem sempre o que é documento ou dado empírico num momento continua a sê-lo em outro. Por isso, os dados empíricos e os documentos não podem ser razões para a teoria, não podem determiná-la. O "tudo vale" de Feyerabend só pode ser mantido — e creio que é assim que Feyerabend o propõe — enquanto princípio geral que nega a racionalidade universal. Trata-se apenas de um contraponto à postura que admite regras universais de escolha. A racionalidade "local", a possibilidade de existência de princípios de escolha circunscritos, não está sendo contraditada pelo "tudo vale". Assim, é possível que, *considerada uma certa mediação*, haja princípios racionais e objetivos que nos permitam decidir entre teorias alternativas.

Voltando à questão do pluralismo teórico na lingüística, podemos dizer que o fato de existirem muitas formas de ver a realidade não implica necessariamente que existam muitas "verdades" alternativas. A afirmação de que existe uma gramática inscrita na mente/cérebro dos falantes ou é verdadeira ou é falsa; a afirmação de que a linguagem varia conforme determinantes sociais ou é verdadeira ou é falsa; a afirmação de que a forma dos discursos é determinada por suas condições de produção ou é verdadeira ou é falsa. Não creio que haja uma terceira resposta possível. O que nos faltaria, no entanto, é o critério de reconhecimento do verdadeiro. Certamente existe uma verdade; só que não podemos reconhecê-la como tal.

Ora, talvez esteja aqui a saída para a terceira via sugerida na fala de Franchi. O pensamento lingüístico de Franchi nos sugere que o mundo é constituído pela linguagem: a linguagem não espelha, apenas, a realidade, mas a constrói. Mas esse processo é dialético. No mesmo passo em que constitui a realidade, a linguagem reflete, espelha, a realidade constituída e deve

Scanned with CamScanner

se curvar às limitações que essa "realidade" lhe impõe. A linguagem é ação sobre o mundo e se constitui enquanto constitui o mundo.

Esse processo, no entanto, não se dá a cada instante. Ou seja, a linguagem não é reinventada a cada novo ato de fala (ou a cada jogo de linguagem). Embora as significações se constituam numa relação dialética com o mundo, elas fazem isso no decorrer da história e, a cada momento, elas se interpretam num mundo já constituído anteriormente e, portanto, relativamente estável. Em outras palavras, a linguagem é uma atividade constitutiva que age sobre um mundo já constituído que, por ser histórico, não é nem "verdadeiro" nem imutável.

Projetando essa filosofia da linguagem para a questão das teorias científicas, poderíamos dizer que uma teoria é uma linguagem e, como tal, é uma atividade humana que se constitui e constitui o real dialeticamente. Assim como a realidade não está pronta, independentemente do trabalho do cientista, a teoria científica não traz em si sua verdade antes de agir sobre uma realidade bruta. A atividade do cientista constitui o real trabalhando sobre um real já constituído anteriormente.

Poderíamos pensar aqui em níveis de realidade. Há uma realidade bruta, independente de nós, que não podemos apreender; há uma realidade histórica, também independente de nós, embora constituída por nós no processo histórico, que podemos apreender e sobre a qual as teorias científicas agem. Esse segundo nível de realidade, "modelar", é a "realidade objetiva" que, efetivamente, é abordada pela ciência. Como toda construção histórica, essa "realidade" não é absoluta.

A rigor, a perspectiva que estou tentando esboçar é ainda relativista, mas certamente não se trata mais de um relativismo vulgar, que deixa por conta do arbítrio do cientista o estabelecimento da verdade. Tampouco estou pensando em qualquer coisa parecida com o "consenso entre os cientistas" como determinação do verdadeiro e do falso. A verdade é o resultado do trabalho da ciência sobre uma realidade objetiva, inumana, preexistente e independente da vontade dos homens.

Seria essa "realidade objetiva" o ponto de comparação entre as alternativas que permitiria a revisão da proposta kuhniana de incomensurabilidade. E

Scanned with CamScanner

estamos aqui, de certa forma, retomando a crítica ao relativismo whorfiano feita por Berlin e Kay (1969): embora não se negue um relativismo lingüístico fraco (as línguas são modos distintos de constituir o mundo), o determinismo lingüístico envolvido na proposta forte pode ser evitado pela existência de "universais" (biológicos, na perspectiva de Berlin e Kay) que permitem o trânsito de uma proposta alternativa às outras. O pluralismo lingüístico fica garantido e a impossibilidade de compreensão do outro (ou da tradução) é evitada.

Por esse caminho, podemos recusar o relativismo "selvagem" e a incomensurabilidade total. O que não podemos recusar — e aí está o grande problema da proposta de Franchi — é a incomensurabilidade, entendida como ausência de "medidas" objetivas de comparação, de linguagem "neutra" que traduzisse todas as outras linguagens, e o relativismo fraco que, sem negar a existência de uma verdade, nega a existência de critérios para seu reconhecimento.

De certa forma, podemos concluir que não há como escapar de um certo relativismo, e a "terceira via" que tentamos vislumbrar na proposta de Franchi, na realidade, não passaria de uma das vertentes "moderadas" da perspectiva relativista.

4. Uma ética para a lingüística?

Para terminar, gostaria de tocar na questão que é central na fala de Franchi: o respeito ao trabalho do outro, por mais que esse trabalho nos pareça estranho ou desimportante.

Parece-me claro que essa exortação ao respeito mútuo liga-se de modo orgânico ao reconhecimento da pluralidade não relativista (ou fracamente relativista) de Franchi. As várias alternativas teóricas são mais do que meras opiniões, são "diálogos" particulares com um mesmo interlocutor — a realidade objetiva. Assim, há vantagens em se saber o que resultou dos vários "diálogos" já mantidos com a realidade objetiva no momento em que eu me dedico a construir o meu próprio "diálogo" com a natureza. As perguntas que o outro fez eu estou dispensado de fazer; as perguntas que o outro fez, e as respostas que recebeu, podem sugerir novas perguntas que eu poderia

Scanned with CamScanner

e gostaria de fazer; as perguntas que o outro fez não foram as que eu gostaria de fazer ou não foram feitas da maneira como acho que deveriam ter sido feitas, de forma que posso, então, refazê-las de meu jeito etc. De certa forma, esses vários "diálogos" se enriquecem mutuamente.

Não quero assumir aqui nenhuma atitude mais fortemente normativa, dizendo o que os lingüistas deveriam ou não deveriam fazer. Quero apenas destacar alguns pontos que acredito fazer parte de uma ética científica a ser adotada na lingüística e que acredito que sejam parte da exortação feita por Franchi.

Acredito que é ético não ignorar simplesmente o trabalho do outro. Saber o que o outro faz; procurar entender suas razões, suas motivações; concordar ou discordar dele; e, principalmente, dizer o que se pensa de seu trabalho é um componente importante nesse grande diálogo que constitui a ciência. Vamos pensar mais concretamente.

Quando alguém publica um trabalho, o que espera? Elogios? Reconhecimento público? Pontos de currículo para eventuais concursos ou progressões na carreira? Pobre da ciência se forem essas as razões para a publicação de trabalhos. Creio que a função de uma publicação qualquer é o aumento do conhecimento sobre o mundo — cada novo texto acrescenta um tijolinho no edifício da ciência, para usar uma expressão já meio gasta. E qual a atitude a se esperar da comunidade científica diante dessa publicação? Certamente não o silêncio. Silenciar é desrespeitar o trabalho do outro. Os elogios automáticos, as citações acríticas, a bajulação rasteira também não acrescentam nada ao conhecimento humano. Respeitar o trabalho do outro consiste justamente em submetê-lo à crítica mais rigorosa.

Apenas a verdade absoluta está fora do alcance dos questionamentos, e ela, como vimos, está para lá de nossas capacidades humanamente limitadas. As "verdades" resultantes do trabalho humano sobre a realidade (bruta ou histórica), no entanto, expõem-se à crítica no momento mesmo em que são enunciadas. E é pela crítica incansável, pelo debate constante, que as posições se firmam, que as conclusões são obtidas, que os enganos são revelados, que nossa ciência se constrói.

Todo trabalho vem ao mundo para ser criticado. Respeitá-lo, então, é submetê-lo ao crivo da mais severa crítica.

Scanned with CamScanner

capítulo 4

Formalismo x *funcionalismo* nos estudos lingüísticos[1]

I

Ceio que o conflito *formalismo x funcionalismo* pode ser sintetizado pela questão de se saber qual a origem da forma da lâmina do machado (lâmina em forma de cunha).

Para um funcionalista, a lâmina do machado tem a forma que tem porque está destinada à tarefa de cortar madeira: a lâmina em forma de cunha secciona e separa as fibras da madeira. Assim, é a função, o papel a que se destina, o que determina a forma da lâmina do machado. O raciocínio é mais ou menos o seguinte: querendo cortar um pedaço de madeira, um primata ancestral qualquer procurou um objeto que tivesse propriedades adequadas à tarefa. Achando uma pedra em forma de cunha, concluiu que essa forma seria a adequada e criou o primeiro machado (sem cabo, certamente) que, aos poucos, foi-se aperfeiçoando até chegar aos sofisticados machados contemporâneos.

Um formalista, por outro lado, vai dizer que a função da lâmina do machado é que é determinada por sua forma: é justamente por ter a forma de cunha que o machado serve para cortar madeira. Em função de sua forma, a lâmina do machado serviria também para segurar uma porta para que

1 Este texto foi apresentado em mesa-redonda durante o I Encontro do Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul (CelSul), Florianópolis, SC, 1995.

Scanned with CamScanner

o vento não a fizesse bater. O raciocínio seria o seguinte: manipulando pedras, o mesmo primata ancestral percebeu que as pedras em forma de cunha, embora não fossem adequadas para quebrar castanhas ou para moer sementes de trigo, eram adequadas para dividir pedaços de madeira. O primata listou, então, essa nova "utilidade" entre as utilidades que já havia percebido para as pedras em forma de cunha (caçar e separar a pele dos animais caçados, por exemplo), criando o primeiro machado, que vai se aperfeiçoar e especializar, até chegar aos machados contemporâneos.

Na lingüística, a questão é semelhante: a linguagem tem a forma que tem porque é determinada por suas funções? Ou suas funções é que são "permitidas" pela forma?

De certo modo, estamos diante de uma nova versão do dilema do ovo e da galinha: o que surgiu antes, a forma ou a função?

Embora consciente de que não há resposta clara para essa questão — todas as respostas serão, de um modo ou de outro, "ideológicas" — vamos investigar um pouco as raízes e as conseqüências das diferentes posturas assumidas nos estudos lingüísticos. Vamos tentar ao menos deixar mais claros os vários aspectos envolvidos nesta "problemática ovo/galinha" dos estudos lingüísticos. Pretendemos, no entanto, estabelecer algumas *razões* pelas quais se prefere uma postura à outra.

II

Em primeiro lugar, vejamos em que consiste o *formalismo*, em se tratando de teorias lingüísticas. Quando se fala em formalismo em lingüística, imediatamente vem à baila a "filosofia da linguagem" suposta nas várias versões da gramática gerativa chomskiana. O "formalismo" é aí caracterizado como a opção pela autonomia da sintaxe. Em outras palavras, de forma geral, o formalismo da gramática chomskiana é definido pela priorização do "formal" (entendido como a parte da linguagem que constituiria o "significante" saussuriano) e pela imposição de uma metodologia de pesquisa que trata esse "formal" com absoluta independência de suas relações, seja com o lado

Scanned with CamScanner

"não-formal" da linguagem (o "significado"), seja com os usos que os falantes fazem desse "formal".

Obviamente, essa não é uma caracterização adequada da perspectiva formalista, uma vez que por esse caminho teríamos que dizer que a gramática de Montague, que certamente é uma espécie de radicalização da perspectiva formalista em lingüística, na medida em que se ocupa do significado e nega a autonomia da sintaxe, não é uma teoria formalista. Embora inadequada, essa é a caracterização de "formalismo" que encontramos em muitos textos "funcionalistas", que mais do que criticar o formalismo como postura geral estão interessados em criticar a teoria chomskiana.

O que caracterizaria, então, o formalismo? Creio que a perspectiva formalista pode ser adequadamente caracterizada pela priorização que dá ao estudo da linguagem humana enquanto uma "linguagem". Os formalistas estudam as línguas naturais para entendê-la enquanto uma linguagem, isto é, enquanto um conjunto de formas que se relacionam entre si numa sintaxe, que se relacionam com objetos do mundo (mundo "objetivo" ou mundo "mental") numa semântica, e que servem para que os falantes "digam coisas", expressem seus "significados" (pragmática). Algumas teorias restringem-se aos aspectos sintáticos (teoria chomskiana, por exemplo), outras abordam também os aspectos semânticos e pragmáticos. O que as reúne sob o rótulo de "formalistas" nada tem a ver com essa delimitação de domínio, mas tem a ver com a compreensão dos fatos lingüísticos enquanto manifestações de um "objeto" autônomo, que preexiste a esses fatos (seja como um objeto "mental", como quer Chomsky; seja como um objeto "abstrato", de natureza matemática, como quer Montague), que é a linguagem humana. Assim, desde que assumida essa perspectiva, é possível uma semântica, uma pragmática, uma sociolingüística ou uma psicolingüística formalista.

E em que consiste o *funcionalismo*, que se pretende em oposição a esse formalismo? Pretende, inicialmente, que a linguagem humana seja vista como um instrumento de interação social entre seres humanos, usado para estabelecer *comunicação*. Como diz Camacho (1994: 34):

Scanned with CamScanner

As expressões lingüísticas não são, assim, objetos formais abstratos; ao contrário, suas propriedades são sensíveis às determinações pragmáticas da interação verbal. (...) são os usos da linguagem que modelaram, durante milhares de gerações, o sistema lingüístico, que, por isso, não é arbitrário. O modo como é organizado é funcional porque se desenvolveu para satisfazer as necessidades humanas.

Na perspectiva funcionalista, a questão básica a ser respondida pelo lingüista nada tem a ver com a estrutura, ou o significado das expressões lingüísticas. Tem a ver com os modos pelos quais os falantes conseguem comunicar-se (ou o que mais) por meio das expressões lingüísticas.

As regras propriamente lingüísticas devem ser consideradas instrumentais com relação aos objetivos comunicativos da interação verbal. Sendo assim, o compromisso principal do enfoque funcionalista é descrever a linguagem não como um fim em si mesmo, mas em termos dos requisitos pragmáticos da interação verbal (Pezatti, 1994: 39).

Segundo essas caracterizações, o formalismo priorizaria a análise das formas lingüísticas, enquanto o funcionalismo priorizaria a relação sistemática entre essas formas e as funções que desempenham no processo comunicativo.

A hipótese fundamental dessa proposta [funcionalista] *é que do uso da língua — a comunicação na situação social — origina-se a forma da língua, com as características que lhe são peculiares* (Votre e Naro 1989: 169).

A questão básica envolvida no "conflito" entre as duas posições, então, é a de se saber se é a forma da língua (caracterizada pela abordagem formalista) que determina sua função (ou suas funções) ou se são os usos da língua (caracterizados pela abordagem funcionalista) que determinam sua forma. De fato, uma versão da "problemática ovo/galinha".

Como diz Dillinger:

É importante ressaltar que, a priori, *não há razão para começar com as características estruturais e a partir de delas estudar o significado e o uso, assim como não há razão para adotar uma estratégia contrária. A decisão se faz com base na intuição de cada pesquisador de qual opção será mais profícua* (Dillinger 1991: 397-398).

Embora Dillinger caia na "armadilha" de considerar o formalismo como um estudo meramente sintático (um estudo das características "estruturais", em suas palavras) — o que já comentamos acima —, a questão que seu texto

Scanned with CamScanner

coloca é fundamental: que razões poderia haver para se preferir uma abordagem à outra?

III

Eu não gostaria de adotar uma posição "subjetivista" como a de Dillinger (embora tenha até incentivado esse tipo de posicionamento em outros momentos), nem pretenderia ter atingido a "verdade absoluta" sobre a questão, como, de forma retórica e argumentativamente adequada, fazem Votre e Naro. Diria, no entanto, que a questão não é empírica, ou seja, não será por meio de argumentos empíricos, pela acumulação de exemplos e contra-exemplos, que se chegará a alguma solução para o problema: creio que ambas as posturas têm, ou podem ter, argumentos empíricos a favor de sua abordagem e argumentos empíricos contra a outra abordagem. Não obstante, talvez seja possível uma argumentação racional (uma "razão", portanto) a favor de uma das abordagens a partir de relações entre o estudo da linguagem e o estudo de outros domínios que interagem com o lingüístico, em especial os estudos genéticos e os estudos antropológicos.

Justifico. Pouca gente nega, hoje em dia, que, de uma forma ou de outra, a linguagem "existe" no cérebro/mente dos falantes — o que se discute, na realidade, é como ela chegou lá. Há quem diga que a linguagem sempre esteve lá — é inata, portanto, — e há quem diga que a linguagem é "internalizada", numa espécie de aprendizado a partir do convívio social. Em outras palavras, ou a linguagem é inata, é um "órgão mental", e seu estatuto deve ser determinado por procedimentos próximos, ao menos, dos procedimentos utilizados na genética para dar conta de outras características dos seres igualmente inatas, ou a linguagem é uma "instituição" humana que o convívio social impõe aos falantes, e sua caracterização deve se dar por meios parecidos aos que a antropologia utiliza para a caracterização das instituições socioculturais humanas.

O "experimento mental" que desenvolvo aqui pode chegar a um dos seguintes resultados: (i) se tanto a perspectiva genética quanto a perspectiva antropológica justificam uma das duas abordagens (formalista ou funcionalista)

Scanned with CamScanner

tem-se uma forte *razão* para assumir esse posicionamento; (ii) se cada uma das perspectivas indicar um posicionamento distinto, de forma irredutível, *i.e.*, o outro posicionamento é, de fato, impedido, a questão deverá ser dita "indecidível" e a escolha do posicionamento pelo cientista da linguagem vai se dar de forma subjetiva, como quer Dillinger; (iii) se cada uma das perspectivas indicar um posicionamento distinto, mas admitindo sempre o outro posicionamento, a questão, como em (ii), também será considerada "indecidível".

Vamos ao "experimento", começando pela genética.

Aqui a questão já começa a se esclarecer. Só é possível, na genética, a abordagem formalista. Essa é, aliás, a questão que opõe Darwin a Lamarck, por exemplo, e que impede que se possa levar a sério, hoje, conceitos como o de "fenocópia" propostos no passado. Não vou fazer nenhuma apresentação mais geral da teoria genética, só me interessa destacar que a genética moderna, de extração darwiniana, considera que a evolução dos seres vivos se dá pelo processo de *seleção natural*, processo que funciona assim: há uma mutação qualquer num determinado indivíduo do grupo, que passa a apresentar uma característica que o distingue dos outros. Essa característica nova tem a propriedade de tornar o indivíduo ou mais adaptado ao meio, com mais condições de sobreviver, e de se reproduzir, portanto, ou menos adaptado ao meio, mais sujeito ao ataque de predadores, por exemplo. Se a característica resultante da mutação é adaptativa, vai se difundir, por herança genética, a toda a descendência do ser mutante original e pode vir a ser dominante numa determinada população. Se a característica nova não é adaptativa, o indivíduo mutante não sobrevive o suficiente para passá-la a muitos descendentes, de forma que a característica rapidamente desaparece numa dada população. O interessante a notar é que *a mutação precede o evento seletivo*. Em outras palavras, a natureza não altera os indivíduos para que eles sejam mais adaptados; a natureza simplesmente altera os indivíduos: as boas alterações permanecem, as más desaparecem. Para a genética, portanto, *a forma precede a função*[2].

2 É inegável que *a seleção* é um processo funcional. A característica resultante da mutação vai permanecer na população se tiver funcionalidade; em caso contrário, a característica desaparece. Não obstante, o processo todo, embora tenha um lado funcional, comporta-se segundo as previsões do formalismo.

Scanned with CamScanner

Todas as tentativas de se propor um paradigma "funcionalista" na genética fracassaram e hoje ninguém mais leva a sério esse tipo de proposta. Ou seja, há um *impedimento* quanto ao uso de mecanismos funcionalistas na genética contemporânea.

Chegamos assim a uma primeira conclusão em nosso "experimento": se olharmos do ponto de vista da genética, só a perspectiva formalista é admissível.

Certamente alguém poderá dizer que essa conclusão a que chegamos só será decisiva se assumirmos uma posição "biologizante" do estudo da linguagem que, não por acaso, é a posição de Chomsky, o "paladino" do formalismo. Vamos, então, ver como essa questão se resolveria num campo bem distinto: o da antropologia social. Para tanto, sirvo-me das longas conversas que tive com o Prof. Márnio Teixeira-Pinto, professor do Departamento de Antropologia da UFPR e doutor em antropologia pelo Museu Nacional. Que fique registrado aqui o muito que devo à boa vontade do Prof. Márnio em responder às minhas inúmeras perguntas, frutos de uma profunda ignorância no assunto. Vou apresentar, então, algumas das reflexões que o Prof. Márnio desenvolve em sua tese de doutoramento sobre os índios arara[3]. Os eventuais erros presentes nesta apresentação devem ser creditados à minha pouca familiaridade com o assunto.

Em primeiro lugar, cabe destacar que a etnografia acaba sendo essencialmente funcionalista. Para o antropólogo envolvido em trabalho etnográfico, a abordagem funcionalista é, inicialmente, obrigatória. Suponhamos um antropólogo descrevendo uma determinada cultura. O que interessa a ele, certamente, é o "para que serve...". Para compreender uma cultura, o antropólogo deve procurar entender como as manifestações culturais, ritos, sistemas de trocas, forma e distribuição das habitações etc., se integram e constituem a cultura da comunidade. Seu objetivo é encontrar a coerência entre os vários aspectos da cultura. Ou seja, a abordagem funcional é predominante. A abordagem funcionalista, no entanto, embora obrigatória, não tem necessariamente poder explicativo. Poderíamos dizer que a abordagem

3 Teixeira-Pinto 1995 (a tese foi publicada como livro; ver Teixeira-Pinto 1997).

Scanned with CamScanner

funcionalista não nos deixa explicar determinadas manifestações culturais, determinados ritos ou sistemas de trocas, por exemplo, embora permita descrevê-las. Além disso, a abordagem funcionalista pode nos levar a certas situações paradoxais, em que a aparente função da manifestação cultural não se realiza como esperaríamos que o fizesse. No caso arara, o sistema de trocas matrimoniais é exemplar.

No geral, podemos dizer que o fundamento funcional básico para qualquer sistema de trocas matrimoniais é, por um lado, a necessidade de evitar a endogamia e, por outro, a necessidade de criar vínculos de solidariedade entre grupos distintos. Assim, haveria razões funcionais para a existência desses sistemas. No caso arara, no entanto, a *forma* do sistema de trocas matrimoniais prevalece sobre a função e permite casamentos pouco ou nada funcionais. Vejamos.

Os arara são organizados em pequenos grupos residenciais, e a regra básica de casamento é a exogamia de grupo natal, *i.e.*, o indivíduo nascido em um grupo vai procurar esposa em algum outro grupo. Os homens devem se casar com mulheres de outras casas. Os arara distinguem, então, dois tipos de mulheres: as esposas potenciais (mulheres de outras casas) e as "irmãs" (mulheres da própria casa), que podem ser irmãs reais ou classificatórias. Vigora, também, um princípio de "matrilocalidade", ou seja, o homem muda-se para a casa da mulher que toma por esposa. Como os arara podem ter mais de uma mulher, esse princípio só vale para o primeiro casamento. Assim, todo indivíduo nasce numa casa distinta da casa do pai e seu grupo natal, portanto, é distinto do grupo natal do pai.

O fundamento básico das trocas matrimoniais entre os arara é: quem toma uma mulher deve outra ("Quem casa com minha irmã me deve uma mulher"). O sistema, no entanto, envolve uma característica interessante: todas as mulheres que poderiam ter casado com um indivíduo, mas não o fizeram (porque casaram com outro, por exemplo), são também consideradas "irmãs", mesmo que residentes em outra casa[4].

4 Esse é um fenômeno generalizado nas sociedades indígenas sul-americanas e recebe o nome de *consangüinização fictícia*.

Scanned with CamScanner

Pensemos no caso de dois irmãos reais — filhos do mesmo pai e da mesma mãe. Eles pertencem ao mesmo grupo natal e, portanto, disputam as mesmas mulheres. Se um dos irmãos casa com determinada mulher, duas coisas acontecem: ele muda-se para a casa da esposa e passa a dever uma mulher ao outro irmão. Com alguma freqüência, o "débito" é saldado com a própria filha. Ou seja, o irmão que não casou acaba por casar-se com a própria sobrinha, filha do irmão. Cabe observar que os casamentos com a filha da *irmã* são perfeitamente possíveis e "funcionais"; a estranheza está no casamento com a filha do *irmão*.

É interessante destacar, também, que dadas determinadas circunstâncias (no caso de o pai fazer um segundo, ou terceiro, casamento com uma mulher que poderia ser esposa do filho), o sistema permite que o indivíduo case com a filha das segundas núpcias do pai, isto é, que o indivíduo case com a própria irmã real (meio-irmã, na verdade).

Da perspectiva funcionalista, esse tipo de casamento, com meio-irmãs e filhas do irmão, entre os arara, é certamente uma anomalia, uma exceção, que vai exigir a intervenção de mecanismos explicativos de outras ordens (apelo a situações contingenciais, como o número de mulheres disponíveis, por exemplo). Na abordagem formalista, no entanto, esse tipo de casamento é perfeitamente explicável como uma das possibilidades de instanciação de um sistema abstrato autônomo. Numa avaliação das ordens de razões, o que explica o sistema de trocas matrimoniais dos arara é a forma do sistema, a estrutura. O sistema é tolerante com determinadas formas de endogamia, e não o é por razões de "estratégia" (era preciso casar com alguém etc.), mas porque esses casos de endogamia são possibilidades lógicas do sistema. Ainda que eu possa explicar funcionalmente porque a freqüência de casamentos endogâmicos aumenta ou diminui em determinados períodos, em grupos maiores ou menores, grupos isolados ou não, eu não consigo explicar funcionalmente a *possibilidade* do casamento endogâmico. A possibilidade de que uma sobrinha ou uma irmã se torne esposa é uma possibilidade dada no sistema formal. Uma análise exclusivamente formalista da cultura vai ignorar fatos que certamente são fundamentais para a compreensão da unidade do sistema cultural. Mas uma análise exclusivamente funcionalista vai ser insu-

Scanned with CamScanner

ficiente, porque vai meramente descrever a cultura, sem buscar as razões de a cultura ser como é.

Ainda, uma abordagem formalista de ritos, por exemplo, vai mostrar que há formas rituais que se repetem em culturas distintas, em lugares distintos e em épocas distintas, com funções distintas, sugerindo uma certa autonomia da forma com relação à função. Pensemos num caso: (i) os tupinambá[5] capturavam um inimigo e o traziam para a aldeia, faziam-no casar-se com uma das mulheres, transformando-o em "cunhado", e quando o filho nascia, matavam e devoravam o inimigo/cunhado; (ii) os arara[6] matam o inimigo na floresta, trazem a cabeça do inimigo e a colocam sobre um tronco; as mulheres se esfregam no tronco, tomam uma bebida especial e dizem que estão tomando um filho do inimigo; em outras palavras, os arara matam o inimigo e o transformam, depois de morto, em "cunhado". Nos dois casos, estamos diante de uma estrutura ritual que obedece à logica sacrifical que pode ser encontrada em rituais de inúmeras culturas, espalhadas pelos cinco continentes.

A lógica sacrifical que organiza esses rituais tem sido funcionalmente ligada à articulação do *sagrado* e do *profano* (de Deus e do homem). Toma-se o sacrifício como uma forma de articulação de esferas distintas de existência. O ritual "cria", ou "identifica", diferenças e as articula pela ingestão ritual da "carne" sagrada, criando uma idéia de *comunidade* ("igreja") e de solidariedade entre "irmãos" que, de alguma forma, "participam de um mesmo corpo".

Ora, na América do Sul indígena, ao menos, essa explicação funcional não se sustenta. Os rituais de sacrifício de inimigos só podem ter uma explicação funcional semelhante se identificarmos o inimigo com a divindade, o que certamente não se dá.

De algum jeito, é a mesma forma, mas atendendo a razões funcionais distintas. Em todos os casos, parece haver uma "invariante formal" que, em cada caso, obedece a determinações funcionais distintas. Como poderíamos explicar essa recorrência da forma numa abordagem funcionalista? Como poderíamos explicá-la sem postular uma *forma ritual* anterior ao uso funcional?

---

5 Índios do grupo tupi que habitavam as costas do Brasil no século XVI.

6 Índios do grupo caribe que habitam a bacia Xingu-Iriri, no interior da Amazônia. O fato narrado aconteceu no início dos anos 1980 (há cerca de vinte e cinco anos, portanto).

Scanned with CamScanner

A abordagem funcional permite uma excelente etnografia. Eu sempre posso perguntar o que é que o ritual faz e encontrar respostas funcionais adequadas. Mas no momento em que eu me pergunto: por que é justamente o rito que faz o que faz e não alguma outra coisa? Por que é o rito que ocupa esse lugar funcional? Por que não alguma outra coisa? Eu só tenho uma resposta: porque o rito é *capaz* de fazer. E é capaz de fazer porque possui uma certa *forma*.

Podemos tentar agora fechar a outra ponta de nosso "experimento mental". Na antropologia, ambas as abordagens são aparentemente possíveis e necessárias. É necessário descrever as manifestações culturais e buscar sua integração no todo da cultura, e isso é feito principalmente de uma perspectiva funcionalista. Mas a mera descrição não basta. É preciso explicar por que as manifestações culturais são como são. E isso talvez só possa ser feito por meio da abordagem formalista. Em outras palavras, a antropologia *não impede* nenhuma das abordagens, como faz a genética, mas as integra como complementares. Fica, no entanto, a ressalva de que a abordagem funcionalista é pouco explicativa — as verdadeiras explicações, em muitos casos, só se obterão de uma perspectiva formalista.

IV

Chegamos assim ao resultado de nosso "experimento mental". A genética justifica a abordagem formalista e impede a abordagem funcionalista. A antropologia, por sua vez, justifica ambas as abordagens, mas atribui à abordagem formalista um poder explicativo que é negado à abordagem funcionalista. Em outras palavras, nenhuma das duas abordagens é impedida, mas o papel epistemológico superior é atribuído à abordagem formalista.

Com isso creio que posso concluir. A antropologia e a genética são capazes de nos dar uma boa razão para sustentarmos o formalismo em lingüística e não nos auxiliam a sustentar o funcionalismo. Certamente, essa "razão" é bastante débil e, creio, não vai convencer nenhum funcionalista. Para mim, no entanto, basta. Na impossibilidade de resolver o paradoxo, que denominei "problemática ovo/galinha", no interior da própria lingüística, busquei fora dela alguns argumentos e aqui apresento os resultados. E esses são francamente favoráveis ao formalismo.

Scanned with CamScanner

capítulo 5

Reflexões preliminares sobre o estruturalismo em lingüística

Perguntava-se outrora: "Que é o existencialismo?" Agora: que é o estruturalismo? Essas questões têm um vivo interesse, com a condição de serem atuais, de se referirem às obras que estão sendo feitas. Estamos em 1967. Portanto, não podemos invocar o caráter inacabado das obras para evitarmos responder; é somente este caráter que confere sentido à questão. Por isso, a questão "Que é o estruturalismo?" é chamada a sofrer algumas transformações. Em primeiro lugar, quem *é estruturalista? (...) O costume designa, escalona errada ou correctamente: um lingüista como R. Jakobson; um sociólogo como C. Lévi-Strauss; um psicanalista como J. Lacan; um filósofo que renova a epistemologia, como M. Foucault; um filósofo marxista que retoma o problema da interpretação do marxismo, como Althusser; um crítico literário como R. Barthes; escritores como os do grupo* Tel Quel.... *Uns não recusam o termo estruturalismo, e empregam "estrutura", "estrutural". Outros preferem o termo saussuriano "sistema". Pensadores bem diferentes, e de gerações distintas, alguns exercem sobre outros uma influência real. Contudo, o mais importante é a extrema diversidade dos domínios que eles exploram. Cada um encontra problemas, métodos, soluções que têm relações de analogia, como que participando de um ar livre do tempo, de um espírito do tempo, mas que se mede com as descobertas e criações singulares de cada um desses domínios. As palavras em* –ismo, *neste sentido, são perfeitamente fundadas.*

É com razão que se apresenta a lingüística como origem do estruturalismo: não somente Saussure, mas também a escola de Moscou, a escola de Praga. E se o estruturalismo se estende, em seguida, a outros domínios, não se trata mais, desta vez, de analogia: não é simplesmente para instaurar métodos "equivalentes" aos que antes tiveram êxito na análise da linguagem. Na verdade, só há estrutura daquilo

Scanned with CamScanner

que é linguagem, nem que seja uma linguagem esotérica ou não-verbal. Só há estrutura do inconsciente na medida em que o inconsciente fala e é linguagem. Só há estrutura dos corpos na medida em que se julga que os corpos falam com uma linguagem que é a dos sintomas. As próprias coisas só têm estrutura na medida em que mantêm um discurso silencioso, que é a linguagem dos signos. Então a questão "Que é o estruturalismo?" transforma-se ainda — seria melhor perguntarmos: em que se reconhecem aqueles que chamamos estruturalistas? E que é que eles próprios reconhecem? Tanto isso é verdade que só reconhecemos as pessoas, de um modo visível, através das coisas invisíveis e insensíveis que elas reconhecem a seu modo. Como fazem os estruturalistas para reconhecerem uma linguagem em alguma coisa, a linguagem própria a um domínio? Portanto, propomo-nos somente extrair certos critérios formais *de reconhecimento, os mais simples, invocando cada vez o exemplo dos autores citados, qualquer que seja a diversidade de seus trabalhos e projetos* (Deleuze 1973: 271-272).

Tarefa inglória a de querer conceituar "estruturalismo". Poderíamos dizer, como vemos tantas vezes dito, que o estruturalismo é um "método", ou uma "atitude", que consiste em proceder à explicação científica em termos de *estruturas*. Nessa perspectiva, cada elemento de um conjunto só tem sentido na sua relação com os outros. Assim, um antropólogo, por exemplo, vai entendê-la como algo mais do que um conjunto de elementos isolados (parentescos, mitos etc.), vai entendê-la como um conjunto *estruturado* em que cada um desses elementos, ou conjuntos de elementos, adquire significação pela sua relação com os outros. É na relação com os mitos, por exemplo, que um sistema de parentesco ou um sistema de classificação dos animais e das plantas começa a fazer sentido.

Deleuze nos alerta para a armadilha que nos espera se agirmos desse modo: consideraremos estruturalistas alguns que assim não se consideram e não poderemos considerar estruturalistas outros que se reconhecem como tal. Note-se a situação que a seguinte observação de Cassirer sobre a física nos coloca:

O estruturalismo não é um fenômeno isolado; é, na verdade, a expressão de uma tendência geral de pensamento que, nestas últimas décadas, tornou-se, mais e mais, proeminente em quase todos os campos da investigação científica ... O campo eletromagnético, no sentido de Faraday e Maxwell, não é um agregado de elementos materiais. Podemos, e devemos, na verdade, falar de partes do campo; mas estas

Scanned with CamScanner

partes não têm existência separadamente. O elétron é, para usar o termo de Hermann Weyl, não-elemento do campo ... e existe apenas sob condições estruturais gerais do campo. O elétron é nada mais do que uma parte em que a energia eletrônica se condensa e adquire uma força peculiar. No desenvolvimento da psicologia nos encontramos com a mesma tendência de pensamento ... Na moderna "psicologia, da estrutura" (Gestalt) ... os fenômenos psíquicos ... têm uma estrutura definida; e é impossível entender essa estrutura tratando-os como um conglomerado frouxo, um mero mosaico de dados sensoriais (Cassirer, 1945, apud Kovacci, 1977: 7).

Seria razoável incluir a física quântica ou a psicologia da Gestalt no estruturalismo, uma vez que, até onde eu sei, nem um nem outro são considerados — ou se consideraram — estruturalistas.

O fato é que, na realidade, não sabemos muito bem de que se fala quando se fala em "estruturalismo". Nas palavras de François Wahl:

Levemos nossa questão até o paradoxo: existe o estruturalismo? A resposta parecia, ainda há pouco, evidente; hoje, não nos desagrada fazer com que nossa resposta passe por uma quarentena de prudência (Wahl, 1968: 12).

A longa citação de Deleuze, que fizemos acima, coloca-nos ainda outra questão. Se para os outros domínios, que não o da lingüística, o que caracterizaria a abordagem estruturalista é a redução de seu objeto a uma "linguagem", como poderíamos caracterizar o estruturalismo *em lingüística*?

Desde que os primeiros filósofos, na antiga Grécia, iniciaram o estudo sistemático da linguagem, percebeu-se que as línguas humanas possuem organização e são "estruturadas". Aliás, é essa percepção mesma que vai permitir o estudo da linguagem sob a forma que se convencionou chamar de *gramática*. Assim, o estudo das estruturas lingüísticas é tão velho quanto o estudo das línguas.

O estruturalismo do século XX não terá, portanto, de introduzir, em lingüística, a noção de estrutura, que nela se encontra desde o começo. Sua originalidade será antes estabelecer, pela reflexão acerca das línguas, uma nova significação para essa palavra; transformar a idéia de estrutura, e não aplicá-la. Compreender-se-á melhor a situação do lingüista se se compará-la, por exemplo, à do crítico de cinema. O estruturalismo, para este último, consiste primeiramente em mostrar que um certo tipo de organização é comum a todos os filmes; em procurar uma gramática da linguagem cinematográfica, gramática que tomará por modelo, pelo menos provisório,

Scanned with CamScanner

as gramáticas escolares, tal como são concebidas desde a Antigüidade. O estruturalismo lingüístico, ao contrário, ou não passa de banalidade, ou então tem de apurar o conceito de estrutura a fim de que remeta a outra coisa que não seja a simples idéia de organização, já presente nas gramáticas mais tradicionais (Ducrot, 1970: 26 – o grifo é acrescentado).

Seja porque seu objeto é a própria linguagem, seja porque o tratamento "estrutural" é inevitável, a lingüística não poderia ser senão *estruturalista.*

Como esta conclusão é inaceitável em princípio[1], precisamos definir melhor o que se pode entender por *estruturalismo* em lingüística.

1. O ESTRUTURALISMO EM LINGÜÍSTICA

O que se convencionou chamar de "estruturalismo" em lingüística é, na realidade, um conjunto de teorias da linguagem humana que compartilham, em maior ou menor grau, alguns pressupostos. É muito difícil — se não impossível — definir as propriedades necessárias e suficientes que definem o estruturalismo em lingüística[2]. Na realidade, o conceito de estruturalismo se parece muito com os conceitos "naturais" que vêm sendo estudados nos últimos trinta anos pelos especialistas em ciência cognitiva.

Talvez valha a pena fazer um parêntese aqui e explorar melhor essa noção de "conceito natural".

A maneira clássica de definir conceitos consiste em encontrar propriedades necessárias e suficientes que consigam delimitar o conjunto que contém todos, e apenas, os indivíduos participantes do conceito. Os conceitos naturais (ao menos uma boa parte deles), ao contrário, parecem não admitir definições em termos de propriedades necessárias e suficientes. O conceito

1 Se tudo é estruturalismo, nada é estruturalismo. Se a lingüística só pode ser estruturalista, o termo estruturalismo não tem valor descritivo maior e dizer-se de uma teoria lingüística que ela é "estruturalista" acaba sendo uma banalidade.

2 É digno de nota o fato de que a grande maioria dos manuais e dicionários de lingüística, ao falarem em "estruturalismo", não procuram defini-lo, atendo-se à apresentação das idéias de alguns "estruturalistas" notáveis (Saussure, Bloomfield, Sapir, Hjelmslev etc.). O estruturalismo é tratado como se fosse um conjunto de "estruturalismos" sem maiores inter-relações além do rótulo. E sem que isso fique explícito.

Scanned with CamScanner

fruta, por exemplo, tal como é usado no dia-a-dia, parece ser definido por uma série de propriedades, essencialmente vagas, que não precisam ser nem necessárias nem suficientes. Que propriedade usamos para dizer que o morango é fruta e o tomate não? O fato de um ser comido com açúcar e o outro não? O fato de colocarmos o morango na salada de frutas, mas não fazermos o mesmo com o tomate? O fato de não comermos tomates na sobremesa? Se olharmos com atenção essas propriedades, veremos que não são nem necessárias nem suficientes. A jaca e a romã são frutas e não aparecem na salada de frutas; o abacate é fruta, mas não precisa ser comido com açúcar (o abacate é geralmente comido salgado, exceto no Brasil); o limão é fruta, mas ninguém come limão de sobremesa. Da mesma forma, nem tudo o que se come como sobremesa é fruta; nem tudo o que se come com açúcar ou que se coloca na salada de frutas é fruta[3].

De modo geral, os cientistas procuram escapar a essa fluidez dos conceitos da vida cotidiana por meio de definições de seus conceitos em termos de propriedades necessárias e suficientes. Os botânicos, por exemplo, tomam como critério classificatório o papel na função reprodutiva e não fazem uso do conceito de fruta, mas sim dos conceitos de *fruto*, *infrutescência* etc. Para eles, o tomate, a maçã, a melancia e o pepino são *frutos*; o morango e o abacaxi são *infrutescências* e o caju é um *pedicelo tuberizado* (a castanha do caju é que é um *fruto*).

A existência de conceitos "naturais" parece ser necessária na vida cotidiana, e as pessoas, na realidade, sequer se dão conta da vagueza dos termos que utilizam. A dona de casa que vai à feira não está nem um pouco interessada em saber se o morango é um fruto ou não. Os conceitos naturais parecem ser necessários para captar realidades tão complexas que não se prestam facilmente a classificações em termos de propriedades necessárias e suficientes.

As caracterizações dos conceitos naturais (é difícil falarmos em "definições", nesses casos) apresentam algumas características interessantes. Primeiro, as propriedades usadas, não sendo necessárias, não precisam aparecer em

3 Em Dascal, 1982 (pp. 19-22) pode-se encontrar uma discussão semelhante aplicada aos conceitos de "linguagem" e "pensamento" e à confusão que o uso dos conceitos naturais traz à discussão filosófica sobre as relações "linguagem/pensamento".

Scanned with CamScanner

todos os indivíduos abrigados pelo conceito; não sendo suficientes, podem aparecer em indivíduos que não fazem parte do conjunto abrangido pelo conceito. Segundo, dentre as propriedades usadas nas caracterizações, há algumas que são mais *salientes* (mais centrais, mais importantes) e que são privilegiadas como critério de classificação. Essa centralidade de algumas propriedades vai determinar que haja maior variação de presença/ausência nas propriedades "periféricas" sem que se saia do interior do conjunto delimitado pelo conceito[4].

Como curiosidade, veja-se esta nota da revista *Superinteressante* e a manipulação político-econômica que o conceito de *fruta* permite e que, obviamente, o conceito de *fruto* dos botânicos não permite: decretar que uma raiz seja fruta.

> *(...) na vasta plantação de regulamentos que governa os negócios da Comunidade Econômica Européia (CEE), está escrito que, para gozar das vantagens do livre comércio entre países membros, o produto chamado "geléia" só pode ser feito de frutas.*
>
> *Ora, pois, como os portugueses apreciam geléia de cenouras e querem propagar além-fronteira o pitéu confeccionado com secular engenho e arte, foram queixar-se aos fazedores de regras da nova Europa, instalados em Bruxelas. Entre a conveniência diplomática e a fidelidade às realidades da natureza, os eurocratas não hesitaram: mandaram às favas os escrúpulos de ciência e decretaram que, a contar do primeiro dia deste ano, cenoura também é fruta. Resta saber como fica a situação do tomate, fruta às vezes usada para fazer geléia, mas que na festança comercial européia entra travestida de legume* (*Superinteressante*, fevereiro de 1991: 21).

Podemos fechar o parêntese e retornar à questão da identificação do estruturalismo.

Podem-se reconhecer no seio do "movimento" que se convenciona chamar de estruturalismo ao menos dois "submovimentos", que se caracterizam por terem origens distintas, conceberem diferentemente as tarefas da lingüística e por tratarem diferentemente as estruturas da linguagem humana: o *estruturalismo europeu* e o *estruturalismo americano*.

---

4 Sobre o assunto, ver Smith e Medin, 1981; Smith, 1990 e as referências ali constantes.

Scanned with CamScanner

Antes de entrar em maiores detalhes sobre esses dois "submovimentos", creio pertinente registrar as seguintes palavras de Malmberg:

> *Pode parecer curioso à primeira vista fundamentar uma divisão das tendências e das ideologias científicas sobre dados geográficos, sobretudo quando se trata de uma ciência de natureza tão internacional quanto a lingüística. (...) Mas o certo é que, por causas particulares, a lingüística nos Estados Unidos, em pontos importantes, obedece a certos princípios característicos e geralmente aceitos. Observando-os de perto, tais princípios estão próximos dos que determinaram o aspecto atual da lingüística na Europa, mas, historicamente, são bastante independentes dessas correntes de pensamento e delas se distinguem em toda uma série de questões importantes. Pode ser, pois, legítimo falar de um tipo americano particular de lingüística* (Malmberg 1964: 196).

1.1. O estruturalismo europeu

As propriedades "centrais" do estruturalismo europeu, parece-me, poderiam ser captadas em dois princípios básicos: o princípio da *estrutura* e o princípio da *autonomia*.

O princípio da estrutura afirma que as línguas são estruturadas, isto é, que os elementos que compõem uma língua só podem ser propriamente caracterizados a partir da organização global em que se integram.

As várias teorias estruturalistas européias distinguem-se em vários aspectos; numa coisa, porém, todas estão de acordo: só é possível fazer ciência da linguagem postulando *estruturas sistemáticas* subjacentes aos enunciados lingüísticos e atendo-se ao estudo delas. É este princípio que está por detrás das seguintes palavras de Saussure:

> *Do ponto de vista prático, seria interessante começar pelas unidades, determiná-las e dar-se conta de sua diversidade classificando-as. (...) A seguir, ter-se-iam de classificar as subunidades, depois as unidades maiores etc. Ao determinar dessa maneira os elementos que maneja, nossa ciência cumpriria integralmente sua tarefa, pois teria reduzido todos os fenômenos de sua competência ao seu princípio primeiro* (Saussure 1916: 128-129).

É preciso ficar claro, no entanto, que para Saussure — e para os estruturalistas europeus, em geral — as unidades (os elementos que compõem o

UNIVERSIDADE

Scanned with CamScanner

sistema) não são independentes do sistema e só podem ser identificados como "unidades" no próprio interior do sistema.

> *O sistema lingüístico, para Saussure, não é construído pela reunião de elementos preexistentes; não se trata de ordenar um inventário dado em desordem, de ajustar as peças de um quebra-cabeças. A descoberta dos elementos e a do sistema constituem uma única tarefa* (Ducrot, 1970: 66).

Talvez a melhor formulação dessa "sistematicidade" suposta esteja nas seguintes palavras de Hjelmslev:

> *As verdadeiras unidades das língua não são sons, ou caracteres da escrita, ou significados: as verdadeiras unidades da língua são os* relata *que esses sons, caracteres e significados representam* (Hjelmslev, 1947: 163).

O princípio da autonomia, por sua vez, estabelece que a organização interna de uma língua qualquer (sua *estrutura* ou seu *sistema*) é um dado original e não pode ser obtida a partir de outra ordem de fatos externos, que lhe são estranhos. Esse princípio aparece formulado por Saussure nas últimas palavras do *Cours*:

> *A lingüística tem por único e verdadeiro objeto a língua* [langue] *considerada em si mesma e por si mesma* (Saussure, 1916: 271).

Saussure entende a *langue* como um sistema de signos que se define exclusivamente por suas relações internas (é um sistema "autocontido", portanto) e que não é determinado nem pelas propriedades do real (pelas "substâncias", fônica ou do mundo) nem pelas propriedades inerentes aos sujeitos falantes. É um sistema *autônomo*.

Com a assunção do princípio da autonomia, Saussure opõe sua teoria da linguagem a tudo o que se fez anteriormente na área. Com Saussure, a lingüística cria ponto de vista próprio, "interno", não subordinado ao de outras áreas do conhecimento; o estudo da linguagem passa a ser um objetivo em si mesmo e não mais uma prática ancilar da crítica literária (como foi nos estudos gramaticais greco-latinos e nos estudos filológicos) ou da lógica (como ocorreu no fim da Idade Média e nos séculos XVII e XVIII)[5]. Conjugando o

5 Ver Dascal e Borges Neto, 1991, para uma discussão mais detalhada desse ponto.

Scanned with CamScanner

princípio da autonomia com o princípio da estrutura, Saussure se opõe aos estudos histórico-comparativos do século XIX, mostrando que não há possibilidade de se fazer um estudo histórico sério se o lingüista se ocupar de meras "porções" da língua. A língua é um sistema e, na verdade, é o próprio sistema que muda e que é história. Assim, o estudo autônomo do sistema (lingüística sincrônica) é condição lógica para o estudo de sua história (lingüística diacrônica).

A passagem abaixo é um bom exemplo de que, embora pouco explícito, Saussure considera a diacronia como mudanças no sistema.

> *A língua não cessa de interpretar e de decompor as unidades que lhe são dadas. Mas como acontece que essa interpretação varie constantemente de uma geração a outra?*
> *Cumpre pesquisar a causa dessa mudança na massa enorme de fatores que ameaçam sem cessar a análise adotada num estado de língua. Lembraremos alguns deles.*
> *O primeiro e o mais importante é a mudança fonética ... Com o tornar certas análises ambíguas e outras impossíveis, ela modifica as condições de desarticulação, e com isso lhe altera os resultados, donde provém deslocamento dos limites das unidades e modificação de sua natureza (...)*
> *Mas não existe somente o fato fonético. Existe também a aglutinação ... que tem por efeito reduzir à unidade uma combinação de elementos; em seguida, toda espécie de circunstâncias exteriores à palavra, mas suscetíveis de modificar-lhe a análise. Com efeito, como esta resulta de um conjunto de comparações, é evidente que depende, a cada instante, do campo associativo do termo* (Saussure, 1916: 197).

Essa ruptura com a lingüística do passado conseguida pelo pensamento saussuriano depende crucialmente do princípio da autonomia, ou seja, este princípio é a "chave" para entendermos o papel revolucionário do pensamento de Saussure.

Em maior ou menor grau, todas as escolas estruturalistas européias "descendem" do pensamento de Saussure[6]. Não obstante, há tantas divergências metodológicas, e mesmo ontológicas, entre elas que não parece ser possível

6 Obviamente, o pensamento saussuriano não se construiu a partir do nada. Seus principais influenciadores, no entanto, ainda são assunto de polêmicas. Só para termos um exemplo, Coseriu (1977) dá Georg von der Gabelentz como uma influência decisiva no pensamento saussuriano; Staub (1981) considera que a maior influência no pensamento de Saussure cabe

Scanned with CamScanner

seu tratamento de forma unitária. No estruturalismo europeu, podemos reconhecer, entre outras menores ou menos influentes, duas principais escolas: o *Círculo Lingüístico de Praga*, de Troubetzkoy e Jakobson[7], e a *glossemática*, de Hjelmslev. Não vamos nos ocupar deles aqui; para maiores esclarecimentos, sugerimos a leitura dos capítulos correspondentes em Lepschy (1966), Malmberg (1964) e Kovacci (1977).

1.2. O estruturalismo americano

Embora não se possa negar que os lingüistas americanos do início do século XX lessem Saussure, nem que conhecessem o pensamento europeu da época (inclusive porque muitos deles eram imigrantes europeus), as origens do estruturalismo americano são, praticamente, independentes do estruturalismo europeu. Como acertadamente aponta Malmberg (1964: 197), a lingüística americana "*se constituiu numa situação e com problemas diferentes dos da Europa*". As línguas indígenas americanas, ao contrário das línguas européias, cujo estudo sistemático remonta à Antigüidade, levantavam problemas, teóricos e práticos, peculiares. As relações da lingüística com a antropologia fortaleceram-se e as influências mútuas se impuseram.

Talvez a obra exemplar da definição dos caminhos próprios da lingüística americana seja o *Handbook of American Indian Languages* de Franz Boas, obra em três volumes, que teve o primeiro volume publicado em 1911, cinco anos antes da publicação do *Cours* de Saussure. A maioria dos estruturalistas americanos foi especialista em línguas indígenas ou, pelo menos, trabalhou sobre dados dessas línguas.

> *Numa larga medida, também, a lingüística americana moderna tornou-se o que é por ter feito da descrição desse material lingüístico não codificado [as línguas*

---

ao trabalho de Hermann Paul, enquanto Koerner (1972), embora ache que a relação mais direta seria entre Saussure e Hermann Paul, acha que tudo é resultado do fato da "*lingüística refletir a intelectosfera de seu tempo*" (p. 272). Em outras palavras, as semelhanças entre as idéias e as aparentes influências mútuas poderiam ser simplesmente reflexos do *Zeitgeist* que envolvia os vários pensadores: Gabelentz, Paul, Durkheim, Saussure etc.

7 Na verdade, além de ser importante para a lingüística, as idéias do Círculo Lingüístico de Praga (de Jakobson, particularmente) tiveram grande influência no desenvolvimento do estruturalismo em áreas como a antropologia (com Lévi-Strauss, em especial), a filosofia política (com Althusser) e a crítica literária (com Barthes).

Scanned with CamScanner

indígenas], a principal de suas tarefas. Suas teorias e métodos nasceram do trabalho efetuado sobre um material puramente oral e, sobretudo, foram postos à prova por este (Malmberg, 1964: 198).

Discípulo de Boas, é Leonard Bloomfield o lingüista mais proeminente na lingüística americana nos primeiros cinqüenta anos do século XX. Certamente houve outros lingüistas dignos de destaque, contemporâneos ou antecessores de Bloomfield (como Edward Sapir, por exemplo), mas é a obra de Bloomfield[8] que vai dar o tom ao pensamento lingüístico que se desenvolve nos Estados Unidos na primeira metade do século.

A tese principal do estruturalismo bloomfieldiano era que a língua possuía uma "estrutura", entendida como a conjugação de *níveis estruturais*, dos quais os mais importantes eram o nível *fonológico*, em que as unidades eram os fonemas, e o nível *morfológico*, em que as unidades eram os morfemas. Tanto fonemas quanto morfemas sempre entendidos como unidades de *forma*[9]. Para estabelecer as estruturas fonológica e morfológica de uma língua, o lingüista devia, em primeiro lugar, estabelecer quais seriam os fonemas e os morfemas da língua, pela segmentação e classificação do material concreto de fala obtido pelo registro de um *corpus*. Identificados os fonemas e os morfemas, o lingüista devia ver quais eram as combinações de fonemas e de morfemas possíveis[10] e como os morfemas eram obtidos a partir dos fonemas. O estudo de unidades maiores do que o morfema (palavras e sentenças, por exemplo), embora não fosse feito por causa das dificuldades de se obterem definições claras[11], era considerado uma tarefa "desejável" e, se feito, deveria seguir um procedimento semelhante ao da análise dos níveis inferiores.

Esta abordagem, centrada em *procedimentos de descoberta*, deriva da concepção de ciência assumida por Bloomfield. Para ele, *agir cientificamente* implicava em rejeitar deliberadamente tudo o que não fosse diretamente observável (e/ou fisicamente mensurável) ou que não pudesse ser derivado,

8 Ver especialmente Bloomfield 1926 e 1933.

9 O termo "forma" deve ser entendido, ambiguamente, em oposição tanto a *significado* quanto a *função*.

10 Uma combinação de fonemas ou de morfemas era considerada "possível" se estivesse presente no *corpus*.

11 Ver Palmer 1971, especialmente às pp. 108 e 124.

Scanned with CamScanner

por procedimentos explícitos, do material diretamente observável[12]. Em outros termos, o pensamento de Bloomfield filia-se ao paradigma positivista de cientificidade, pregando o *mecanicismo* como procedimento básico da ciência e o behaviorismo como a melhor explicação da conduta humana.

No quadro do estruturalismo bloomfieldiano (por vezes chamado de *descritivismo*), a atenção do lingüista se dirige sempre aos fenômenos singulares, individuais. Partia-se do fenômeno individual e, por generalização e abstração, chegava-se às estruturas ou a elementos mais complexos. Pela abstração de propriedades semelhantes dos indivíduos e pela generalização, por exemplo, construíam-se *classes*. Como diz Coseriu:

> *A experiência do fato singular precede qualquer teoria, e a teoria não é possível senão como generalização na base do acúmulo de conhecimento do maior número de fatos* (Coseriu 1980: 13).

Esse privilegiamento dos fatos individuais — que podemos chamar de princípio do indivíduo (ou princípio do atomismo lógico) — vai determinar a importância do *corpus* no trabalho do estruturalismo bloomfieldiano. O *corpus* é uma amostra de *fala* (no sentido saussuriano do termo), ou seja, é um conjunto de comportamentos lingüísticos concretos, reais, que constituirão o conjunto de *fatos* sobre os quais os trabalhos de abstração e generalização irão se dar. Quanto maior for o *corpus*, maior será a base de fatos que sustentará a teoria do lingüista e, em conseqüência, mais seguro será o conhecimento obtido pela teoria. O destaque dado ao *corpus* leva Bloomfield e seus seguidores a rejeitarem a distinção *língua/fala*, fundamental no estruturalismo saussuriano (e no estruturalismo europeu em geral).

Outro princípio — o princípio da substância — pode ser reconhecido no descritivismo bloomfieldiano. Este princípio determina que os fenômenos devem ser considerados enquanto substância[13], enquanto materialidade, e não enquanto função. Os fenômenos devem ser identificados pelas proprie-

---

12 Bloomfield achava, por exemplo, que os fonemas poderiam ser definidos em termos puramente físicos e que os morfemas poderiam ser definidos a partir de seus fonemas constituintes.

13 Contrariamente ao uso corrente em filosofia, em que o termo "substância" designa a *essência* ou o *fundamento* das coisas, na lingüística estruturalista (em especial na tradição mais diretamente saussuriana) o termo "substância" é utilizado para designar a *realização física* de formas lingüísticas (a *substância* seria a matéria fônica já organizada por uma *forma*).

Scanned with CamScanner

dades que apresentam à nossa experiência imediata. É decorrência da assunção deste princípio a escolha que Bloomfield faz das alternativas possíveis para a caracterização da atividade científica:

> *... podemos distinguir a ciência de outros tipos de atividade humana se dissermos que a ciência se ocupa apenas de fatos acessíveis no tempo e no espaço a cada observador* (condutivismo *estrito) ou de fatos situados em coordenadas de tempo e espaço* (mecanicismo), *ou que a ciência emprega apenas declarações iniciais e predições que conduzem a operações de manipulação definidas* (operacionalismo), *ou apenas termos deriváveis por meio de definições rígidas* (fisicalismo) (Bloomfield 1939 — *apud* Katz 1964: 207)[14].

Na realidade, é o compromisso com esses dois princípios — o do indivíduo e o da substância — que caracteriza o paradigma positivista de racionalidade, assumido pela lingüística bloomfieldiana.

Um último princípio merece ser abordado aqui. É o princípio da distribuição. Este princípio é freqüentemente tomado como o princípio que opõe o estruturalismo bloomfieldiano a outras formas de estruturalismo e que o caracteriza propriamente (o estruturalismo bloomfieldiano é também conhecido como *lingüística distribucional*)[15].

O princípio da distribuição pretende que o estudo das relações distribucionais dos elementos (unidades) que compõem a língua seja suficiente para o estabelecimento das regularidades que expõem a estrutura[16]. Nas palavras de Zellig Harris:

> *A lingüística descritiva, no sentido em que o termo passou a ser usado, é uma área de investigação particular que se ocupa não com a totalidade das atividades de*

---

14 Todas essas possibilidades de concepção das tarefas da ciência compartilham o princípio da substância. O *mecanicismo*, por exemplo, pretende que todos os fenômenos naturais podem ser explicados por referência à matéria em movimento, isto é, à matéria em relação a coordenadas espácio-temporais. O *fisicalismo* — proposto pelos filósofos do Círculo de Viena — considera que todas as ciências, naturais e humanas, podem ser reduzidas à linguagem da física que, por sua vez, pode ser reduzida a um conjunto de *sentenças protocolares* (i.e., sentenças teoricamente neutras que descrevem fatos da experiência imediata).

15 O que, de fato, caracteriza o estruturalismo bloomfieldiano é a insistência na *exclusividade* dos processos distribucionais como forma de obtenção de gramáticas. Obviamente, estruturalistas de outras correntes também podem consideram os fatos distribucionais em suas análises lingüísticas.

16 Veja-se a seguinte passagem de Apresjan (1980: 31-32): "*A única realidade com que trata o lingüista é o texto a ser 'decifrado'. Todas as informações sobre o 'código' (língua) que está na base*

Scanned with CamScanner

fala, mas com as regularidades de certos aspectos da fala ("features of speech"). Estas regularidades estão nas relações distribucionais entre os aspectos da fala em questão, i.e., *a ocorrência desses aspectos relativamente a outros no interior dos enunciados. (...) A investigação principal da lingüística descritiva, e a única relação que será aceita como relevante no presente estudo, é a distribuição ou arranjo na cadeia de fala de partes ou aspectos relativamente a outros.*
O presente estudo é então explicitamente limitado a questões de distribuição, i.e., *de liberdade de ocorrência de porções de um enunciado relativamente a cada um dos outros* (Harris, 1951: 5).

Não é difícil perceber que a exclusividade atribuída à distribuição como elemento caracterizador da estrutura lingüística vai tornar a noção de sistema uma mera *combinatória*, sem poder explicativo. A lingüística desenvolvida no estruturalismo americano de corte bloomfieldiano será descritiva e não passará de uma grande grade classificatória dos fatos lingüísticos, resultando em não mais do que uma taxionomia de fatos lingüísticos.

1.3. *Estruturalismo europeu* x *estruturalismo americano*

A tarefa principal que o estruturalismo americano se dá é a de estabelecer procedimentos para a análise de línguas ágrafas e ainda não registradas. Assim, o papel do lingüista se assemelha ao do decifrador que, sem informações prévias sobre os dados que analisa, deve revelar a "estrutura" a eles subjacente.

Essa tarefa está praticamente ausente do estruturalismo europeu e isso determina algumas das diferenças teóricas entre eles. O estruturalista americano deve partir dos dados de que dispõe (dados fonéticos brutos, não analisados), ou seja, deve partir dos dados da **fala** (*parole*, na terminologia saussuriana) e, pela aplicação dos procedimentos de descoberta, chegar à **língua** (*langue*). Além disso, as decisões de cunho filosófico que levam Bloomfield a adotar a posição mecanicista impedem-no de levar em consi-

---

do texto devem ser obtidas na ANÁLISE deste último. Mas o texto não contém dados absolutos das significações das palavras da língua, sobre sua gramática, a sua história e as suas relações genéticas com outras línguas; somente alguns elementos (partes, segmentos) da língua são de modo direto fornecidos pelo texto, e para cada um deles podemos estabelecer a repartição ou DISTRIBUIÇÃO. (...) Por isso a análise da distribuição dos elementos, e somente ela, nos dá a possibilidade de extrair do texto as informações a respeito da língua" (grifo nosso).

Scanned with CamScanner

deração, na análise lingüística, outros elementos que não os dados fonéticos (os únicos elementos "observáveis" da linguagem). Essa limitação metodológica do estruturalismo americano o distingue do pensamento saussuriano que, por princípio, não admitia que as unidades da *langue* pudessem ser derivadas de dados da *parole*. Nas palavras de Saussure,

> *é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua [langue] e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem* (Saussure 1916: 16-17).

Contrariamente a Saussure, e ao estruturalismo europeu em geral, o estruturalismo bloomfieldiano precisa partir de elementos preexistentes, dados "concretos", materiais, "observáveis", para chegar ao sistema, que será entendido como o resultado de operações de abstração e generalização sobre esses "dados".

Outro ponto divergente está na exigência, por parte do estruturalismo americano, de um tipo especial de "objetividade", decorrente da posição mecanicista. Considerando a ausência de outros referenciais além dos dados brutos sob análise, a garantia de que o conhecimento obtido seja válido só pode repousar na exigência de objetividade, ou seja, de que o resultado da análise seja fruto da aplicação disciplinada do procedimento de descoberta, sem interferência da subjetividade do pesquisador ou de conhecimentos prévios que este domine.

> *Esta exigência distingue os descritivistas dos estruturalistas de Copenhagen, os quais aspiram não tanto à objetividade da descrição (com a autonomia de seus resultados em relação ao investigador) quanto aspiram à sua formalidade (unicidade)* (Apresjan 1980: 33).

Se pensarmos nos dois princípios que usamos para caracterizar o pensamento de Bloomfield — o princípio da substância e o princípio do indivíduo —, veremos que eles não são assumidos pelas escolas estruturalistas européias. A escola de Praga, por exemplo, adotando uma postura basicamente funcionalista, não segue o princípio da substância. O mesmo acontece com o estruturalismo inglês, que tem em Firth seu principal representante. Em oposição ao princípio do indivíduo, que dá precedência lógica ao indivíduo em detrimento do sistema, encontramos Hjelmslev, para quem a individualidade é resultante das oposições sistemáticas na estrutura e que, portanto, atribui precedência lógica à estrutura.

Scanned with CamScanner

A lingüística distribucional norte-americana não é uma teoria da língua no sentido habitual da palavra. Segundo o testemunho de Rulon Wells, é "uma coletânea de prescrições de descrição". Como tal, pode ser considerada um esquema dos processos que conduzem ao descobrimento da gramática de uma determinada língua ou uma técnica experimental de coleta e elaboração de dados brutos (Apresjan, 1980: 31).

2. Um estruturalismo unificado?

Diante do quadro delineado acima, caberia a pergunta: seria possível uma síntese dos dois tipos de estruturalismo (juntamente com suas várias "subescolas"), de modo que pudéssemos encontrar as características essenciais do estruturalismo em lingüística?

Encontramos na literatura lingüística duas respostas alternativas para essa pergunta: uma resposta que é francamente negativa e que considera que o uso do termo "estruturalismo" como designação do pensamento lingüístico que deriva dos trabalhos de Bloomfield é inadequado e uma resposta positiva que entende como complementares as várias formas assumidas pelo estruturalismo em lingüística. Esclareçamos essas respostas vendo cada uma delas em separado.

2.1. O estruturalismo fragmentado

Lyons (1973), antes de discorrer sobre o estruturalismo em lingüística, julga oportuno distinguir dois sentidos que a expressão "estruturalismo" adquiriu nas discussões entre lingüistas.

Em um dos sentidos, ela se refere à perspectiva e metodologias da escola dominante na lingüística americana nos anos 40 *e* 50*: a assim chamada escola pós-bloomfieldiana, que culminou nos* Methods in Structural Linguistics *de Zellig Harris* (Lyons 1973: 3).

O segundo sentido do termo "estruturalismo" é caracterizado simples e sucintamente por Lyons como "saussuriano", acrescentando que esse segundo sentido é mais geral, é o sentido em que o termo é entendido pelos lingüistas europeus e "*como sou tentado a descrevê-lo, o sentido mais legítimo do termo*" (Lyons 1973: 6; grifo meu).

Scanned with CamScanner

O que é importante notar aqui é que Lyons aparentemente descarta qualquer possibilidade de integração dos dois tipos de estruturalismo. Para ele, o que vimos chamando de "estruturalismo europeu" e "estruturalismo americano" só são **estruturalismo** por uma questão de homonímia – nada há, além do nome, que relacione essas duas escolas. E a atribuição do nome à escola americana é fruto de um equívoco.

Essa atitude de Lyons leva necessariamente a uma resposta negativa à pergunta que fizemos no início deste item.

Outro autor que comunga da mesma posição é Ducrot (1970), para quem o verdadeiro estruturalismo é o europeu, particularmente na versão de Hjelmslev.

Ao fazer uma breve história do conceito de *estrutura* — e, portanto, do conceito de estruturalismo —, Ducrot considera que a característica central do estruturalismo em lingüística é a noção de **língua como um sistema autônomo.**

Ducrot mostra como o conceito de estrutura vai evoluindo, desde as gramáticas gerais do século XVII, até chegarmos à noção saussuriana de *sistema*. Ducrot aponta, então, alguns problemas que a noção saussuriana enfrenta e mostra como a glossemática, de Hjelmslev, dando consistência interna e levando às últimas conseqüências o pensamento de Saussure, supera as dificuldades apontadas.

> *Malgrado essas convergências entre a glossemática e certas afirmações essenciais de Saussure, a doutrina de Hjelmslev transforma profundamente a idéia de estrutura lingüística, que aproxima, de maneira que talvez não seja apenas metafísica, da estrutura matemática. Sabe-se que uma estrutura matemática, por exemplo um grupo, tem uma consistência própria, independente dos objetos a que se aplica* (Ducrot 1970: 116).

> *A organização lingüística pode, pois, ser extraída da matéria que organiza, e considerada em si mesma. A* ***estrutura*** *— eis a característica nova trazida pela glossemática à história do* ***estruturalismo*** *— é agora separável daquilo que ela* ***estrutura*** (Ducrot 1970: 118-119).

É, portanto, a noção de sistema autônomo *imanente* que nos dá a propriedade central do estruturalismo em lingüística. Se alguma das escolas ditas

Scanned with CamScanner

estruturalistas não assume essa noção, ou está ainda num estágio de "pré-estruturalismo", ou, simplesmente, não é estruturalista.

Note-se a observação que Ducrot faz sobre o estruturalismo neobloomfieldiano:

> *O distribucionalismo dos "estruturalistas", relacionado por vezes com a tradição saussuriana, nos parece, ao contrário, bastante afastado dela. O distribucionalismo toma como ponto de partida a existência incontestável de elementos cuja repartição se estuda a seguir. Ora, o papel essencial de Saussure, na história da lingüística, foi o de mostrar que os elementos não são ... dados .... O elemento, para Saussure, só pode ser marcado e definido pelo seu papel no sistema total, o que interdiz apresentar o sistema como a organização de elementos previamente conhecidos* (Ducrot 1970: 141, nota 32).

O uso do termo "estruturalismo" para designar a lingüística descritiva norte-americana é, então, simplesmente espúrio. O verdadeiro, e único, estruturalismo é o estruturalismo dos sistemas autônomos e imanentes. Na melhor das hipóteses, poderíamos dizer que Ducrot admitiria vários "estruturalismos" na medida em que o conceito de *estrutura* tem uma história e, a cada momento, esse conceito determinaria um tipo de estruturalismo. Como a história do conceito, para Ducrot, caminha na direção do conceito hjelmsleviano de estrutura e este é visto como o "final do percurso", todos os conceitos anteriores — e todos os "estruturalismos" anteriores — devem ser encarados como etapas na construção do **verdadeiro estruturalismo.**

2.2. O estruturalismo unificado

Sempre me pareceu estranho que um livro intitulado *Idéias e métodos da lingüística estrutural contemporânea* (Apresjan 1980) trouxesse uma análise detalhada da gramática gerativa chomskiana, bem como de outras teorias gerativas. Ora, aparentemente, confunde as coisas e coloca Chomsky no interior do estruturalismo, quando é de consenso geral que há uma oposição clara entre o pensamento estruturalista e o pensamento chomskiano[17].

Essa aparente desinformação de Apresjan fica esclarecida ao lermos sobre a história da introdução da lingüística estrutural na União Soviética e sobre

17 Câmara Jr. (s/d) e Lemle (s/d) também consideram Chomsky um estruturalista. Câmara

Scanned with CamScanner

os critérios que alguns lingüistas soviéticos utilizaram para demarcar os limites da lingüística estrutural[18].

O estruturalismo é introduzido na União Soviética no final da década de 1950, juntamente com os primeiros trabalhos de Chomsky. Para os lingüistas soviéticos, nem o estruturalismo representava algo "tradicional" — a lingüística soviética era ainda dominada pelo pensamento marrista — nem o pensamento de Chomsky era entendido como "revolucionário". Assim, foi possível que um lingüista como Shaumyan tentasse a síntese dos dois pensamentos.

> *O estruturalismo venceu na URSS no final da década de 50, quando nos EUA já tinha acontecido o advento da gramática gerativa. É curioso que na URSS, o sucesso do estruturalismo criou o clima favorável à introdução das idéias gerativistas e, com isso, as duas correntes — estruturalismo e gerativismo — fundiram-se no trabalho de Shaumyan* (Godói 1988: 2).

Isso não quer dizer que os lingüistas soviéticos fossem incapazes de perceber as diferenças entre o pensamento estruturalista e o pensamento de Chomsky. Apenas mostra que os critérios delimitadores, porque forjados fora do contexto em que a oposição foi construída, não eram os mesmos usados pelos lingüistas ocidentais. Aparentemente, para os soviéticos, o fato de Chomsky assumir os princípios da estrutura e da autonomia[19], e de estar, nos primeiros trabalhos excessivamente preso às noções distribucionais era suficiente para considerá-lo um estruturalista. As diferenças entre o pensamento chomskiano e o pensamento estruturalista mais comum foram tratadas como oposições secundárias no interior da lingüística estrutural, tal como as oposições entre os glossemáticos e os bloomfieldianos, por exemplo.

Se para Chomsky, como diz Godói, "o conceito de lingüística estrutural equivale ao de lingüística descritiva" (1988: 8), e sua teoria pretende se colocar em posição diametralmente oposta à proposta taxionômica do estruturalismo, para os soviéticos o conceito de lingüística estrutural levava à noção

---

Jr., estranhamente, trata da gramática gerativa no capítulo dedicado ao funcionalismo lingüístico, entendendo a noção de "gramaticalidade" de Chomsky como "*adequação do que é enunciado a uma situação dada*" (p. 33). É importante destacar que Câmara Jr. percebe, e ressalta, a "natureza dinâmica" do estruturalismo chomskiano. Lemle, embora destaque o caráter "revolucionário" da teoria de Chomsky, trata-a como um "novo estruturalismo em lingüística".

18 Ver Godói 1988, em especial a Introdução e os primeiros parágrafos do Capítulo 2.

19 Com as noções de *competência* como um conjunto de regras e uma *sintaxe* autônoma.

Scanned with CamScanner

de *sistema* saussuriano e, desse modo, a oposição entre Chomsky e os estruturalistas em geral desaparecia.

Para dar conta da peculiaridade do pensamento chomskiano no quadro da lingüística estrutural, Shaumyan estabelece uma distinção entre *lingüística estrutural estática* e *lingüística estrutural dinâmica*, colocando os bloomfieldianos, por exemplo, na primeira e Chomsky na segunda.

Essa distinção permite que Shaumyan mantenha os postulados principais do estruturalismo e introduza a noção de *gramática gerativa*, não como fundamento de uma nova teoria da linguagem, mas como simplesmente um mecanismo teórico capaz de permitir uma maior abstração das análises estruturais.

> *Para transformar a lingüística estrutural em uma ciência verdadeiramente abstrata, capaz de explicitar e predizer os fatos e fenômenos lingüísticos, o seu objeto deve ser redefinido de maneira que o aspecto dinâmico da sincronia da língua passe a ser o objeto da lingüística estrutural* (Shaumyan 1965: 16 – *apud* Godói 1988: 8).

Deste modo, para Shaumyan, a lingüística estrutural permite uma abordagem dinâmica da sincronia das línguas — por meio de gramáticas gerativas — e uma abordagem estática (taxionômica) dessa mesma sincronia. Os estruturalistas clássicos (Saussure, Hjelmslev, Jakobson, Bloomfield etc.) fizeram ciência sobre os aspectos estáticos da sincronia. Chomsky, com sua gramática gerativa, faz ciência sobre os aspectos dinâmicos.

Essa mesma atitude "integracionista", que leva à incorporação tanto do estruturalismo quanto do gerativismo no pensamento estrutural soviético, leva também à tentativa de integração das várias correntes estruturalistas num único *estruturalismo*. Para Apresjan, que me parece representar bem esse espírito que estou atribuindo generalizadamente aos soviéticos[20], a existência de várias escolas estruturalistas é resultado da ausência de uma linguagem comum da lingüística. Em suas próprias palavras:

> *Vemos desta forma que no ideal, se os descritivistas, os glossemáticos e os funcionalistas tivessem elaborado suas teorias levando em consideração o trabalho*

20 Sem fundamentos mais seguros, já que desconheço quase que completamente a lingüística da antiga URSS.

Scanned with CamScanner

de seus colegas, o resultado de suas atividades complementar-se-iam mutuamente, formando no conjunto todo o edifício da teoria lingüística. Notemos que os três tipos de modelos referidos constituem partes mutuamente necessárias da lingüística estrutural contemporânea (Apresjan 1980: 56).

Essa posição "integracionista" extremada de Apresjan, apagando as diferenças e destacando as semelhanças, acaba por confundir mais do que esclarecer e pode levar à situação — indesejável, a meu ver — apontada por Wahl:

De protagonista que era, o estruturalismo parece estar prestes a tornar-se a cena em cujo espaço os grandes papéis clássicos vêm todos, ou quase todos, encontrar-se (Wahl 1968: 15).

É importante deixarmos claro, então, que a delimitação das fronteiras entre as várias escolas ditas "estruturalistas", e mesmo entre o estruturalismo e o gerativismo, pode sofrer interferência de fatores históricos e ideológicos em geral. Essas delimitações não são neutras, ou seja, não é a própria realidade que diz como quer ser seccionada. As delimitações de fronteiras e as periodizações são resultado de um trabalho sobre a "realidade" (os fatos, os fenômenos, as fronteiras e as periodizações anteriores etc.) e, em conseqüência, não são imunes aos interesses e às perspectivas dos homens que as propõem.

Não se pode ignorar a argumentação de Apresjan em favor da complementaridade das escolas estruturalistas. Não é necessário, porém, concordar com ela, já que as divergências entre as escolas são muito grandes. Como vimos em outro lugar[21], há inúmeros pontos de contato entre o pensamento de Saussure e de Chomsky, assim como há inúmeras divergências entre eles. Em cada caso, privilegiar as semelhanças ou as oposições pode fazer a diferença entre considerar que há um ou dois estruturalismos, considerar que as escolas são complementares ou não, considerar Chomsky um estruturalista ou não.

21 Dascal e Borges Neto 1991.

Scanned with CamScanner

II

Propostas particulares

Scanned with CamScanner

capítulo 6

Lingüística e história da ciência: o caso do nupe[1]

Introdução

Neste trabalho, abordaremos uma questão que empolgou os fonólogos durante toda a década de 1970: a questão da abstração das formas fonológicas. Embora muito se tenha escrito sobre o assunto (ver: ex., Kiparsky 1968; Venneman 1972; Jensen 1974; Krohn 1975; Roberts 1976; Hooper 1976; Bhat 1976; Passos e Passos 1978), vamo-nos limitar à análise de três textos: Hyman 1970a e 1973, e Harms 1973.

Há boas razões para essa escolha: a) a análise que Hyman faz do Nupe (1970a) é um exemplar admirável de análise no quadro da fonologia gerativa transformacional — pode-se dizer que é um "exemplar paradigmático", no sentido que Kuhn dá ao termo (ver Kuhn 1978); b) a análise de Hyman foi objeto de réplica por parte de Harms (1973), sendo esta réplica imediatamente respondida, o que caracteriza uma situação ótima de debate; c) os três textos são muito claros em sua argumentação, o que facilita nosso trabalho de análise.

Abordaremos a questão, no entanto, não do ponto de vista da fonologia (ou da lingüística), mas do ponto de vista da epistemologia e da história da ciência. Para isso vamos utilizar a *Metodologia dos programas de investigação científica* de Imre Lakatos (ver Lakatos 1970, 1971a e 1971b). Vamos isolar e

1 Texto escrito em colaboração com o professor Sírio POSSENTI, da UNICAMP.

Scanned with CamScanner

descrever os argumentos que Hyman dá como suporte de sua análise, a contra-argumentação de Harms e a reação de Hyman a esses contra-argumentos. Tentaremos, então, "avaliar" a metodologia de Lakatos como instrumental para essa descrição, vendo se as teorias em confronto, e os cientistas que as sustentam, comportam-se como esta metodologia prevê que se comportem.

1. A QUESTÃO DA ABSTRAÇÃO EM FONOLOGIA

Se existe alguma coisa com a qual todos os lingüistas concordam, é que há uma diferença de abstração entre a representação fonológica e a representação fonética de um mesmo enunciado. Em maior ou menor grau, aquela é mais abstrata do que esta, entendendo-se por "abstração" a distância relativa ao dado físico (quanto maior a distância, maior a abstração). Mesmo a representação fonética, porém, tem um certo grau de abstração, e isso fica evidente no fato de ela ser traduzida numa cadeia discreta de elementos, quando o dado físico apresenta-se na forma de um contínuo (ver, p. ex., Chomsky e Halle 1968: 293-4). A representação fonológica deve ser mais abstrata do que a representação fonética porque tem por objetivo expor apenas os aspectos sistemáticos, e propriamente lingüísticos, dos enunciados, isto é, aqueles aspectos que a teoria considera relevantes (é óbvio que cada teoria poderá considerar relevantes aspectos diversos dentre os fornecidos pela representação fonética, que é menos sujeita a variação de teoria para teoria).

As várias teorias, no entanto, não concordam quanto ao grau de abstração que se pode admitir nas representações fonológicas, nem quanto às razões pelas quais determinado grau de abstração pode ser legitimamente postulado. Assim, esta questão torna-se um lugar privilegiado de confronto de teorias, permitindo uma avaliação de seu conteúdo empírico e poder heurístico. Vamos, então, passar à apreciação de algumas das soluções que as teorias lingüísticas apresentam para esse problema.

1.1. A solução estruturalista

Embora nem todos os estruturalistas concordem na definição de *fonema*, todos resolveram o problema da abstração postulando um nível fonêmico

Scanned with CamScanner

em suas descrições. As diversas definições de fonema ("feixe de traços", "imagem acústica", "classe de sons" etc. — ver Twadell 1957; Fudge 1970) são determinadas, entre outras coisas, por um maior ou menor comprometimento de seu proponente com o empirismo (um empirista teria dificuldades em aceitar que o fonema possa ser definido como uma "imagem acústica"). Em todas as várias definições, no entanto, o fonema ou é, ou corresponde em outro nível, a uma classe de sons que se opõe a outras. Se por um lado a noção de fonema em duas teorias distintas pode implicar em duas entidades teórica e até mesmo metodologicamente diferentes, por outro lado, no que concerne ao grau de abstração em relação ao dado físico, elas praticamente se equivalem. A definição de fonema como "feixe de traços", por admitir uma hierarquização dos traços, e portanto o agrupamento dos fonemas em "classes naturais", é a que permite o maior grau de abstração no estruturalismo, com a noção de *arquifonema*, entidade que representa uma classe de fonemas que, numa determinada língua, nunca se opõem entre si num dado contexto, mas apenas se opõem a outra classe de fonemas.

A adequação do grau de abstração assumido por uma teoria vai ser testada na morfologia. Assumido um certo grau de abstração das representações fonológicas, como um mesmo morfema nem sempre pode ser representado pela mesma forma fonológica, a teoria deve encontrar meios de compatibilizar o *léxico* com a representação fonológica. Por exemplo, as teorias que admitiram um menor grau de abstração nas representações fonológicas tiveram que conceber um léxico mais concreto, tipicamente na forma "item-e-arranjo" (uma entrada lexical para cada alomorfe).

1.2. A gramática gerativa transformacional

Porque a gramática gerativa transformacional (GGT) pretende representar a gramática internalizada pelo falante e porque concebe a gramática como um conjunto de regras, não pode admitir um léxico com múltiplas entradas para um só morfema e regras não gerais. Essas irregularidades só serão admitidas se o custo de sua regularização for excessivamente alto, ou seja, se o processo exigir regras *ad hoc*.

Scanned with CamScanner

Assim que foi proposta, a fonologia gerativa caminhou rapidamente na solução de problemas que eram insolúveis no programa estruturalista, principalmente para as teorias ligadas ao behaviorismo.

Uma das características mais marcantes das soluções gerativas é a adoção de representações fonológicas que se distanciam das fonéticas em grau bastante razoável. Em princípio, as duas representações devem relacionar-se através de transformações naturais, *i.e.*, a derivação fonética deve ser contextualmente motivada. Assim, a representação fonológica tem seu grau de abstração regulado pela Condição de Naturalidade, assim formulada:

> *A relação entre as estruturas fonológicas e fonéticas é uma relação natural* (Postal 1968: 56)

que deve ser assim interpretada:

> *A categorização de itens lexicais dada pela estrutura fonológica não é, do ponto de vista da estrutura fonética, um código arbitrário. Antes, esta representação está estreitamente relacionada às representações necessárias para estabelecer as propriedades fonéticas das várias seqüências que representam itens lexicais individuais* (Postal 1968: 56).

Apresentamos a seguir exemplos favoráveis à GGT e, em seguida, dois casos cujo tratamento é problemático, exatamente em função desse princípio.

O primeiro exemplo concerne a um problema posto por alternâncias muito comuns em inglês (e em algumas outras línguas, de forma muito semelhante). Trata-se da alternância /k, t, d/ – /s/ em palavras como "logic – logician, president – presidency – presidential, persuade – persuasive – persuation, electric – electricity", que se resolve pela postulação de que as estridentes são derivadas das oclusivas pelas seguintes regras, assim ordenadas:

a) $\begin{Bmatrix} k \\ t \\ d \end{Bmatrix} \rightarrow [s] / _ + \begin{bmatrix} i \\ y \end{bmatrix}$

b) [s, z] + [i, y] → [ʃ, ʒ] / — [V] (ver Chomsky 1962: 89-90).

O segundo exemplo representa, na verdade, numerosas soluções semelhantes. Selecionamos o famoso caso do Yawelmani (ver Schane 1973a: 78-

Scanned with CamScanner

79). Essa língua tem formas verbais com o sufixo "–it". Se a vogal do radical é "u" e a vogal do sufixo é alta, como é o caso de "–it", então a vogal do sufixo deve ser foneticamente [u]. Exemplos: [hudut], [mutut]. Curiosamente, a vogal [u] aparece em sufixos com alguns radicais contendo "o", como, por exemplo, em [ʔo:tut], [sodo:kut]. Em outros verbos com "o:", no entanto, a regra de harmonia vocálica não se aplica. Então, há dois tipos de "o:", os que se comportam como /u/ e causam harmonia vocálica e os que se comportam como /o:/ e não a causam. A harmonia do sufixo sugere que a vogal subjacente a alguns [o:]'s seja /u:/, que aparece na representação fonética como [o:] em virtude de uma regra livre de contexto que tem como resultado o abaixamento de vogais altas longas. A forma subjacente do radical fonético [ʔo:t-] seria então /ʔu:t-/. Derivações em Yawelmani podem ser exemplificadas por

1) Forma subjacente	go:b + it/	/mut + it/	/ʔu:t + it/
Harmonia de sufixo	——	mut + ut	ʔu:t + ut
Abaixamento de vogal alta longa	——	——	ʔo:t + ut
Forma fonética	[go:bit]	[mutut]	[ʔo:tut]

Um exemplo extremamente ilustrativo de como teorias eliminam problemas é uma análise de dados do francês feita por Schane. Em seu *French Morphology and Phonology* (1968), decidira não relacionar através de regras fonológicas os pares "*frère/fraternel*", "*mère/maternel*" e "*père/paternel*" porque a alternância /ɛr/ : /atern/ é restrita a estes três pares em francês. Mas em Schane 1973b, observa que é possível dar conta dessas alternâncias através da interação de regras independentemente motivadas, *i.e.*, necessárias para explicar a relação entre outras formas.

Postula, pois, que as formas subjacentes de "*frère*", "*mère*" e "*père*" são respectivamente /fratern/, /matern/ e /patern/. Para derivar delas as formas superficiais [frɛr], [mɛr] e [pɛr] são necessárias quatro mudanças: /a/ deve tornar-se /ɛ/ e /t, e, n/ devem desaparecer. Justifica tais passos pela interação das seguintes regras:

a) /a/'s subjacentes tornam-se [ɛ]'s em posição tônica. Exs.: "clarté → clair"; "maritime → mer" (/a/→[ɛ]).
b) As vogais postônicas não-baixas são eliminadas. Exs.: "populaire → peuple"; "fabuleux → fable" (/e/ → [∅]).

Scanned with CamScanner

c) Em palavras "não-eruditas", certas oclusivas dentais e velares são eliminadas. Exs.: "vital → vie"; "nudité → nu(e)" (/t/ → [∅]).
d) Uma nasal é eliminada quando precedida de uma líquida e não seguida de vogal. Exs.: "journ-ée → jour"; "infern-al → enfer" (/n/ → [∅]).

Temos aí um excelente exemplo de como eliminar soluções *ad hoc* e obter uma "generalização lingüisticamente interessante", além de mais uma evidência corroboradora das regras postuladas. Principalmente, trata-se de uma evidência encontrada num caso que teria tudo para ser um bom contra-exemplo da teoria.

Tais regularizações foram postas em questão principalmente com base na sua difícil corroboração por evidências diacrônicas ou da aquisição da linguagem. Vejamos dois casos de soluções problemáticas, exatamente nos sentidos acima.

O primeiro refere-se a uma forma subjacente postulada por Chomsky para "*right*". Com base em regras bem motivadas [no sentido em que são, por exemplo, as de Chomsky (1962) vistas acima], formas realizadas como [ayt] alternam com realizações com [iʃ] (como "ignit, expedite, contrite → ignition, expedition, contrition"). Se as regras de Chomsky fossem realmente gerais, "right" ([rayt]) teria uma alternância com [rayʃəs] que, no entanto, não ocorre. O que se tem é [raytʃəs]. Chomsky precisa, então, postular uma forma subjacente diferente para "right", que não pode conter nem "f", nem "s", nem "ʃ". Postula, então, outra fricativa, inexistente em inglês, e representa "right" como /rixt/ (ver Allen e van Burden 1971: 95-97). O problema com essa representação é o seguinte: qual o fundamento empírico existente para a postulação de que um falante é capaz de internalizar uma combinação de traços que não existe na língua, o que equivale a um segmento que nunca ouve?

O exemplo seguinte é do espanhol. Essa língua relaciona semanticamente palavras com a alternância fonética [kt - tʃ]. Por exemplo, "*leche/lactar*", "*noche/nocturno*" etc. Para solucionar o fato de que as palavras se relacionam, Harris postula que a forma subjacente corresponde à forma mais plena, segundo os cânones da FGT. E deriva [tʃ] de /kt/ pelas seguintes regras, no caso de "*leche*":

Scanned with CamScanner

2) Forma subjacente /lakte/

a. k → y /—	{t, s}	layte
b. t → tʃ /y —		laytʃe
c. a → e / —y		leytʃe
d. y → Ø/ —tʃ		[letʃe] (ver Harris 1969: 169-170)

Essas regras, como se percebe, são naturais, têm contexto ótimo. E por isso mesmo se *aplicaram* a formas do espanhol. O problema é que não se aplicam mais, caso contrário não teríamos radicais com ...kt... O analista se obriga a postular uma condição que marque apenas algumas palavras para que sofram a aplicação da regra.

Kiparsky (1968) alegou que fonólogos estavam utilizando como se fossem fonológicas regras que realmente não o eram. E sugeriu que se admitissem irregularidades no léxico. Seus argumentos são baseados principalmente na diacronia (ver análise de Botha 1971 e 1973). Propôs, como princípio para a admissão de irregularidades, a sua condição de alternância, que diz: (i) morfemas que são sempre foneticamente idênticos devem ter sempre a mesma representação subjacente; e (ii) morfemas que são sempre foneticamente diferentes devem ter representações subjacentes diferentes (Kiparsky 1968: 12-13).

Kiparsky visa principalmente aos casos de neutralização absoluta. E é em resposta a seus argumentos contra esse tipo de regra que Hyman (1970a) reage, com sua análise abstrata do Nupe, que discutiremos a seguir.

2. O Nupe

Hyman (1970a) propôs uma análise tipicamente gerativista para os dados do Nupe (língua da Nigéria), argumentando que essa língua é um bom exemplo para demonstrar a validade de certos mecanismos de análise que tinham sido contestados por Kiparsky (1968). Os fatos do Nupe relevantes para a análise de Hyman são os seguintes:

a) A estrutura geral dos morfemas do Nupe é (V)CVCV. Esta estrutura só é violada nos casos em que encontraríamos grupos [Cw] e [Cy] (C = consoante).

Scanned with CamScanner

b) Os grupos [Cw] e [Cy] só ocorrem diante de [a].

c) [ʃ, ʒ, tʃ, dʒ] só são distintivos diante de [a]. Nos outros contextos (diante de [i] e [e]) são alofones de [s, z, ts, dz].

Na verdade, o segmento [a] é o nó da questão. É antes dele que ocorrem [w] e [y], alterando a estrutura de morfema, e é antes dele que as estridentes palatais contrastam com as dentais.

Esse problema chama ainda mais a atenção pelo fato de haver um processo assimilatório em Nupe que palataliza consoantes diante de vogais anteriores e as labializa diante de vogais arredondadas posteriores. Esse processo de assimilação é descrito pelas seguintes regras:

3) /— (RL)

4) /— (RP)

Que traduzidas em termos de segmentos ficam

3') C → C^w /— {u, o} (RL)
4') C → C^y /— {i, e} (RP)

Com estas regras obtemos as seguintes derivações:

5) /ēgũ̄/ "lama" → [ēg^{w}ũ̄] (RL)
/ēgó/ "grama" → [ēg^{w}ó] (RL)
/ēgī/ "criança" → [ēg^{y}ī] (RP)
/ēgē/ "cerveja" → [ēg^{y}ē] (RP)

Encontramos, no entanto, um triplo contraste diante de [a].

6) [ēgwā] "mão" [twá] "aparar"
[ēgyà] "sangue" [tyá] "ser brando"
[ēgā] "forasteiro" [tá] "dizer"

Como as regras (3) e (4) não são capazes de dar conta destes casos, a questão que se coloca é:

Scanned with CamScanner

Deve-se postular em fonologia gerativa segmentos subjacentes idênticos aos da fonêmica tradicional (...) ou devemos de algum modo revelar um processo mais geral de labialização e palatalização envolvendo as formas 'mão' e 'sangue'? (Hyman 1970a: 62-3)[2].

Para "revelar um processo mais geral"[3], propõe segmentos abstratos (no sentido de que não se realizam foneticamente em Nupe) nas formas subjacentes de "mão" e "sangue", por exemplo, de modo que tais formas passem a satisfazer a descrição estrutural das regras (3) e (4). As formas subjacentes passariam a ser, então

7) /ēgɔ̄/ "mão" /tɔ́/ "aparar"
/ēgɛ̀/ "sangue" /tɛ́/ "ser brando"
/ēgā/ "forasteiro" /tá/ "dizer"

Requer-se ainda outra regra para dar conta do fato de que /ɔ/ e /ɛ/ se transformam em [a] superficial. A regra é

8) (NA = Neutralização Absoluta)

Esta regra só se aplica após a aplicação das regras RL e RP (ordenação extrínseca).

Desse modo, por meio de RL, RP e NA, podemos obter naturalmente as formas fonéticas de (9).

9)	Forma subjacente	/ēgɔ̄/	/ēgɛ̀/	/ēgā/
	RL/RP	$eg^{w}ɔ$	$eg^{y}ɛ$	—
	NA	$eg^{w}a$	$eg^{y}a$	—
	Forma fonética	[$ēg^{w}ā$]	[$ēg^{y}à$]	[ēgā]

Hyman pretende ter mostrado com sua solução que: a) a estrutura de morfemas em Nupe é absolutamente regular no nível fonológico; b) não há *glides* contrastando diante de [a]; c) os [a]'s diante dos quais [ʃ, ʒ, tʃ, dʒ] contrastam com [s, z, ts, dz] são, na verdade, /ɛ/'s subjacentes.

---

2 A responsabilidade das traduções é nossa. JBN e SP.

3 O termo é "reveal", o que sugere que Hyman está previamente convencido de que existem tais processos. É importante notar que é esse tipo de assunção que vai dirigir todo o seu trabalho.

Scanned with CamScanner

Hyman acrescenta que

> *se poderia argumentar que desde que /ɔ/ e /ɛ/ nunca ocorrem foneticamente, o uso de traços fonológicos é um 'ardil' já que estão sendo usados como diacríticos. A resposta a isso é a afirmação de que os fonemas sistemáticos subjacentes /ɔ/ e /ɛ/ revelam um padrão de regularidade mais profundo do que é evidente na superfície, porque eles são PSICOLOGICAMENTE REAIS* (1970a: 66).

3. Justificativas para a análise abstrata

As soluções para os problemas em ciência se apresentam sob a forma de hipóteses. Nesse sentido, a solução de Hyman para os fatos do Nupe é uma hipótese e como tal deve ser bem justificada para que a comunidade científica a aceite como uma solução possível. No caso da proposta de Hyman, as justificativas devem ser particularmente fortes, uma vez que ele lança mão de segmentos abstratos, de uma regra de NA e de ordenação extrínseca entre as regras — mecanismos "custosos" de um ponto de vista teórico, principalmente quando se afirma serem "psicologicamente reais", além de se tratar de mecanismos condenados por parte dos cientistas.

De modo geral, as justificativas que os cientistas apresentam para suas hipóteses são de duas ordens: justificativas *internas* e justificativas *externas* (ver Botha 1973: 75 ss.). No caso das hipóteses lingüísticas, as justificativas internas podem ser ditas *factuais*, se procuram demonstrar a adequação da hipótese aos dados ou a correção das predições empíricas das hipóteses, ou *sistemáticas*, se procuram corroborar a hipótese com considerações de "simplicidade conceptual", "poder heurístico", "integração fácil com teorias bem justificadas" etc. (ver Botha 1981, cap. 9). As justificativas externas, por outro lado, valem-se de fenômenos estranhos (embora em algum sentido relacionáveis) aos fenômenos explicados pela hipótese para justificá-la. Por exemplo, o uso de fenômenos sociolingüísticos (variação, empréstimos etc.), fenômenos da aquisição da linguagem, fenômenos da patologia da linguagem, fenômenos da diacronia etc., para justificar uma hipótese gramatical. Segundo Botha, uma hipótese gramatical, no quadro teórico da GGT, tem que ser justificada tanto na sua *função explanatória* (isto é, deve-se demonstrar que a hipótese é capaz de explicar aspectos problemáticos dos enunciados) quan-

Scanned with CamScanner

to em sua *função descritiva*[4] (ou seja, é preciso mostrar que a hipótese dá uma representação correta de um aspecto da competência lingüística). Em suma, é preciso que a hipótese, além de ser consistente com os dados disponíveis, seja psicologicamente real.

3.1. Justificativas internas

Os argumentos de Hyman para a solução abstrata proposta começam por tentar afastar a análise mais concreta que considerava [Cw] e [Cy] seqüências de dois segmentos (a solução de Smith 1967). Seu primeiro argumento consiste em mostrar que, se considerarmos os *glides* como segmentos, criamos uma irregularidade no padrão silábico dos morfemas[5]. Seu segundo argumento é baseado no comportamento dos tons em Nupe.

> *O Nupe tem uma regra de tom pela qual um tom alto torna-se ascendente quando a consoante (pré-vocálica) da sílaba é [+sonora] e quando a sílaba precedente tem tom baixo* (Hyman 1970a: 60).

10) a. /èdé/ → [ēdě] "roupa"
b. /yèkó/ → [yèkŏ] "estrada"
c. /è/ + /bwá/ → [èbwă] "é/são azedo(s)"
d. /è/ + /twá/ → [ètwá] "está/estão aparando".

Observe-se que ***a*** e ***c*** se comportam da mesma maneira, *i.e.*, a regra de tom aplica-se normalmente, enquanto ***b*** e ***d*** não sofrem a aplicação da regra, embora o segmento /w/, em ***d***, seja [+sonoro]. A conclusão de Hyman é de que esses *glides* não são de fato segmentos na língua, mas apenas modificações da consoante precedente, já que aparentemente apenas a consoante é levada em consideração pela regra de tom. Isto fica mais evidente para Hyman quando observa o comportamento de *glides* "reais", como em

11) a. /èwú/ → [èwŭ] "fazendo bico"
b. /èyé/ → [èyĕ] "não"

---

4 Não confundir com "adequação descritiva" e "adequação explanatória".
5 Isso só é um argumento porque Hyman assume — como os gerativistas em geral — que existe algum nível em que as línguas são regulares.

Scanned with CamScanner

Dados os argumentos acima, Hyman vai assumir que os encontros [C^{w}] e [C^{y}] são consoantes modificadas (e, portanto, respectivamente, [C^{w}] e [Cy]). Com a postulação de /ɔ/ e /ɛ/ subjacentes e com as regras RL, RP e NA, pode-se explicar como todas as ocorrências de tais consoantes modificadas se ligam a um processo geral de assimilação fonética. Resta agora mostrar que esta não é uma solução *ad hoc* e para isso Hyman vai buscar evidências independentes para /ɛ/ e /ɔ/ subjacentes.

O primeiro argumento de Hyman diz respeito às estridentes palatais. Como vimos, elas só contrastam com as dentais diante de [a], sendo seus alofones diante de [i] e [e]. Se postularmos um /ɛ/ subjacente, não precisamos considerá-las fonemas sistemáticos, mas sempre segmentos derivados das dentais, por meio de uma regra de estridência:

(12)

Mais forte, no entanto, é o argumento que envolve o processo de reduplicação que nominaliza verbos de um morfema. Hyman procura mostrar que no processo de reduplicação a vogal [+baixo] subjacente de palavras como [ɛg^{w}ti] funciona como uma vogal arredondada. Este fato é significativo porque se constitui numa evidência da existência de um /ɔ/ subjacente, independentemente do fenômeno da labialização de consoantes. O processo de reduplicação é bastante simples:

(13) a. /gí/ → gĩgí
b. /gé/ → gĩgé
c. /gú/ → gũgú
d. /gò/ → gũgò

A vogal reduplicada é sempre [+alto] e concorda em arredondamento com a vogal do radical. O argumento de Hyman vai se centrar, obviamente, no comportamento das raízes verbais que apresentam a vogal [a]. Reencontramos na superfície a tripla oposição já acima mencionada:

Scanned with CamScanner

14) a. [tʸītá] "a declaração"
b. [tʸītʸá] "a brandura"
c. [tʷūtʷá] "as aparas"

Como se pode ver, algumas raízes verbais com a vogal [a] reduplicam com [i] enquanto outras reduplicam com [u], o que permite supor que essas vogais às vezes comportam-se como se fossem arredondadas. Este é um forte argumento para a postulação de um /ɔ/ subjacente em (14c) [e por extensão, de /ɛ/ em (14b)].

Hyman formula a regra de reduplicação da seguinte maneira[6]:

As formas subjacentes das expressões de (14) são, respectivamente,

16) a. /tá/ "dizer"
b. /tɛ́/ "ser brando"
c. /tɔ́/ "aparar"

E a derivação das formas superficiais se faz da seguinte maneira:

17)	F. subjacente	/tá/	/tɛ́/	/tɔ́/	/tsɛ̀/	/tsà/
	R. estridência	—	—	—	tʃɛ	—
	Reduplicação	tītá	tītɛ́	tūtɔ́	tʃītʃɛ	tsītsà
	RP/RL	tʸītá	tʸītʸɛ́	tʷūtʷɔ́	tʃʸītʃʸɛ	tsʸītsà
	NA	—	tʸītʸá	tʷūtʷá	tʃʸītʃʸà	—
	F. Fonética	[tʸītá]	[tʸītʸá]	[tʷūtʷá]	[tʃʸītʃʸà]	[tsʸītsà]

É importante notar que essas regras devem ser aplicadas exatamente na ordem em que estão apresentadas (ordenação extrínseca), caso contrário geram-se formas não-desejadas.

6 Esta formulação da regra, dada por Hyman, é bastante estranha. Veja-se Harms (1973: 439) para uma reformulação da regra sob a forma de uma regra transformacional.

Scanned with CamScanner

3.2. *Justificativa externa: o empréstimo*

Passemos agora à justificação externa da proposta de Hyman. Lembremos que, para Hyman, /ɔ/ e /ɛ/, bem como a regra NA, são psicologicamente reais. Segundo Botha, "quanto maior o grau de realidade psicológica que o gramático requer de sua gramática, tanto maior o peso que será atribuído às evidências lingüísticas externas nas justificações gramaticais" (1981: 329).

É exatamente isso que se dá em Hyman (1970a). Seu argumento principal em favor da abstração e da neutralização absoluta é buscado na análise de empréstimos de outras línguas para o Nupe — especificamente em palavras de origem iorubá.

Para analisar tais casos de empréstimo, parte explicitamente dos seguintes pressupostos:

a) "Uma regra é produtiva se novas formas que entram na língua estão sujeitas a sua aplicação" (Hyman 1970a: 66)
b) "Sons estrangeiros idênticos a formas subjacentes nativas são lexicalizados como tais e sofrem as regras fonológicas da língua que recebe o empréstimo" ('princípio de produtividade de regra' (PPR), (Hyman 1970b, *apud* Hyman 1973: 447)

Segundo Hyman, empréstimos recentes do iorubá fornecem evidências para RP, RL e NA em Nupe. Observe-se

18)	Iorubá:	[kɛ̀kɛ́]	→	Nupe:	[kʸàkʸá]	"bicicleta"
		[ɛ̀gbɛ̀]	→		[ègbʸà]	"(uma cidade iorubá)"[7]
		[tɔ̄rɛ̄]	→		[tʷārʸā]	"dar um presente"
		[kɔ́bɔ̀]	→		[kʷábʷà]	"penny"

Sobre esses dados, Hyman diz:

Um falante Nupe 'nativiza' consistentemente [Cɔ] como [Cʷa] e [Cɛ] como [Cʸa]. Isso se percebe também quando nupes tentam falar iorubá, que tem [ɔ] e [ɛ]. No caso de [ɔ], isso significa que o nupe 'percebe' os dois traços [+arredondado] e

7 Estranhamente o [ɛ] inicial de [ègbè] passa a [è], quando, a partir dos pressupostos de Hyman e da regra de NA, deveria passar a [à]. Nenhum dos críticos de Hyman chamou a atenção para este fato.

Scanned with CamScanner

[+baixo] e que identifica [ɔ] com a classe [+arredondado] representada em sua língua por [u] e [o]; assim, labializa a consoante precedente da palavra emprestada. E como o Nupe só tem uma vogal [+baixo] (que pode ser longa e nasalizada, contudo), o [ɔ] funde-se com [a] (neutralização absoluta) e a distinção entre ambos se perde (exceto pela labialização da consoante precedente que acompanha o [a] derivado de [ɔ]). [Fenômeno análogo ocorre com o [ɛ] de palavra emprestada. JBN & SP]. ***É como se os nupes fizessem uma análise de traços nesses termos, aplicassem RL para [ɔ] e RP para [ɛ] e então simplificassem a tripla oposição nas vogais [+baixo]. Não se pode propor justificativa mais clara para a teoria dos traços distintivos.***

A posição suportada por esta evidência é que a nativização de sons estrangeiros é um indicador válido de quais regras foram internalizadas — ou seja, que regras são REAIS. De acordo com isso, devemos presumir que a neutralização absoluta proposta representa algo real na mente e na língua do falante do Nupe. O Nupe ***não substitui meramente*** *sons estrangeiros pelos mais próximos em sua própria língua; mais que isso, é* ***a existência de RL, RP e NA que causa a nativização das palavras emprestadas exatamente deste modo*** (Hyman 1970a: 66-67) (Os grifos são nossos. JBN & SP).

4. A estrutura da argumentação de Hyman

Passemos agora a uma análise da estrutura lógica da argumentação que Hyman usa para a justificação de sua proposta de análise.

Como vimos em 3.1., o primeiro argumento de Hyman consiste em mostrar que não devemos admitir em Nupe uma estrutura de morfema irregular, como decorre das análises estruturalistas. Admitindo-se certas regras, é possível encontrar regularidade. Seu argumento é

19) Ou a gramática contém RL, RP e NA (**p**) ou a estrutura de morfema não é regular. (**~q**)
Ora, a estrutura de morfema é regular. (**q**)

Logo, a gramática contém RL, RP e NA. (**p**)

Ou, em forma lógica[8]:

8 Esta forma de argumento é equivalente ao *modus tollens*, isto é
~p → ~q
q
∴ p

Scanned with CamScanner

$p \vee \sim q$

q

$\therefore p$

Como se pode verificar, trata-se de um argumento disjuntivo, dedutivamente válido. A premissa menor (q) expressa uma assunção da teoria, qual seja, a de que, em algum nível, a estrutura de morfema, como de resto toda a língua, é regular. O que nos argumentos de ordem empírica é o *dado*, ou seja, a evidência para a hipótese (a premissa menor) é, neste caso, por sua vez uma hipótese teórica, e como tal, não sujeita a teste neste momento[9]. É, a rigor, tomada como axioma. Sua função neste argumento é a de sustentar teoricamente outra hipótese, desta vez empírica (postulação de RL, RP e NA na gramática do Nupe), que deverá ser submetida à confrontação com os dados e, em conseqüência, corroborada ou falseada.

O segundo argumento de Hyman liga-se à regra de tom que vimos acima e é organizado da seguinte forma:

20) Se [w] e [y] são segmentos nos encontros [Cw] e [Cy], respectivamente, (p), a regra de tom não funciona. (~q)
Ora, a regra de tom funciona. (q)

Logo, [w] e [y] não são segmentos nos encontros [Cw] e [Cy], respectivamente (~p)

Ou, em forma lógica:

$p \rightarrow \sim q$

q

$\therefore \sim p$

Temos neste caso um exemplo de *modus tollens*. Essa forma de argumento é a forma tipicamente usada pelos cientistas nos procedimentos de testagem de hipóteses empíricas. Neste caso, no entanto, a premissa menor (q) é uma

---

Poderíamos ter utilizado, portanto, qualquer uma das formas. Pareceu-nos, entretanto, que o silogismo disjuntivo representa mais adequadamente o raciocínio efetivo de Hyman.

9 É claro que a proposição "a estrutura de morfema é regular" (q) é uma proposição empiricamente testável. O que acontece neste caso, no entanto, é que ela é assumida, independentemente de teste empírico, como verdadeira.

Scanned with CamScanner

hipótese teórica, e não um dado empírico, como nos argumentos científicos típicos. Além disso, o *modus tollens* aqui é usado para verificar e não para falsear a hipótese do cientista (Hyman assume previamente que a regra de tom funciona e que os *glides* não são segmentos em Nupe). É fácil reconstituir o caminho que Hyman percorreu para chegar a esse argumento. Primeiramente, ele observou que a regra de tom funciona para a maioria dos casos (só não funciona justamente nos casos em que os *glides* estão presentes); segundo, a teoria que ele assume, e que dirige sua análise, pressupõe que as línguas são regulares e que as regras são, o mais possível, gerais. A questão passa a ser, então, um problema de decisão entre a negação do pressuposto de generalidade das regras ou a "alteração" dos dados (consideração dos *glides* como modificações das consoantes antecedentes). A decisão de Hyman é óbvia. Note-se ainda que a existência de casos como (10)d, em que a regra de tom não funciona, deveria bastar para que se assumisse a falsidade de q, e a conseqüente conclusão $p \vee \sim p$. No entanto, o pressuposto da generalidade da regra e da regularidade da língua são mais fortes que o dado fonético.

Enquanto os dois argumentos que vimos acima podem ser ditos "argumentos teóricos", os outros argumentos de Hyman são "argumentos empíricos". O argumento (21) parte do princípio, não explicitado por Hyman, de que os processos fonológicos (e lingüísticos em geral) são gerais: resultados semelhantes supõem causas semelhantes. É o mesmo pressuposto que encontramos subjazendo ao argumento (20) acima. No argumento agora em questão, Hyman assume que todos os efeitos de labialização e palatalização são resultado das mesmas regras. O argumento tem a seguinte estrutura:

21) Se a gramática do Nupe contém RL, RP e NA (**p**), então existirão em Nupe [$C^{w}a$]'s e [$C^{y}a$]'s. (**q**)
Ora, existem [$C^{w}a$]'s e [$C^{y}a$]'s em Nupe. (**q**)

Logo, a gramática do Nupe contém RL, RP e NA. (**p**)

ou, em forma lógica:

$$\begin{array}{l} p \rightarrow q \\ q \\ \hline \therefore p \end{array}$$

Scanned with CamScanner

Este não é um argumento "preservador de verdade", porque a conclusão tem um conteúdo maior do que o afirmado nas premissas. Do ponto de vista lógico, trata-se da falácia da afirmação do conseqüente. Bochensky (1962), apud Botha (1971: 71), chama esses argumentos de "*redutivos*". Não se deve, no entanto, criticar Hyman por usar tal tipo de argumento. Sabe-se, pelo menos desde Popper, que é assim mesmo que a ciência opera, e é por causa disso que as teorias não podem ser demonstradas.

A premissa menor do argumento (21) é uma proposição testável e sua falsidade resultaria no falseamento da hipótese contida na premissa maior. Sua verificação, por outro lado, fornece uma evidência corroboradora daquela hipótese.

Os dois argumentos seguintes procuram corroborar /ɛ/ e /ɔ/ subjacentes. O argumento (22) busca evidência que justifique /ɛ/ e o argumento (23) procura justificar /ɔ/. Como a teoria fonológica que Hyman assume supõe que os sistemas fonológicos são simétricos, um argumento que suporte /ɛ/ serve para suportar /ɔ/ e vice-versa.

22) Se [C^{y}a] for /Cɛ/ (p), então haverá [ʃ, ʒ, tʃ, dʒ] diante de [^{y}a]. (q)
Ora, há [ʃ, ʒ, tʃ, dʒ] diante de [^{y}a]. (q)

Logo, [C^{y}a] é /Cɛ/. (p)

23) Se [C^{w}a] for /Cɔ/ (p), então haverá [u] nas formas reduplicadas de raízes verbais com [a]. (q)
Ora, há [u] nas formas reduplicadas de raízes verbais com [a]. (q)

Logo, [C^{w}a] é /Cɔ/. (p)

A forma lógica desses dois argumentos é a mesma:

$$\begin{array}{l} p \rightarrow q \\ q \\ \hline \therefore p \end{array}$$

Os argumentos (22) e (23) são essencialmente idênticos a (21), isto é, têm uma premissa menor testável e sua forma é redutiva. (22) é relativo à regra de estridência e (23) à regra de reduplicação e são, respectivamente, evidências para RP e RL e, portanto, para NA. (22) e (23) são argumentos independentes

Scanned with CamScanner

de (21), mas suportam as mesmas conclusões. Além disso, (21), (22) e (23) são evidências corroboradoras do primeiro disjunto da premissa maior de (19), *i.e.*, da hipótese da presença de RL, RP e NA na gramática do Nupe.

Vejamos como ficaria o argumento (19) se tomássemos p ("a gramática do Nupe contém RP, RL e NA") como premissa menor, já que ela parece estar independentemente corroborada por (21), (22) e (23).

$$\begin{array}{l} p \vee \sim q \\ \underline{p} \\ \therefore\ q \vee \sim q \end{array}$$

Obtemos essa mesma conclusão se utilizamos a forma do argumento condicional equivalente (ver nota 8).

$$\begin{array}{l} \sim p \rightarrow \sim q \\ \underline{p} \\ \therefore\ q \vee \sim q \end{array}$$

o que demonstra que a corroboração de p não altera o estatuto de assunção teórica de q.

Antes de seguirmos adiante, algumas observações devem ser registradas. Em primeiro lugar, note-se que os argumentos (19) e (20), que são dedutivamente válidos, não são argumentos empíricos. Ambos são argumentos da forma *modus tollens* (o argumento [19] permite tal formulação. Cf. nota 8), mas ambos apresentam uma afirmação teórica como premissa menor. A premissa menor de (19) é uma assunção teórica e a premissa menor de (20) tem que ser considerada assim, porque de outro modo é uma proposição falsa. Por outro lado, os argumentos (21), (22) e (23), que são empíricos, não são dedutivamente válidos — são argumentos redutivos.

Em segundo lugar, dada a natureza não-causal da implicação, poderíamos transformar todos os argumentos redutivos em argumentos válidos. Vejamos um exemplo:

22') Se houver [ʃ, ʒ, tʃ, dʒ] diante de [ʸa] (p), [Cʸa] será /Cɛ/. (q)
Ora, há [ʃ, ʒ, tʃ, dʒ] diante de [ʸa]. (p)
Logo, [Cʸa] será /Cɛ/. (q)

Scanned with CamScanner

A forma lógica seria:

$$\begin{array}{l} p \rightarrow q \\ p \\ \hline \therefore q \end{array}$$

Conseguimos, deste modo, transformar um argumento redutivo em um argumento de forma *modus ponens*. Acontece, porém, que os cientistas não agem assim. A forma da premissa maior nos leva dos fatos para a hipótese, o que caracteriza um processo indutivo de obtenção de hipóteses. Fica bastante claro, na análise da argumentação de Hyman — bem como no debate com Harms, que veremos abaixo — que o cientista (pelo menos no trabalho em apreço) parte da teoria e com ela chega aos dados. O processo é dedutivo, portanto. Além disso, precisaríamos garantir a verdade de p e, desde o século XVII, com Hume, sabemos que isso não é possível.

Um terceiro ponto que merece atenção é o fato de todos os argumentos, independentemente, levarem à mesma conclusão, isto é, à conclusão de que é necessário postular RP, RL e NA na gramática do Nupe. Cada argumento isoladamente, dada sua natureza redutiva, tem pouco valor corroborativo da hipótese em questão. Mas, uma vez que vários argumentos independentes levam à mesma conclusão, esta conclusão torna-se mais forte (se não de um ponto de vista lógico, ao menos de um ponto de vista psicológico).

Passemos agora ao último argumento de Hyman: a justificativa externa de RL, RP e NA por meio dos dados do empréstimo. A estrutura do argumento é:

24) Se sons estrangeiros idênticos a formas subjacentes nativas são lexicalizados como tais e sofrem as regras fonológicas da língua que recebe o empréstimo (**PPR**) e a gramática do Nupe contém RL, RP e NA (**p**), então o Nupe lexicalizará empréstimos com [ɛ] e [ɔ] como /ɛ/ e /ɔ/ e os superficializará como [ʸa] e [ʷa] respectivamente. (**q**)
Ora, o Nupe lexicaliza empréstimos com [ɛ] e [ɔ] como /ɛ/ e /ɔ/ e os superficializa como [ʸa] e [ʷa] respectivamente. (**q**)

Logo, sons estrangeiros idênticos a formas subjacentes nativas são lexicalizados como tais e sofrem as regras fonológicas da língua que recebe o empréstimo (**PPR**) e a gramática do Nupe contém RL, RP e NA. (**p**)

Scanned with CamScanner

Scanned with CamScanner

ou, em forma lógica:

$$\frac{(PPR \,.\, p) \rightarrow q \qquad q}{\therefore (PPR \,.\, p)}$$

Como outros argumentos de Hyman, este também é redutivo. O que o distingue dos anteriores é o fato de o antecedente da premissa maior ter duas peculiaridades: a) é composto (PPR e p); b) uma de suas proposições (PPR) decorre de uma teoria auxiliar (no caso, uma teoria não-gramatical invocada como premissa para conclusões de ordem gramatical).

Argumentos desse tipo são mais dificilmente refutáveis porque sempre se pode substituir uma teoria auxiliar por outra. Para refutar o argumento, deve-se negar q. Ora, o proponente do argumento, diante da refutação de q, pode reformular seja PPR, seja p, já que ~(PPR · p) é equivalente a (~PPR · p), (PPR · ~p) ou (~PPR · ~p). Muito dificilmente o proponente do argumento aceitará esta última possibilidade (ver abaixo a resposta de Hyman a Harms).

A teoria auxiliar neste argumento é a teoria do empréstimo (TE). Para que teorias auxiliares possam ser utilizadas na argumentação é preciso que suas hipóteses possam ser articuladas com as hipóteses da teoria a ser justificada e isso é feito por intermédio do que se costuma chamar de "teoria-ponte" (ver Botha 1981: 326). Neste argumento de Hyman, a teoria-ponte está expressada pelo princípio acima chamado de PPR.

É óbvio que TE não pertence à teoria da gramática, O lugar mais adequado para sua formulação deve ser a sociolingüística, especificamente no interior da problemática do contato entre línguas. Não obstante, pode-se estabelecer uma relação de TE com a teoria da gramática e é justamente para explicitar a natureza de tal relação que uma teoria-ponte é necessária. É interessante notar que muitas vezes os cientistas propõem teorias-pontes sem que a teoria auxiliar esteja bem formulada. Este é o caso, aliás, de TE, que embora não esteja ainda solidamente formulada, permite teorias-ponte como o PPR de Hyman.

Um argumento baseado no empréstimo, como, de resto, argumentos que invocam evidências externas, só faz sentido se a teoria gramatical postular a realidade psicológica da gramática. Repitamos Botha:

Quanto maior o grau de realidade psicológica que o gramático requer de sua gramática, tanto maior o peso que será atribuído às evidências lingüísticas externas nas justificações gramaticais (Botha 1981: 329).

Parece que o raciocínio sobre a questão da realidade psicológica utilizado pelas teorias mentalistas tem a seguinte forma:

25) Se o mecanismo teórico M deve ser incorporado à teoria (**p**), então o mecanismo teórico M é psicologicamente real. (**r**)
Ora, o mecanismo teórico M deve ser incorporado à teoria. (**p**)
Logo, o mecanismo teórico M é psicologicamente real. (**r**)

ou, em forma lógica:

$$\begin{array}{l} p \rightarrow r \\ \underline{p \quad\quad} \\ \therefore r \end{array}$$

Trata-se, desta vez, de um *modus ponens,* cuja premissa maior é a expressão da posição mentalista em gramática. Numa teoria que assume a realidade psicológica, cada hipótese que o cientista considere corroborada vai constituir o 'p' de um exemplo de substituição desse princípio geral. Um exemplo seria

26) Se a regra NA deve ser incorporada à gramática do Nupe (**p**), então a regra NA é psicologicamente real. (**r**)
Ora, a regra NA deve ser incorporada à gramática do Nupe. (**p**)
Logo, a regra NA é psicologicamente real. (**r**)

Neste caso, 'p' foi submetido a um teste empírico e, para Hyman, está corroborado pelos argumentos (19)-(24). É por isso que, em mais de uma passagem de seu texto, ele afirma a realidade psicológica de suas regras (Hyman 1970a: 59, 66-67, principalmente). Esse argumento só pode ser refutado por uma análise alternativa que demonstre que NA não é necessária para a gramática do Nupe. Essa demonstração, no entanto, demandaria a explicação dos mesmos fatos por outro mecanismo e este outro mecanismo, que agora passaria a ser incorporado à gramática do Nupe, passaria a ser o 'p' do argumento e sua realidade psicológica estaria sendo, simultaneamente, afirmada.

Scanned with CamScanner

5. A METODOLOGIA DE LAKATOS

Embora sejam mais populares entre os lingüistas, parece que as teorias de Popper e de Kuhn sobre o progresso da ciência enfrentam sérias dificuldades na descrição do desenvolvimento da lingüística (ver, p. ex., Dascal 1978, contra Kuhn, e, contra Popper, Drachman 1981). Evidentemente, não foi só em relação à lingüística que suas teses foram contestadas. Aliás, foram-no principalmente no domínio que se propõem claramente a examinar, o das ciências naturais (ver: ex., Lakatos & Musgrave [orgs.] 1970 e Schilpp [org.] 1974).

Efetivamente, não parece que as melhores teorias são as testáveis, nem que as teorias são abandonadas quando falseadas como prevê Popper (ver Popper 1963). Nem parece haver períodos de "ciência normal", de plena vigência de paradigmas, como diz Kuhn que acontece.

Desconhecemos tentativas de analisar o desenvolvimento da lingüística a partir da metodologia de Lakatos. Parece, no entanto, que suas teses sobre o progresso da ciência são esclarecedoras a respeito do comportamento das teorias lingüísticas e dos cientistas que as propõem e com elas operam.

Num trabalho que discute a obra de Kuhn, Feyerabend afirma que a imagem da ciência que deve substituir a de Kuhn

> *é a síntese das duas descobertas seguintes. Primeiro, contém, a descoberta de Popper de que a ciência progride pela discussão crítica de visões alternativas. Segundo, contém a descoberta de Kuhn da função da tenacidade que ele expressou, erroneamente, a meu ver, mediante o postulado da existência de períodos de tenacidade. A síntese consiste na afirmação de Lakatos (desenvolvida em seus próprios comentários sobre Kuhn) de que a proliferação e a tenacidade não pertencem a períodos* sucessivos *da história da ciência, mas estão sempre co-presentes* (Feyerabend 1970: 261).

Proliferação, em Lakatos, significa que é desejável que haja teorias em competição e, segundo ele, é assim mesmo que as coisas se dão na história da ciência, que não é uma história de teorias sucessivas, mas de teorias concorrentes.

> *A história das ciências tem sido, e deve ser, uma história de programas de pesquisa competitivos (ou, se quiserem, de "paradigmas"), mas não tem sido, nem deve vir a ser, uma sucessão de períodos de ciência normal: quanto antes se iniciar a competição, tanto melhor para o progresso* (Lakatos 1970: 191).

Scanned with CamScanner

Tenacidade, para Lakatos, significa que o cientista não abandona uma teoria porque se encontraram contra-exemplos a ela (foi falseada), mas, ao contrário, faz o possível para mantê-la, desconhecendo os contra-exemplos ou reanalisando-os, com vistas a torná-los outras tantas evidências corroboradoras.

> *Não se trata de propormos uma teoria e a Natureza poder gritar NÃO* (Lakatos 1970: 159).
> *A Natureza pode gritar não, mas o engenho humano — contrariamente ao que sustentam Weyl e Popper — sempre é capaz de gritar mais alto. (...) Com suficiente habilidade e com alguma sorte, qualquer teoria pode defender-se 'progressivamente' durante um longo tempo, inclusive se é falsa* (Lakatos 1971a: 465-466).

Segundo Lakatos,

> *a melhor maneira de começar o jogo da ciência não é com uma hipótese falseável (e, portanto, consistente), mas com um programa de investigação* (Lakatos 1971a: 465).

Um programa de investigação científica consiste em:

a) um NÚCLEO ("hard core"), que contém as leis explanatórias básicas (p. ex., as leis de Newton, no programa da física newtoniana) e as assunções básicas (proposições metafísicas, *i.e.*, não-testáveis, por decisão metodológica).

> *O que para Popper, Agassi e Watkins é influência metafísica externa se converte aqui no 'núcleo' interno de um programa* (Lakatos 1971a: 465).

b) uma HEURÍSTICA NEGATIVA, que consiste em princípios metodológicos com duas funções: proteger o núcleo de refutações (*i.e.*, a heurística negativa induz a modificações nas hipóteses auxiliares e não no núcleo) e impedir tentativas de explicação de tipos radicalmente diferentes (p. ex., o uso de explicações mentalistas no programa de investigação do behaviorismo clássico) (Ver Lakatos 1970: 165).

> *A idéias de 'heurística negativa' de um programa de pesquisa científica racionaliza de forma considerável o convencionalismo clássico. Podemos decidir racionalmente não permitir que 'refutações' transmitam falsidade ao núcleo enquanto aumenta o conteúdo empírico corroborado do cinturão protetor de hipóteses auxiliares* (Lakatos 1970: 164).

c) uma HEURÍSTICA POSITIVA, que é uma "política de desenvolvimento" do programa, *i.e.*, uma seleção e uma ordenação de problemas ("*a ordem*

Scanned with CamScanner

é decidida no gabinete do teórico" [Lakatos 1970: 165]), um plano que conduz à sofisticação progressiva dos modelos explicativos (ver Lakatos 1970: 166 para uma caracterização da heurística positiva do programa newtoniano).

> *...consiste num conjunto parcialmente articulado de sugestões ou palpites sobre como mudar e desenvolver as 'variantes refutáveis' do programa de pesquisa, e sobre como modificar e sofisticar o cinturão de proteção 'refutável'.* (Lakatos 1970: 165).

O programa avança pela elaboração de uma série de teorias, todas compartilhando o mesmo núcleo, mas cada uma delas contradizendo suas predecessoras. Na maior parte dos casos, as teorias se contradizem porque assumem hipóteses auxiliares diferentes. Eventualmente, essas contradições resultam de *mudanças criativas* na heurística positiva do programa.

Vista a partir da teoria de Lakatos, a GGT como um todo seria um exemplo de programa de investigação. As diversas formulações (mesmo as que parecem mais distantes entre si, como a semântica gerativa e a interpretativa, ou a fonologia "standard" e a natural) são teorias em confronto no interior do mesmo programa. Isto porque compartilham claramente o mesmo núcleo (são todas teorias da competência; sustentam que as relações entre certas expressões são dadas transformacionalmente; sustentam que a gramática tem três componentes básicos, que as relações entre eles são dadas por regras etc.).

Além de se diferenciarem por algumas hipóteses auxiliares (p. ex., uma teoria fonológica que aceita NA e outra que rejeita esse tipo de regra assumem teorias da aquisição da linguagem diferentes, pelo menos no nível do léxico), as diversas teorias parecem ter também heurísticas parcialmente diferentes (p. ex., a fonologia "standard" manda resolver por meio de regras fonológicas as relações entre os itens lexicais, enquanto a fonologia natural manda separar os itens lexicais em subconjuntos: em alguns casos, as relações serão tratadas por regras fonológicas, em outros por regras morfológicas, em outros, ainda, "*via rules*").

A avaliação de um programa é feita em termos da tendência que a série de teorias apresenta na direção do "progresso" ou da "degeneração".

Scanned with CamScanner

Diz-se que um programa de investigação é progressivo *enquanto seu desenvolvimento teórico antecipar seu desenvolvimento empírico, ou seja, enquanto seguir predizendo com êxito fatos novos ("mudança progressiva de problemas"); é* paralisante *se o seu desenvolvimento teórico se atrasa em relação a seu desenvolvimento empírico, isto é, sempre que não oferece senão explicações* post hoc, *seja de descobrimentos casuais, seja de fatos previstos, e descobertos, em um programa rival ("mudança degenerativa de problemas")* (Lakatos 1971a: 466).

Essa avaliação sempre é feita por comparação com outro programa. Como Lakatos afirma,

"Se P_2 [P = programa de investigação] *progride, é à custa da lentidão do progresso de P_1, já que P_2 vai antecipar alguns fatos novos mais rapidamente que P_1. Na verdade, P_1 sem P_2 poderia ser progressivo, mas em confronto com P_2 está em degenerescência. (...) Sem o programa de Einstein, o programa de Newton poderia estar ainda progredindo"* (Lakatos 1971b: 177).

Dentro de um programa de investigação, uma teoria será, normalmente, eliminada por uma teoria *melhor*. Uma teoria é *melhor* que outra se apresentar conteúdo empírico excedente ou se tiver (prometer) maior poder heurístico (p. ex., uma teoria sintática X será melhor que uma teoria sintática Y se explicar mais fatos que Y ou se permitir mais facilmente, digamos, uma semântica). Para que essa substituição de teorias se dê, não é necessário que a primeira teoria esteja falseada: o falseamento e o abandono de teorias são processos independentes. O verdadeiro teste de uma teoria, então, está na sua capacidade de prever fatos novos. Se o faz, refutações e anomalias podem ser ignoradas.

Das nossas considerações se depreende que a heurística positiva avança aos poucos, com dificuldade, e com descaso quase completo das 'refutações'; parece que as 'verificações', mais que as refutações, fornecem os pontos de contato com a realidade. (...) São as 'verificações' que mantêm o programa em andamento, apesar dos casos recalcitrantes. (Lakatos 1970: 168)[10]

Os problemas racionalmente escolhidos por cientistas que trabalham em programas de pesquisa poderosos são determinados pela heurística positiva do programa, muito mais do que pelas anomalias psicologicamente preocupantes (ou tecnologicamente urgentes). (...) Só precisam concentrar sua atenção em anomalias os cientistas empenhados em

10 Para Lakatos, uma "verificação" é a corroboração de alguma afirmação que constitua o conteúdo empírico de um programa em expansão. Uma "refutação" é um contra-exemplo.

Scanned with CamScanner

exercícios de ensaio-e-erro ou que trabalham na fase degenerativa de um programa de pesquisa, quando a heurística positiva perde o gás (Lakatos 1970: 168-9).

O comportamento típico do cientista que se defronta com refutações a seu programa consiste em salvaguardar o núcleo do programa fazendo alterações nas teorias, que podem ser chamadas, então, de *cinturão protetor* do núcleo.

6. O DEBATE HYMAN-HARMS

Posto este sumário da metodologia de Lakatos, passamos agora ao debate Hyman-Harms sobre o Nupe. Tentaremos verificar, a cada ponto, se o comportamento desses dois cientistas "verifica" ou "refuta" Lakatos.

Harms (1973), num texto que é uma resposta a Hyman (1970a), propõe análises alternativas para aspectos do Nupe, e apresenta outros argumentos com vistas a refutar a análise de Hyman, principalmente na medida em que esta "corrobora" a hipótese da regra de neutralização absoluta.

Não apresentaremos aqui a reanálise de Harms. Apenas tentaremos analisar a natureza e os efeitos de seus argumentos, assim como a resposta de Hyman (1973), com o objetivo de argumentar que, pelo menos neste caso, assim delimitado, Lakatos tem razão em sua avaliação do comportamento dos programas e das teorias que os compõem, bem como da tenacidade dos cientistas. Para facilitar a leitura, apresentaremos os argumentos de Harms, um a um, seguidos imediatamente das respostas de Hyman.

Os argumentos de Harms são relativos a:

1. estrutura de morfema;
2. regra de tom;
3. fala cuidadosa;
4. variação livre;
5. empréstimo.

6.1. Estrutura de morfema

Convidamos o leitor a reler o argumento (19) de Hyman, acima, antes de avançar. Contra ele, Harms afirma que para aqueles que rejeitam a noção de estrutura de morfema, entre os quais ele se coloca, o argumento é irrelevante.

Scanned with CamScanner

O que Harms faz não é falsear uma hipótese empírica ('p' no argumento de Hyman), mas rejeitar uma assunção teórica (não testável diretamente). Nega a premissa 'q' que Hyman assume. Sua versão do argumento de Hyman lhe permite concluir ($p \vee \sim p$).

A respeito do mesmo assunto, acrescenta que o problema é mais complexo do que Hyman imagina. Seu argumento se baseia num critério de simplicidade que, no caso, coloca a seguinte questão: como avaliar o custo da não-postulação da generalidade da estrutura de morfema (no nível fonológico) contra o custo da postulação da regra fonológica de neutralização absoluta? A decisão é arbitrária e a prática mais comum é seguir o preceito de Morris Halle:

> *A economia nas regras fonológicas tem precedência sobre a economia nas regras de estrutura de morfema e dicionário* (Halle, apud Harms 1973: 441).

A assunção que subjaz a este princípio de Halle que Harms adota é que é mais fácil haver irregularidades verdadeiras no léxico do que na fonologia (hipótese perfeitamente compatível com as soluções mais concretas em fonologia, suportadas com base na análise do léxico com vários estratos).

A resposta de Hyman se divide em duas partes:

1. Sobre a alegação de que alguns não aceitam a generalidade da estrutura de morfema, responde reafirmando sua própria crença e dizendo que sua análise foi baseada no quadro teórico da fonologia gerativa, representada por Chomsky e Halle (1968).
2. Em relação à medida de simplicidade, afirma que a economia não é a questão, e que noções de simplicidade não ajudaram a resolver nenhum problema crítico em fonologia gerativa.

É fácil perceber que aqui não é o Nupe que está em questão. Os contendores estão expondo suas crenças e criticando as do oponente, invocando autoridades e uma metateoria no mínimo polêmica. (Observe-se como Hyman se recusa a colocar a questão em termos de simplicidade, no entanto.)

O que está em discussão não é o núcleo do programa da GGT, mas teorias auxiliares sobre como se adquire o léxico e sobre como se avaliam teorias (teoria metacientífica), além, é claro, de uma hipótese interna sobre

Scanned with CamScanner

a natureza dos componentes da gramática. Estão em confronto, neste caso, heurísticas positivas parcialmente diferentes. Ou melhor, já que a decisão sobre as heurísticas é tomadas no gabinete do teórico, discute-se o direito que o outro tem de assumir determinada heurística, ou de cercar o núcleo com determinadas hipóteses. É propriamente um exemplo de polêmica.

Temos aqui um exemplo claro de que alguns aspectos das teorias são convencionais, *i.e.*, não necessariamente corroborados. Tanto Hyman como Harms apresentam, como se fossem argumentos sólidos, hipóteses teóricas em relação às quais é impossível erigir o dado empírico em árbitro. Ambos encontram evidências empíricas corroboradoras (p. ex., a regra de tom para Hyman e os dados fonéticos para Harms). Este caso ilustra a seguinte afirmação de Lakatos:

> *Não se trata de propormos uma teoria e a Natureza poder gritar NÃO; trata-se de propormos um emaranhado de teorias e a Natureza poder gritar* INCOMPATÍVEIS (Lakatos 1970: 159).

A incompatibilidade, ou não, é concernente, no caso, à relação entre uma teoria auxiliar sobre a mente e os dados fonéticos (que são, por sua vez, resultado de uma teoria fonética auxiliar). Tanto para Hyman como para Harms estão em jogo: a) dados fonéticos pelo menos semelhantes; b) entre outras, uma regra de tom; e c) teorias sobre a mente. Como suas teorias sobre a mente são diferentes, suas regras de tom também o serão, em que pese a semelhança da base empírica (dados fonéticos).

6.2. Regra de tom

Como vimos, Hyman utiliza também a regra de tom para negar a existência de CVV ou de /C^{w}/ e /C^{y}/ subjacentes. Harms contrapõe que o tom ascendente não é resultado do tom baixo da sílaba precedente conjugado com a sonoridade da consoante pré-vocálica, mas um reflexo da transição tonal entre as duas sílabas. Trata-se, portanto, de mostrar, do ponto de vista de Harms, que não é necessário postular a inexistência de certos segmentos fonéticos no nível fonológico para explicar os dados empíricos. Há outra análise compatível com os dados.

Scanned with CamScanner

Hyman (1973: 449, nota 5) admite que a análise de Harms é consistente com os dados do Nupe. No entanto, continua preferindo sua própria regra e argumenta que a análise de Harms faria, ao contrário da sua, previsões incorretas sobre outras línguas.

Embora as duas teorias sejam equivalentes com relação a este aspecto do Nupe, a de Hyman é mantida por ele com base num argumento forte, do ponto de vista da metodologia de Lakatos, qual seja, o conteúdo empírico excedente. Se o que estivesse em jogo fosse apenas uma disputa sobre a estrutura de morfema, este segundo argumento decidiria a pendência em favor de Hyman, neste estágio da investigação. Mas, como está em jogo uma teoria auxiliar sobre a mente e há outros dados a considerar, a vantagem é apenas momentânea. Além disso, seria necessário verificar se não há reanálises, compatíveis com a hipótese de Harms, das outras línguas mencionadas por Hyman.

6.3. Fala cuidadosa

Um argumento de Hyman contra análises alternativas à que ele propõe se baseia na pronúncia lenta, cuidadosa. Para mostrar que em certos casos existem /u/'s e /w/'s e em outros não, além de utilizar a regra de tom, baseia-se na capacidade que os nupes têm de pronunciar [ētsʷâ:bě] (pronúncia normal) "o chefe virá" como [ētsú à bě] (fala cuidadosa) e no fato de não serem capazes de pronunciar [ētsʷâbě] (fala normal) "a lua virá" como *[ētsúá à bě]. Para Hyman, isso comprova a existência de /u/ no primeiro caso e sua inexistência no segundo, a despeito da homofonia na fala normal. As formas subjacentes propostas serão, respectivamente, /ētsú à bé/ e /ētsó à bé/, não se admitindo para o último enunciado /ētsʷá à bé/ como forma subjacente.

Hyman invoca aqui uma teoria auxiliar que poderia ser assim formulada:

Falantes aproximam as representações fonéticas das fonológicas na fala cuidadosa (versão nossa: JBN & SP).

Sem negar esse princípio, Harms contrapõe uma reanálise à de Hyman, sempre querendo demonstrar a existência de /w/'s (e, por extensão, de /y/'s) onde Hyman os nega e se posicionar contra as representações abstratas e a regra de NA.

Scanned with CamScanner

Seu argumento é o seguinte: a sílaba é uma realidade muito forte para o falante, e talvez só possa ser "quebrada" em casos muito especiais, como quando uma sílaba contém um limite de morfema. Assim, o falante pronunciaria o [u] em fala cuidadosa, ao invés do [ʷ] da fala normal, em [ētsʷâ:bě] "o chefe virá" porque a estrutura de morfema do enunciado é /ētsú + à + bé/. Não pronunciaria como [u] o [ʷ] de [ētsʷâbě] "a lua virá" porque neste caso a estrutura de morfema seria /ētsʷá + à + bé/. Essa análise dispensaria o /ɔ/ da forma subjacente do segundo enunciado. De acordo com esta reanálise, o que o falante recupera na fala cuidadosa não são segmentos subjacentes, mas limites de morfema.

O argumento de Harms, como se pode ver, não consiste na negação da capacidade dos falantes de recuperar segmentos subjacentes, mas na afirmação de que a recuperação dos segmentos está condicionada a outros fatores lingüisticamente mais relevantes, como a sílaba e a divisão de morfema. Este princípio que Harms segue é melhor formulado por Hooper, com base em dados do espanhol, quando afirma que os falantes preferem consistentemente análises morfológicas a análises fonológicas predizíveis e não significativas. "*A razão é que a função da linguagem é associar significado com sons*" (Hooper 1976: 31).

Em sua resposta, Hyman concede que talvez tais fenômenos devam ser explicados em termos de sílabas ou palavras (p. 449). Como, no entanto, não abre mão de sua proposta, resta saber que tipo de evidência consideraria suficiente para fazê-lo aceitar outra análise. O fato é que a alternativa de Harms, que considera possível, não o demove.

6.4. Variação livre

Um dos argumentos mais fortes de Hyman em favor da solução abstrata é que a postulação de /ɔ/ e /ɛ/ não exigirá qualquer explicação *ad hoc* para [Cʷ] e [Cʸ] diante de [a], dada a existência das regras de RP e RL independentemente motivadas.

Harms coloca em questão a generalidade dessas regras em dois níveis. Em primeiro lugar, assinala que, segundo o próprio Smith (1967), as regras de RL e RP são opcionais. Encontra-se tanto [bé] como [bʸé] e tanto [po]

Scanned with CamScanner

como [pʸo]. Em segundo lugar, e por conseqüência, se aceitamos /ɔ/ e /ɛ/, essas regras teriam que ser consideradas obrigatórias diante deles. Assim, as regras de RL e RP não poderiam ser mantidas na sua generalidade. Sua formulação exigiria o acréscimo de uma condição (o que seria fazer um uso fonológico de um traço diacrítico, possibilidade que Hyman rejeita), condição que indicasse a opcionalidade da regra diante de /i, e, u, o/ e sua obrigatoriedade diante de /ɔ, ɛ/.

Observe-se que este é o primeiro argumento empírico apresentado por Harms. E é um argumento forte porque ataca a solução de Hyman no nível da adequação factual. Trata-se de uma refutação, no sentido popperiano do termo. A resposta de Hyman, embora longa, merece ser transcrita em grande parte:

> *"Um dos argumentos usados por Harms contra a solução abstrata é que as regras RL e RP se aplicam* OPCIONALMENTE *diante de* /i, e, u, o/, *mas obrigatoriamente diante de* /ɔ, ɛ/. *Dado que uma consoante será, e isto é um universal fonético, sempre anteriorizada em algum grau diante de* [i, e] *e arredondada em algum grau diante de* [u, o], *eu escolhi* [Hyman 1970a: 60. JBN & SP] *falar em* GRAUS *de palatalização e labialização ao invés de em opcionalidade dos processos de assimilação. Meu argumento foi que a palatalização e a labialização estão sempre presentes (exceto diante de* /a/*), mas que o* glide (offglide) *é mais perceptível antes das instâncias de* [a] *derivadas de* /ɛ/ *e* /ɔ/. ***Agora eu acredito que isto tenha sido um erro resultante de uma concepção teórica inadequada dos processos naturais de assimilação"*** (Hyman 1973: 451) (o grifo é nosso. JBN & SP).

Hyman invoca em seguida as noções de fonologização e defonologização de processos fonéticos universais. Processos assimilatórios naturais podem ser fonologizados em algumas línguas e não em outras, e processos fonologizados em determinada língua podem defonologizar-se ao longo do tempo. Sua nova hipótese é que o Nupe está perdendo a labialização e a palatalização enquanto processos fonológicos relevantes.

> *No entanto, desde que eu possa demonstrar que a regra de assimilação já* ***foi*** *obrigatória e que as seqüências* [Cʸa] *e* [Cʷa] *eram encontradas neste mesmo estágio, o argumento de Harms não afasta em princípio a neutralização absoluta. Talvez possamos supor que, à medida em que a língua defonologizar palatalização e labialização, as representações lexicais* /Cɛ/ *e* /Cɔ/ *se tornarão menos aceitáveis"* (Hyman 1973: 451).

Scanned with CamScanner

A primeira coisa que se pode afirmar é que Hyman aceita a refutação, o que revela o maior peso dos argumentos de base empírica em relação aos argumentos teóricos. No entanto, isto não é suficiente para fazê-lo recusar, em conseqüência, o direito de se postular uma regra como NA. Embora Harms procurasse refutar exatamente esse direito, Hyman faz com que aquele argumento recaia sobre uma teoria auxiliar, a que diz respeito aos processos de assimilação (a universais fonéticos). No lugar desta, que aceita como refutada, propõe outra, relativa aos processos de fono e defonologização, que é bem mais complexa, inclusive por exigir a consideração de elementos de diacronia em sua avaliação.

Eis um excelente exemplo do que Lakatos chama de uso de hipóteses auxiliares como cinturão protetor e de como o cientista manobra os argumentos, direcionando-os a esse cinturão, para impedir que o núcleo seja atingido.

Após redirigir a contra-argumentação de Harms, Hyman reforça ainda mais sua própria posição reformulando sua regra de neutralização absoluta da seguinte maneira:

27) $\begin{bmatrix} \varepsilon \\ ɔ \end{bmatrix} \rightarrow a \Big/ \begin{bmatrix} C^{y} \\ C^{w} \end{bmatrix} ____$

Com a finalidade de dar um contexto motivado para a fusão das vogais (do ponto de vista técnico, a neutralização absoluta desaparece), e incorporando o princípio da ordenação intrínseca de regras (ver Koutsoudas, Sanders e Noll [1971] – KSN).

A exigência de contexto e de ordenação intrínseca para as regras significou uma mudança progressiva em relação ao modelo original de Chomsky e Halle (1968), na medida em que implicou numa restrição sobre o número de gramáticas possíveis. A ordenação extrínseca de regras, como a que Hyman (1970a) utilizava, permite a multiplicação de soluções *ad hoc* para fenômenos fonológicos. A nosso ver, essa prática estava levando o "programa" da fonologia gerativa para um processo de degeneração. A proposta de se permitir somente a ordenação intrínseca de regras (que, seguindo Lakatos, podemos dizer

tratar-se de uma mudança criativa na heurística positiva) recoloca o programa em nova fase progressiva, sem que isso signifique a aceitação das teses da fonologia natural, que continuou sendo uma teoria concorrente. Observe-se que a proposta de ordenação intrínseca de KSN é de 1971, um ano apenas depois da publicação do "How Concrete is Phonology?" de Hyman. Em 1973 já vemos Hyman trabalhando com esta nova heurística, sem no entanto alterar substancialmente sua análise do Nupe.

6.5. Empréstimo

O ponto deste debate que nos parece ilustrar melhor a teoria de Lakatos é a controvérsia sobre o argumento do empréstimo.

Como vimos acima, Hyman (1970a) baseia a realidade psicológica de /ɛ/ e /ɔ/ na produtividade de NA (p. 76), e o argumento mais forte para essa produtividade baseia-se em dados do empréstimo.

Em relação a este argumento de Hyman, Harms apresenta dois problemas:

1. Sabe-se pouco sobre o processo de nativização, além do fato de que as palavras emprestadas devem adaptar-se a restrições fonéticas superficiais da língua que recebe o empréstimo. O que Harms quer dizer é que a teoria auxiliar assumida por Hyman é pouco corroborada, e, mais que isso, vaga. Assumi-la significa adotar um argumento fraco.
2. A teoria da nativização que Hyman assume não explica a nativização de empréstimos em outras línguas (cita dados do finlandês e do nootka). O que Harms faz aqui é mostrar a não-generalidade da assunção de Hyman, do que se pode concluir que esta não necessariamente explica os empréstimos do Nupe. Isto é, do fato de que em iorubá [Cɛ] e [Cɔ] resultam em Nupe [Cʸa] e [Cʷa] não se segue necessariamente que Nupe [Cʸa] e [Cʷa] sejam Nupe /Cɛ/ e /Cɔ/ (ver acima nossos comentários ao argumento (24) de Hyman). Contrariamente ao que fez em relação aos outros argumentos de Hyman, Harms não apresenta uma reanálise para os emprétimos em Nupe.

Hyman aceita que o princípio que adota não explica dados do finlandês e do nootka, mas ao invés de pôr em questão seu princípio, cita mais evidências em favor dele:

Scanned with CamScanner

a) o princípio funciona para explicar a nativização em inglês de empréstimos do francês e do espanhol (Hyman 1973: 447-8);
b) o princípio funciona porque mostra que certas representações postuladas são imotivadas (p. ex., /nixt/ para [nayt] "night" (cf. Chomsky e Halle 1968): palavras estrangeiras com /...ix.../ não resultam em [...ay...] em inglês). "*Mais do que proteger a afirmação do teste empírico, o critério do empréstimo serve como teste de regra com conseqüências empíricas*" (Hyman 1973: 448).

Sobre os argumentos de Harms, diz Hyman:

> *Harms parece preferir* NENHUMA *explicação à explicação que eu dou para os dados do Nupe. Meus princípios não dão conta da nativização do* [b] *estrangeiro em finlandês (...). Harms parece discordar, ou não gostar muito, da visão reiteradamente proposta por Chomsky segundo a qual os contra-exemplos são importantes apenas se levam à construção de uma teoria que incorpore tanto os dados explicados previamente como os contra-exemplos. Assim, até que Harms (ou outro qualquer) apareça com uma teoria compreensiva do empréstimo, que explique os dados do Nupe e do francês (finlandês), minha teoria, restrita como é, se mantém* (Hyman 1973: 448).

Esta passagem de Hyman facilita enormemente nosso trabalho. O final da citação bem poderia pertencer a Lakatos ou ao Popper de *Conjeturas e refutações.*

Observe-se como Hyman desconhece as anomalias, no sentido de que não as considera suficientes para abandonar seus princípios, e sua postura explícita de só substituir sua teoria por outra *melhor*, isto é, com mais conteúdo empírico.

> *O cientista faz uma relação das anomalias, mas enquanto seu programa de investigação mantém seu próprio empuxo, pode tranqüilamente deixá-las de lado* (Lakatos 1971a: 465).

Hyman está, de alguma maneira, solicitando a formulação de uma teoria concorrente, com conteúdo empírico maior, que transforme as anomalias em exemplos. Na ausência de tal teoria, não lhe resta outra possibilidade senão continuar operando com a sua (ver, no entanto, Crothers 1973, para sugestões de teorias alternativas).

> *Dentro de um programa de investigação, uma teoria só pode ser eliminada por uma teoria melhor,* i.e., *por uma teoria que tenha mais conteúdo empírico que suas predecessoras...* (Lakatos 1971a: 466).

Scanned with CamScanner

7. Conclusão

Uma avaliação das teorias em confronto neste segmento do debate sobre o Nupe exigiria um trabalho de amplitude bem maior. Uma avaliação das teorias em confronto exigiria uma resposta clara à seguinte indagação: depois deste debate, continuar adotando uma teoria que permite abstração seria uma atitude racional? E seria racional adotar teorias mais concretas?

Parece que Hyman caminhou na direção de soluções não concretas, mas mais compatíveis com alguns princípios adotados pelas teorias mais concretas, embora não cedendo no essencial.

A explosão de fonologias naturais que se seguiu a este debate (Vennemann, Hooper, Stampe etc.) parece indicar duas coisas: que os argumentos em favor de maior concretude nas representações fonológicas foram considerados muito atraentes por numerosos lingüistas, talvez mais atraentes que os favoráveis à regularidade subjacente do léxico; que a enorme proliferação de teorias em confronto pode indicar que a fonologia natural rapidamente caminhou para um processo de degeneração. Esta hipótese demanda, porém, detalhada análise e cuidadosa avaliação.

Scanned with CamScanner

capítulo 7

Um novo modelo do velho molde[1]

(Estudo crítico das recentes propostas psicolingüísticas de C. E. OSGOOD)

I

Lectures on Language Performance[2] é anunciado como a antecipação de outra obra, mais compreensiva, a ser intitulada *Toward an Abstract Performance Grammar*, que ainda está em preparo[3]. O presente livro não traz — e o próprio autor é quem o afirma — algumas das peças necessárias para uma avaliação mais completa de seu programa de pesquisas. Em particular, deploramos a falta das seções anunciadas sobre "Relações desta gramática abstrata do desempenho com outros modelos lingüísticos e psicológicos" e sobre "Pragmática do uso da linguagem em contextos situacionais". A primeira seção seria essencial para avaliarmos a medida em que o modelo proposto compete com outras abordagens ou as complementa. Alguns dados para essa comparação, no entanto, nos são apresentados nos três primeiros capítulos do livro, onde se apresentam as bases metodológicas e 'ideológicas' do modelo. A falta da segunda seção, no entanto, é mais fortemente sentida, na

1 Escrito em colaboração com Marcelo DASCAL (UNICAMP e Universidade de Tel Aviv, Israel) e Edson FRANÇOZO (UNICAMP - Bolsa FAPESP 83/0257-4)

2 OSGOOD, C. E. *Lectures on Language Performance*. New York/Heidelberg/Berlin: Springer Verlag, 1980.

3 Até onde sei, nunca foi publicada.

Scanned with CamScanner

medida em que nenhuma sugestão é dada no livro sobre como um 'componente pragmático' poderia se encaixar no modelo proposto. De fato, muitos poderiam pensar que uma 'gramática do desempenho', se bem-sucedida, poderia dispensar um componente independente que tratasse do *uso* da linguagem. Nós não aceitamos essa visão (cf. Dascal 1983), nem o faz Osgood, aparentemente. Mas gostaríamos de ver como ele distingue entre os modos pelos quais o uso da linguagem é diferentemente tratado por uma 'gramática do desempenho' e por um 'componente pragmático'. A despeito destas deficiências, a teoria que nos é apresentada é suficientemente substanciosa para merecer tanto uma atenção cuidadosa quanto elogios.

Vamos começar com os elogios. Um dos méritos do programa de pesquisa de Osgood é seu empenho em providenciar uma teoria psicolingüística compreensiva, abrangendo não só a aquisição da linguagem, mas também todos os aspectos do desempenho lingüístico do adulto. Além disso, tal teoria não é vista como um mero apêndice a uma teoria lingüística, qualquer que seja ela. Sua teoria não procura verificar a chamada 'realidade psicolingüística' de regras, componentes e outros construtos dos lingüistas. Em vez disso, assume o domínio do 'desempenho' (que foi negligenciado tanto por Saussure quanto por Chomsky, com a alegação de que se ocupava com fenômenos 'meramente individuais' e, em conseqüência, 'misteriosos' e não-predizíveis) como seu objeto próprio. Esta postura teórica dá a Osgood um certo grau de liberdade *vis-à-vis* os resultados da lingüística. Para sermos exatos, tais resultados são levados em consideração, mas eles não mais ditam a forma e o conteúdo da teoria do desempenho. Esta é entendida como mais diretamente ligada a uma teoria geral do comportamento do que a uma abordagem abstrata de estruturas lingüísticas. Esta mudança de ponto de vista abre o caminho para um modo de construção de teorias que, embora ainda *per force* interdisciplinar, é guiado por um princípio verdadeiramente unificador e integrador.

Vale a pena observar que Osgood não está só na promoção de tal mudança. Com bases inteiramente diversas e empregando um quadro teórico completamente diferente, o trabalho de McNeill (1979) é similar ao de Osgood em muitos aspectos. Ambos tomaram parte na evolução da psicolingüística, praticamente desde seu início. Osgood, como um dos 'patriarcas' da discipli-

Scanned with CamScanner

na, que persistiu em seu behaviorismo, a despeito da impetuosa onda chomskiana do fim dos anos 1960. McNeill foi como um dos primeiros a tentar aplicar e testar sistematicamente as idéias da gramática gerativa transformacional em conexão com a aquisição da linguagem. Ambos, depois dessa investida inicial, estiveram, até certo ponto, 'fora do ar' por cerca de dez anos, aparentemente incubando seus 'segundos pensamentos' e tentando integrá-los numa teoria nova, compreensiva. O resultado são teorias que se interessam basicamente por uma explicação global do 'desempenho', com a caracterização dos mecanismos elementares de constituição de 'sentidos' e com estruturas 'abstratas' ou 'conceptuais' subjazendo aos atos concretos de uso da linguagem. Em certo sentido, os esforços de McNeill e Osgood são respostas ao que parece ser o principal desafio enfrentado agora pelos psicolingüistas: tornar sua disciplina teoricamente madura, dispondo de modelos compreensivos, detalhados e relativamente formalizados dos fenômenos que se propõe a explicar.

Os dois modelos mencionados, para sermos exatos, diferem em praticamente cada detalhe. Em particular, podem-se notar as diferentes orientações subjazendo ao uso das palavras "abstrato" e "conceptual" pelos dois autores. Para Osgood, que vem de uma formação behaviorista, a postulação de uma estrutura componencial para respostas e estímulos 'cobertos' (s_m e r_m) e de uma 'estrutura profunda' tripartite para sentenças simples (cf. abaixo, seção II) é uma concessão enorme, já que equivale à admissão da existência de entidades complexas 'abstratas', não-observáveis, em nossas cabeças. McNeill, que vem de uma formação racionalista chomskiana, segue exatamente o caminho inverso. Sua descoberta do papel das 'idéias sensório-motoras' e da 'extensão semiótica' na constituição da linguagem equivale à descoberta de que o 'abstrato' não pode subsistir sem o concreto. Talvez Piaget seja o máximo de 'concretude' que um (ex?)chomskiano possa vir a admitir. O plano 'concreto-conceptual' de McNeill e o mecanismo cognitivo 'abstrato' de Osgood estão, em conseqüência, ainda muito afastados um do outro. Não obstante, as alterações conceptuais opostas de ambos os autores sugerem ao menos um encaminhamento para futuras convergências. Nosso propósito central aqui, no entanto, não é comparar o modelo de Osgood com outras teorias, mas discutir alguns de seus aspectos. Assim, nos voltaremos agora para essa tarefa.

Scanned with CamScanner

II

A APG ("Abstract Performance Grammar") de Osgood apresenta-se no quadro da versão do behaviorismo, elaborada pelo próprio autor, denominada "Three-Stage Neobehaviorism" (p. 27). Enquanto o 'behaviorismo primitivo' é um sistema de um único estágio que explica o comportamento em termos de associações entre estímulos (S) e respostas (R), admitindo como 'interno' apenas as projeções dos estímulos ('ícones') e respostas ('motons') realizadas pelo mecanismo sensorial, e o 'behaviorismo clássico' é um sistema de dois estágios que admite também um nível interno de estímulos (s_m) e respostas (r_m) 'cobertas', o 'neobehaviorismo' postula um terceiro nível interno, o da integração de 'ícones' em 'perceptos' e de 'motons' em 'programas'. Além disso, a teoria revista acentua o caráter componencial dos elementos mediadores, decompondo-os em componentes de 'sentido' m_1, m_2, m_3, ..., m_n. O resultado é o "Little Black Egg of Behavior" (p. 25), envolvendo três níveis, assim descritos:

> *Structurally, the Projection Level reflects the* isomorphic *relations between peripheral receptors and effectors and their correlates in the sensory and motor projection areas of the brain* — icons *in encoding (comprehending) and* motons *in decoding (expressing); functionally, these relations are* unmodificable by experience, *"wired in". Structurally, the Integration Level represents the more central organization of icons into* percepts *(in comprehending) and motons into* programs *(in expressing), and organization at this level is* not *assumed to be isomorphic; functionally, both motor and sensory integrations are assumed to be* modifiable by experience (p. 74). *Structurally, meaningful mediation processes at the Representational Level are related to antecedent percepts as their* significances *(in comprehending) and to subsequent programs for behaving as the* intentions *behind them; functionally, these relations are established in experience* (p. 75).

Deixando de lado a natureza das interações entre estes três níveis, vamo-nos ater à estrutura do nível representacional, em conexão com o qual "the more recent, and finer, structural notions of APG" (p. 84) foram desenvolvidas. Quatro 'mecanismos' (ainda não especificados em termos de detalhes neurais) são requeridos para se dar conta do processamento de informações neste nível. O Léxico (LEX) transforma "perceptos codificados analogicamente" em sentidos "codificados digitalmente", no processo de compreensão, e trans-

Scanned with CamScanner

forma os últimos em "programas comportamentais analogicamente codificados" no processo de expressão. Ele é, então, um mecanismo de 'codificação' e 'decodificação' de natureza semântica, já que relaciona entidades 'com sentido' (codificadas digitalmente) com entidades 'sem sentido' (codificadas analogicamente).

O Operador (OPR)

> *is a tripartite mechanism that gives structure to functionally related sets of semantic outputs from the* LEXICON *or from the* MEMORY *and within which the dynamic interactions among such sets occur* (p. 87).

O OPR é o mecanismo onde o processo de cognição ('cognizings') ocorre, no sistema de Osgood. Se o *input* vem do LEX, nós temos 'novos processos de cognição'; se ele vem da Memória (MEM), 'processos de recognição'. O OPR realiza seu papel cognitivo provendo meios de representação e análise não de objetos, mas de eventos ou estados. Os feixes de traços fornecidos, digamos, pelo LEX são então organizados pelo OPR em 'constituintes'. Assim, enquanto "o LÉXICO é um mecanismo de codificação e decodificação semântica palavra-por-palavra, o OPERADOR é um mecanismo processador *constituinte-por-constituinte*" (p. 86). Seu *output* consiste em 'cognições' (*cognitions*) simples ou complexas. As últimas, que envolvem "*multiple but related perceived actions or states ... are analyzable into concatenations ... of simple cognitions*" (p. 89). Estas, por sua vez, têm uma forma tripartite.

> *The three components being the complete semantic representations of a pair of entities* (later, subject and object NPs), M_1 *and* M_2, *and the signed and directed action or stative relation* (later, VPs), —(M)→, *between them* (p. 87).

No caso de sentenças, é evidente que o papel do OPR é fornecer 'estruturas profundas'. Se uma sentença é complexa. ele a decompõe em cláusulas, fornece uma estrutura profunda para cada uma delas, e as concatena 'ordenadamente'. Se uma sentença simples tem uma estrutura (superficial) que não corresponde à estrutura profunda 'standard', o OPR recupera a estrutura profunda correspondente. Para esse propósito, ele necessita da ajuda do "Buffer" (BUF), que é

> *a temporary information-holding mechanism, receiving from OPR constituent code-strips that are prior in ordering to that which is "natural" ... and transferring these*

Scanned with CamScanner

code-strips back to OPR as the displaced constituents are moved forward ... into "natural" order (p. 89).

Adiando temporariamente a discussão desta noção de 'naturalidade', bem como a afirmação de Osgood de que o mecanismo do OPR se aplica a todos os modos de percepção, vamo-nos ater à consideração de sua implicação gramatical. Como é apontado por Osgood, ela equivale à

postulation of tripartite structure for simple cognitions (in English sentencing, S → SNP + VP + ONP) *rather than the bipartite structure of Chomskyan TGG* (S → SNP + VP) (p. 87).

Em nossa opinião, esta 'postulação' coloca uma série de problemas. Primeiramente, ela está baseada, na medida em que a comparação com Chomsky é levada em consideração, numa confusão entre regras e estruturas geradas pelas regras. O fato de que a primeira regra do componente de base nas versões antigas ('standard') da gramática gerativa transformacional compreendesse, no lado direito da flecha, apenas dois componentes (NP, VP) não implica que a base é incapaz de gerar 'marcadores frasais de base', *i.e.*, 'estruturas profundas' com um número maior de componentes. Se nós seguirmos Chomsky (1965: 17-18) definindo uma sentença 'kernel' como aquela de um tipo particularmente simples cuja geração envolve o mínimo de aparato transformacional e que tem um único marcador frasal (em lugar de uma seqüência deles) como sua base, fica claro que, na gramática 'standard' de Chomsky, há vários tipos de sentença 'kernel', com dois, três ou mais componentes. A proposta de Osgood, de fato, equivale a afirmar que há apenas um tipo de sentença 'kernel', isto é, o tipo que exibe a estrutura tripartite SNP + VP + ONP. Todas as outras estruturas devem ser geradas pelo equivalente a um conjunto de regras transformacionais, *i.e.*, por um dispositivo que é muito mais poderoso que uma gramática de estrutura frasal. Além disso, a 'base' no modelo de Osgood não é apenas restringida no escopo (*i.e.*, no poder gerativo), mas também grandemente 'enrijecida', já que é agora concebida como parte do 'hardware' do falante-ouvinte, ou seja, como um molde rígido no qual todas as sentenças (e percepções) devem ser encaixadas. Tal 'enrijecimento' corresponde na verdade à fortíssima assunção de universalidade substantiva (ou até 'material') atribuída a certa estrutura, na base de evidên-

Scanned with CamScanner

cias — como as de Greenberg (1963) — que, no máximo, parecem garantir uma assunção de generalidade estatística.

Enquanto o LEX é uma 'memória de processo' e o OPR e o BUF são mecanismos de armazenagem de curto prazo, MEM é uma memória de longo prazo na qual as cognições ficam depositadas. Elas preservam, quando guardadas em MEM, suas estruturas em constituintes (como foram geradas pelo OPR) assim como suas análises em traços (dadas pelo LEX). Tais cognições são estruturadas adicionalmente, em MEM, de três modos: (1) em termos de tópico e comentário (para cada cognição simples); (2) em termos de relações de conteúdos entre os tópicos, como especificado por suas polaridades afetivas (da Positividade máxima → Negatividade máxima); e (3) em cada tópico, em termos da freqüência de uso de seus traços diferenciais. Os princípios (2) e (3) têm como função explicar a facilidade de recordação de itens semanticamente relacionados e itens muito freqüentes. Quanto ao princípio (1), ele se destina a dar conta do fato de que 'tópicos' são mais facilmente evocados do que 'comentários' e que a recordação dos primeiros é necessária para a recordação dos últimos.

Parece-nos que as noções de "tópico" e "comentário" usadas aqui por Osgood são bastante incomuns. Na compreensão, por exemplo, a posição de 'tópico' para uma dada cognição na MEM é sempre preenchida pelo NP sujeito (ou M_1) constituído pelo OPR. Mas o OPR, como vimos, produz apenas 'estruturas profundas'. Isto é, ele produz a mesma estrutura para a sentença ativa e a passiva correspondente (e.g. *Napoleon is admired by everyone* é representada, depois de processada pelo OPR, por *Everyone admires Napoleon* — cf. p. 213), para uma sentença topicalizada e a correspondente não-topicalizada (e.g., A *martini I will have* e *I will have a martini*) etc. Agora, é óbvio que a informação sobre o tópico — no sentido usual do termo — é característica da estrutura superficial, e que é, então, perdida na representação fornecida pelo OPR. Uma vez que apenas o OPR é ligado ao MEM (cf. diagrama na p. 85), o 'tópico' depositado em MEM não pode corresponder (exceto por acaso) ao tópico superficial. Osgood pode eventualmente superar essa dificuldade acrescentando ao modelo uma ligação entre o BUF e o MEM, e dotando o primeiro da habilidade de conservar 'vestígios' das transfor-

Scanned with CamScanner

mações que se realizam com sua ajuda. Mas, do jeito que o modelo se apresenta, a estruturação tópico/comentário em MEM não provê uma explicação para o bem conhecido fenômeno de tópico/comentário, e não fica claro quais seriam os fenômenos que esse mecanismo pretenderia abordar.

III

A descrição dos mecanismos básicos do nível representacional da APG dada acima apenas enfocou suas características 'estruturais'. Precisa ser suplementada pela descrição dos princípios 'funcionais' que explicam como tais mecanismos realizam as tarefas que lhes são atribuídas no sistema[4]. De acordo com a postura (neo-)behaviorista de Osgood, e com a idéia de que há uma continuidade perfeita entre o comportamento pré-lingüístico e o lingüístico, tais princípios devem ser (idealmente) derivados de princípios psicológicos gerais (particularmente aqueles da teoria da aprendizagem). Isto é o que de fato se dá, no que diz respeito ao LEX. Seus princípios funcionais são (cf. pp. 93-94)[5]:

1) um paradigma de aprendizagem de signos (*i.e.*, um princípio de associação);

---

4 A distinção que Osgood faz entre noções 'estruturais' e 'funcionais' nem sempre é clara como gostaríamos que fosse. Possivelmente, ela está relacionada à distinção entre propriedades estruturais e funcionais que qualquer sistema de signos deve ter se quer qualificar a linguagem humana (pp. 8-10). As propriedades estruturais incluem coisas como o uso do canal áudio-oral, recepção seletiva, evanescência do sinal no tempo, padrões sonoros etc. De acordo com Osgood, "all of these structural characteristics are direct, combined functions of the *physical nature of sound* and the *biological nature of the human organism*" (p. 9). As propriedades funcionais da linguagem humana, por outro lado, incluem a arbitrariedade das relações forma-significado, a natureza discreta das mudanças formais que assinalam diferenças de sentido, organização hierárquica e composicional e transmissão por aprendizado. Mas não há uma correspondência clara entre as noções 'estruturais' e 'funcionais' associadas com os mecanismos da APG e os dois tipos de propriedades atribuídas à linguagem humana. O uso que Osgood faz do primeiro par de noções é ilustrado pelo seguinte trecho: "*Structurally, meaningful mediation processes at the Representational Level are related to antecedents percepts as their* significances *(in comprehending) and to subsequent programs for behaving as the* intentions *behind them (in expressing); functionally, these relations are established in experience*" (p. 75). Parece que o mecanismo em questão, como um todo, se propõe a dar conta das propriedades 'funcionais' da linguagem.

5 Princípios similares, como vimos, são também operativos em MEM e em BUF.

Scanned with CamScanner

2) um paradigma de aprendizagem de traços ('features') (*i.e.*, um princípio de comparação e abstração);
3) os efeitos da freqüência e da recentidade na aprendizagem de signos (*i.e.*, um princípio de 'força' do hábito, facilitação e inibição).

Mas, como Osgood mesmo se dá conta, o sistema opera sobre princípios estritamente (neo-)behavioristas apenas até o LEX:

> *once the constituent code-strips of little r_m feature components are forwarded "upward" from LEX to the OPERATOR — and all sorts of complex interactions occur within and between OPERATOR, BUFFER and MEMORY — the r_m code-strips lead a pretty wild life* (p. 109).

De fato, a porção de comportamento *lingüístico* que um mecanismo como o LEX parece ser capaz de explicar não difere significativamente do que é explicado pela abordagem do comportamento verbal de Skinner[6]. De modo a ultrapassar as associações 'palavra-sentido' (que constituem a tarefa básica do LEX, cf. pp. 75 ss.), *i.e.*, de modo a explicar a produção e compreensão de *sentenças*, onde predomina a "wild life", princípios adicionais — e bastante diferentes — são requeridos. O princípio adicional mais importante, que repousa no coração da gramática de Osgood, é um 'princípio de naturalidade'. Este princípio merece, então, um minucioso exame.

Na sua formulação mais geral, o princípio de naturalidade afirma que:

> *The more sentences correspond in their surface form to the cognitive structures developed in prelinguistic perceptuo-motor experience, the earlier they will be understood and produced by children and the more easily they will be processed in both comprehending and expressing by adults* (p. 110).

Isto equivale a dizer que uma sentença será 'natural' se sua estrutura superficial corresponder à estrutura cognitiva adquirida nos estágios iniciais do desenvolvimento ontogenético. Isso pressupõe, obviamente, que os dois

---

6 A afirmação de que apenas até o LEX o sistema é estritamente behaviorista está baseada em três características: (a) ele se funda em princípios associativos; (b) há um procedimento de descoberta para 'traços semânticos', a partir da "semântica diferencial" de Osgood (cf. pp. 94-108); e (c) ele se 'ancora' diretamente na experiência. Como veremos na seção V abaixo, LEX tem também a habilidade implícita de determinar 'estruturas superficiais', um fato que coloca algumas dificuldades para a alegada fundamentação estritamente behaviorista.

Scanned with CamScanner

tipos de estrutura são comparáveis, uma comparabilidade que é garantida pela assunção de que o *input*, do 'tipo' sensorial que for, é 'codificado semanticamente' pelo mesmo mecanismo, ou seja, pelo LEX. Outra pressuposição do princípio de Osgood é que é possível determinar o que são essas estruturas cognitivas ontogeneticamente primitivas. Osgood admite que suas razões para tal conhecimento são bastante fracas, ou seja, postulações derivadas de seu quadro teórico geral e intuições sobre o que é natural no início da infância (cf. pp. 110-111). Estranhamente, a força da crença de Osgood em tais postulações contrasta vivamente com a admitida fraqueza de seu suporte empírico. Isto ficará patente conforme formos avançando. Outra pressuposição problemática é a assunção de que o que é ontogeneticamente anterior permanece cognitivamente básico para o adulto também — novamente, uma hipótese com pouco (se algum) suporte empírico.

Deixando de lado as muitas questões que essas pressuposições levantam, vamos examinar detalhadamente o funcionamento do princípio de naturalidade. No que diz respeito às sentenças ou cláusulas, as estruturas cognitivas relevantes são as da forma

$[M_1 —(M)→M_2]$

onde todos os Ms são representações de sentidos, M_1 e M_2 representando entidades e —(M)→ representando uma relação. A idéia é que as crianças desenvolvem muito cedo distinções binárias básicas perceptualmente baseadas em três dimensões: (a) 'substantividade' (distinguindo Entidades de Relações); (b) 'direcionalidade' (distinguindo o que é Saliente, *i.e.*, cognitivamente superior — Figuras e Fontes — do que é não-Saliente, *i.e.*, cognitivamente subseqüente — Fundos e Recipientes) e (c) 'estatividade' (distinguindo Relações Estativas Estáticas de Relações Ativas não-Estáticas). As cognições simples iniciais apropriam-se destas distinções e organizam o *input* perceptual na forma *tripartite* apresentada acima. Cada cognição básica é 'ordenada pela saliência', *i.e.*, M_1 representa uma figura ou uma fonte e M_2 um fundo ou um Recipiente; e estas cognições são de dois tipos básicos, conforme a relação seja Estativa ou Ativa (pp. 113-114, 249-250).

O princípio de naturalidade afirma que sentenças simples com uma estrutura superficial Sujeito-verbo-objeto correspondem a essas estruturas

Scanned with CamScanner

cognitivas primitivas, e são, em conseqüência, naturais. Além disso, uma vez que o modelo de desempenho proposto por Osgood encaminha todo o seu processamento através do OPR, cuja estrutura tripartite interna é idêntica à das cognições primitivas, qualquer sentença simples que não se encaixe diretamente nesse molde requer mais processamento que uma sentença que se encaixe. A sentença 'não-natural' deve sofrer 'transformações' para ser enfim representada semanticamente nos termos do molde tripartite. Isto quer dizer que o modelo prediz que as sentenças 'não-naturais' vão requerer mais tempo de processamento, um fato que pode ser tomado como um indicador de sua maior dificuldade de entendimento (e produção).

Um primeiro conjunto de problemas aflorados por esta proposta tem a ver com o sistema de distinções semânticas básicas. Este sistema está, na verdade, baseado numa série de diferentes critérios que, a despeito dos esforços de Osgood, nem sempre coincidem. O primeiro critério é a 'primitividade'. Ele opõe o que é 'diretamente percebido' ao que é 'inferido' (pela criança). Assim, as 'relações' são ditas "not directly perceptible but rather inferred from changes-in-states of ... Entities" (p.112). Outro critério é que a criança aprende muito cedo a estabelecer *distinções* polares em dimensões como a substantividade, estatividade etc. Ora, a aprendizagem de uma distinção requer o estabelecimento *simultâneo* de seus *dois* pólos, não podendo, então, um deles existir (ou ser percebido) antes que o outro. Se relações e entidades não são mais do que os dois pólos da substantividade, não faz sentido dizer que um deles é 'diretamente percebido' enquanto o outro é 'inferido'. Presumivelmente, é o conflito entre as exigências desses dois critérios que leva Osgood a dizer coisas como:

> *while Entities (Ss and Os) are directly perceptible, the stative or action Relations (Vs) must be inferred from the stable (stative) or unstable (action) relations among entities* (p. 115).

Qualquer que seja a distinção sutil pretendida com o uso de maiúsculas em uma das ocorrências de 'Relação' e 'Entidade', mas não na outra, tal afirmação é, para dizer o mínimo, enigmática, pois parece basear as distinções cognitivas 'básicas' em distinções mais básicas ainda, do mesmo tipo. O problema é agravado pela apresentação por Osgod do sistema como hierarqui-

Scanned with CamScanner

camente ordenado (cf. o diagrama em árvore da p. 113). De acordo com suas definições, é apenas na dimensão da direcionalidade que o par de conceitos 'cognitivamente anterior' vs. 'cognitivamente subseqüente' se torna disponível, e é apenas na dimensão da Estatividade que o conceito de 'estado' é caracterizado. Não obstante, ambos os conjuntos de conceitos são usados — como vimos acima — para dar conta de uma distinção hierarquicamente superior entre entidades e relações. Osgood, na verdade, oscila entre a afirmação de que as distinções são adquiridas "more or less simultaneously" (p. 111) e a afirmação de que são o resultado de uma "progressive differentiation" (p. 112). Mas isso certamente não é uma solução para o problema de assumir-se que uma hierarquia formalmente circular é uma estrutura cognitiva psicologicamente real (e básica).

As dificuldades são ainda mais agravadas pelo uso ambivalente que Osgood faz dos símbolos '+' e '-'. Em alguns casos, eles apenas indicam a presença ou ausência de um traço (p. ex., substantividade), enquanto em outros casos eles (também) indicam uma certa ordem que se dá entre os dois pólos. Assim, figuras e fontes (+direcional) são 'anteriores' aos fundos e recipientes (-Direcional). Mas, uma das tarefas para as quais o sistema como um todo é construído é a explicação da *ordem* dos componentes na estrutura de superfície, de acordo com o princípio de naturalidade. Assumindo que as 'Entidades' são representadas lingüisticamente por nomes ou frases nominais, a ordem *superficial* 'natural' S-O (Sujeito-Objeto) pode, então, ser explicada pela ordem cognitiva 'natural' (Figura-Fundo ou Fonte-Recipiente). Isto na verdade corresponde ao *único* universal real de ordem encontrado por Greenberg em seus estudos inter-lingüísticos (Greenberg 1963: 77). E argumentos podem ser elaborados para suportar tal conclusão, uma vez que a 'direcionalidade' parece ser uma noção que intrinsecamente pressupõe 'ordem'. Osgood, no entanto, quer ir um passo além. Ele quer postular a 'naturalidade' da ordem superficial S-V-O. Para dar conta disso usando um raciocínio semelhante, ele precisa assumir que a ordem S-V também se baseia numa ordem cognitiva 'natural'. Assumindo que os Vs são realizações lingüísticas de 'Relações', a dimensão cognitiva relevante passa a ser a Substantividade, que distingue Entidades e Relações. Isto requer que o '+' e o '-' nesta dimensão sejam também interpretados como um par *ordenado*, que atribui uma certa 'priori-

dade' às Entidades sobre as Relações, o que corresponde à alegada naturalidade da ordem superficial dos componentes S-antes-de-V. A artificialidade óbvia deste procedimento fica patente na necessidade de descartar aqueles 10% das línguas do mundo que não respeitam esta ordem (as línguas V-S-O), ou na afirmação de que os falantes dessas línguas 'optaram' por um Princípio de Naturalidade diferente, "which highlights the nonperceptible Relations over the perceptible Entities — which may explain their rarity" (p. 115).

Neste ponto, contrariando sua postura básica, Osgood parece esposar alguma versão de relativismo lingüístico. Ele parece admitir que as cognições *pré*-lingüísticas das crianças numa comunidade de falantes de uma língua VSO são, desde o início, moldadas pela língua que elas ainda vão aprender. Este é um tipo de relativismo muito mais forte do que o sugerido por Whorf, que só se refere às cognições dos adultos[7]. Além disso, tal relativismo se choca com a tese fortemente defendida por Osgood da prioridade do 'pré-lingüístico' sobre o 'lingüístico' — uma tese que é vista como um artigo de fé (cf. p. 19) —, bem como com a idéia que perpassa toda a sua teorização neste livro, isto é, a visão de que há certos *mecanismos* básicos, parte do 'hardware' humano, que são responsáveis pelos processos cognitivos lingüísticos e não-lingüísticos. Um dos tais mecanismos é o OPR, com sua estrutura tripartite fixa S-V-O. Podemos afirmar que outros povos (povos 'primitivos'?) têm *outro* OPR e são, em conseqüência, constitutivamente diferentes de nós, ou talvez possamos dizer que eles têm o mesmo OPR que nós e que a maior parte de suas sentenças são 'não-naturais' (não apenas para nós, mas também *para eles*)?

7 Em um de seus últimos trabalhos, "Languages and Logic", Whorf moderou ainda mais o seu relativismo. Em sua tentativa de preservar a ciência das conseqüências do relativismo lingüístico, ele foi levado a admitir um nível de processamento cognitivo que é 'pré-lingüístico' e portanto não afetado pelas diferenças observadas entre as línguas do mundo: "*language, for all its kingly role, is in some sense a superficial embroidery upon deeper processes of consciousness, which are necessary before any communication, signalling, or symbolism whatsoever can occur*" (Whorf 1956: 239). Tais traços 'universais' da cognição humana podem ser descobertos, de acordo com Whorf, não pela ênfase na similaridade entre as línguas (o que ele chama de lingüística 'comparativa'), mas através de uma investigação que se ocupe das diferenças (lingüística 'contrastiva'), podendo assim ser capaz de ir além delas. Osgood, ao contrário, enfatiza a lingüística 'comparativa', ignora os contrastes entre as línguas, e em conseqüência, postula a universalidade de estruturas que estão muito próximas de um modelo lingüístico particular, ao invés de se colocar numa posição da qual abrangesse todas as línguas. Eis por que, possivelmente, Osgood permanece vinculado a uma lógica específica de 'entidades' e 'relações' (cf. Whorf 1956: 241).

Scanned with CamScanner

A suposição de que somos dotados de um OPR que prefere processar cognições tripartites simples deve ser justificada também em face de outras dificuldades óbvias. Uma delas — percebida por Osgood — é o fato de que há muitas sentenças simples, gramaticais e aceitáveis, com menos ou mais de três componentes. No que diz respeito a sentenças com *menos* de três constituintes, Osgood afirma que elas são o resultado de apagamento de elementos redundantes, os quais, mesmo ausentes da estrutura superficial da sentença, são representados na estrutura cognitiva subjacente. Um desses casos seria o imperativo (para "*Eat!, You eat your cereal*" - p. 115). Mas estruturas genuinamente de dois constituintes, tal como as sentenças intransitivas (por ex., *Paula died* - p. 115), não podem ser ditas resultado de apagamentos. Para elas, Osgood tem outra solução: "to substitute a convenient Ø for the M_2 (*i.e.* a semantically 'empty' component)" (p. 115). Nós não podemos nem imaginar qual a natureza desses "dummies", já que eles não são apenas sintaticamente vazios (como são os "dummies" usualmente encontrados na teoria lingüística), mas são também semanticamente vazios. Sua única função é preservar a estrutura tripartite postulada. A situação é ainda mais grave com as sentenças impessoais genuínas (por ex. "It rains" e *Chove*). É de se presumir que a estrutura cognitiva que subjaz a estas sentenças contêm Øs nos lugares de M_1 e M_2[8]. Se for assim, o primeiro Ø deverá diferir funcionalmente do segundo, já que, como vimos, os M_1 tornam-se 'tópicos' em MEM e é apenas através deles que os 'comentários' podem ser recuperados. Mas, como pode uma Entidade totalmente vazia providenciar indícios para a recuperação, uma vez que nada pode ser associado a ela?

Há também problemas relacionados às sentenças com *mais* de três constituintes, como as sentenças bitransitivas do tipo de "*The big brother gives the ball to the little sister*". O modo que Osgood encontra de reduzir tais sentenças ao molde tripartite é afirmar que

> *the ball-object (the so-called DO) is perceptually 'embedded' in the transfer relation between human source and human recipient — therefore (...) the recipient (the so-called IO) is the real direct object (the M_2) in bitransitive sentences, contrary to the claims of traditional grammarians* (p. 117).

De um ponto de vista estritamente lógico, o que Osgood está sugerindo é que todo predicado triádico pode ser reduzido a um predicado binário. Embora tecnicamente factível, tal procedimento não vai apenas complicar excessivamente a estrutura lógica subjacente da teoria. Ela vai ser também lingüisticamente inadequada, uma vez que não irá apreender generalizações (semânticas) significantes. Por exemplo, ao invés de uma regra geral da forma

(x) (y) (z) (**x dá y a z → z recebe y de x**)

captando a relação semântica entre os predicados triádicos 'dar' e 'receber', a teoria deverá apresentar um conjunto de regras mais específicas da forma

(x) (z) (**x dá-uma-bola a z → z recebe-uma-bola de x**)
(x) (z) (**x dá-um-livro a z → z recebe-um-livro de x**)
etc.

Em alguns casos, há evidências justificando a redução em apreço. A existência de pares em inglês como "*x made a promise to y, x promised y*"; "*x made an offer to y, x offered y*" e "*x made a sale to y, x sold y*" é um caso a ser considerado. Os argumentos de Osgood repousam sobre tal evidência: "if such substitutions exist, 'absorption' of the third entity into the relation component is supported" (p. 117). Em outras palavras, a existência dos verbos 'compactos' supostamente suporta a hipótese de que "*a promise*", "*an offer*" e "*a sale*" não são os objetos diretos reais de "*made*". Tais Entidades aparentes vão pertencer de fato à relação e o objeto direto real será o Recipiente (y).

Parece, no entanto, que mesmo nestes casos aparentemente favoráveis, a redução não é garantida, como passaremos a ver. Quando verbos 'compactos' não existem ("*John gave a bone to his dog* → **John boned his dog*"), Osgood simplesmente afirma que a língua tem "lexical gaps" (p. 118). De modo a garantir a validade de sua afirmação também para esses casos, ele apresenta

8 A sentença em inglês seria, nesta abordagem, menos natural do que a portuguesa, já que aquela, mas não esta, contém um elemento superficial ("it") que não corresponde a nenhum elemento profundo. A situação seria simétrica à observada em casos de apagamento de pronome relativo em inglês (e.g., "*The man that I love plays football*" vs. "*The man I love plays football*"). A primeira sentença é mais fácil de entender do que a última, porque a estrutura superficial preserva o vestígio de um componente da estrutura profunda, que não deixa vestígio no outro caso (Fodor e Garret 1967). Desafortunadamente, é difícil testar a predição do modelo em relação a *It rains* vs. *Chove* porque nenhuma das línguas tem a forma opcional alternativa (i.e., **Rains* e **Ele chove*).

Scanned with CamScanner

evidência experimental que convincentemente mostra que em SVOD e em SVDO, o O (da análise sintática tradicional) é "more tightly bound to the V than to the D(ative)" (p. 120). Não obstante, esta evidência meramente mostra que há uma ligação mais íntima entre V e O do que entre D e V. Ela não garante a *redução* dos argumentos do predicado (V) de três para dois. Além disso, num exame mais minucioso, pode-se dizer que nas construções perifrásticas "*made a promise*", "*made a sale*" etc., o O ("*a promise*", "*a sale*" etc.) mantém uma vida sintática e semanticamente independente. Assim, podem ser modificados por adjetivos e frases adjetivas de qualquer tipo, como em "*made an extraordinary promise*", "*made a strong demand*", "*made the sale of the century*", "*made an unheard of offer*" etc. As modificações adverbiais dos 'verbos compactos' correspondentes (por ex., "*promised extraordinarily*", "*demanded strongly*"), quando existentes, apresentam uma ambigüidade que não está presente na construção perifrástica. Assim, em "*made an extraordinary promise*" é o conteúdo da promessa que é extraordinário, enquanto em "*promised extraordinarily*" é ou o conteúdo ou o ato de prometer que é extraordinário (embora a última seja a interpretação mais usual). Mas para a maioria dos casos não há a construção adverbial correspondente ("**offered unheard-of-ly*", "**sold of-the-centurily*" etc.) — uma objeção à qual Osgood provavelmente replicaria dizendo que são também "lexical gaps"...

Note-se que as formas não-compactas ("*John made a promise to Mary*") parecem ser diretamente interpretáveis como uma quantificação existencial sobre o 'objeto' da promessa, ou seja,

(∃x) (John promised x to Mary).

O que quer dizer que elas são equivalentes não a "*John promised Mary*" (como sugere a fórmula de Osgood), mas a "*John promised Mary something*". Em ambos os casos, no entanto, fica claro que as sentenças têm *três* argumentos ligados à 'relação' e não *dois*, de modo que a existência de formas compactas não é argumento para a redução do número de constituintes. A inadequação do argumento de Osgood é novamente revelada quando usado em outras sentenças que não as bitransitivas. Ele será forçado a admitir que a sentença "*x made a translation*" tem apenas dois constituintes e não três (a expressão "*a translation*" pode ser 'compactada' na Relação —(M)→) na

medida em que é possível ter "*x translated*". Deste modo, podemos acabar com 'componentes vazios' mesmo em sentenças onde os três componentes podem ser facilmente discernidos na estrutura superficial[9].

Até aqui vimos considerando a 'naturalidade' apenas em sentenças simples. Mas Osgood estende essa noção também à ordem das cláusulas em sentenças complexas. Neste caso, o Princípio de Naturalidade afirma que

> *the natural order of processing by the OPERATOR is that which corresponds to the order in which the states and/or events referred to in yhe clauses are typically cognized in prelinguistic experience* (p. 127).

As intuições que Osgood tem sobre as experiências pré-lingüísticas 'típicas' neste caso são baseadas na "orderly nature of the physical world", que garante a assunção de que nós "almost always" (*sic*!) percebemos os eventos na sua 'ordem natural', *i.e.*, o evento antecedente antes do conseqüente (mamãe se despe e então mamãe se deita), a causa antes do efeito (papai derruba o copo e então o copo de despedaça) etc. (p. 127). Se a ordem das cláusulas de uma sentença complexa é 'natural', neste sentido visto acima, cada cláusula será processada na sua vez e armazenada nas posições para 'COG_1' e 'COG_2' no OPR, com um tempo de processamento mínimo. Se a ordem é 'não-natural' (por ex., *Antes de mamãe chegar, papai estava dormindo*), a primeira cláusula deve ser estocada temporariamente no BUF até que a segunda seja processada, e só então todo o complexo pode ser armazenado no OPR na ordem própria e transferido para o MEM. Como conseqüência, "unnatural clause ordering in complexes will produce increased processing time" (p. 128).

Consideremos uma sentença complexa envolvendo duas clásusulas e um relator ("conjoiner"). Ela será natural se as duas cláusulas estiverem ordenadas segundo a ordem em que os fatos por elas referidos são 'tipicamente' percebidos na experiência pré-lingüística (uma ordem que se reflete na seqüência COG_1-COG_2), e se o relator ocupar a 'posição relacional típica', *i.e.*, se estiver localizado *entre* as duas cláusulas. Isto é o que acontece na sentença (1) abaixo.

9 Aqui também, de modo a obter suporte empírico para tal predição, dever-se-ia ver se a compreensão de "*x made a translation*" requer mais tempo de reação (RT) do que "*x translated*". Ao contrário do caso similar de "*It rains*", o experimento relevante pode ser facilmente montado, já que as duas formas estão disponíveis numa mesma língua. Mas, até onde sabemos, ninguém realizou ainda tal experimento.

Scanned with CamScanner

(1) "Mary got undressed before she went to bed".

Se alguma dessas condições não for satisfeita, a sentença apresentará um certo grau de 'não-naturalidade', como em (2) e (3).

(2) "After Mary got undressed, she went to bed".
(3) "Mary went to bed after she got undressed".

A 'não-naturalidade' máxima para esse tipo de sentença ocorre quando ambas as condições são violadas, como em

(4) "Before Mary went to bed, she got undressed".

Assumindo, como Osgood, que a ordem das COGs tem mais peso na determinação da naturalidade que a posição do relator, as sentenças acima apresentam uma diminuição de naturalidade na ordem (1)-(2)-(3)-(4). A explicação de Osgood para esses fatos pode ser resumida na tabela 1.

TABELA 1

Naturalidade de COGs Coordenadas: a hipótese da 'posição do relator'

	ordem natural das COGs	posição natural do relator	graus de não-naturalidade	exemplos: nº das sentenças
COG_1 R_1[10] COG_2	+	+	0	(1)
R_2 COG_1 COG_2	+	-	1	(2)
COG_2 R_2 COG_1	-	+	2	(3)
R_1 COG_2 COG_1	-	-	3	(4)

O Princípio de Naturalidade prediz que o aumento da 'não-naturalidade' corresponde ao aumento do Tempo de Reação (RT), e esta predição é parcialmente suportada por resultados experimentais[11].

Assumindo que as predições são todas confirmadas pelos dados, a questão é se a explicação de Osgood para esses dados é a mais simples possível,

10 *R* significa *Relator*. Nos exemplos (1)-(4), R_1 é "*before*" e R_2 é "*after*".
11 O suporte é apenas parcial porque, como Osgood aponta, os dados experimentais unem os resultados em 0-1 e 2-3, não permitindo, então, fazer distinções dentro destes grupos (cf. Clark & Clark 1968).

dadas as suas assunções básicas. Este não parece ser o caso. Consideremos uma explicação alternativa. Há boas razões lingüísticas para assumir que ao menos os relatores adverbiais como "*before*" e "*after*" não são elementos relacionais neutros, colocados *entre* cláusulas ou COGs. Mais que isso, eles parecem pertencer a uma delas. Nas sentenças (1)-(4) pode-se observar que "*before*" sempre precede imediatamente a COG_2, enquanto "*after*" sempre precede imediatamente a COG_1. Assim, é razoável assumir que qualquer das COGs, quando movida, leva consigo o advérbio. Além disso, a presença do advérbio não estabelece apenas uma relação temporal entre os eventos, mas também coloca uma distinção, digamos, de "background" e "foreground". Assim, a cláusula contendo o advérbio expressa o "background" sobre o qual a outra clásusula deve ser entendida. Em (1), por exemplo, "*Mary got undressed*" é apresentada como se referindo a um fato que deve ser entendido em relação a outro fato, a saber, o fato referido por "*Mary went to bed*". A teoria de Osgood já contém um princípio de 'naturalidade' para a relação entre 'background' e 'foreground' — o Princípio de Direcionalidade — segundo o qual a ordem "foreground-background" (ou Figura-Fundo) é a 'natural'. À luz deste princípio e da análise proposta, as mesmas predições sobre o grau de naturalidade podem ser explicadas como na tabela 2.

TABELA 2

Naturalidade de COGs Coordenadas: a hipótese de 'Figura e Fundo'

	ordem natural das COGs	posição natural *Figura-Fundo*	graus de não-naturalidade	exemplos: nº das sentenças
COG_1 (*before* COG_2)	+	+	0	(1)
(*after* COG_1) COG_2	+	-	1	(2)
COG_2 (*after* COG_1)	-	+	2	(3)
(*before* COG_2) COG_1	-	-	3	(4)

Tal explicação, além de sua adequação a fatos sintáticos bem conhecidos, é mais simples que a de Osgood na medida em que não faz uso de uma assunção problemática de naturalidade: a assunção da 'posição mediana natural' das relações. É também mais simples — pelas próprias assunções de

Scanned with CamScanner

Osgood — em outro aspecto. Osgood assume na verdade que o OPR tem lugar apenas para os traços semânticos das COGs e não para elementos relacionais independentes que ligam duas COGs. Isto quer dizer que, na estrutura cognitiva, não há uma posição 'mediana' à qual a alegada posição 'mediana' da estrutura superficial possa (ou não) corresponder. Conseqüentemente, de acordo com Osgood, o relator deve ser incorporado a uma das COGs. Nossa proposta satisfaz naturalmente esse requisito, já que atribui o elemento relacional a uma ou outra das duas cláusulas. Osgood assume, além disso, que o relator é *sempre* unido à COG_1, uma assunção cujo único efeito é gerar, para sentenças 'naturais' como (1), estruturas cognitivas da forma:

COG_1: MARY GOT UNDRESSED BEFORE
COG_2: MARY WENT TO BED

que por estarem em desacordo com suas estruturas superficiais, trazem dificuldades acessórias à explicação de sua 'naturalidade'[12].

Outro problema que vale a pena mencionar na análise das sentenças complexas de Osgood tem a ver com seu tratamento da distinção entre *e* e *mas*. Contrariamente ao *e*, o *mas* não relaciona dois elementos, mas envolve tipicamente um terceiro. Assim, em

(5) João não é um economista, mas é um homem de nogócios.

enunciado em um contexto em que alguém está procurando por um especialista em assuntos econômicos e o nome de João foi sugerido, as duas cláusulas coordenadas são relacionadas a um terceiro 'COG', não explícito, que poderia ser expressado em

(6) João é um especialista em assuntos econômicos.

Enquanto a primeira cláusula em (5) é um argumento contra (6), a segunda é uma argumento a favor de (6) e, em seu todo, (5) sustenta (6)[13]. Para sermos exatos, em alguns casos, o terceiro elemento pode ser idêntico à segunda cláusula, mas nenhuma análise do *mas* pode se restringir apenas a estes casos especiais. Em particular, a 'incongruência' ou oposição mencionada por Osgood não é uma oposição direta entre duas cláusulas, mas é mediada, em geral, pelo componente implícito mencionado. Uma explicação das diferenças entre as sentenças coordenadas por *mas* e por *e* em termos de atribuição dos traços semânticos "-Congruentes" às primeiras e "+Congruentes" às segundas (cf. p. 128) meramente atribui etiquetas a fenômenos semânticos. Não se explica como tais sentenças são interpretadas. Neste sentido, a solução de Osgood é tão enganosa quanto as soluções tradicionais que atribuíam a *mas* traços como "indica um contraste", "sugere uma oposição", "refere-se a uma expectativa oposta" etc.

De modo geral, pode-se dizer que o tratamento da 'naturalidade' de Osgood, tanto para as sentenças simples como para as complexas, sofre com uma falta de flexibilidade, derivada de sua postulação de mecanismos cognitivos rígidos. Isto o torna excessivamente insensível aos diferentes requisitos de uma abordagem semântica apropriada a uma variedade de formas lingüísticas, bem como às pressões pragmáticas da variação contextual. Exemplos de tal inflexibilidade temos na postulação de relatores ligados à COG_1, na estrutura tripartite das COGs simples, na ordem fixa dos elementos em tais COGs, e assim por diante. Osgood poderia aumentar a flexibilidade de sua noção de naturalidade abandonando a atribuição de 'primitividade' ontogenética (e a prioridade epistemológica decorrente) a certas estruturas cognitivas. Não seria mais plausível assumir que nosso conhecimento do mundo é organizado em termos de certos "scripts" ou "esquemas", que podem diferir em sua ordem causal ou temporal, de acordo com seus domínios? Nesse caso, ao invés de operar em termos de um molde fixo, a cognição deveria estruturar o *input* em termos de diferentes 'gabaritos', determinados pelo contexto mais do que pela forma, e a 'naturalidade' das sentenças seria julgada de acordo com eles. A relativização da naturalidade assim obtida pode não ser ainda suficiente, se o conjunto de esquemas for concebido — como usualmente é — como contendo apenas fragmentos estereotipados do nosso conhecimento do mundo (*i.e.*, o "background" normal). Relações causais, por exemplo, são notoriamente difíceis de estabelecer sem pressupostos específicos — mais do que pressupostos gerais. Considere-se, por exemplo, uma enunciação de

12 É importante notar que tanto nossa análise quanto a análise de Osgood colocam dificuldades para a alegada estrutura tripartite das cognições simples. A qual dos três componentes o relator deve ser ligado? Se a nenhum em particular, deve ser algo 'pendurado' na cognição?
13 Para uma discussão mais detalhada desta análise, ver Anscombre e Ducrot 1977, Dascal e Katriel 1977.

Scanned with CamScanner

(7) João não tem namorada: ele vai a Nova Iorque uma vez por semana.

A ordem das cláusulas não fornece, *per se*, nenhuma indicação da relação causal entre os dois fatos descritos. João pode ir a Nova Iorque porque ele não tem namorada ou vice-versa (ver Dascal 1977: 324). Não há um esquema 'standard' que possa nos ajudar aqui. Apenas assunções específicas sobre as intenções do falante ao enunciar tal sentença, sobre os seus conhecimentos (e dos ouvintes) dos hábitos, desejos, e motivações de João podem permitir a atribuição apropriada de relação causal neste caso. Dadas essas assunções, o enunciado é 'naturalmente' interpretado em um sentido ou em outro. Estendida deste modo, a noção de naturalidade adquirirá a necessária flexibilidade para dar conta da sensibilidade-ao-contexto de nossa compreensão e produção de sentenças, e para acomodar mais facilmente os fatos lingüísticos recalcitrantes.

Talvez *algumas* das dificuldades mencionadas possam ser resolvidas pela adição ao modelo de um componente pragmático conveniente. Mas por que, em primeiro lugar, deve Osgood insistir em postular tal 'leito de Procusto' cognitivo, que o obriga a tratar vários fatos lingüísticos comuns como exceções ou desvios? Seus argumentos para a justificação de tais mecanismos são bastante estranhos. O Princípio de Naturalidade requer a possibilidade de comparar estruturas lingüísticas e estruturas 'cognitivas'. Estas últimas, no entanto, são postuladas com base em evidências lingüísticas, tais como a existência de certos supostos universais da linguagem. Mas tais evidências não sustentam univocamente a postulação de tipos específicos de mecanismos cognitivos. Enquanto muitas sentenças têm três componentes (S, V, O), há também muitas sentenças que têm 'genuinamente' mais ou menos componentes. Do mesmo modo, enquanto muitas línguas são SVO, há muitas línguas que não o são. Para desconsiderar a evidência contrária, precisa-se ter suporte independente, não-lingüístico, para os mecanismos cognitivos propostos. O fato de que o modelo é consistente com muitos dados de RT não é suficiente tampouco[14], já que, dada a liberdade na postulação de mecanismos cognitivos, mesmo um modelo baseado numa gramática de competência 'standard' chegaria a resultados semelhantes. A menos que a escolha de

14 Há dados de RT que Osgood admite não ser capaz de explicar: "Just *why* — other than sampling error — verbs should behave better than nouns, I have no idea" (p. 148).

tais mecanismos seja mais restringida e independentemente justificada, por meios outros que não o apelo a "articles of faith" (p. 119) e 'intuições' sobre o que é natural no processo de cognição pré-lingüístico (p. 111), o modelo proposto será culpado de selecionar arbitrariamente como básicos aqueles construtos que seu autor privilegia (cf. p. 73), e, eventualmente, de se apoiar em ingênuas assunções metafísicas implícitas[15].

Osgood se apercebe da necessidade de evidência independente relativa à parte cognitiva de sua tese psicolingüística, como quando critica Whorf: "He rarely makes any independent observation on the cognitive processes of language users" (Osgood 1963: 318). No mesmo trabalho, programático e profético, que Osgood, curiosamente, não inclui na bibliografia do presente livro, ele esboça tanto um modo de tratar as exceções aos pretensos universais lingüísticos, quanto uma solução paraa situação paradoxal de termos evidências a favor e contra a hipótese de Whorf. Quanto às exceções, ele defende o valor dos universais 'não-universais', *i.e.*, aqueles universais estatísticos que admitem exceções. De acordo com Osgood, as exceções não nos devem levar a abandonar tais universais, mas a procurar outros princípios funcionais que interagem com o princípio universal e assim explicar as exceções:

> *The point is that scientific laws are not merely honored by their exceptions — they are literally manufactured out of their exceptions. Exceptions reflect interactions among the whole set of functional laws. Language Z does not display regularity X because laws* 1, 2 *and* 3 *operate in one way under condition alpha and quite differently under condition beta* (Osgood 1963: 302).

De acordo com esta idéia, a não-naturalidade de sentenças que não apresentam uma forma superficial SVO em uma língua SVO deve ser explicada pelo apelo a algum outro princípio funcional. Para isso, Osgood emprega, na verdade, um Princípio de Saliência. As pessoas produzem tais sentenças não-naturais quando têm algum motivo para destacar componentes específicos normalmente não destacados pela forma SVO. O fato de que tais sentenças são menos naturais, embora psicologicamente motivadas, é confirmado pelo

15 Suas assunções sobre a estrutura subjacente dos eventos são comparáveis, digamos, às assunções de Ryle sobre a 'forma lógica' dos fatos. Por referência a esta forma, algumas sentenças podem ser vistas como 'sistematicamente enganadoras', já que sua estrutura sugere que os fatos a que se refere têm uma forma que difere de sua 'forma lógica' (cf. Ryle 1933).

Scanned with CamScanner

RT maior requerido para sua compreensão e produção. Mas e sobre as línguas VSO? Aqui o princípio auxiliar da saliência não é de nenhuma ajuda, já que para os falantes da língua a maioria das sentenças tem uma forma superficial VSO. Além disso, tais sentenças — deve-se presumir — requerem desses falantes tempo de processamento menor do que, digamos, sentenças SVO. Devemos então dizer que, embora essas sentenças sejam não-naturais para eles (já que sua forma não corresponde à estrutura de seu OPR), eles as processam rapidamente porque, dada sua enorme freqüência, é desenvolvido um hábito que automatiza tal processamento? A capacidade de desenvolver tais hábitos poderia ser o princípio funcional adicional envolvido. Mas tal hipótese, se levar em consideração os dados de RT, implicará em que a automação de certas transformações de fato elimina seu efeito sobre o tempo de processamento. Assim, a hipótese do hábito não pode ser distinguida empiricamente da hipótese que considera diferente, em falantes de línguas VSO, a estrutura do OPR. Aparentemente, é a última possibilidade que Osgood adota quando fala que essas pessoas têm outro Princípio de Naturalidade (cf. p. 115). Mas então a exceção em apreço não leva a uma investigação das interações entre o Princípio de Naturalidade e outros princípios funcionais, mas, pelo contrário, leva ao abandono de sua postulação como um princípio universal.

Em sua discussão do relativismo psicolingüístico, Osgood argumenta que não há inconsistência em ser-se, ao mesmo tempo, um universalista e um relativista, desde que se distinga entre aqueles fenômenos que dependem "upon the structure of the mediating system (either affective or discriminatory)" (Osgood 1963: 320) e aqueles que não o fazem. Nos primeiros, a universalidade psicolingüística predomina, enquanto nos últimos predomina a relatividade psicolingüística. Os sistemas mediadores efetivos em questão são aqueles relacionados com os três fatores revelados pela técnica do Diferencial Semântico — Avaliação, Potência e Atividade —, enquanto os sistemas discriminatórios são aqueles derivados das leis perceptuais de padronização, grupamento etc. Aparentemente, a estrutura do OPR, que é baseada no conjunto de distinções adquiridas muito cedo na experiência lingüística (*i.e.*, Substantividade, Direcionalidade e Estatividade), parece pertencer ao sistema mediador discriminatório. Em conseqüência, de acordo com Osgood, dever-se-ia esperar que apresentasse universalidade psicolingüística.

É por isso, possivelmente, que o OPR é apresentado como uma característica do "hardware" biológico humano. Mas isso é inconsistente, nas próprias assunções de Osgood, com a conversa de existir outro tipo de OPR, o que implica, como vimos, em relativismo psicolingüístico.

IV

A APG se propõe uma gramática do desempenho, *i.e.*, uma explicação do comportamento lingüístico observável. Mas a descrição do aparato cognitivo e o Princípio de Naturalidade não são suficientes para tal propósito. Por um lado, o comportamento lingüístico não é sempre (se o é alguma vez) um reflexo direto das 'estruturas lingüísticas profundas' que supostamente subjazem a ele. Por outro lado, a organização detalhada da informação lingüística, mesmo quando 'natural', não pode ser inteiramente explicada em termos da noção de naturalidade e da estrutura do aparato cognitivo proposto. A teoria deve então ser complementada por princípios e mecanismos adicionais. Presumivelmente, parte desses princípios e mecanismos devem pertencer à pragmática, na medida em que se relacionam com coisas como máximas conversacionais, requisitos de polidez, circunstâncias contextuais dos enunciados, e outros fatores que impõem restrições à seleção e compreensão, num dado contexto, de uma expressão lingüística particular para um certo conteúdo cognitivo. Mas, de acordo com Osgood, há outros princípios, não-pragmáticos — "very primitives universals in human thinking" (p. 141) —, que devem ser incorporados à APG. Ele discute dois conjuntos de tais princípios adicionais. Um deles, a 'Dinâmica da Saliência', se destina a explicar a produção e a compreensão de sentenças não-naturais. O outro, a 'Psicológica', se propõe a explicar nossa aparente preferência por processos de cognição 'congruentes' ao invés de 'incongruentes' e 'positivos' ao invés de 'negativos', tal como se pode ver pelos RTs menores que os primeiros membros de ambos os pares apresentam.

Vamos olhar primeiro o segundo conjunto de princípios adicionais. Osgood observa que tanto a lingüística quanto a psicologia cognitiva estão impregnadas de bipolaridades: traços semânticos são diferenciados em ter-

Scanned with CamScanner

mos de oposições afetivas polares, marcação vs. não-marcação é um universal lingüístico etc.; noções como equilíbrio vs. desequilíbrio, consonância vs. dissonância, congruência vs. incongruência são centrais, de acordo com Osgood, em teoria psicológica. Osgood observa, além disso, que esses pares polares são assimétricos no sentido de que os membros positivos são preferidos: inconsistências causam *stress* psicológico cuja resolução requer a restauração da consistência. E, finalmente, ele nota que há uma tendência na direção do que ele chama de 'polaridade paralela', que requer que os componentes de uma cognição ou de uma sentença 'concordem' em sua polaridade, *i.e.*, positivos devem ir com positivos e negativos com negativos, não importando a dimensão em que a polaridade é definida. Por exemplo, "*He seldom has any money*" e "*He often has some money*" são naturais ("*seldom*" e "*any*" são ambos negativos, e "*often*" e "*some*" são positivos, em diferentes dimensões) enquanto "*He seldom has some money*" e "*He often has any money*" são estranhas (cf. p. 140). Estas observações são consideradas manifestações dos 'universais primitivos do pensamento humano', já expressados, de acordo com Osgood, no velho livro da sabedoria chinesa, o *I Ching*[16].

Tal sabedoria se encaixa na teoria de Osgood por meio de duas noções: 'Polianismo' e 'Psico-lógica'. A primeira é simplesmente a idéia de que o aparato cognitivo humano é construído de tal forma que se torna difícil processar a 'negatividade'. A negatividade pode tomar uma de três formas: negação explicitamente marcada, negatividade afetiva e incongruência cognitiva. Os princípios Poliana I, II e III são generalizações empíricas de resultados experimentais. Eles apenas garantem ao fato de que a positividade é mais rapidamente processada o estatuto de um princípio, sem oferecer, contudo, uma explicação para este suposto fato. Tal explicação deve se basear, por exemplo, na assunção de que a negatividade, em qualquer de suas formas, envolve mais complexidade, requerendo assim mais RT. À luz dessa

16 O uso que Osgood faz do *I Ching* é algo tendencioso. É preciso relembrar que este livro pertence a uma tradição metafísica bastante distante da que tipicamente domina o Ocidente. Por exemplo, a idéia fundamental do *I Ching* é a de transformação contínua, que conduz do Ying para o Yang e vice-versa. Não se encontra nada deste tipo na adaptação do Ying e Yang de Osgood. Por outro lado, para Osgood, um dos pólos, o positivo, é considerado hierarquicamente superior (cognitiva e afetivamente) ao outro, enquanto Ying e Yang são verdadeiramente as duas faces de uma única moeda, em pé de igualdade.

assunção, o rótulo 'Poliana' é enganador, já que o que é característico da personagem Poliana é a recusa de aceitar uma interpretação negativa. Mas, o que os dados experimentais garantem é apenas a conclusão de que interpretações negativas são mais difíceis de computar, e não que elas sejam sistematicamente rejeitadas. De fato, para obter interpretações positivas para eventos (ou sentenças) à primeira vista negativos, Poliana tem que realizar algum processamento extra. Assim, de modo a ficar feliz por ter ganho um par de muletas como presente, Poliana tem que se dar conta de que muletas são usadas por alguém que é aleijado (algo negativo) e contrastar isto com o fato de que ela não é aleijada. Claramente, sua atitude é uma cognição complexa que pode ser expressa tipicamente pelo uso de *mas*: "Eu ganhei muletas, mas sou feliz". Uma interpretação otimista, neste caso, mais do que uma interpretação pessimista, teria o efeito de *aumentar* e não de diminuir o RT.

O rótulo 'Poliana' seria mais apropriado para um dos princípios da 'Psicológica' de Osgood, a idéia de que há uma pressão para a resolução de incongruências pela restauração da congruência (presumivelmente num nível mais elevado). Mas, mesmo neste caso, ele ainda seria enganador, uma vez que sugere que há um certo modo preferencial de restaurar a congruência, modo que favorece o otimismo, transformando traços negativos em positivos. Assim, em termos da álgebra de Osgood para a Dinâmica da Congruência entre os constituintes (cf. pp. 160-163), isto significaria que sempre que o sinal total da cognição é '-', denotando incongruência entre seus constituintes, como em *Os estudantes de Berkeley admiram Ronald Reagan* (que é uma cognição [– – +] para um conservador e [+ – –] para um radical), um conservador 'polianista' iria resolver a incongruência 'positivizando' *Os estudantes de Berkeley*, e um radical 'polianista' iria 'positivizar' *Ronald Reagan*. Mas, obviamente, a incongruência poderia também ser resolvida pela 'negativização' de *Ronald Reagan* ou *Os estudantes de Berkeley*, respectivamente. Neste sentido, a Dinâmica da Congruência não é nem otimista nem pessimista, intrinsecamente, um fato que seria apenas obscurecido pelo rótulo Poliana. Os princípios da Dinâmica da Congruência apenas fornecem elementos para a detecção da *incongruência* e para a necessidade de resolvê-la, mas eles não determinam qual dos componentes deve ser modificado e em qual direção, de modo a resolvê-la. Possivelmente, isto poderá ser reali-

Scanned with CamScanner

zado somente se levarmos em conta mais informação contextual, *i.e.*, com a ajuda do componente pragmático que está faltando na teoria[17].

Como no caso das cognições simples, onde a 'Psico-lógica' apenas nos diz que há alguma incongruência que requer a modificação do sinal de um dos constituintes, e não nos dá nenhuma pista sobre qual constituinte deve ser modificado, também a presença de *mas* num complexo meramente indica que as duas cláusulas coordenadas diferem em sinal. Se acontece de elas terem 'naturalmente' o mesmo sinal, como em *João adora sorvete, mas eu também*, tudo o que nós sabemos é que o sinal de um dos constituintes deve ser modificado. Ainda, o único meio que a teoria tem para fazer isso é a modificação do sinal de algum constituinte de uma das cláusulas. Portanto, os únicos candidatos serão *João* ou *eu*, já que são os únicos constituintes que não aparecem em ambas as cláusulas. Ou seja, o ouvinte deverá atribuir um sinal '-' ou a *João* ou a *eu* (presumindo que *adorar* e *sorvete* são positivos). Mas, além do fato de parecer *ad hoc* e contra-intuitivo proceder assim, tal abordagem não nos dá nenhuma indicação sobre qual das duas modificações possíveis deve ser preferida. Portanto, não nos dá nenhuma sugestão sobre como interpretar a sentença complexa. Se, no entanto, empregarmos a análise de *mas* mencionada previamente, torna-se possível relativizar as noções de 'positivo' e 'negativo' com respeito ao terceiro elemento, ao qual ambas as cáusulas se referem argumentativamente. Nós podemos dizer, então, que a primeira cláusula, embora talvez intrinsecamente positiva, é negativa com respeito a uma conclusão implícita (no sentido de ser um argumento contra ela), enquanto a segunda cláusula é positiva com respeito à mesma conclusão[18]. Apenas esta 'positividade' e 'negatividade' relativizada é relevante para a interpretação das sentenças com *mas*. A vantagem adicional desta solução é que ela prediz que é sempre a primeira cláusula que é negativa (relativamente), enquanto a segunda será (relativamente) positiva. Além disso, ela também prediz que a significação total da sentença complexa é positiva com

17 Considere, por exemplo, o caso da ironia. Entoação especial, acento, tom de voz, movimentos de sobrancelhas ou outras pistas indicam com bastante precisão que componente de uma sentença irônica deve ser interpretado com sentido 'invertido'.

18 Sem informação contextual, é difícil saber qual é a conclusão implícita relevante. Neste caso, um possível candidato poderia ser *João comerá todo o sorvete que existe em casa.*

respeito à conclusão implícita. Se estendida e modificada deste modo, a 'Psico-lógica' de Osgood pode tornar-se útil numa teoria da interpretação pragmática. O preço, obviamente, é a redução considerável da importância atribuída por Osgood às noções absolutas de negatividade e positividade.

Este é um preço que Osgood obviamente não quer pagar, já que tais noções são a 'espinha dorsal' de sua explicação dos traços semânticos, que por sua vez é a 'pedra angular' de toda a sua teoria. Isto se torna claro quando se considera "The Finer Semantics of Congruity Interactions" (pp. 180-184). No concernente à congruência intraconstituintes, estas regras explicam a 'fusão' das cadeias ("code-strips") semânticas de cada palavra-forma incluída no constituinte. Se um traço tem o mesmo sinal em duas palavras-forma do mesmo constituinte, o resultado é uma intensificação do traço (por ex., *fúria violenta*)[19]. Se um traço tem um sinal numa palavra-forma do constituinte e nenhum sinal (zero) no outro, isto estabelece modificação no sentido de todo o constituinte, que assume a polaridade e a intensidade da forma assinalada (em *esperança viva*, a esperança é mais ativa). Se o mesmo traço tem sinais opostos, isto leva à anomalia semântica (por ex., *contemplação violenta*). Claramente está se supondo que tais regras dão conta da combinação ou amálgama de palavras-forma, tarefa desempenhada numa semântica componencial como a de Katz pelas regras de projeção (cf. Katz 1972: 114-115). Sem pretender assumir o sistema de Katz, pode-se mostrar que uma de suas vantagens sobre o sistema de Osgood é que ele leva em conta a estrutura sintática na especificação do processo de amálgama. Uma vantagem mais importante é que o sistema de Katz é planejado para dar conta de relações lógicas como implicação, contradição, exclusão, tautologia etc. A 'Psico-lógica' de Osgood, embora em algum sentido pretenda substituir ou ao menos abranger a lógica das relações semânticas, não parece equipada para fazê-lo. Assim, o simples fato de que há uma relação de exclusão entre cada membro da família dos nomes de cores (se x é verde, então não é vermelho, não é azul, não é amarelo etc.), de modo que não se pode dizer de um mesmo x (ou de uma mesma porção dele) que é simultaneamente azul e vermelho — claramente um caso de incongruência de algum tipo —, não pode ser tratado

19 Há um limite máximo para tal intensificação? No Diferencial Semântico o limite é + ou – 3.

Scanned with CamScanner

no sistema de Osgood. Presumivelmente, cada cor deveria ser representada por um subconjunto de traços diferentes ao invés de um valor numérico de um único traço, digamos, Colorido[20]. Por outro lado, uma vantagem do sistema de Osgood é que ele dá conta do modo de operação peculiar dos traços semânticos conotativos, particularmente quanto ao fenômeno da intensificação, que não pode ser tratado num sistema como o de Katz. Mas é óbvio que a noção 'Psico-lógica' de oposição/polaridade afetiva não pode, enquanto tal, substituir as noções lógicas de contradição, exclusão etc.

Para a congruência interconstituintes em cognições simples, a 'semântica mais fina' ("Finer Semantics") sugere modos de resolver a tensão cognitiva que se espalha "simultaneously across all three components" (p. 182) sempre que entre eles ocorre incongruência. Tal tensão deve ser resolvida por modificações no significado de certos constituintes, ou pela seleção de um dos sentidos alternativos de palavras-forma potencialmente ambíguas, ou ainda por interpretações metafóricas. O único caso para o qual Osgood parece ter um princípio que diz *qual* constituinte deve ser modificado e *como* deve sê-lo, é o das cognições estativas simples. Um princípio de 'fusão à esquerda de informação semântica' (pp. 182-183) assegura nesses casos que a informação de M_2 é incorporada à de M_1 por meio da relação predicativa. *Maria é bonita* torna-se, assim, semanticamente, *Maria bonita*. Isto reduz a congruência interconstituintes à congruência intraconstituintes, e as mesmas três regras mencionadas acima (intensificação, modificação por acréscimo e anomalia) se aplicam. Quando a incongruência é detectada — e os exemplos discutidos são todos casos de violação de alguma restrição de seleção (na terminologia de Katz) — as anomalias podem ser evitadas por interpretações metafóricas. Isto equivale a trocar um ou mais traços de M_1 à vista dos traços de M_2. Assim, em "*The thunder shouted down the mountainside*, the +Potent *thunder* is 'humanized' by the +Potent and +Human *shouted*" (p. 183). Uma preferência similar por seleção à esquerda dos candidatos à modificação está presente no tratamento que Osgood dá às cognições não-estativas simples[21]:

20 Analisar o significado de cada cor em termos dos três traços afetivos (E, P, A) não é possível, porque dificilmente poderíamos dar conta da diferença denotativa entre as cores e é sobre esta diferença que a relação semântica de exclusão se baseia.

21 Outro exemplo do uso da mesma estratégia: "In the sentence *John is eager to please*, *John* is semantically coded +Initiating (Source), as well as +Animate, +Human etc., of course, whereas in the sentence *John is easy to please*, *John* is semantically coded –Initiating (Recipient)" (p. 98).

And just imagine the 'boggling' of the mind of one who says 'I'm just buying time' and someone asks him 'how much are you paying for it'! (p. 183).

Contudo, tal princípio é claramente restritivo em excesso. Num contexto apropriado (por ex., uma conversa entre dois anunciantes de TV) será *time* (o elemento à direita) que se tornará –Abstrato, e não *buy* que se tornará +Abstrato[22]. O princípio de Osgood favorece um tipo de interpretação unidirecional de metáforas e ignora as possibilidades de interpretações na direção oposta e as interpretações bidirecionais ou 'interativas'[23]. A 'Psico-lógica' não é suficientemente determinada nem suficientemente flexível para dar conta da grande variedade de modos pelos quais a incongruência afeta a interpretação.

Vejamos agora o outro conjunto de princípios auxiliares: a 'Dinâmica da Saliência'. Temos aqui um conjunto de princípios realmente funcionais, cujo propósito é explicar a ocorrência, em grande número, de sentenças que violam o Princípio de Naturalidade, ou seja, todas aquelas sentenças que são ordenadas 'não-naturalmente'. Osgood apela novamente aqui à noção de 'saliência', que já foi utilizada na formulação do Princípio de Naturalidade, sob o rótulo de 'Direcionalidade'. M_1, como já vimos, é sempre cognitivamente saliente no sentido de que é Figura ou Fonte, opostos a Fundo ou Recipiente, respectivamente. Osgood chama agora de 'natural' este tipo de saliência. A saliência 'não-natural' será induzida por outras variáveis psicológicas como *vividez*, *motivação-do-falante* e *topicalidade*. Sempre que estes fatores estão presentes, eles competem com a saliência 'natural' e podem resultar em sentenças 'não-naturais'. Pode-se dizer que estas variáveis definem, na verdade, componentes psicológicos (sujeito psicológico, predicado psicológico etc.), enquanto as variáveis que afetam a saliência natural definem os componentes lógicos ou semânticos da sentença. Dado que tanto a produção quanto a compreensão se dão via OPR, que é definido em termos de componentes lógicos ou semânticos, sempre que os componentes psicológicos não coincidem com os lógicos, um conjunto de transformações é necessário para garantir a correspondência.

22 De fato, o uso de conceitos 'metaforicamente' concretos para falar de entidades abstratas é um fenômeno bastante comum. Veja-se Lakoff e Johnson 1980, para inúmeros exemplos.

23 Veja-se, por exemplo, Black 1962, Dascal 1983: 155-156, Reinhardt 1979, Searle 1979.

Scanned with CamScanner

Osgood descreve tais transformações, na produção e na compreensão, em termos de interações entre BUF e OPR, discutindo alguns poucos exemplos (veja a próxima seção). Em seus exemplos de produção as variáveis de saliência são simplesmente representadas por alguns marcadores especiais como 'DADA A SALIÊNCIA DE', 'DADA A EGOSSALIÊNCIA DE' OU 'DADA A MOTIVAÇÃO DO FALANTE PARA' etc., mas o estatuto formal preciso destes marcadores não é discutido, nem sua origem no aparato cognitivo é esclarecida. Além disso, na compreensão, tais marcadores não são inseridos no decorrer do processamento de uma sentença 'não-natural', de modo que a informação veiculada pelo uso da 'não-naturalidade' não é preservada na interpretação. Neste sentido, Osgood — o crítico da gramática gerativa — parece estranhamente fiel a um dos dogmas das primeiras versões da gramática gerativa: a idéia de que as transformações não alteram o significado. Seu modelo, contrariamente a algumas versões da gramática gerativa, não tem nem mesmo meios de manter vestígios da história derivacional da sentença (ele poderia usar um BUF separado para este propósito?) como um meio de preservar essa informação. Note-se que a estrutura tópico/comentário de MEM não ajuda neste caso porque automaticamente toma o M_1 do OPR como o tópico, de modo que só pode representar os tópicos 'naturais' e não outros componentes 'topicalizados'.

V

Os Princípios Funcionais VIII-I (para a produção) e VIII-II (para a compreensão) constituem o componente transformacional da gramática de Osgood. A forma usual de 'regras de reescritura' é substituída por 'instruções operacionais' que têm a ver principalmente com a interação entre dois mecanismos cognitivos, o OPR e o BUF. Considere, por exemplo,

> *F VIII-I (B) Salience dynamics operating on the Speaker may produce displacements of constituents (or parts thereof) of simplexes and whole clauses of complexes from their natural order, leaving semantically 'empty' (∅) or reduced components: (1) if, for simplexes, the displacement via overt expression (movement 'leftward' for earlier expression) or via transfer to the BUFFER (movement 'rightward' for later expression) leaves the remaining constituents (or parts thereof) in natural order for expression, the remainder of the cognition is simply expressed, and no (further) use of BUF is required; (2) if, for simplexes, the displacement of constituents (or parts thereof) leaves the remainder in an unnatural order for expression, than (further) use of BUF is required* (p. 200)

que se destina à produção de uma série de fenômenos lingüísticos, um dos quais é a topicalização. Uma sentença como *A martini I will have* é produzida a partir da cognição 'natural' *I will have a martini*. Supondo-se que esta última já foi recuperada de MEM e transferida para OPR, Osgood dá conta da topicalização em termos das seguintes 'operações cognitivas':

(1) Given SPKR MOT, EXP *A martini* → [I/will have/∅]
(2) EXP remainder, *I will have* (p. 200)

A flecha indica as mudanças resultantes no conteúdo de OPR (ou os conteúdos estocados em BUF), 'SPKR MOT' indica uma das variáveis da saliência, a 'motivação-do-falante', e 'EXP' (abreviação de *Express*) indica as operações envolvidas na transferência de material de OPR para LEX e daí para diante, pela camada do 'Ovo Negro' do comportamento. O princípio correspondente para a compreensão é:

> *F VIII-II (C) When the use of BUFFER is required for comprehending simplexes ...: (1) if the constituent in which unnaturalness is detected is itself initial (i.e., in the M_1 component), (a) it is transfered from OPR to BUF, (b) remaining constituents move 'leftward', and (c) such OPR/BUF transfers continue ... until a constituent natural in M_1 appears; (2) if the constituent in which unnaturalness is detected is noninitial [i.e., in the —(M)→, M_2 or in information subsequent to a completed cognition], (a) the single constituent immediatelly prior to ('leftward' of) that providing the unnaturalness cue is transfered from OPR to BUF, (b) remaining constituents move 'leftward', and (c) such OPR/BUF transfers continue until a constituent natural in M_1 [or in —(M)→ if M1 is already 'naturalized'] appears; (3) following either (1) or (2) the constituents in BUF are returned to the now 'empty' component or components ... thereby completing cycle 1* (p. 213).

No caso de *A martini I will have*, dá-se conta da topicalização por:

(1) Since I unnatural for —(M)→ slot, BUF a martini → a martini in the BUF
(2) Shift remaining constituents 'leftward' → [SPKR/will have/∅]
(3) Returning a martini from BUF to empty M_2 slot → [SPKR/will have/ a martini] (p. 213)

Scanned with CamScanner

É importante notar que o compromisso de Osgood com uma gramática do desempenho que substitui uma gramática da competência, ao invés de complementá-la, obriga-o a formular princípios diferentes para dar conta da produção e da compreensão de sentenças. Sem dúvida, os processos de produção e compreensão são psicologicamente diversos. Podem-se obter evidências para esta diferença de uma série de observações, dentre as quais Osgood menciona o suposto fato de que a compreensão precede a produção na aquisição da linguagem (cf. p. 127)[24]. Obviamente, deve-se dar conta de tais diferenças psicológicas. Isto não implica, no entanto, que os processos não compartilhem nenhum componente[25]. Em particular, pode-se especular se não se estão perdendo generalizações importantes pelo desprezo da possibilidade de que alguma regra 'abstrata', neutra quanto a sua 'direção', seja utilizada por ambos os mecanismos. Na verdade, se dispuséssemos de tais regras, elas poderiam não apenas reduzir a redundância da abordagem de Osgood, mas também superar a dificuldade apontada acima, isto é, o fato de que a informação veiculada pela ordem 'não-natural' ('motivação-do-falante' etc.), que está presente na descrição do processo de produção, não está presente, nem é recuperável, no processo de compreensão.

Uma das maiores dificuldades do modelo de Osgood tem a ver com o papel das estruturas superficiais, ubíquas no sistema sem terem um lugar próprio. Elas não podem ser representadas no OPR, já que este só comporta 'constituintes naturalmente ordenados', embora ele deva ter 'conhecimento' das estruturas superficiais tanto na compreensão quanto na produção. Na compreensão, o OPR, "utilizing language-specific cues that signal the boundaries of NP and VP constituents" (p. 125), analisa a cognição que chega a ele em sua estrutura tripartite. Tais pistas são, obviamente, da estrutura superficial. Elas não podem pertencer à estrutura universal dada pelo OPR, uma vez que são aprendidas e específicas de línguas particulares:

24 Investigações psicolingüísticas recentes demonstram que tal assunção precisa ser, ao menos, modalizada, na medida em que não apenas a produção mas também a compreensão dependem de uma interação *quasi*-lingüística entre adulto e criança, por meio da qual se desenvolvem as habilidades de compreender e produzir as sentenças da língua. Ver De Lemos 1981.
25 Não é comum observar, na teoria psicolingüística, que processos originalmente dissociados integram-se em algum estágio de desenvolvimento. Por exemplo, ver Vygotsky 1962.

> *Since these surface cues are language-specific, they must be learned by the developing OPERATORS of LADS (Language Acquisition Devices) acquiring different languages* (p. 126).

Na produção, o OPR deve antecipar a estrutura superficial que resultará de suas interações com LEX, antes que tais interações tenham lugar, para poder aplicar a cláusula (b) do seguinte princípio:

> *F VIII-I (C) When use of the BUFFER is required for expressing simplexes B(2) above: (1) if the salience-motivated constituent (or part thereof) is shifted to utterance initial (or terminal) position, (a) it is expressed (or transfered to BUF), leaving a constituent-holding Ø, (b) unnaturally coded constituents (or parts) are transfered to BUF (left-to-right), (c) remaining constituents (or parts), if any, are expressed, and (d) code-strips from BUF are expressed as they are returned to OPR* (p. 201).

A instrução (b) acima é proposta, claramente, para impedir estruturas superficiais mal-formadas, nas passivas, por exemplo. Para *Everyone admires Napoleon*, uma cognição 'natural' no OPR, a passiva correspondente *Napoleon is admired by everyone* é produzida da seguinte maneira:

(1) EXP the SPKR-salient *Napoleon* → [everyone/admires/Ø]
(2) Avoiding ungrammaticality (everyone in the Relation slot), BUF *everyone* → [Ø/admires/Ø]
(3) EXP unnaturally directed Relation, *is admired by*
(4) As returned from BUF, EXP *everyone* (p. 201).

A expressão "*avoiding ungrammaticality*" no passo (2) acima refere-se obviamente à agramaticalidade da estrutura superficial, já que *everyone*, como se pode ver no passo (1), permanece na sua posição 'própria, M_1, no COG estocado no OPR, *i.e.*, na estrutura profunda. Por razões similares, a expressão "*unnaturally coded constituents*" na instrução (b) acima só pode ser entendida como se referindo à estrutura superficial.

Se não são representáveis no OPR, podem as estruturas superficiais ser representadas no LEX? Aparentemente não, porque o LEX opera sobre seqüências de palavras ("word-by-word") (cf. F V: 250), embora ele também tenha que ter 'conhecimento' de tais estruturas, já que na produção o LEX produz conjuntos de traços "in the order established by the speaker's experience of the language (*i.e.*, within constituent structure)" (p. 126). Res-

Scanned with CamScanner

ponsabilizar o LEX pela ordem das palavras no interior dos constituintes das estruturas superficiais, no entanto, parece contradizer a afirmação de que até o LEX a APG é construída a partir de bases estritamente behavioristas, uma vez que nos casos em que a ordem das palavras no OPR não coincidir com a ordem requerida pelas restrições superficiais, o LEX será forçado a deslocar palavras no interior de um constituinte, o que equivale a dizer que o LEX tem poder transformacional[26].

Deste modo, o modelo de Osgood pressupõe a existência de estruturas superficiais (por um lado como o resultado do processo de produção e, por outro lado, como o ponto de partida do processo de compreensão) sem, no entanto, definir claramente seu lugar no sistema. Em conseqüência, as transformações vão operar na intersecção de níveis estruturais que são mal-definidos. Outra dificuldade diz respeito ao estatuto e natureza das transformações. Considerem-se, por exemplo, as transformações que produzem passivas e sentenças topicalizadas (exemplos já vistos acima). No primeiro passo de ambas as 'derivações', o aparato cognitivo (OPR) percebe a saliência dos conteúdos de M_2 e imediatamente os expressa. As diferenças aparecem no passo (2), onde o OPR ou expressa o restante (e assim produz uma sentença topicalizada) ou remete M_1 para o BUF enquanto transforma um VP ativo em passivo. O que é que determina 'comportamentos' tão diferentes por parte do OPR? Já que o modelo se ocupa do desempenho, pode-se assumir que deve haver alguma motivação, como o próprio Osgood requer ao criticar a 'insuficiência' dos modelos de competência:

> *This fails to meet the pragmatic criterion that sentences produced be appropriate to contextual conditions — humans don't produce sentences ad libitum. The reason is that such a grammar does not ... provide any account of the selection among alternative rewrite rules* (p. 64).

26 Considere o caso de um falante de inglês tendo que descrever um objeto visto, digamos, uma mesa que é vermelha. De acordo com Osgood, a percepção natural do objeto determina uma cadeia de traços na qual os traços substantivos ou identificadores (que definem a mesa) precedem os traços moduladores (de 'vermelho') (cf. p. 124). Os traços serão representados deste modo também no OPR. Mas, para produzir o SN apropriado, dadas as restrições específicas da gramática superficial do inglês, a ordem destes constituintes na cadeia deve ser alterada, para que o resultado evite a agramaticalidade, ou seja, o falante dirá "*red table*" e não "*table red*".

Uma explicação possível para os diferentes caminhos que o OPR segue quando 'passiviza' ou 'topicaliza' uma cognição pode ser a presença de outros itens marcados pela saliência. Por exemplo, para produzir *Napoleon is admired by everyone*, uma 'motivação-do-falante' adicional para expressar a Relação pode eventualmente impedir a produção da sentença topicalizada *Napoleon, everyone admires*, ao invés da passiva desejada. Em lugar de resolver este problema particular deste modo, Osgood apela, como vimos, para a noção de gramaticalidade da estrutura superficial. Ele emprega, então, indistintamente, dois tipos muito diferentes de restrições sobre as transformações: restrições psicológicas, profundas (presumivelmente, semânticas ou pragmáticas), e restrições superficiais, puramente 'sintáticas'. O uso destas últimas indica que Osgood se baseia num componente sintático 'autônomo' implícito, característico das abjuradas gramáticas da competência.

A ausência de uma discussão explícita deste componente implícito é também responsável pela fragilidade do tratamento da ordem das palavras no interior dos constituintes e de fenômenos morfológicos. Este último assunto foi escassamente contemplado na presente formulação da teoria. Esta apenas assume que 'ajustes' morfológicos de formas lexicais diversas podem ser feitos por algum mecanismo não especificado. Exemplos de tais ajustes são: "*have*" para "*has*" (p. 215), "*was run over*" para "*ran over*" (p. 216), "*did see*" para "*saw*" (p. 244) etc. Quanto à ordem no interior de constituintes, 'ajustes' apropriados, como "*been to has never*" para "*never has been to*" não colocam nenhum problema para o ouvinte — assume-se — porque "all the semantic information is in the ... constituent" (p. 216). Possivelmente as mesmas restrições superficiais que impedem a 'agramaticalidade' são implicitamente operativas na transformação acima. Mas, como já dissemos, esta parte do sistema não é exposta em detalhes por Osgoosd.

Não é possível discutir aqui outros aspectos problemáticos do componente transformacional de Osgood. Como conseqüência de varrer muita coisa (estruturas superficiais) para baixo do tapete, e de usar livremente mecanismos semiformalizados (por ex., as 'variáveis de saliência'), o modelo adquiriu um 'poder explanatório' enorme. E ainda parece incapaz de tratar diretamente de fatos gramaticais bem conhecidos.

Scanned with CamScanner

VI

Nós nos restringimos até aqui a uma discussão de alguns aspectos centrais do modelo de Osgood, mas há muitos aspectos do livro que não pudemos explorar. Por exemplo, o primeiro capítulo ("Lecture I") contém uma valiosa discussão do problema extremamente difícil que é caracterizar a linguagem, em geral, e uma língua humana, em particular. Os capítulos iniciais, especialmente a "Lecture III", também contêm uma interessante discussão do quadro teórico em que se situa Osgood, a natureza do neo-behaviorismo e sua oposição ao mentalismo (especialmente uma tentativa de replicar a bem conhecida crítica de Fodor à noção de r_m). Tal discussão também ilustra o uso 'ideológico' de noções derivadas da metodologia da ciência (por ex., noções de paradigma e de revolução científica de Kuhn) no interior da própria ciência.

Vamos comentar brevemente a última questão. Para defender e justificar sua adesão a um tipo de teoria, em psicolingüística, que pode ser considerada 'contra-revolucionária' na medida em que persiste num quadro pré-chomskiano, Osgood encarrega-se de mostrar que, embora possamos falar na lingüística de uma revolução chomskiana legítima, na psicolingüística não há tal revolução, mas apenas um mero 'movimento pendular' ("pendulum swing"). Ser fiel a um quadro teórico anterior, então, não é ser um contra-revolucionário, no sentido de ser alguém que luta contra as forças progressivas da história da ciência, mas simplesmente seguir o retorno natural do pêndulo.

A sustentação de tal afirmativa, obviamente, depende da habilidade de se especificar precisamente o que é um 'movimento pendular' e em que ele difere das revoluções científicas genuínas. De acordo com Osgood, 'movimentos pendulares' equivalem ao seguinte:

> *Fadlike shifts repeatedly occur on the underlying assumptions about science — about metaphysics, about methods, about theory construction, about what are significants topics, about relevant criteria, and many other matters — to which (following Esper 1968) I shall give the collective name 'pendula swings'* (p. 63).

Na tabela III.1 (p. 64), Osgood lista uma série de 'movimentos pendulares' subjacentes a paradigmas lingüísticos e psicológicos. Nessa tabela, o pêndulo

se movimenta do behaviorismo e da lingüística descritiva, de um lado, para o estruturalismo psicológico e gerativismo, de outro, ao longo de dimensões como 'metafísica', 'metodologia', 'critérios', 'dados' etc. Assim, ao longo da dimensão da 'metodologia', diz-se que a lingüística alterna entre o distribucionalismo e o transformacionalismo, e ao longo da dimensão 'dados', entre estruturas superficiais e profundas. À parte os inúmeros problemas terminológicos e conceituais apresentados por esta tabela, é bastante estranho que casos amplamente aceitos como revoluções científicas, por ex., a passagem do descritivismo ao gerativismo em lingüística, sejam apresentados na tabela como exemplos de 'movimentos pendulares'. A questão que se coloca, então, é a *da diferença* (se houver) entre 'movimentos pendulares' e revoluções científicas. Para Osgood,

> *Each swing toward a given pole is driven by felt insufficiencies in the paradigm at the other pole; in the course of the swing new peoblems are set, new insights are gained, and eventually new anomalies encountered; if the crisis period has generated more adequate theories within the old paradigm, and they can now handle the anomalies that gave rise to the crisis as well as their previous areas of apparent sufficiency, then a return swing starts and gains momentum. (...) What has been described here is thus a persisting state of oscillating competition between two (or more) viable paradigms in a science* (p. 66).

Esta descrição é adequada para o que Kuhn chama de 'período de crise' que pode resultar numa revolução científica, exceto pela afirmação de que a oscilação persiste. À luz desta afirmação, a situação descrita por Osgood só pode ser a de um estado pré-paradigmático na ciência. Osgood mesmo sugere que não havia paradigmas na psicolingüística (nem mesmo havia um *nome* para a nova área de pesquisas). Ele cita a afirmação de Maclay (1973) de que as relações entre a lingüística e a psicologia, que circunscreviam a área interdisciplinar, eram

> *a common commitment to an operationalist view of science, and a division of labor that prevent a numberof potential difficulties from becoming overt... linguists were assigned the 'state of messages', while psychologists assumed responsability for the 'states of communicators' and also, by default, 'the processes of encoding and decoding'* (p. 48).

Mas o compromisso com 'uma visão operacionalista da ciência' não é suficiente para determinar um paradigma e, quanto à divisão de trabalho,

Scanned with CamScanner

fica claro da citação acima que não havia uma 'comunidade científica' trabalhando com problemas psicolingüísticos, mas duas comunidades, lingüistas e psicólogos, trabalhando paralelamente em questões relacionadas. Tal descrição do estado da psicolingüística equivale à demonstração de que esta se encontrava num estágio pré-paradigmático, e que portanto não havia nada contra o que fazer uma revolução. Além disso, pode-se dizer que tal quadro não mudou muito desde então e que a tarefa que Osgood se atribuiu (bem como McNeill — cf. seção I acima) é precisamente a de estabelecer um paradigma para a psicolingüística.

Além de permitir que Osgood não se coloque como um contra-revolucionário, a noção de 'movimentos pendulares' tem outro papel, fundamental, na economia do livro. Se a noção de revolução científica, como proposta por Kuhn, atribui ao progresso científico um certo caráter aleatório, o enfraquecimento da noção obtido por Osgood com seus 'movimentos pendulares' aumenta consideravelmente o grau de liberdade na manipulação dos conceitos com vistas à construção de teorias. Isto poderia justificar a postura eclética de Osgood: um behaviorista que admite 'estados internos', organizando-se em termos de uma semântica componencial e se aproximando decisivamente das propostas cognitivistas; um behaviorista que assume noções da psicologia da Gestalt; um opositor da gramática da competência que acaba por se basear em seus resultados, e mesmo assume sub-repticiamente que suas regras são operativas em vários níveis (p. ex., na determinação das estruturas superficiais); um universalista declarado que é levado a admitir que o relativismo lingüístico tem efeitos mais profundos que aqueles considerados pelo próprio Whorf; um defensor da visão de que o pré-lingüístico precede e determina o lingüístico que acaba por propor um modelo em que *toda* a cognição, lingüística e não-lingüística, é mediada por mecanismos cognitivos (LEX, OPR etc.), cujo esquema é claramente lingüístico. Parece-nos que a discussão sobre 'paradigmas' e 'pêndulos' não é senão um meio de justificar ideologicamente a posição teórica extremamente 'liberal' assumida no livro.

Em resumo, *Lectures on Language Performance* oferece-nos uma teorização iconoclasta, estimulante e criativa que, tendo suas tensões e inconsistências internas totalmente resolvidas, poderá resultar numa síntese inovadora que certamente contribuirá para tirar a psicolingüística da lama pré-paradigmática em que ainda se encontra encalhada.

capítulo 8
A incomensurabilidade e a "compatibilização" de teorias

"Basta você substituir o vódica por uísque e o suco de tomate por limão para transformar um Bloody-Mary *num* uísque-sauer."
Millôr Fernandes

Introdução

Em trabalho apresentado durante a 40ª Reunião Anual da SBPC (São Paulo, 1988), Rajagopalan deplora a "desenfreada proliferação de aparatos teóricos" que tem como conseqüência a "crise institucional" da lingüística.

> *Em suma, a lingüística, hoje, são muitas coisas, cujo único denominador comum talvez seja a luta sem trégua pela posse da disciplina. Enquanto no eixo vertical — ou se se permitir um trocadilho inócuo, no sentido "paradigmático" — observa-se uma espécie de "síndrome de múltipla personalidade", no eixo horizontal — isto é, no eixo sintagmático — podemos diagnosticar um estranho sumiço de identidade, de definição, face às disciplinas conexas* (Rajagopalan 1988: 1).

A questão da proliferação é abordada por Rajagopalan a partir do reconhecimento de que há "motivação ideológica por trás da construção de teorias" — posição com a qual concordo integralmente e que já abordei em trabalhos anteriores[1] —, mas deixa transparecer seu desejo de uma *teoria lingüística unificada*. Para Rajagopalan, a existência de muitas teorias lingüísticas

1 Ver especialmente Borges Neto 1985 (recolhido como Capítulo 1 deste livro). Para mim, e

Scanned with CamScanner

concorrentes cria um "impasse" que leva à "crise" e a única saída é a "reaproximação entre as diversas correntes" com vistas à obtenção do paradigma único[2].

> [A crise institucional da lingüística] *se deve, entre outros fatores, à ausência de um único paradigma que funcione como força centrípeta, que ofereça um conjunto de postulados gerais dentro dos quais se possa enquadrar uma parcela significativa da pesquisa lingüística em andamento* (Rajagopalan 1988: 1).

Essa "reaproximação" não é entendida como uma tarefa de fácil realização: Rajagopalan propõe que se busquem inicialmente "canais de comunicação" entre as teorias e que se estabeleçam alguns parâmetros a partir dos quais essa "convivência" possa ser regulada.

A proposta de Rajagopalan coloca alguns problemas interessantes para a epistemologia da lingüística que pretendo abordar aqui.

Identificar "parâmetros dentro dos quais se possa pensar tal aproximação" é equivalente, parece-me, a responder à seguinte questão:

(1) Em que condições é possível "aproximar" teorias lingüísticas?

Parece claro que a questão acima pressupõe outra, que lhe é anterior e com a qual a epistemologia da lingüística terá que se ver. Em outras palavras, a verdadeira questão é a seguinte:

(2) É possível "aproximar" teorias lingüísticas distintas?

Não creio que se possam dar, no momento, respostas definitivas à questão (2). Muito trabalho histórico e muito trabalho empírico sobre tentativas de "aproximação" deverá ser feito. Podemos, no entanto, aproveitar a experiência de filósofos e historiadores da ciência que já se debruçaram sobre questões semelhantes em outras áreas do conhecimento científico e, à luz de seus resultados, estudar casos concretos em nossa ciência.

creio também para Rajagopalan, o termo "ideologia" significa "sistema de idéias", "concepção", de forma que tanto a posição que vê "motivação ideológica" nas teorias quanto a posição contrária são frutos de distintas ideologias no que tange ao funcionamento da ciência.

2 Ouso ver no trabalho de Rajagopalan a influência da leitura do livro de Hawking (1988), onde encontramos um relato do esforço feito pela física, nos últimos anos, para unificar a teoria da relatividade e a teoria quântica. Eu sei que Rajagopalan leu esse livro, mas confesso estranhar profundamente o fato de Rajagopalan assumir essa proposta — uma proposta "apolínea" defendida por um "dionisíaco" explícito.

Este é o objetivo deste trabalho. Tomando como referencial teórico os trabalhos de Kuhn e de Feyerabend, estudaremos a "aproximação" entre a sociolingüística (de fato, a teoria sociolingüística conhecida como "teoria da variação e da mudança") e a gramática gerativa proposta na chamada *sociolingüística paramétrica*[3].

1. A INCOMENSURABILIDADE

A noção de incomensurabilidade surge no quadro de uma epistemologia que encara a teoria científica como algo mais do que um modo de descrever uma realidade que existe além e independentemente dela.

Essa noção não terá lugar numa epistemologia que pretenda construir "uma ciência livre de qualquer visão de mundo"[4], uma ciência puramente objetiva e racional, como é o caso da epistemologia positivista ou neopositivista[5].

Por outro lado, qualquer epistemologia que entenda a ciência como uma atividade humana de *reconstrução* da realidade, qualquer epistemologia que encare as teorias científicas como modos particulares, ideológicos, de ver a realidade, necessariamente se verá às voltas com a noção de incomensurabilidade.

Eu estou convencido — e creio que Rajagopalan também — de que a ciência *constrói* o seu objeto, de que as teorias implicam uma metafísica e de que a racionalidade e a objetividade da ciência são, em grande parte, meras ilusões. As teorias científicas em geral, e as teorias lingüísticas em particular, são ideologicamente motivadas.

A noção de incomensurabilidade aparece nos trabalhos de Thomas Kuhn como uma noção ligada às mudanças de "Gestalt" que acompanham as *revoluções científicas*.

3 Na apresentação da sociolingüística paramétrica usarei particularmente os trabalhos de Fernando Tarallo.

4 Palavras de Otto Neurath, referindo-se às propostas do Círculo de Viena (ver Neurath 1959b: 287).

5 Ver os textos constantes de Ayer (comp.) 1959, especialmente os textos III, IV, V e IX, além do ensaio introdutório.

Scanned with CamScanner

...as mudanças de paradigmas realmente levam os cientistas a ver o mundo definido por seus compromissos de pesquisa de uma maneira diferente. Na medida em que seu único acesso a esse mundo dá-se através do que vêem e fazem, podemos ser tentados a dizer que, após uma revolução, os cientistas reagem a um mundo diferente (Kuhn 1962: 146).

Para Kuhn, os "mundos" separados por uma revolução científica são *incomensuráveis* entre si.

La comparación punto por punto de dos teorías consecutivas exige un lenguaje al que puedan traducirse sin pérdidas ni cambios como mínimo las consequencias empíricas de ambas ... [muitos filósofos] *continúan suponiendo que las teorías pueden compararse recurriendo a un vocabulario básico que esté compuesto totalmente por palabras asociadas a la naturaleza de un modo que sea non-problemático y, en la medida necesaria, independiente de la teoría. (...) Feyerabend y yo hemos arguido extensamente que no se dispone de ningún vocabulario de este tipo. En el paso de una teoría a la siguiente las palavras cambian sus significados o sus condiciones de aplicabilidad por vías sutiles. Aunque la mayoría de los signos son los mismos antes y después de una revolución — por ejemplo, fuerza, masa, elemento, compuestos, célula — el modo en que algunos de ellos se asocian a la naturaleza ha cambiado de alguna manera. Decimos así que las teorías consecutivas son inconmensurables* (Kuhn 1970: 435-436).

A incomensurabilidade entre as teorias encontra-se ligada à tese de Whorf[6], para quem as línguas naturais, além de instrumento de descrição de eventos, são ainda *modeladoras* de eventos. Para Kuhn e para Feyerabend, as teorias científicas, nesse particular, não se distinguem das línguas naturais. As concepções de realidade vinculadas às teorias são, freqüentemente, tão distintas entre si quanto as ideologias subjacentes às culturas e assim como a língua, de certa forma, representa a ideologia da comunidade que a fala, a teoria veicula a concepção de realidade da comunidade científica que tem sua pesquisa orientada por ela. Em outras palavras, as teorias, como as línguas, *não são neutras*.

As comparações entre teorias distintas e a tradução de uma teoria a outra são possíveis, do mesmo modo que as traduções e as comparações entre as línguas naturais são possíveis. O que se nega é a objetividade e a racionalidade das comparações e traduções[7].

6 Ver Whorf 1956.

7 Todos sabemos que as traduções de uma língua a outra, embora possíveis, sempre encerram alguma violência contra um dos idiomas: "Tradutore, traditore".

Claro está, alguma *forma de comparação é* sempre *possível (por exemplo, uma teoria física pode soar mais melodiosa do que outra, quando apresentada em voz alta, com o acompanhamento de um violão). Coloquemos, porém, regras específicas para o processo de comparação, tais como as regras da lógica, aplicadas à relação das classes de conteúdo, e depararemos com exceções, restrições indevidas, e seremos forçados, a cada momento, a sair do embaraço através de evasivas* (Feyerabend 1975: 358).

Fica claro, então, que qualquer proposta de "aproximação" de teorias distintas ou retoma os postulados neopositivistas[8] ou encontra na questão da incomensurabilidade uma barreira formidável.

2. A SOCIOLINGÜÍSTICA PARAMÉTRICA

Nossa primeira tarefa deveria ser a apresentação do conteúdo da proposta da sociolingüística paramétrica, presente nos trabalhos de Tarallo. Não o podemos fazer, no entanto, sem um certo trabalho prévio de exegese.

No *resumo* que antecede seu texto de 1987, Tarallo afirma:

O ensaio procura demonstrar a compatibilidade entre as análises propostas pelo paradigma laboviano e pelo quadro teórico chomskiano (Tarallo 1987: 51).

Ora, "demonstrar a compatibilidade" entre dois paradigmas, ou teorias, pode significar uma porção de coisas: demonstrar que as "motivações ideológicas" das duas teorias são as mesmas; demonstrar que os procedimentos metodológicos são os mesmos; demonstrar que elas são "variantes notacionais"; demonstrar que é possível *reduzir* uma teoria à outra; demonstrar que seus objetos são *complementares* etc. Precisamos de outras indicações de Tarallo que eliminem a vagueza de seus propósitos e esclareçam a proposta. Observe-se a seguinte passagem:

Evidentemente, os pressupostos teóricos e os procedimentos metodológicos de um e de outro modelo são radicalmente opostos: não se trata pois de romper fronteiras e

8 A "aproximação" entre a proposta de Rajagopalan e o programa do Círculo de Viena pode ser percebida na seguinte passagem (troque-se "Ciência Unificada" por "Lingüística Unificada"): *El rápido progreso de la obra del Círculo de Viena muestra que el trabajo colectivo planeado, dedicado en este caso a la estructuración de la Ciencia Unificada, se halla en constante desarollo. Cuanto menos tiempo sea necesario dedicar a la eliminación de antiguos errores y cuanto más podamos ocuparnos en la formulación de las interconexiones de las ciencias, tanto más rapidamente y con mejor éxito lograremos dicha construcción* (Neurath 1959a: 214).

Scanned with CamScanner

> *confundir domínios no sentido de "parametrizar" (ou de eliminar) diferença, mas, sobretudo, de enfatizar a complementaridade entre os modelos naquilo que eles permitem (ou permitirem) compatibilizar resultados em relação àquelas questões levantadas por Borer de um lado, e por Weinreich, Labov e Herzog, de outro, resultados esses que estão muito mais próximos do que se pensa, se aceita e/ou se pensa aceitar* (Tarallo 1987: 55).

Creio que agora podemos avançar um pouco: algumas das alternativas que apontamos acima devem ser recusadas. "Demonstrar a compatibilidade" *não* significa demonstrar que as "motivações ideológicas" (= pressupostos teóricos) ou os procedimentos metodológicos são os mesmos. A afirmação de que "não se trata de romper fronteiras e confundir domínios" impede que entendamos a "compatibilização" como redução de uma teoria à outra e impede que consideremos tratar-se de tradução (não estamos diante de "variantes notacionais"). A afirmação de que os modelos "permitem... compatibilizar resultados" leva a crer que Tarallo considera *comensuráveis* as duas teorias e a afirmação de que se trata de "enfatizar a complementaridade entre os modelos" nos dá a indicação de que o pretendido no texto é demonstrar que as duas teorias são *complementares*[9].

Mas o trabalho de exegese ainda não acabou. Precisamos entender o que significa dizer de duas teorias que elas são "complementares".

2.1. Teorias complementares

Dizer que duas teorias são complementares pode significar que as duas teorias têm *domínios* diferentes, isto é, a "região" do objeto estudada por uma teoria não é a mesma "região" que a outra estuda. Duas teorias lingüísticas seriam "complementares" nesse sentido quando tivessem por objeto "componentes" distintos da linguagem: uma teoria, por exemplo, estudaria os fenômenos fonológicos enquanto a outra estudaria os fenômenos sintáticos.

Poderíamos supor que Tarallo estivesse tentando demonstrar que a sociolingüística e a gramática gerativa tratam de aspectos diferentes, de "componentes" diferentes, do objeto e que sua proposta (a sociolingüística paramétrica) consistiria no estabelecimento de "pontes" que permitissem a passagem sem traumas, ou com poucos traumas, de uma a outra "região" do objeto.

Observando os casos tratados por Tarallo, e conhecendo as análises produzidas pelas duas teorias, podemos facilmente perceber que não é esta a concepção de "complementaridade" que está em jogo. Mesmo que quiséssemos dizer que a gramática gerativa estuda os fenômenos da *competência* enquanto a sociolingüística estuda o *desempenho*, encontraríamos a resistência apaixonada dos sociolingüistas, para quem a distinção entre *competência* e *desempenho* carece de sentido[10].

O mais provável é que estejamos diante de uma nova versão do que Feyerabend chama de *Teoria do Queijo Suíço*.

> *Toda cosmologia (toda linguagem, todo modo de percepção) apresenta apreciáveis lacunas que podem ser preenchidas,* permanecendo inalterado tudo o mais (Feyerabend 1977: 393)

Uma das teorias em questão — a gramática gerativa, por exemplo — daria uma descrição (ou explicação) do objeto de estudos. Como a realidade é sempre muito complexa[11], inúmeros fatos e até mesmo "regiões" inteiras do objeto permaneceriam sem descrição (ou explicação). Aí entraria a sociolingüística, como teoria ancilar, para "preencher as lacunas" do tratamento gerativo. Da união ("aproximação", "compatibilização") das duas teorias obteríamos uma descrição (explicação) mais completa (mais perfeita, mais interessante) do objeto. No caso em questão, não se trataria de uma das teorias apresentar lacunas e a outra simplesmente vir a preenchê-las; trata-se de duas teorias "queijos suíços" que, simultaneamente, preenchem as lacunas uma da outra, *sem perderem suas identidades*. Em outras palavras, a gramática gerativa tem suas lacunas preenchidas pelas análises sociolingüísticas, a sociolingüística tem suas lacunas preenchidas pelas análises gerativas e, não obstante, a gramática gerativa e a

9 Embora Tarallo só afirme que elas são complementares em alguns pontos e não diga que se trata de "demonstrar" essa complementaridade, apenas de "enfatizá-la", que é, obviamente, um termo muito mais fraco.

10 "*I am not sure whether this is a useful distinction in the long run*" (Labov 1969: 759, *apud* Dittmar 1976: 141). A proposta de Cedergren e Sankoff (1974), por outro lado, recupera, no quadro da sociolingüística, a distinção competência/desempenho. E isso comprova que a "complementaridade" entre as duas teorias não reside nesta distinção.

11 "A realidade é sempre mais ou menos do que nós queremos" já dizia Fernando Pessoa (sob o heterônimo de Ricardo Reis).

Scanned with CamScanner

sociolingüística permanecem exatamente como estavam (salvo pelo fato de não apresentarem mais lacunas) antes da "compatibilização".

Quero crer que é este o sentido que Tarallo empresta ao termo "complementaridade" em seus trabalhos. E nisso Tarallo não está só: em vários outros autores, todos ligados à sociolingüística, percebemos também essa perspectiva do "queijo suíço". Vejamos dois deles.

> *Vamos olhar o problema, agora, do lado da sociolingüística. Posso estar profundamente errado no que vou dizer aqui mas me parece que a inclusão de fatores não-estruturais nas descrições gramaticais relaxou nossa atenção quanto ao papel dos fatores estruturais nessas mesmas descrições* (Oliveira 1986: 88)[12].

O que, de certa forma, Oliveira está querendo dizer é que há, na sociolingüística, uma lacuna (uma "falha") — e que é preciso preenchê-la. Para eliminar essa "falha" são necessárias descrições de fatos estruturais e é mais fácil e econômico usar as descrições já existentes, produzidas no quadro de uma teoria que tenha desenvolvido instrumental adequado para isso — o que não é o caso da sociolingüística[13] — do que criar todo um aparato descritivo novo. A gramática gerativa está justamente produzindo descrições de estruturas gramaticais em grande número. Basta que o sociolingüista preste mais atenção aos resultados das análises gerativistas para que haja grandes possibilidades de que as lacunas de sua teoria sejam preenchidas.

> *Na constatação e explicação da variação, de sua estabilização e/ou de seu processo de desenvolvimento rumo à mudança, levando-se em conta tanto as motivações lingüísticas quanto as extralingüísticas — ou sociais — reside, sem dúvida, a grande contribuição da ciência lingüística social — a sociolingüística — para o acervo do conhecimento sobre a linguagem humana articulada. Parece óbvio que o estudo do fenômeno linguagem não se poderia resumir à descrição e explanação da competência lingüística — tal como a define Chomsky —, por mais completos, exaustivos e convincentes que sejam tais procedimentos* (Almeida 1989: 86 — o grifo é acrescentado).

O que esta passagem nos mostra é que, *para o sociolingüista*[14], a gramática gerativa também apresenta lacunas (ou "falhas"): falta-lhe um tratamento para a variação e a mudança e falta-lhe o encaixamento do lingüístico no social. Acredito que é desnecessário acrescentar que para Almeida é justamente a sociolingüística que tem condições de "completar" a gramática gerativa.

A consideração das teorias lingüísticas como "queijos suíços" é o que está por trás do *Zelig* de Tarallo[15]: seu "camaleão-lingüista" é alguém que, consciente das lacunas das teorias, não pode (não consegue ou não quer) assumir compromissos mais fortes com qualquer uma delas. Não passa pela cabeça de Zelig a possibilidade de "superar" duas teorias incompatíveis criando uma terceira. Zelig entende as teorias como "queijos suíços" e o mais fácil é simplesmente justapô-las como se fossem peças num jogo de encaixes.

Creio que já avançamos bastante na direção de um entendimento mais profundo da proposta de Tarallo. Há ainda, no entanto, alguns pontos a serem esclarecidos.

2.2. *Teorias incomensuráveis*

Toda teoria supõe um ponto de vista (um modo de representação, um sistema de referências, um cosmos) cujos elementos (conceitos, "fatos", "dados", componentes) surgem de acordo com certos *princípios de construção*. Esses princípios de construção vão permitir que a teoria diga ou descubra certas coisas e vão impedir que diga ou descubra outras coisas. Em outras palavras, há conceitos ("fatos", "dados") que não podem ser ditos ou des-

12 Numa versão posterior do mesmo texto (Oliveira 1987), esta passagem é substancialmente alterada. O ponto em questão, no entanto, não só permanece como até permite que identifiquemos com maior clareza a perspectiva do "queijo suíço": *não estariam as práticas sociolingüísticas incorrendo, por vezes, num tipo de falha, na medida em que não exploramos em profundidade os aspectos estruturais dos casos detectados como casos de variação?* (p. 21)

13 Como facilmente podemos perceber percorrendo os trabalhos sociolingüísticos, os dados são descritos usando a notação da gramática gerativa, de uma gramática funcional ou de alguma outra teoria. Tome-se como exemplo Sankoff & Tarallo (1987) e procure-se ver de onde saem os instrumentos de descrição (anáfora, cláusula relativa, pronome, complementizador etc.) e se há diferenças maiores quanto à notação utilizada entre esse trabalho e as análises gerativas convencionais.

14 Sempre cabe perguntar o que o gerativista pensa disso tudo. Não creio que haja gerativistas (não-dissidentes) queixando-se de que sua teoria não dá conta do encaixamento social da linguagem ou de que sua teoria não permite o tratamento da variação e da mudança. São os sociolingüistas que vêem lacunas na gramática gerativa.

15 Ver Tarallo 1986a. Não vou me alongar sobre essa proposta de Tarallo, porque já o fiz em outro lugar (ver Borges Neto & Müller 1987).

Scanned with CamScanner

cobertos sem que os princípios de construção sejam violados[16]. Por exemplo, o behaviorismo skinneriano pode dizer muitas coisas e descobrir muitos fatos mas, certamente, não pode descobrir "fatos mentais", nem se referir a eles, sem violar seus princípios de construção. Sustar (recusar, falsear, negar, violar) os princípios de construção significa sustar todos os "fatos" e todos os conceitos da teoria.

Para sabermos se duas teorias são ou não incomensuráveis, basta tomarmos alguns fatos (ou conceitos) construídos em uma delas e vermos se eles sustam ou não os princípios de construção da outra: se sustarem, as duas teorias são incomensuráveis.

Poderíamos tentar discutir a (in)comensurabilidade das duas teorias que vimos analisando por meio de uma análise detalhada dos princípios de construção de uma e de outra. Vamos, no entanto, discutir essa questão a partir de um exemplo.

Tomemos emprestada de Milroy (1980) a seguinte tabela:

	1	2	3	4	5	6	7	8
Variables	(ai)	(a)	(ɪ)	(Λ^1)	(th)	(Λ^2)	(ε^1)	(ε^2)
Hannah McK	1.4	1.05	1.2	0	0	0	66.7	25.00
Paula C	2.4	2.63	2.5	9	58.34	70.46	100	47.83

Two speaker's scores for eight phonological variables. 1-3 are index scores; 4-8 represent percentages. A higher score indicates a relatively close approximation to vernacular norms (Milroy 1980: 131 — Table 5.4).

Segundo Milroy, a tabela mostra claramente que Paula aproxima-se mais das normas lingüísticas do vernáculo do que Hannah. As características sociais (idade, sexo, classe etc.) de ambas são muito semelhantes e, no entanto, há uma diferença sistemática, nas oito variáveis estudadas, entre a norma do vernáculo e a fala de cada uma das informantes. Para explicar essa consistência, Milroy propõe uma hipótese:

> *Closeness to vernacular speech norms correlates positively with the level of integration of the individual into local community networks* (Milroy 1980: 133-134)

16 Sigo bem de perto, nesta exposição, Feyerabend 1975: 396.

A hipótese de Milroy é corroborada pela constatação de que Paula é mais integrada do que Hannah na comunidade em que ambas vivem, isto é, as relações de Paula com outros membros da comunidade (vizinhos, colegas de trabalho etc.) e sua presença em grupos informais são mais intensas do que as de Hannah.

Vejamos agora que elementos estão em jogo neste exemplo. Comecemos com os *dados* que Milroy usa:

Dado 1: os "scores" dos falantes em relação às variáveis fonológicas;

Dado 2: o complexo de relações entre os indivíduos que compõem a comunidade em que vivem Paula e Hannah;

Dado 3: uma descrição, independente, do vernáculo.

É fácil ver que esses dados supõem um certo número de *conceitos teóricos* que, em conseqüência, também estão sendo usados por Milroy. Fiquemos com os mais evidentes:

C.1: conceito de *variável*:
A sociolinguistic variable is a linguistic element ... which co-varies not only with other linguistic elements, but also with a number of extra-linguistic independent variables such as social class, age, sex, ethnic group or contextual style (Milroy 1980: 10).

C.2: conceito de *vernáculo*:
the speaker's least overtly careful styl[17] (Milroy 1980: 12).

C.3: conceito de *comunidade*:
Membership of a group labelled "lower-middle-class" does not necessarily form an important part of a person's definition of his social identity. Yet smaller-scale categories are available which reflect the fact that are *social units to which people feel they belong and which are less abstract than social classes. For this smaller-scale, more concrete, unit we reserve the term* community *used in a specific, technical sense* (Milroy 1980: 14).

C.4.: conceito de *rede social* ("social network"):
Network analysis, in a broad sense, is the study of the relations that exist in an ongoing system. When applied to social systems, network analysis is a structural strategy which is primarily concerned with relations among the individual in any group (Bortoni-Ricardo 1985: 69).

17 É o estilo de fala que Labov chama de "estilo B" (ver Labov 1972, cap. 3).

Scanned with CamScanner

Além desses dados e desses conceitos, Milroy precisa de um *instrumento de medida*, que permita estabelecer, objetivamente, a distância entre a fala do indivíduo e o vernáculo, e de uma *hipótese* que preveja a correlação entre os resultados das medidas e a integração dos indivíduos na rede de relações sociais da comunidade.

A partir de *conceitos* Milroy estabelece os *dados*: os conceitos pertencem à teoria utilizada e dizem que tipo de fenômeno observar e que tipo de resultado buscar tirar dos fenômenos observados.

De posse dos *dados*, Milroy busca explicá-los, isto é, *deduzi-los* de uma hipótese. A hipótese de que dispõe esabelece que a variação é determinada por fatores extralingüísticos do tipo *sexo, idade, classe social* etc. Como é capaz de perceber nos dados fenômenos sistemáticos que fogem das possibilidades de explicação da hipótese disponível, Milroy *cria* nova hipótese. Nesse processo de criação da hipótese, ele estabelece inicialmente dois fatos:

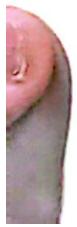
Fato 1: a fala de Paula é menos distante do vernáculo do que a fala de Hannah;
Fato 2: Paula é mais integrada do que Hannah na comunidade em que ambas vivem.

A relação entre os dois fatos cria uma *hipótese local*, que estabelece correlação entre a distância relativa *fala-de-Paula/vernáculo* e *fala-de-Hannah/vernáculo* e a integração de Paula e Hannah na comunidade. Essa hipótese local é generalizada numa *hipótese geral* que diria algo como:

As distâncias relativas entre as falas individuais e o vernáculo se correlacionam com as posições relativas dos indivíduos na rede de relações sociais de sua comunidade.

Todos os fatos estabelecidos daí para a frente, ou seja, todos os fatos sobre as distâncias entre as falas dos membros da comunidade e o vernáculo e sobre os diferentes níveis de integração dos indivíduos na comunidade, deverão ser *deduzidos* da nova hipótese geral.

Feita a análise do exemplo, podemos passar à questão que nos interessa: é possível *dizer*, no quadro da gramática gerativa, o que Milroy diz sobre a fala de Paula e de Hannah? É possível, no quadro da gramática gerativa, *usar os dados* que Milroy usa? *Usar os conceitos* que Milroy usa? *Descobrir os fatos* que Milroy descobre? *Postular a hipótese* que Milroy postula?



Qualquer pessoa que tenha um conhecimento pouco mais que superficial de gramática gerativa só poderá responder a essas perguntas com um claro e sonoro NÃO.

Não é necessário multiplicarmos os exemplos. A conclusão a que chegaremos com a análise de outros exemplos não deverá ser diferente da conclusão a que chegamos com a análise deste: não é possível encontrar (dizer, descobrir, usar) conceitos (fatos, construtos, correlações, hipóteses) de uma teoria na outra[18]. Mesmo se estivéssemos analisando um caso descrito no quadro de uma sociolingüística estritamente quantitativa (o que não é o caso de Milroy), acabaríamos por ter de nos perguntar: o que um gerativista poderia fazer com uma afirmação do tipo "um indivíduo usa em 80% das vezes uma construção relativa do tipo 1 e em 20% das vezes uma construção relativa do tipo 2, enquanto outro indivíduo usa em 100% das vezes a construção relativa de tipo 1"? A resposta me parece óbvia.

Talvez se pudesse levantar a seguinte objeção: embora não se possa encontrar conceitos da sociolingüística na gramática gerativa, é possível encontrar conceitos da gramática gerativa na sociolingüística, o que confirmaria o dogmatismo (o "não-camaleão", no dizer de Tarallo) do gerativista. Submeterei essa objeção a uma análise mais demorada na próxima seção deste texto.

Ignorando provisoriamente a objeção, assumirei a conclusão de que elementos da sociolingüística não aparecem na gramática gerativa e vice-versa. Isso se dá por mero acidente ou cada teoria apresenta propriedades estruturais que *impedem* a coexistência de elementos de uma e de outra teoria? Para mim, a resposta é clara: há propriedades estruturais — os princípios de construção — que impedem essa coexistência. A gramática gerativa e a sociolingüística são teorias incomensuráveis e, em conseqüência, não faz nenhum sentido tentar "aproximá-las" ou "compatibilizá-las".

18 Esta afirmação é empírica e, enquanto tal, poderá ser contestada. Leve-se em conta, no entanto, que eu não estou falando de "termos" — termos comuns às duas teorias há muitos — mas de conceitos (fatos, dados, hipóteses etc.). O termo "língua", por exemplo, aparece nas duas teorias, mas com sentidos radicalmente distintos. Para usar a terminologia de Chomsky, a sociolingüística atém-se à E-língua enquanto a gramática gerativa toma como objeto a I-língua (ver Chomsky 1986).

Scanned with CamScanner

Cada teoría es, en sí misma, un todo en el que el análisis en elementos o componentes disjuntos resulta ... irrelevante. Esto se debe a que todos los términos de una teoría semejante sólo puedan alcanzar su significado y sus criterios de objetividad y verdad en el contexto total dado por dicha *teoría* (Bohn 1979: 423).

É fácil ver que os *objetos* da gramática gerativa e da sociolingüística são distintos: o objeto da gramática gerativa é a *gramática universal*, entendida como "*a characterization of the genetically determined language faculty*" (cf. Chomsky 1986), enquanto o objeto da sociolingüística é "*the grammar of the speech community: the system of communication used in social interaction*" (cf. Labov 1982). Como os *dados* não são mais do que *manifestações do objeto*, como os *conceitos* são representações de elementos atribuídos ao objeto, como as *hipóteses* são sempre hipóteses sobre o objeto ou sobre seus elementos, não há como "romper fronteiras e confundir domínios".

Do mesmo modo, não faz nenhum sentido pretender que uma teoria desempenhe tarefas para as quais não foi construída. Não se pode exigir que a gramática gerativa dê conta da variação e da mudança lingüística ou que a sociolingüística dê conta da gramática universal presente na mente/cérebro dos falantes como herança genética. Cada teoria tem seu objeto e seus objetivos e, a partir daí, constrói todo o seu aparato teórico.

Só há uma *tarefa que podemos legitimamente exigir que uma teoria desempenhe: deverá proporcionar-nos correta visão do mundo, ou seja, da totalidade de fatos,* tal como constituídos por seus próprios conceitos básicos (Feyerabend 1977: 411).

2.3. A sociolingüística paramétrica, finalmente

Já temos, enfim, condições de esclarecer, analisar e criticar a proposta de Tarallo.

Para propor a sociolingüística paramétrica, Tarallo usa alguns exemplos de fenômenos que ocorrem de forma mais ou menos análoga entre as línguas.Um de seus exemplos é o funcionamento da *inversão livre de sujeito* em português, espanhol e francês[19].

A gramática gerativa propõe que as línguas sejam divididas em dois grandes grupos a partir do *parâmetro pro-drop* (ou parâmetro do sujeito nulo) e

19 Ver Tarallo 1987: 69 ss.

define esse parâmetro a partir de um conjunto de propriedades, uma das quais é a inversão livre de sujeito. O francês é normalmente caracterizado como uma língua *não pro-drop*, enquanto o português e o espanhol seriam *pro-drop*.

... o francês não se caracteriza por ser pro-drop. *Ou seja, a impossibilidade de sujeito nulo em francês prevê também a não-inversão livre de sujeito. Contrariamente, e por definição do parâmetro sintático, o espanhol e o português, ao apresentarem sujeitos nulos, prevêem a inversão livre de sujeito* (Tarallo 1987: 70).

Nas três línguas, no entanto, apesar da parametrização distinta, a inversão de sujeito *se dá*, e de forma muito semelhante. Em nenhuma das três línguas a inversão é *livre*, mas sempre condicionada por fatores sintáticos. Esses fatores, entretanto, têm comportamentos distintos nas três línguas, *em desobediência aos limites dados pelo parâmetro pro-drop.*

Sem descartar a possibilidade de que o erro esteja na definição das propriedades associadas ao parâmetro (que seria a primeira alternativa a ser verificada), Tarallo vai propor "variação" no interior do parâmetro *pro-drop*, o que lhe permite fazer, na seqüência, uma proposta de extensão do conceito de parâmetro.

Segundo Tarallo, a noção de parâmetro procura resgatar, no quadro da gramática gerativa, *a variação lingüística intersistêmica* e o que ele propõe é que se dê um passo a mais: que se traga a noção de parâmetro para o interior das línguas e, com ela, procure-se resolver a *variação intrassistêmica*. Como a variação intrasistêmica é o "assunto" tradicional da sociolingüística, o que obtemos com esse passo é uma *sociolingüística paramétrica*. Em suas palavras,

Ao "parametrizarmos" as línguas do ponto de vista da teoria da variação e da mudança, estamos na realidade colocando os fatores condicionadores à aplicação de determinadas regras locais dentro de uma perspectiva "paramétrica" (Tarallo 1987: 75).

A proposta de Tarallo admite duas interpretações: uma interpretação *forte* e outra *fraca*. A interpretação forte suporia a introdução da noção de parâmetro, tal qual constituída no quadro da gramática gerativa, no conjunto de conceitos teóricos da sociolingüística. A interpretação fraca, por outro lado, suporia a criação, no quadro da sociolingüística, de um conceito de *parâmetro* (homônimo do conceito da gramática gerativa). O texto de Tarallo não permite que se decida facilmente por uma ou outra interpretação: aparentemente, ele hesita entre as duas.

Scanned with CamScanner

Consideremos, inicialmente e por hipótese, que Tarallo assuma a interpretação forte. "Sociolingüística paramétrica", nesta interpretação, deve significar a introdução da noção de parâmetro na sociolingüística, *sem que esta perca sua identidade.*

Como vimos acima, as duas teorias são incomensuráveis, de forma que não há a possibilidade de conceitos de uma teoria aparecerem na outra, sem que os princípios de construção sejam violados. Há, no entanto, a possibilidade de ignorar a incomensurabilidade adotando uma perspectiva *instrumentalista* frente às teorias em questão.

Uma interpretação instrumentalista das teorias científicas as vê como instrumentos de descrição e classificação de "fatos" obtidos, objetivamente, por uma *linguagem de observação* independente de teorias. Se os "fatos" são sempre os mesmos — porque teoricamente neutros — não haverá problemas em comparar, avaliar empiricamente ou mesmo justapor teorias distintas que deles pretendam dar conta. Na perspectiva instrumentalista, as teorias são meras *notações* adequadas para o cálculo e para as previsões dos "fatos".

Com isso, a meu ver, o instrumentalismo retira das teorias científicas o que elas têm de essencial, que é a visão de mundo.

É fácil perceber a interpretação instrumentalista que as teorias lingüísticas recebem quando vemos o que Tarallo precisa fazer com a sociolingüística para que a noção de parâmetro caiba em suas análises.

> ***Se desconsiderarmos por um momento o componente social da linguagem, tão presente nos estudos de variação e mudança lingüísticas, veremos uma nítida relação entre as questões formuladas acima*** [questões que Borer, enquanto gerativista, coloca para a teoria dos parâmetros] ***e alguns dos princípios estabelecidos pela sociolingüística (variação e mudança) no texto clássico de Weinreich, Labov e Herzog*** (Tarallo 1987: 54 — os grifos são acrescentados).

A relação de "complementaridade" entre a gramática gerativa e a sociolingüística torna-se nítida "se desconsiderarmos ... o componente social da linguagem", ou seja, se esvaziarmos a sociolingüística do que lhe é característico. Sem a perspectiva do social, sem a consideração do não-estrutural, a sociolingüística deixa de ser uma *teoria* e passa a ser uma *metodologia de análise* de dados lingüísticos que só se distingue de outras metodologias pela atenção que presta às variações inter e intra-individuais e pelo uso de instrumental estatístico.

A gramática gerativa, como vimos, não tem como aproveitar os resultados da pesquisa sociolingüística. Na medida em que esses resultados referem-se à comunidade lingüística e não ao indivíduo, na medida em que esses resultados são obtidos sobre a linguagem entendida como produto e não sobre a linguagem entendida como um saber inato inscrito na mente/cérebro dos falantes, na medida em que esses resultados envolvem, de forma indissociável, o estrutural e o não-estrutural, eles não têm lugar no "mundo" do gerativista. Se retirarmos o não-estrutural, se retirarmos o social dos dados, não teremos mais *dados sociolingüísticos.* E se, além disso, usarmos para a análise estrutural dos dados o aparato teórico da gramática gerativa, estaremos fazendo exatamente o que Tarallo quer evitar, e que considera um preconceito. Estaremos fazendo, simplesmente, gramática gerativa.

> *Nossa maior intenção foi a desmistificação de alguns pré-conceitos (ou serão eles preconceitos?) correntes na lingüística atual: 1. que as análises de base empirista da sociolingüística têm por motivação primordial falsear as análises de modelos psicológicos* ["gramática gerativa"] (Tarallo 1986b: 20).

O gerativista sabe que os parâmetros, e suas propriedades definidoras, são propostos como *hipóteses empíricas* e que a testagem dessas hipóteses nos dados lingüísticos lhe dará *feedback* para mantê-las ou alterá-las. Ele sabe também que suas hipóteses, enquanto hipóteses sobre a *gramática universal*, devem valer para todas as línguas e para todas as variações das línguas. Os dados das análises sociolingüísticas, então, *podem ser interessantes* para o gerativista, que deverá, no entanto, *reinterpretá-los*, garantindo que não há determinações de outros módulos da mente, além do módulo "linguagem", na sua realização.

A introdução da noção de parâmetro na sociolingüística, então, determinará ou que o conceito de parâmetro seja retirado de seu lugar próprio, e com isso descaracterizado, ou que a sociolingüística fique esvaziada do que lhe é essencial.

Passemos agora à interpretação fraca. Nessa interpretação, o conceito de *parâmetro* deve ser entendido como um homônimo do parâmetro da gramática gerativa. Não se trata mais de emprestar um conceito, mas de se cons-

Scanned with CamScanner

truir, no quadro da sociolingüística, um novo conceito que receberá o nome de "parâmetro" e que, na melhor das hipóteses, apenas permitirá uma relação analógica fraca com o conceito da gramática gerativa. Há passagens no texto de Tarallo que permitem essa interpretação.

> *Os resultados obtidos por Poplack sobre a variação fonológica de (s) no espanhol porto-riquenho apontam, pois, para a seguinte "parametrização": o simples enfraquecimento de segmentos consonantais em variação é, via de regra, regido por fatores puramente estruturais, e, ao se iniciar o processo de apagamento, tais fatores estruturais começam a interagir com fatores de outra ordem, os funcionais. Tal "parametrização" permite, ainda, uma terceira colocação (ou previsão): no caso de um segmento que apresente mais de uma etapa de enfraquecimento [diferentemente, pois, de (s) que prevê somente uma: a aspiração], a força dos fatores funcionais poderia ser traçada à medida que os vários processos de enfraquecimento dirigem o segmento variável ao total apagamento. É o que Poplack nos demonstra a partir de uma análise de (n)* (Tarallo 1987: 63).

O que temos nessa passagem é o levantamento dos fatores que regem um processo de mudança [o apagamento de (s) em espanhol porto-riquenho]. Essa mudança se dá em duas etapas: na primeira, a mudança é condicionada principalmente por fatores estruturais; na segunda, por fatores estruturais e funcionais.

Tarallo vai perceber que algo análogo acontece com o português e com o francês e vai propor que esses "passos" semelhantes no processo de mudança fonológica sejam tratados como *parâmetros*.

Para percebermos mais claramente como essa noção de parâmetro proposta por Tarallo não tem nada a ver com a noção homônima da gramática gerativa, deixemos que Borer (bastante citada por Tarallo) nos diga o que são os parâmetros:

> *Em essência, dividir a GU* [gramática universal] *em princípios, de um lado, e parâmetros, de outro, implica num processo particular de aquisição da linguagem. Quando uma criança é exposta aos dados do meio ("input data"), ela está equipada com dois tipos de mecanismo. Primeiro, ela tem disponível uma gramática construída sobre os princípios universais. Segundo, com base nos dados do meio, a criança determina o valor de um parâmetro particular. O conjunto das escolhas e sua natureza é predeterminada: os dados do meio não introduzem mecanismos teóricos não existentes previamente ou uma escolha não especificada nos parâmetros da GU. Pelo contrário, eles permitem à criança escolher uma possibilidade particular dentre duas (ou mais) existentes* (Borer 1981: 11).

Trabalhando sobre uma analogia com a genética, poderíamos dizer que os princípios universais equivalem ao *genoma* e que as gramáticas particulares que os indivíduos desenvolvem a partir da GU equivalem às *realizações particulares* do genoma (os fenótipos). Todas as possibilidades de realização da GU, sob a forma de gramáticas particulares, são de algum modo predeterminadas e devem já estar inscritas na própria GU.

A noção de parâmetro de Tarallo, por outro lado, não pode ser caracterizada como um "detalhamento de universal". Tarallo não parte de um universal e busca suas realizações particulares (se o fizesse, seria simplemente um gerativista), parte de particulares e, por indução, busca princípios cada vez mais universais. Seu parâmetro é uma *generalização* de particulares e, nesse sentido, aproxima-se mais dos *universais implicacionais* de Greenberg do que dos parâmetros da gramática gerativa.

Além disso, o conjunto de fenômenos que Tarallo considera "candidato" ao estatuto de parâmetro, envolve "determinações funcionais" e, o que quer que isso signifique, certamente não tem a ver com os princípios gerais *inatos* que constituem a GU e são parametrizados.

Em suma, se entendermos a sociolingüística paramétrica na interpretação forte, estaremos diante de uma visão instrumentalista das teorias lingüísticas, que descaracteriza essas teorias retirando-lhes a essência. Se assumirmos a interpretação fraca, estaremos diante do uso do *termo* parâmetro para designar algo que a meu ver não é muito distinto do universal implicacional de Greenberg. Em nenhuma das interpretações, estaremos diante da possibilidade de "aproximação dos contrários".

Em que sentido, então, a "parametrização" dos dados da variação e da mudança permitiria uma aproximação entre a sociolingüística e a gramática gerativa?

Quer me parecer que a única possibilidade se resume no seguinte: para Tarallo, a gramática gerativa, com a noção de parâmetro, inicia um movimento na direção do variável, do diferente. Os universais não são mais, de certa forma, absolutos, mas admitem inúmeras realizações distintas, ou seja, admitem "va-

Scanned with CamScanner

riação". Se, num movimento antitético, a sociolingüística deixar de se ocupar exclusivamente com o variável, se, para além do variável, passar a ver generalizações ("parâmetros"), podemos prever um momento em que o detalhamento da gramática gerativa se encontre com a generalização da sociolingüística.

Segundo o que penso ser a concepção de Tarallo, ao parametrizar a sintaxe, a gramática gerativa *desce* um nível no grau de abstração, aproximando-se do concreto. Os trabalhos de variação e mudança, na medida em que são "parametrizados", *sobem* um degrau na direção do abstrato. Pode-se prever que a "abstração" da sociolingüística e a "concretização" da gramática gerativa aproximem, "de forma lenta, gradual e segura", as duas teorias. Para Tarallo, tal "aproximação" não só é desejável, como é *inevitável*. Não fica clara, nos trabalhos de Tarallo, a vantagem que a sociolingüística teria com essa "aproximação", mas para a gramática gerativa, a "aproximação" abriria uma bela possibilidade para a avaliação empírica das hipóteses de parâmetros.

> *Somente uma leitura "parametrizada", tal qual a propusemos, dos fatores condicionadores levantados pela teoria da variação e da mudança garantirá, entre outras coisas, uma eventual redefinição e um possível realinhamento das propriedades previstas para determinado parâmetro sintático* (Tarallo 1987: 75).

Parece claro que a proposta de Tarallo é, de novo, a teoria do "queijo-suíço" em ação. Não se trata, porém, de justapor *teorias*, mas de justificar *resultados* de teorias. As teorias não preencheriam as lacunas uma da outra, mas serviriam de lugar de testagem dos resultados de ambas.

Ora, se as teorias são incomensuráveis, seus resultados também o serão. Os resultados (os "fatos" descobertos pela teoria) estão condicionados pelos princípios de construção tanto quanto os conceitos, as hipóteses etc. Para serem manipulados por uma teoria, os resultados obtidos na outra devem ser radicalmente reinterpretados. Dessa forma, a incomensurabilidade "mata na casca" a proposta de uma sociolingüística paramétrica.

3. Conclusão

Toda a análise que fizemos na parte 3 deste trabalho procurou mostrar que a busca de parâmetros que orientem a "convivência", as "reaproximações",

entre as teorias lingüísticas — tarefa proposta por Rajagopalan — deverá necessariamente levar em consideração a natureza ideológica das teorias e, em conseqüência, a possível incomensurabilidade entre elas. Nem todas as "aproximações", no entanto, serão inviáveis. Labov (1981), por exemplo, faz uma aproximação, aparentemente bem-sucedida, entre os tratamentos dados à mudança lingüística pelos neogramáticos, de um lado, e pelos difusionistas, de outro. Trata-se, no entanto, não de duas *teorias*, como sociolingüística e gramática gerativa, mas de duas *hipóteses* explicativas para os *mesmos* dados: as diferenças são mais *metodológicas* do que *ideológicas*. Se as hipóteses surgem de perspectivas ideológicas distintas, ao menos uma dessas perspectivas deverá ser sacrificada (talvez as duas, em favor de uma terceira). O sucesso eventual de uma "aproximação" não nos permite concluir que *todas* as aproximações e compatibilizações são possíveis.

Não vejo porque se deva deplorar a proliferação de teorias, nem vejo a proliferação como causa de "crise". Ao contrário. Em ciência, só se obtém o progresso quando há pontos de vista em conflito — a ciência só progride "*pela discussão crítica de visões alternativas*", como diz Feyerabend. A idéia de paradigma único, embora possa parecer atraente, significa o *monopólio* de um ponto de vista, de uma ideologia, e todo monopólio ideológico leva ao dogmatismo.

Não há por que temer a proliferação. Não há por que desejar "aproximações" ou "compatibilizações". Cada teoria é uma estrada que assim como pode levar a uma cidade, pode terminar num precipício ou num fundo de vale. Cada teoria deve ser levada às suas últimas conseqüências, sem "camaleonices", para que possamos saber da fertilidade de seu ponto de vista. Quem puder mais chorará menos.

A sociolingüística e, em especial, a teoria da variação e da mudança, têm seu lugar, seu interesse e sua importância. Enquanto teoria da variação lingüística, enquanto teoria da mudança lingüística, enquanto teoria das relações entre o lingüístico e o social, a contribuição da sociolingüística não pode ser desprezada. O mesmo acontece com a gramática gerativa. É impossível ignorar esta teoria (para concordar ou discordar) se estivermos interessados na maior compreensão do funcionamento das línguas naturais. Aproximar levianamente essas duas teorias significa ou descaracterizá-las, jogando fora

Scanned with CamScanner

todo o acervo de conhecimentos que acumularam, cada qual a seu modo, ou sonhar com uma utopia em que a ciência seja objetiva e racional, o mundo seja transparente e o cientista seja capaz de ver para além das aparências.

Se queremos sonhar com utopias, busquemos as "aproximações". Se, por outro lado, queremos nos engajar na atividade real da ciência, deixemos as teorias desenvolverem-se, com todas as suas virtudes e limitações. Nunca deixemos, porém, de submeter todas as propostas à mais severa crítica.

Não pretendo ser o dono da verdade. Não pretendo ter demonstrado "efetiva e cabalmente" nenhuma tese. Posso estar profundamente errado em meu posicionamento. Somente a discussão franca e honesta dos pontos de vista conflitantes poderá levar a avanços nessa área.

Discussões exaustivas de métodos, informações exaustivas de processos, troca de opiniões sobre tudo, eis a única forma possível de esclarecer teorias e melhorar o nível da prática. A discussão, mesmo quando não traz a luz, liquida com muita idéia imbecil.

Millôr Fernandes

Referências

ALLEN, J.P.B.; van BUREN, P (eds.) 1971. *Chomsky: selected readings*. Londres: Oxford University Press.

ALMEIDA, G. 1989. Resgatando a contribuição da sociolingüística laboviana. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v.5, n.1: 71-99.

ANSCOMBRE, J.C.; DUCROT, O. 1977. Deux "mais" en Français. *Lingua* 43: 23-40.

APRESJAN, Y. D., 1980. *Idéias e métodos da lingüística estrutural contemporânea*. São Paulo/ Campinas: Cultrix/Funcamp.

AYER, A.J. (comp.) 1959. *Logical Positivism* (as citações são feitas a partir da tradução para o espanhol: *El Positivismo Lógico*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986).

BAILEY & SHUY (eds.) 1973. *Towards tomorrow's linguistics*. Washington: Georgetown University Press.

BERLIN, B; KAY: 1969. *Basic Color Terms*. Berkeley: University of California Press.

BHAT, D.N.S. 1976. Dichotomy in phonological change. *Lingua* 39 (4): 333-51.

BLACK, M. 1962. Metaphor. In Black, M. *Models and Metaphors*. New York: Cornell University Press.

BLOOMFIELD, L. 1926. A set of postulates for the science of language. *Language* 2: 153-164 [tradução para o português em Dascal (org.), vol. 1: 45-60]

_____. 1933. *Language*. New York: Holt, Rinehart & Winston.

_____. 1936. Language or ideas? *Language* 12: 89-95 [recolhido em Katz (ed.) 1985: 19-25].

_____. 1939. Linguistic aspects of science. *International Encyclopedia of Unified Science*, I. Chicago: Chicago University Press.

BOHM, D. 1979. La ciencia como percepción-communicación. In SUPPE, F. (1979): 421-439.

BORER, H. 1981. *Parametric variation in clitic constructions*. M.I.T, Ph.D. Dissertation.

BORGES, J. L. 1974 *Obras Completas*. Buenos Aires: Emecé.

BORGES NETO, J. 1985. Diálogo sobre as razões da diversidade teórica na lingüística. *Fragmenta*, Curitiba, n. 2: 1-13 (recolhido como Capítulo 1 deste livro).

BORGES NETO, J. 1989. A incomensurabilidade e a 'compatibilização' de teorias. *Revista LETRAS*, 38. Curitiba: Editora da UFPR: 43-66 (recolhido como Capítulo 8 deste livro).

_____. 1991. *A gramática gerativa transformacional: um ensaio de filosofia da lingüística*. Tese de doutorado, IEL/Unicamp.

_____. 1996. O pluralismo teórico na lingüística. *Estudos Lingüísticos* 25: 4-17. (recolhido como Capítulo 3 deste livro).

_____. 1997. Formalismo versus Funcionalismo nos estudos lingüísticos. *Anais do I Encontro do Celsul*, vol 1, Florianópolis, Celsul: 15-24. (recolhido como Capítulo 4 deste livro).

Scanned with CamScanner

BORGES NETO, J.; POSSENTI, S. 1984. Lingüística e história da ciência: o caso do Nupe. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, no. 7: 7-38 (recolhido como Capítulo 6 deste livro).
BORGES NETO, J.; MÜLLER, A.L.P. 1987. Lingüistas ou camaleões: uma resposta a Tarallo. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 3, n. 1: 85-95.
BORTONI-RICARDO, S.M. 1985. *The urbanization of rural dialect speakers*. Cambridge: Cambridge University Press.
BOTHA, R.P. 1971. Le statut méthodologique de la preuve linguistique externe en grammaire générative. *Langages* 24: 67-92.
_____. 1973. *The Justification of Linguistic Hypotheses*. Haia: Mouton.
_____. 1981. *The Conduct of Linguistic Inquiry*. Haia: Mouton.
BRISLIN, R.; BOCHNER, S.; LONNER, W. (orgs.) 1975. *Cross cultural perspectives on learning*. New York: Halsted Press.
BUCH & COHEN (eds.) 1971. *In Memory of Rudolf Carnap*. Boston Studies in the Philosophy of Science 8. Dordrecht: Reidel.
CAMACHO, R. G. 1994. "O papel do contexto social na teoria lingüística". *ALFA*, São Paulo, 38: 19-36.
CÂMARA Jr., J.M. s/d. O estruturalismo lingüístico. *Tempo Brasileiro* (15/16): 5-43.
CASSIRER, E. 1945. Structuralism in Modern Linguistics. *Word* 1: 99-120.
CEDERGREN, H.; SANKOFF, D. 1974. Variables rules: performance as a statistical reflection of competence. *Language* 50 (2): 333-355.
CHATELET, F. (org.) 1973. *História da Filosofia – Idéias, Doutrinas*, vol. 8 – "O século XX". Rio de Janeiro: Zahar.
CHOMSKY, N. 1962. Current Issues in Linguistic Theory. In FODOR, J. & KATZ, J. (eds.) 1974. *The Structure of Language*. New Jersey: Prentice-Hall, pp. 52-118.
_____. 1965. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
_____. 1972. Deep structure, surface structure and semantic interpretation. In *Studies on Semantics in Generative Grammar*. The Hague: Mouton.
_____. 1975. *Reflections on Language*. New York: Pantheon Books.
_____. 1986. *Knowledge of Language*. New York: Praeger.
_____. HALLE, M. 1968. *The Sound Pattern of English*. New York: Harper & Row.
CLARK, H.H.; CLARK, E.V. 1968. Semantic distinctions and memory for complex sentences. *Quarterly Journal of Experimental Psychology* 20: 129-138.
COSERIU, E. 1977. *Tradición y novedad en la ciencia del lenguaje*. Madrid: Gredos.
_____. 1980. *Lições de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Livro Técnico.
CROTHERS, J. 1973. *On the Abstractness Controversy*. Bloomington: IULC.
DASCAL, M. 1977. Conversational Relevance. *Journal of Pragmatics* 1: 309-327.
_____. (org.) 1978-1982. *Fundamentos metodológicos da lingüística*. 4 vols. Campinas/SP.
_____. 1978. As convulsões metodológicas da lingüística contemporânea. In DASCAL, M. (org.) *Concepções gerais da teoria lingüística*. Fundamentos metodológicos da lingüística, Vol. 1. São Paulo: Global.
_____. 1982. Duas tribos e muitos círculos. *Crítica*, México, *vol. XIV*, no. 40: 3-33.
_____. 1983. *Pragmatics and the Philosophy of Mind*. Amsterdam: John Benjamins.
_____. KATRIEL, T. 1977. Between semantics and pragmatics: the two types of "but" - Hebrew "aval" and "ela". *Theoretical Linguistics* 4: 143-172.
DASCAL, M.; BORGES NETO, J.; FRANÇOZO, E. 1985. Um novo modelo do velho molde: estudo crítico das recentes propostas psicolingüísticas de C.E.Osgood. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, no. 8: 151-185. (recolhido neste livro como Capítulo 7)

DASCAL, M.; BORGES NETO, J. 1991 De que trata a lingüística, afinal? *Histoire, Épistémologie, Langage* 13 (1). Paris: SHESL: 13-50 (recolhido neste livro como Capítulo 2).
DE LEMOS, C. 1981. Interactional processes in the child's construction of language. In Deutsch, W. (ed.) *The Child's Construction of Language*. Londres: Academic Press.
DELEUZE, G. 1973. Em que se pode reconhecer o estruturalismo? In CHATELET, F. (org.) 1973: 271-303.
DILLINGER, M. 1991. "Forma e função na lingüística". *D.E.L.T.A.* São Paulo, EDUC, 7 (1): 395-407.
DITTMAR, N. 1976. *Sociolinguistics: a critical survey of theory and application*. London: Edward Arnold.
DOUGHERTY, R. 1973. A survey of linguistic methods and arguments. *Foundations of Language* 10: 423-490 (tradução para o português em Dascal (org.), vol. 4: 187-226).
DRACHMAN, G. 1981. On Explaining 'All the Explicanda of the Previous Theory': Popper and the Growth of Linguistics. *Folia Linguistica* XV/3-4: 345-61.
DUCROT, O. 1970. *Estruturalismo e lingüística*. São Paulo: Cultrix.
ESPER, E. A. 1968. *Mentalism and Objectivism in Linguistics*. New York: American Elsevier.
FEYERABEND, P. 1970. Consolando o Especialista. In LAKATOS & MUSGRAVE (eds.) 1970, pp. 244-84.
_____. 1975. *Against Method*. London: NLB (tradução para o português: *Contra o Método*. São Paulo: Francisco Alves, 1977).
_____. 1979. Problemas de microfísica. In MORGENBESSER, S. (org.) 1979, pp. 247-258.
FODOR, J.; BEVER, T. 1965. The psychological reality of linguistic segments. *Journal of Verbal Learning and Verval Behavior* 4: 414-420.
FRANCHI, C. 1977. Linguagem: Atividade Constitutiva. *Almanaque* (5), São Paulo: Brasiliense, pp. 9-27.(Reeditado em *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, (22). Campinas: IEL-UNICAMP, 1992, pp. 9-39)
_____. 1994a *A formação do pesquisador na área de humanidades na universidade brasileira*. Manuscrito inédito.
_____. 1994b. *Lingüística no Brasil: o pluralismo necessário - resumo*. Conferência apresentada no I Congresso Internacional da Associação Brasileira de Lingüística, Salvador/BA, setembro de 1994.
FUDGE, E.C. 1970. Phonology. In LYONS, J. (ed.) 1970.
GODÓI, E. 1987. O modelo gerativo aplicacional de S. Shaumian: uma visão geral. *Fragmenta* (Curitiba) 4: 15-31.
_____. 1988. *Construção Passiva em Português: uma abordagem aplicacional*. Curitiba: UFPR, Dissertação de mestrado.
GREENBERG, J. H. 1963. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In Greenberg, J.H. (ed.) *Universals of Language*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
HALLIDAY, M.A.K. 1973. The functional basis of language. In Bernstein, B. (ed.) *Class, Codes and Control*. London: Routledge & Kegan Paul: 343-366 (tradução para o português em Dascal (org.), vol. 1: 125-161).
HARMS, R.T. 1973. How Abstract is Nupe? *Language* 49 (2): 439-46.
HARRIS, J.W. 1969. *Spanish Phonology*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
HARRIS, Z. 1951 [1960]. *Structural Linguistics*. Chicago: The University of Chicago Press.
_____. Distributional Structure. *Word* 10 (2/3): 775-793 (recolhido em Katz (ed.) 1985: 26-47).
HAWKING, S. 1988. *Uma breve história do tempo: do Big Bang aos buracos negros*. Rio de Janeiro: Rocco.

Scanned with CamScanner

HJELMSLEV, L. 1947. Structural Analysis of Language. *Studia Linguistica* I (2): 69-78 (recolhido em Katz (ed.) 1985: 163-171).
HOOPER, J. 1976. *Introduction to Natural Generative Phonology*. New York: Academic Press.
HYMAN, L.M. 1970a. How Concrete is Phonology? *Language* 46 (1): 58-76.
_____. 1970b. The Role of Borrowing in the Justification os Phonological Grammars. *Studies in African Linguistics*. UCLA, 1: 1-48.
_____. 1973. Nupe Three Years Later. *Language* 49 (2): 447-51.
JAKOBSON, R. 1972. *Fonema e fonologia*. Rio de Janeiro: Acadêmica.
JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. 1990. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
JOOS, M. (ed.) 1957. *Readings in Linguistics*. American Council of Learned Societies.
KATZ, J.J. 1972. *Semantic Theory*. New York: Harper & Row.
_____. 1981. *Language and Other Abstract Objects*. Oxford: Basil Blackwell.
_____. (ed.) 1985. *The Philosophy of Linguistics*. Oxford: Oxford University Press.
KIPARSKY, p. 1968. *How Abstract is Phonology* ? Bloomington: IULC.
KOERNER, E.F.K. 1972. Hermann Paul and synchronic linguistics. *Língua* 29: 274-307.
KOUTSOUDAS, A.; SANDERS, G. & NOLL, G. 1971. *On the Application of Phonological Rules*. Bloomington: IULC.
KOVACCI, O. 1977. *Tendencias actuales de la gramática*. Buenos Ayres: Marymar.
KROHN, R. 1975. Is there a rule of absolute neutralization in Nupe? *Glossa* 9 (2): 139-48.
KUHN, T. 1962. *The structure of scientific revolutions*. (tradução para o português: *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1975).
_____. 1970 Consideración en torno a mis críticos. In LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (eds.): 391-454.
_____. 1978. *Segundos Pensamientos sobre Paradigmas*. Madrid: Tecnos.
LABOV, W. 1972. *Sociolinguistic Patterns*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.
_____. 1981. Resolving the neogrammarian controversy. *Language* 57 (2): 267-308.
_____. 1982. Building on empirical foundations. In Lehmann & Malkiel (eds.): 17-92.
LAKATOS, I. 1970. O Falseamento e a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica. In LAKATOS & MUSGRAVE (eds.) 1970, pp. 109-243.
_____. 1971a. History of Science and its Rational Reconstruction. In BUCH & COHEN (eds.) 1971. (versão espanhola em Lakatos & Musgrave (eds.) 1970, pp. 455-509)
_____. 1971b. Reply to Critics. In BUCH & COHEN (eds.)
_____. MUSGRAVE, A. (eds.) 1970. *Criticism and the Growth of Knowledge*.(tradução para o português: *A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979; versão espanhola: *La Crítica y el Desarrollo del Conocimiento*. Barcelona: Grijalbo, 1975.)
LAKOFF, G.; JOHNSON, M. 1980. *Metaphors We Libe By*. Chicago: The University of Chicago Press.
LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (eds.) 1982. *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdan: John Benjamins.
LEMLE, M. s/d. O novo estruturalismo em lingüística: Chomsky. *Tempo Brasileiro* (15/16): 55-69.
LEPSCHY, G. 1966 [1975]. *A lingüística estrutural*. São Paulo: Perspectiva.
LYONS, J. (ed.) 1970. *New Horizons in Linguistics*. Harmondsworth: Penguin.
_____. 1973. Structuralism and linguistics. In ROBEY (ed.) 1973: 5-19.
MACLAY, H. 1973. Linguistics and Psycholinguistics. In Kachru, B.B. et al. (eds.) *Issues in Linguistics: papers in honor of Henry and Renée Kahane*. Urbana, Ill: University of Illinois Press.

MALMBERG, B. 1964 [1971]. *As novas tendências da lingüística*. São Paulo: Nacional/EDUSP.
McNEILL, D. 1979. *The Conceptual Basis of Language*. New Jersey: Lawrence Erlbaum.
MILLER, G.; McKEAN, K. 1964. A chronometric study of some relations between sentences. *Quarterly Journal of Experimental Psychology* 16: 297-308.
MILROY, L. 1980. *Language and social networks*. Oxford: Basil Blackwell.
MORGENBESSER, S. (org.) 1979. *Filosofia da ciência*. São Paulo: Cultrix.
NEURATH, O. 1959a. Propositiones protocolares. In Ayer (comp.): 205-214.
_____. 1959b. Sociologia en fisicalismo. In Ayer (comp.). p. 287-322.
NEVES, M.H.M. 1987 *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: Hucitec/ Brasília: Editora da UnB.
_____. 1994. "Uma visão geral da gramática funcional". *ALFA*, São Paulo, 38: 109-127.
OLIVEIRA, M. A. 1986. Algumas notas sobre o conceito de variável lingüística e sua dimensão nas descrições gramaticais. *ABRALIN: Boletim da Associação Brasileira de Lingüística* 8: 87-95.
_____. 1987. Variável lingüística: conceituação, problemas de descrição gramatical e implicações para a construção de uma teoria gramatical. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v.3, n.1.: 19-34.
OSGOOD, C. E. 1963. Language universals and psycholinguistics. In Greenberg, J.H. (ed.) *Universals of Language*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
OSHERSON, D.N.; SMITH, E.E. (eds.) 1990. *Thinking: an invitation to Cognitive Science*. Cambridge, Mas.: MIT Press.
PALMER, F. 1971. *Grammar*. Harmondsworth: Penguin.
PASSOS, C.; PASSOS, M.E. 1978. *A controvérsia do Nupe*. Comunicação apresentada na 30ª Reunião Anual da SBPC, São Paulo.
PEZATTI, E. G. 1994. "Uma abordagem funcionalista da ordem de palavras no português falado". *ALFA*, São Paulo, 38: 37-56.
POPPER, K.P. 1963. *Conjeturas e Refutações*. Brasília: Editora da UnB, s/d.
POSTAL, M. 1968. *Aspects of Phonological Theory*. New York: Harper & Row.
RAJAGOPALAN, K. 1988. *Evidências e argumentos: reflexões sobre a construção de teorias lingüísticas*. Texto lido durante a 40ª Reunião Anual da SBPC (São Paulo, 1988). Manuscrito inédito.
REINHARDT, T. 1976. On understanding poetic metaphor. *Poetics* 5: 383-402.
ROBEY, D. (ed.) 1973. *Structuralism: an introduction*. Oxford: Clarendon Press.
ROBINS, R. H. 1967. *A Short History of Linguistics*. London: Longman (tradução para o português: *Pequena história da lingüística*. São Paulo: Livro Técnico, 1979).
ROSCH, E. 1973. Natural categories. *Cognitive Psychology* 4: 328-350.
_____. 1974. Linguistic relativity. In Silverstein (org.) 1974: 95-121.
_____. 1975. Universals and cultural specifics in human categorization. In Brislin, R.; Bochner, S.; Lonner, W. (orgs.) 1975: 177-206.
ROSCH, E. et. al. 1976. Basic objects in natural categories. *Cognitive Psychology* 8: 382-439.
RYLE, G. 1933. Systematically misleading expressions. *Proceedings of the Aristotelian Society* 32: 139-170.
SANKOFF, G.; TARALLO, F. 1987. Relativization and anaphora in spoken language. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v.3, n.2: 197-214.
SAPIR, E. 1933. La Réalité Psychologique des Phonèmes. *Journal de Psychologie Normale et Pathologique* 30: 247-265 (tradução para o português em Dascal (org.), vol. 2: 37-55; tradução para o inglês em Katz (ed.) 1985: 65-79).
SAUSSURE, F. 1916. *Cours de Linguistique Générale*. Paris: Payot (édition critique préparée par Tulio de Mauro, 1973). (Tradução para o português: *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1970.)

Scanned with CamScanner

SCHANE, S.A. 1968. *French Phonology and Morphology*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
_____. 1973a. *Generative Phonology*. New Jersey: Prentice-Hall.
_____. 1973b. Sur le degré d'abstraction de la phonologie du français. *Langages* 32: 27-38.
SCHILPP, A. (ed.) 1974. *The Philosophy of Karl Popper*. LaSalle, Ill.: Open Court (2 vols.).
SEARLE, J. R. 1979. Metaphor. In Searle, J.R. *Expression and Meaning*. Cambridge: Cambridge University Press.
SHAUMIAN, S.K. 1965 [1971]. *Principles of Structural Linguistics*. The Hague: Mouton.
_____. 1974. *Applikativnaja grammatika kak semantiveskaja teorija jestestvennyx jazykov* (Gramática aplicacional como teoria semântica das línguas naturais). Moscou: Nauka.
SILVERSTEIN, A. (org.) 1974. *Human Communication: theoretical explorations*. New York: Halsted Press.
SLOBIN, D. 1979. *Psicolingüística*. São Paulo: Nacional/EDUSP.
SMITH, E. E. 1990. Categorization. In OSHERSON e SMITH (eds.) 1990: 33-53.
SMITH, E. E.; MEDIN, D.L. 1981. *Categories and Concepts*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
STAUB, A. 1981. Hermann Paul, F. de Saussure e K. Bühler na lingüística moderna. Brasília: Thesaurus.
SUPPE, F. 1979. *La estructura de las teorías científicas*. Madrid: Ed. Nacional.
TARALLO, F. 1986. Zelig: um camaleão-lingüista. *D.E.L.T.A.* São Paulo, EDUC, 2 (1): 127-144.
_____. 1986b. "Era uma vez...": estória, história e ahistória. *O Histórico e o Discursivo*. Uberaba: FIUBE (Série Estudos n. 12).
_____. 1987. Por uma sociolingüística românica "paramétrica": fonologia e sintaxe. *Ensaios de lingüística*, Belo Horizonte, n. 13: 51-83.
TEIXEIRA-PINTO, M. 1995. *IEIPARI. Um Ensaio sobre um Tema Ritual Arara. (Ou sobre a violência, a ética e predação na Amazônia)*. Tese de doutorado. PPGAS/Museu Nacional, UFRJ.
TEIXEIRA-PINTO, M. 1997. *IEIPARI: Sacrifício e Vida Social entre os Índios Arara*. São Paulo/Curitiba, HUCITEC/Anpocs/Editora da UFPR.
TWADELL, W.F. 1957. On Defining the Phoneme. In JOOS, M. (ed.) 1957.
VENNEMANN, T. 1973. Phonological Concreteness in Natural Generative Phonology. In BAILEY & SHUY (eds.) 1973.
_____. 1972. Phonological Uniqueness in Natural Generative Phonology. *Glossa* 6: 105-16.
VOTRE, S. J.; NARO, A. J. 1989. "Mecanismos funcionais do uso da língua". *D.E.L.T.A.* São Paulo, EDUC, 5 (2): 169-184.
VYGOTSKY, L. S. 1962. *Thought and Language*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
WAHL, F. 1968. Introdução (à coleção "Que é o estruturalismo?"). In DUCROT, O. 1970: 9-17.
WHORF, B. L. 1956. *Language, Thought and Reality*. Cambridge, Mass.: MIT Press (as citações são feitas a partir da tradução francesa: *Linguistique et Anthropologie*. Paris: Denoel, 1969).

Scanned with CamScanner